UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM MUSEOLOGIA

Andréa Maria Zabrieszsch Afonso dos Santos

A Casa do Bandeirante como espaço museológico (1954-1964)

São Paulo

2016

Andrea Maria Zabrieszach Afonso dos Santos

A Casa do Bandeirante como espaço museológico (1954-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia

Área de Concentração: Museologia

Orientador: Prof. Dr.: Paulo César Garcez Marins

Linha de Pesquisa: História dos Processos museológicos, coleções e acervos.

Versão revisada

A versão original encontra-se na biblioteca do MAE

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

e-mail: andreazsantos@gmail.com

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e documentação

296 f.

Santos, Andréa Maria Zabrieszach Afonso
A Casa do Bandeirante como espaço museológico (1954-1964) /
Andréa Maria Zabrieszach Afonso dos Santos; orientador: Paulo
César Garcez Marins. São Paulo, 2016

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo.

1. Museu histórico. 2. Museu municipal. 3. *Period Room*. 4. Casa
bandeirista. 5. Mito bandeirante. I. Marins, Paulo César Garcez,
orient. II. Título.

SANTOS, Andréa Maria Zabrieszach dos. A Casa do Bandeirante como espaço museológico (1954-1964). 2016. 266 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, 2016.

Aprovado em: 26/08/2016

Banca Examinadora:

Prof.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedico este trabalho à minha mãe Maria Nelly e meu pai José Marcelino (*in memoriam*), por me incentivarem o prazer da leitura e ensinarem, desde sempre, que museus são o melhor programa.

Agradecimentos

Agradeço imensamente as colaborações, incentivos e contribuições de colegas e amigos que me permitiram a realização do presente trabalho.

Gostaria de expressar minha gratidão especial a:

Paulo César Garcez que, com segurança e firmeza, me ajudou a acreditar que era um projeto possível e me orientou com a generosidade de um verdadeiro mestre;

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), pela bolsa que me permitiu dedicação exclusiva no levantamento das fontes e que contribuiu, decisivamente, para a qualidade do trabalho;

Aos professores Camilo Mello Vasconcellos e Marly Rodrigues pelas generosas e precisas contribuições na banca de qualificação;

Meus colegas de mestrado Ana Luiza, Alexandre, Carlos, Marília, Rebeca e Tamira, pelo convívio e as trocas constantes;

Aos funcionários do Museu da Cidade de São Paulo (MCSP), do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), do Arquivo Municipal de São Paulo, Arquivo Histórico de Taubaté, da Secretaria e Biblioteca do MAE e demais bibliotecas da USP, pela ajuda na localização de fontes, dicas preciosas e informações relevantes;

Mirna Busse Pereira, que soube trazer a dose certa de confiança, leituras preciosas e conversas confortadoras;

Carmen Luisa Valeriano Batista que, com suas palavras de incentivo, me levou a construir o impossível;

Amaury, por cuidar de tudo e me apoiar sempre, sem sua ajuda não teria conseguido;

João Pedro, Catarina e Lucas, filhos queridos, pela paciência e compreensão;

Mariana e Marcelo, irmãos queridos, pela ajuda e incentivo em todos os momentos;

Larissa, Leonardo, Lucienne, Maris, Ricardo, os amigos de sempre, pelos merecidos momentos de lazer e pela torcida;

José Wilton Guerra, pelo empréstimo de livros e a certeza de uma palavra de incentivo;

Todos os colegas da Museologia de São Paulo e Rio de Janeiro, por vivenciarem comigo a maravilhosa experiência de conciliar vida acadêmica e profissional;

Todos os profissionais anonimamente dedicados à preservação de acervos, sem eles essa pesquisa não teria sido possível

As imagens não foram introduzidas na Igreja sem causa razoável. Elas derivam de três causas: a incultura dos simples, a frouxidão dos afetos e a impermanência da memória. [...] na realidade o que se vê estimula maiores afetos do que o que se ouve...e o que se ouve é mais facilmente esquecido do que o que se vê...[...] Frei Boaventura c.1260

Resumo

SANTOS, A. M. Z. **A Casa do Bandeirante como espaço museológico (1954-1964)**. 2016. 296 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta dissertação tem por objetivo abordar historicamente a construção física e simbólica da Casa do Bandeirante, um museu evocativo da época das bandeiras. Ela foi inaugurada em 1955, no encerramento das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, tendo sido sua restauração realizada sob responsabilidade da comissão organizadora desses festejos. Primeira das “casas históricas” pertencente à Prefeitura Municipal, compõe o atual acervo arquitetônico do Museu da Cidade. Este projeto analisa o período que se estende de 1954 a 1964, durante a primeira fase do museu, sob a direção de Paulo Camilher Florençano, quando o espaço fora projetado para ser um cenário do modo de vida paulista durante o período colonial. Naquele momento a Casa do Bandeirante tratava heroicamente o “ciclo das bandeiras”, mitificando-o, a partir de uma exposição por meio do *period room*, eixos conceituais da exposição que lá esteve até 1978. São objetivos desta dissertação compreender e analisar o processo conceitual e institucional de criação da Casa do Bandeirante pela Prefeitura de São Paulo, através da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, problematizar a primeira montagem curatorial, com a formulação de uma identidade paulista calcada no mito sertanista e seus referenciais museológicos, a formação e o perfil de seu acervo de peças históricas.

Palavras-chave: Museu histórico. Museu municipal. *Period Room*. Casa bandeirista. Mito bandeirante.

Abstract

SANTOS, A. M. Z. **The Bandeirante House as museum space (1954-1964)**.. 2016. 296 f. Dissertation (Master of Museum Studies) – Postgraduate Studies, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This dissertation aims to approach, historically, the physical and symbolic construction of The Bandeirante House, an evocative museum of the time of “bandeiras” (former Brazilian settlers). It was inaugurated in 1955, at the end of the celebrations of the IV Centenary of the City of São Paulo, with its restoration being carried out under the responsibility of the organizing committee of those festivities. The first of the "historical homes" belonging to the city hall, it is part of the current architectural collection of São Paulo's city museums. The time covered in this project extends from 1955 to 1964, during the first period of the Museum, under the direction of Paul Camilher Florençano, when this cultural space was designed to present a scenario of the way of living in São Paulo during the colonizer period. At that moment, The Bandeirante House conceived heroically the “Bandeirante Cycle”, dealing with as a myth by the presentation of an exhibition by period room, conceptual guidelines of the exhibition held until 1978. The goals of this dissertation are to analyze the conceptual and institutional creating process of the Bandeirante House, to understand and document its acquisition policy and to discuss the first long term exhibition of the institution, based the “sertanista myth” and its museum references.

Key words: Historical museum. São Paulo's city museum. Museology. Period room. “Bandeirista house”. “Bandeirante” myth.

Lista de Siglas

CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

DPH – Departamento do Patrimônio Histórico

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ICOM – International Council of Museums

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCSP – Museu da Cidade de São Paulo

MP – Museu Paulista

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – Uma casa para o passado paulista	20
1.1. Uma casa “bandeirista” no Butantã?	20
1.2. A casa como patrimônio arquitetônico	38
Capítulo 2 – Restaurando a casa paulista	63
2.1. O restauro e a idealização da casa	64
2.2. O retorno do entorno: a ambiência da casa	86
2.3. A imprescindibilidade de Luis Saia	113
Capítulo 3 – A homogeneidade de um acervo heterogêneo	129
3.1. Objetos históricos, objetos documentados	129
3.2. Rastreamento peças	144
3.3. Uma coleção instável	164
Capítulo 4 – Uma exposição como experiência	177
4.1. O “museu vivo” de Paulo Florençano	177
4.2. Entrando no passado paulista	223
4.3. Só a exposição não basta	238
Considerações finais	252
Referências Bibliográficas e documentais	255
Anexo	267

Introdução

A construção simbólica da Casa do Bandeirante como espaço museológico dedicado ao enaltecimento dos sertanistas paulistas do período colonial foi um dos principais projetos das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Para a sua definição curatorial, formação de acervos e concepção de exposições, diversos agentes atuaram a partir de suas conexões intelectuais e políticas, desde a decisão de restaurar a velha casa de taipa doada à municipalidade pela Companhia City, até as exposições da década de 1970, período em que o mito bandeirante foi intensamente debatido na sociedade e sua concepção enaltecida inicial foi revista. Tais agentes estabeleceram parcerias, fizeram escolhas e elaboraram discursos afirmativos que permitiram à Casa do Bandeirante constituir-se como o primeiro museu municipal de São Paulo, com grande repercussão desde a sua inauguração em 1955. Recuperar as vozes desses sujeitos e analisar suas propostas museológicas criticamente é o objetivo central desta dissertação.

A palavra “bandeirante” pode evocar diferentes sentidos e sentimentos, de acordo com a época e o grupo social que a está referenciando. Maria Izaura Pereira de Queiroz situa o “surgimento da palavra bandeirante nos dicionários em fins do século XIX, seja como substantivo, seja como adjetivo, sendo que o termo *bandeira* é citado desde o século XVII” (QUEIROZ, 1992: 80). A utilização desse personagem histórico na construção de um passado heroico de contornos míticos se processou a partir da primeira década do século XX e serviu aos interesses das elites dirigentes paulistas em seu processo de legitimação de poder e na constituição de valores simbólicos que deveriam diferenciar e qualificar as pretensões políticas desse grupo. Ainda segundo Pereira de Queiroz:

A importância dos símbolos não parece residir tanto em seu poder de coesão, e sim, ao contrário, em seu poder de delimitação de grupos, de coletividades, de sociedades, de elemento discriminador que o símbolo define seus predicados e constitui algo de vigoroso. (QUEIROZ, 1992:86)

A restauração do imóvel – que está datado documentalmente de “meados do século XVIII” (SAIA, 1955:14) – foi patrocinada pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, e a abertura da Casa do Bandeirante no mesmo espaço ocorreu no encerramento das festividades que marcaram essa efeméride. A data escolhida para a conclusão do restauro, 25 de janeiro de 1955, continha forte componente simbólico,

pois celebrava o aniversário da cidade de São Paulo e o fim de um ano de comemorações. O museu caracterizou-se como um “lugar de memória”, na acepção de Pierre Nora (1993:7-28), um espaço institucional que idealizava o passado, em que a sociedade paulista (especialmente suas elites) poderia encontrar traços pretéritos que deveriam distingui-la e valorizá-la frente aos demais estados brasileiros.

A mitificação do bandeirante como símbolo e tema de exposições museológicas é, contudo, anterior à experiência da Casa do Bandeirante, sendo uma criação do Museu Paulista. Ao abordar a atuação de Afonso Taunay à frente desse museu, Ana Claudia Fonseca Bufe coloca-o como umas das figuras centrais na escrita da história bandeirante que, junto a historiadores a ele contemporâneos (como Alfredo Ellis), elaborou trabalhos que são meios fundamentais para a “apropriação da imagem dos bandeirantes como sinônimo de grandeza e de singularidade paulista”. Esse discurso permeará diversos momentos sendo apropriado pelos Modernistas e também “[...]pelos revolucionários de 1932 e posteriormente, pelo discurso oficial na comemoração do 4º Centenário da Cidade de São Paulo”. (BUFE, 1999: 172).

Segundo Paulo Garcez Marins (2003:10), o mito bandeirante foi a “mais eficiente e duradoura construção simbólica operada no estado durante a primeira metade do século XX [...]”, e vinha sendo engendrado por integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do próprio Museu Paulista, instituição essa que deu ao mito uma dimensão visual. Seus membros estavam empenhados em enaltecer como heroicos os feitos dos bandeirantes, atribuindo-lhes qualidades de iniciativa, eficiência, bravura e destemor. Ao se referirem aos bandeirantes desse modo, os colocavam como protagonistas da expansão das fronteiras do país, forjando-os como formadores primeiros daquilo que consideravam ser a “raça privilegiada dos paulistas”. (QUEIROZ, 1992: 85).

Essa designação de fundo discriminatório procurava separar os descendentes diretos desses personagens históricos, os então chamados “quatrocentões”¹, dos demais paulistas, como os imigrantes e filhos destes que vieram para São Paulo a partir do final do século XIX, que não pertenciam às famílias da elite paulista tradicional e oligárquica, que descendia dos pioneiros povoadores de São Paulo. Para Maria Izaura Pereira de Queiroz (1992:85), a eclosão da Revolução de 1932 alterou essa diferença identitária, visto que havia a necessidade de “fazer face ao governo federal e às suas

¹Quatrocentão é um termo usado para designar os paulistas de quatrocentos anos, em meados do século XX, em torno da celebração dos quatrocentos anos de fundação da cidade de São Paulo, em 1954. A expressão remete à elite paulista tradicional e aristocrática, isto é à oligarquia paulista, majoritariamente de origem portuguesa. Conforme <https://pt.wikipedia.org/wiki/Quatrocent%C3%A3o>.

forças, tornando indispensável a união de todos os componentes da coletividade paulista, de alto a baixo da escala social, com todas as etnias e nacionalidades”. Com isso, parte considerável da elite paulista desenvolveu ampla campanha para difundir o símbolo do bandeirante como agregador de toda a sociedade. Pretendiam garantir a hegemonia simbólica do estado e sua preponderância no cenário político e econômico nacional, além de constituírem eficiente ferramenta de agregação dos imigrantes durante e após a Revolução de 32, pois a partir de então “o bandeirante não era somente o descendente dos heróis de outrora, tornou-se principalmente aquele que, construindo o futuro, mostra-se digno dos ancestrais”. (QUEIROZ, 1992: 85).

Ao buscar unir todos os paulistas em torno de um imaginário comum, a disseminação ampliada do mito do bandeirante interna ao estado serviu, ao mesmo tempo, para distinguir e barrar o acesso ao panteão de qualidades, criadas em torno dessa representação do bandeirante, todos os demais brasileiros que não correspondessem a esse perfil.

No entanto, a construção simbólica em torno da figura mítica, heroica e gloriosa do bandeirante defrontava-se materialmente com

[...] os vestígios da velha capital erguida em taipas rudes, vindas dos tempos coloniais, [que] eram postos abaixo o mais rapidamente possível, pois constituíam testemunho inegável – e incômodo – da precariedade material da capitania e da província paulista. (MARINS, 2003: 12)

Nesse sentido, o enaltecimento do passado bandeirante se dava por meio da celebração dos feitos políticos, militares e territoriais, e não de seus legados materiais. A celebração atinha-se, pois, a um legado de comportamento, que alicerçaria a compreensão dos paulistas do século XX como uma sociedade voltada para o progresso e para a transformação. É a partir dessa perspectiva que se compreendia a necessidade de aparelhar-se a cidade com novas edificações, planos de urbanização e embelezamento, de acordo com os padrões estéticos e com a pujança econômica da elite cafeicultora, tida como herdeira dos valores impetuosos dos ancestrais bandeirantes. Esse projeto de construção da cidade, portanto, se daria no duplo sentido de, por um lado, apagar e pôr abaixo o mais rapidamente os vestígios da velha capital, e, por outro, erigir a nova cidade referenciada nos feitos *bandeirantes*, como destaca Marins ao afirmar que:

Mas, ao mesmo tempo em que se destruíram os vestígios materiais, foram sendo reconstruídos os feitos bandeirantes, enalticidos pelo pioneirismo que legara ao país a configuração geográfica arrancada à Coroa espanhola. À louvação dos feitos sertanistas correspondeu

ainda o enaltecimento da raça, síntese entre o gentio e o colonizador, que excluía naturalmente o negro africano. (MARINS, 2003: 12)

De acordo com Marins, a organização das atividades do IV Centenário seria a consagração e “o ponto culminante da materialização na paisagem urbana das alegorias bandeirantes”. (2003: 13). Di Liscia, Bohoslavsky e Oleaga (2010) nos alertam que é necessário prestar a devida atenção para “[...] estos procesos nacionalistas de generación de museos, de etnización de las identidades y de invención de tradiciones y de pasados compartidos”. Entendemos que a inauguração da Casa do Bandeirante se configura, portanto, nesse contexto de institucionalização de memórias mitificadas.

A Casa do Bandeirante deveria representar, segundo a intenção e seus instituidores, um dos exemplares típicos das habitações rurais paulistas construídas entre os séculos XVII e XVIII, período que corresponde à época áurea das bandeiras. Situada fora do centro financeiro e funcional da cidade, sua manutenção não impedia a renovação e o “progresso” da cidade, podendo ser tomada como uma evocação do passado a partir da condição de moradia fidalga, capaz de dar a São Paulo a possibilidade de celebrar também aqui o mito da “casa grande”, *locus* das elites rurais celebrado na obra impactante de Gilberto Freyre, “Casa Grande & Senzala”, de 1933.

Mania Roseny Pacce aponta que a única documentação localizada dessa residência remonta ao século XIX. Por suas características, esta poderia ser tomada como testemunho dos tempos coloniais paulistas mais antigos e, talvez por isso, tenha se tornado um sinônimo, idealizado, da moradia dos grandes sertanistas:

Erguida em taipa de pilão, com telhado de quatro águas e uma planta quadrangular, a casa é um dos exemplos mais conhecidos da chamada “casa bandeirista”, embora seu registro documental mais antigo date apenas de princípios do século XIX. (PACCE, 1980: 125).

Tal incoerência temporal entre a documentação disponível e a sua consagração como espaço característico do auge das bandeiras não impediu que ela fosse idealizada pela *Comissão do IV Centenário de São Paulo* como um espaço memorial. Com a orientação de Luís Saia, chefe do 4º Distrito do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), a casa foi restaurada em 1954, ganhando um selo legitimador emitido pelo líder local do órgão nacional de certificação patrimonial.

Por sugestão de Paulo Camilher Florençano² ao presidente da Comissão do IV Centenário, Guilherme de Almeida, e sendo promovida por aquele, seguiu-se a

²“Paulo Camilher Florençano (1913-1988) Fotógrafo, desenhista, editor e ilustrador de livros e diversas revistas culturais de São Paulo; colaborador de diversos jornais paulistas e cariocas; chefe da Divisão do

organização e montagem da Casa do Bandeirante para ser “guarnecida com os móveis e alfaias característicos dos primórdios do século XVIII, numa tentativa de recomposição do ambiente doméstico rural, a fim de torná-lo um museu vivo da sua época”.³ Como resultado desse processo e com essa concepção museológica, em 30 de outubro de 1955, o imóvel seria, desta vez, inaugurado ao público como *Casa do Bandeirante*.

A Comissão organizadora do IV Centenário solicitou a Saia que escrevesse um texto sobre a casa, que foi denominado - *A casa Bandeirista – uma interpretação*. É importante notar que nesse trabalho já aparece o termo “casa bandeirista”. Entre vários aspectos dessa casa, destaca-se a ênfase dada por Saia à sua relação com o “fenômeno da mestiçagem cultural na formação da cidade piratiningana.” Tal elemento de caráter étnico foi fundamental para permitir estratégias de sobrevivência, guerra e povoamento e que se misturavam elementos culturais indígenas e portugueses na formação do colono e da própria colonização. Nesse cenário, para Saia, surgem as casas “bandeiristas” como propriedades adequadas ao surgimento dessa nova sociedade, compreensão que se tornará um eixo importante para a justificativa de tombamento e a restauração desses imóveis, além da própria musealização da “Casa Velha do Butantã”.

A casa bandeirista foi estudada por diversos autores, além do próprio Saia (1955), como Julio Roberto Katinsky (1972), Carlos Alberto Cerqueira Lemos (1978), Aracy Amaral (1981), Lia Mayumi (2005) entre outros, produzindo uma bibliografia bastante rica. Da exploração de suas eventuais referências formais, passando por seu peculiar agenciamento interno até sua eleição como símbolo de “paulistanidade”, a interpretação das casas bandeiristas se tornou uma das questões mais importantes na historiografia paulista, voltada à história da arquitetura e a seu papel no fortalecimento do “mito bandeirante” como eixo explicativo e materializador da mesma “paulistanidade”.

Tal evocação completava-se com a adoção de um partido expográfico que optara, desde a primeira exposição, por tentar reconstituir o interior de uma casa bandeirista. Nesse sentido, a Casa do Bandeirante deve ser compreendida como um dos principais exemplos de utilização de *period rooms* no Brasil, técnica marcada pela teatralização dos espaços museais, que almejam comportar-se como uma câmara de tempo, capazes de permitir ao visitante visitar, estar no passado. Para a

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo; mentor, organizador e Conservador da Casa do Bandeirante; e organizador da Casa do Grito, entre outros museus.” A esse respeito ver: SOUZA, Maurício Pereira de. *O Caleidoscópio Paulo Camilher Florençano e o seu olhar cultural*. Monografia (graduação) – Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2013, p. 13.

³FLORENÇANO, Paulo Camilher. *Washington Luis e as Casas Bandeiristas*, 1955 (xerox de publicação). In: Pasta Casa do Bandeirante – Histórico.

problematização dessa intenção curatorial, utiliza-se como referencial teórico básico o artigo “*Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*” de Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1994). Na análise da ação museal realizada pela Casa do Bandeirante ao longo do período de 1954 a 1964, pretende-se perscrutar a sua relação com o universo do conhecimento histórico e com a historiografia da época, suas responsabilidades sociais e políticas, sua atuação educacional e seus partidos curatoriais, de modo que se possa compreender sua ação cultural pautado pelo que Bezerra de Meneses nomina “teatro da memória”. Sob tal enquadramento, a instituição museológica afasta-se de seu compromisso reflexivo, problematizador, histórico, tornando-se um espaço de celebração e evocação, de hiper exploração dos sentidos e de anestesia da experiência museal como experiência crítica. (MENESES, 1994:10).

Esse autor sugere ainda discutir o problema das encenações e da utilização dos *period rooms* como intensificadores do engessamento da imaginação. Ainda segundo Dianne H. Pilgrim,

Hoje, cinquenta anos depois da explosão inicial de entusiasmo por period rooms em Museus Americanos, esse tipo de instalação apresenta sérios problemas interpretativos e críticos. Pela primeira vez, muitos museus estão começando a reavaliar a autenticidade e o propósito de period rooms em suas coleções. Museus, como um todo, têm sido negligentes quanto a informar ao público o que ele está vendo. O cômodo é uma fantasia ou uma aproximação do passado bastante precisa? O ponto de vista é histórico ou estético? O que o cômodo está tentando mostrar ou provar?⁴

A Casa do Bandeirante foi inaugurada em 1955 com a proposta de ser o “cenário legítimo da vida paulista no heroico Ciclo das Bandeiras”. (FLORENÇANO, 1955). Após ser restaurada pela Comissão do IV Centenário configurou-se como um museu-casa, ao ser guarnecida com móveis e alfaías doadas por “particulares e adquiridas no interior de São Paulo e Minas Gerais”. (JANOVITCH, 2007).

Eilean Hooper-Greenhill, autora citada por Meneses, “vê o surgimento do museu como teatro da memória” (1988, apud MENESES: 09) justamente porque a utilização da visualização como recurso sensorial é mais apropriado à rememoração do que a escrita, potencialmente indutora de reflexão. Nesse caso, o aprendizado se faz de forma

⁴ “Today, fifty years after the initial burst of enthusiasm for period rooms in American museums, this type of installation presents serious interpretive and critical problems. For the first time, many museums are beginning to seriously reevaluate the authenticity and purpose of the period rooms in their collections. Museums, on the whole, have been negligent in informing the public as to what it is seeing. Is the room a fantasy or is it a fairly accurate approximation of the past? Is the point of view historical or aesthetic? What is the room trying to show or prove?” (PILGRIM, 1978, p 05) (tradução nossa)

mais concreta e com uma intensidade de percepção que tende a anestesiar a crítica, em função a imersão da sociedade contemporânea em um mundo de imagens prontas a serem consumidas.

As transformações da orientação curatorial da Casa do Bandeirante nos últimos 30 anos afastaram-se dessa teatralização, optando por exposições temáticas que, de algum modo, dialogavam com a renovação historiográfica e museológica dos anos 1970 e 1980, o que configuraria uma outra experiência museológica que escapa ao recorte deste trabalho.

A presente dissertação está organizada em uma introdução, quatro capítulos e em considerações finais. A Introdução apresenta o tema e seu relevo para os estudos museológicos, os principais referenciais teóricos para a abordagem do tema, a metodologia adotada e as fontes utilizadas.

No primeiro capítulo, denominado “Uma casa para o passado paulista”, abordo o imóvel selecionado para abrigar a Casa do Bandeirante do ponto de vista dos critérios e conceitos utilizados para sua valorização como ruína histórica e patrimônio arquitetônico digno de ser preservado. Nesse sentido, busco respaldo em diversos autores que se debruçaram sobre o tipo arquitetônico que se convencionou chamar de “casa bandeirista”, como Luis Saia, Carlos Lemos, Júlio Katsinky e Lia Mayumi, bem como documento seu processo de municipalização, iniciado por meio de doação da quadra em que se encontrava a casa arruinada, à Prefeitura pela Companhia City.

No segundo capítulo, denominado “Restaurando a casa paulista”, abordo o processo de restauração da Velha Casa do Butantã, segundo a linha teórica metodológica de Luis Saia, que orientou os procedimentos, refletindo o entendimento de que seria restaurada uma casa bandeirista. Procuro problematizar as ações de transformação da antiga residência, os abrigos construídos na área externa e a configuração de um cenário bandeirista. As ações empreendidas foram abordadas utilizando como referencial alguns autores como o próprio Luis Saia e Lia Mayumi, além da análise da documentação guardada no Fundo IV Centenário da Cidade de São Paulo.

No terceiro capítulo, “A homogeneidade de um acervo heterogêneo”, busco referências conceituais e teóricas na bibliografia que aborda o período em que a casa foi tornada museu. Trata-se da efeméride do IV Centenário da Cidade de São Paulo, estudado em profundidade por Silvio Lofego, cuja comissão organizadora foi responsável pela restauração e organização da Casa do Bandeirante. A análise da definição do partido curatorial da casa e de seu discurso histórico relaciona-se com a

atuação do Museu Paulista e com a historiografia das bandeiras, sob a ótica da tese de Ana Cláudia Brefe. A ação do mentor, organizador e primeiro conservador da Casa do Bandeirante, Paulo Camilher Florençano, o programa de trabalho e conceitos teóricos que balizaram as práticas de constituição do acervo e seu perfil, será um dos pontos centrais deste capítulo.

No quarto capítulo, “Uma exposição como experiência”, abordo a montagem museográfica chamada de *period room* do ponto de vista historiográfico e conceitual, importantes para o partido conceitual adotado na Casa do Bandeirante. Também verifico nesse capítulo as cerimônias de apresentação e inauguração do museu, o papel da imprensa como veículo de divulgação e referenciação do conteúdo simbólico da Casa do Bandeirante e o perfil do público visitante do espaço. Nesse sentido, o texto de Ulpiano Bezerra de Meneses será fundamental como eixo teórico para as problematizações desejadas. Será utilizada também bibliografia da área museológica.

As considerações finais consistirão num balanço acerca das análises dos capítulos anteriores, serão apresentadas reflexões e conclusões do processo de musealização do acervo móvel e imóvel e do fato museal consolidado como a Casa do Bandeirante, buscando apontar potenciais de pesquisa de aspectos que se colocaram ao longo do processo destas reflexões, mas que não tenham sido abordados em função de fugirem do escopo teórico-conceitual definido para a produção desta dissertação de mestrado.

CAPITULO 1

UMA CASA PARA O PASSADO PAULISTA

A Casa do Bandeirante ocupou física e simbolicamente uma residência rural de meados do século XVIII, localizada num bairro de São Paulo que passava por transformações urbanas capitaneadas pela empresa City. Ao ser selecionada e valorizada para ser restaurada pela Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo, em 1954, trazia evidências arquitetônicas que a distinguiam e, com um cuidadoso processo de restauração, poderia abrigar o primeiro museu municipal da Cidade de São Paulo.

Seus principais articuladores foram o presidente da Comissão, Guilherme de Almeida, e o idealizador da Casa como espaço de memória, Paulo Camilher Florençano, que trabalhou como mentor, organizador e, finalmente, conservador, quando a casa do Bandeirante foi inaugurada e, posteriormente, municipalizada.

Apesar de não ter sido tombada pelo recém-criado DPHAN, o delegado regional Luís Saia foi o grande artífice da interpretação funcional da casa, que acabou por tornar-se uma referência indispensável para a compreensão do partido arquitetônico das chamadas “casas bandeiristas” e do papel que podiam desempenhar na compreensão das dimensões materiais do passado sertanista de São Paulo. Nesse capítulo será problematizado como esse processo foi engendrado.

1.1 Uma casa “bandeirista” no Butantã?

O museu denominado “Casa do Bandeirante” está situado em um imóvel situado na atual Praça Monteiro Lobato, bairro do Butantã, São Paulo, construído em taipa de pilão e coberto de telhas de cerâmica. A documentação mais antiga que se refere a essa casa data de fins do século XVIII, quando o período das bandeiras já havia terminado há cerca de cinquenta anos. Ela, no entanto, passou a ser associada ao período bandeirista pouco tempo depois de sua doação à Prefeitura de São Paulo, ocorrida na década de 1940. Essa associação permanece viva até hoje, embora fosse contestada

explicitamente no artigo de Márdua Roseny Pacce, publicado no volume 193 da *Revista do Arquivo Municipal*, de 1980.

Lia Mayumi explica que a área onde estava situada a casa era propriedade da Companhia City⁵ e que, ao lotear a área e, por força da legislação municipal de parcelamento do solo, a empresa cedeu à Prefeitura (Figura 1) a quadra em que a construção de taipa se erguia.⁶

Figura 1 – Vista aérea do Bairro Butantã, vendo-se ao centro, a Casa do Bandeirante, fotografia de Edison Pacheco Aquino, 1973. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo.

No documento de doação do terreno, de 1944, não constava nenhuma referência à casa. Isso só acontece a partir de 1947, quando a Prefeitura inicia um processo administrativo com o intuito de reti-ratificar a doação e acrescentar a casa à documentação. Nesse momento, o terreno estava sob a responsabilidade da Divisão do Patrimônio e Almoxarifado da Prefeitura, que informara que uma casa “muito antiga (...) foi conservada a pedido do então Prefeito Dr. Fábio da Silva Prado, que a conhecera quando atuava como Prefeito entre os anos 1934 e 1938, em virtude de ter sido moradia

⁵ Em 1911, foi fundada a empresa de urbanização com sede em Londres, com investidores franceses, ingleses e brasileiros. Juntos adquirem mais de 15 milhões de metros quadrados no perímetro urbano de São Paulo. No ano seguinte, 1912, a empresa instala-se definitivamente na capital paulista com o nome de “City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited”. Ver mais em: <http://ciacity.com.br/sobre-a-cia-city>. Acessado em: 10/07/2015

⁶ “Ao lotear o bairro, a Companhia City doou à Prefeitura, atendendo à legislação municipal de parcelamento do solo, o terreno assinalado na planta do loteamento como “Espaço Livre de uso comum n°. 2 – com área de cerca de 13.278,00 metros quadrados”. A doação, constante da escritura datada de 20-7-1944 e registrada no Cartório do 4º. Tabelião, foi recebida pelo então prefeito Prestes Maia” (MAYUMI, 2005: 76).

do Padre Belchior de Pontes”, e já, desde essa época, a ideia era restaurar a casa e transformá-la em museu (MAYUMI, 2005:78) (Figura 2).

Figura 2 - Construção de taipa que passaria a abrigar a Casa do Bandeirante, com a fachada deteriorada, antes da reforma. Fotografia de Germano Graeser. março de 1954. Acervo fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo, São Paulo.

Preocupado com o estado de conservação do imóvel, o historiador Nuto Sant’anna⁷, chefe da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura e colaborador do DPHAN, solicitara, desde 1947, a sua restauração, defendendo a ideia originalmente apresentada pelo prefeito Fabio Prado. Em 1949, solicitou ao Diretor do Departamento de Cultura, José de Barros Martins, a desapropriação e recuperação visando a instalação de um futuro museu. Nutto Sant’anna justifica o processo de doação da casa, no processo 68.988/47, em 4-11-1949, redigindo:

⁷ Citando Luis Correia de MELO, Mayumi traz uma breve biografia deste atuante membro da cultura paulista e personagem essencial na configuração da Antiga Casa do Butantã em “Casa do Bandeirante”: “Bevenuto Silvério de Arruda SANT’ANNA, conhecido como NUTO SANT’ANNA, paulista de Itirapina, nascido em 1889. Diplomado pela Escola de Farmácia e Odontologia da USP, em 1914. Em 1927, com Sérgio Milliet, organizou e publicou, para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, doze volumes de *Documentos Interessantes, Inventários e Testamentos, e Sesmarias*. Colaborou como jornalista d’*O Estado de S. Paulo* a partir de 1935. Em 1934 fundou e dirigiu, sob os auspícios do prefeito Antônio de Assunção, a *Revista do Arquivo Histórico Municipal*, a qual depois foi orientada por Sérgio Milliet e Mário de Andrade; em 1945 voltou à sua direção. Em 1936 foi eleito para o IHGSP. Sua carreira na Prefeitura de São Paulo tem início em 1932, quando fez concurso para a Prefeitura e foi nomeado escriturário pelo prefeito Anhaia Melo. Foi promovido, em 1936, a chefe da seção, e, depois, da Divisão de Documentação Histórica, pelo prefeito Fabio Prado. Em 1944 é designado, pelo prefeito Prestes Maia, para chefe substituto da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, cargo em que foi efetivado em 1946.” (MAYUMI, 2005: 79)

Este prédio deve ser reconstituído com urgência, pois os inquilinos eventuais lhe vão deturpando o aspecto. [...] Nêle poderia ser instalado pelo Departamento de Cultura um **Museu Fazendário** – com mobília e objetos antigos típicos das fazendas. Externamente caberiam – capela, senzala, monjolo, roda de água, galpões com instrumentos agrários, objetos do tempo da escravidão, tronco, bacalhau, cangalhas, carros de boi e outros que táis. O local presta-se suficientemente para uma restauração histórica dêsse quilate. Convém opinar e ouvir S.E. (MAYUMI, 2005: 79, grifo nosso)

Finalmente, em 20 de outubro de 1950, foi lavrada a escritura de reti-ratificação do imóvel, oficializando a doação da Cia. City à Prefeitura, em que é possível verificar a primeira descrição da construção:

[...] uma casa de moradia, térrea, antiga, limitada por todos os lados pelo leito da Praça 2, atualmente Praça Monteiro Lobato, com cerca de 357,40ms2 de área construída, feita de taipa, revestida, coberta com telha colonial vã, contendo 7 cômodos e encontrando-se em péssimo estado de conservação. (MAYUMI, 2005: 80)

Conforme atesta documento de 16 de janeiro de 1953, constante do Processo PMSP 44.799/53 da Divisão do Patrimônio e Almoxarifado da Secretaria de Finanças, “o imóvel está necessitando de diversos reparos, como o madeiramento dos telhados que pode acarretar acidentes visto os caibros das madeiras achar-se quebrados e ser de madeiras roliças. (MAYUMI, 2005:80)

Em 1953, a “Casa Velha do Butantã” estava habitada por diversas famílias e teve início o processo de desocupação do imóvel, ficando autorizada a permanência de apenas uma delas, para continuar a residir no local, sob o argumento de se impedir novas ocupações. Nesse mesmo ano, ocorre a transferência da casa para o Departamento de Cultura, graças aos esforços de Nuto Sant’anna, ficando a guarda do terreno e da casa sob sua responsabilidade, como representante do Departamento e Chefe da Divisão do Arquivo Histórico.

Cabe destacar que a casa era então valorizada por ser considerada a “Casa de Belchior de Pontes”, numa tentativa de aproximá-la de um personagem histórico. Nenhuma pesquisa havia sido efetuada para a confirmação dessa hipótese, o que, segundo Nuto Sant’anna, aumentaria “de muito o seu valor, pois que se forma realmente um patrimônio histórico”⁸.

8 No livro “Taipa, canela preta e concreto”, a arquiteta Lia Mayumi (2005) transcreve vários excertos do Processo nº 64.988/47. Para saber mais sobre esse assunto, consultar a tese que traz detalhadamente o processo de transferência do imóvel, entre as diversas instâncias.

Paulo Camilher Florençano⁹, funcionário estadual da Secretaria de Saúde, visitou “a Casa Velha do Butantã” em 1953, enquanto estava “participando de pesquisas sobre sedes de antigas fazendas paulistas, tendo sido levado a ela pelo seu companheiro de trabalhos, Carlos Borges Schmidt”¹⁰. Florençano relatou o que acreditava ser sua descoberta no trabalho intitulado “*A Casa do Bandeirante*” – *Expressão plástica e documento arquitetônico (Notas sobre uma tentativa de recomposição de ambiente rural doméstico do passado)*, apresentado no III Congresso

Nacional do ICOM.

Assim, Florençano descreve seu primeiro contato com o imóvel, destacando aspectos físicos de localização, construtivos e arquitetônicos, assim como o seu precário estado de conservação, qualificado como “desolador” e “quase sinistro”: (Figura 3)

Estrategicamente situada numa ondulação de terreno da várzea do rio Pinheiros (o antigo Juribatyba dos roteiros de penetração (10) bastante próxima da confluência do riacho Pirajuçar, em setembro de 1953, num feliz ensejo, deparemos com outra casa bandeirista, até então, ainda não apontada pelos estudiosos do fascinante assunto.

Nessa ocasião, a casa, mal o telhado aparecendo dentre a trama formada pela galhardia de densa capoeira que havia em seu derredor, apresentava aspecto desolador, quase sinistro: os quatro panos centrais do telhado haviam desabado; algumas de suas espessas paredes de taipa de pilão, tinham ruído e outras, ostentavam perigosas fendas

ou a corrosão atingiram profundamente os seus pontos vulneráveis; parte das robustas esquadrias de canela preta estavam carcomidas e, em cada um de seus cômodos, fronteiros e laterais, residiam por obra e graça de pseudo zelador, representantes dos mais condignos de todos aqueles tipos marginais das periferias dos grandes centros urbanos.

Figura 3: Casa Velha do Butantã. Acervo Casa Guilherme de Almeida

⁹ Paulo Camilher Florençano (Taubaté, 1913-1988). “Além de fotógrafo, ele exerceu atividades como professor primário, professor secundário de Desenho e História da Escola Normal municipal de Taubaté (...), desenhista-projetista do Departamento de Educação Física e desenhista-chefe da Seção de Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo, ilustrador do jornal *O correio paulista*[sic] da capital (São Paulo), ilustrador de livros e revistas culturais de São Paulo, colaborador de assuntos de História e diversos jornais paulistanos e cariocas, chefe da Divisão do Arquivo Municipal de São Paulo.” Ver mais em: SOUZA (2013, p 13). O autor se refere certamente ao periódico *Correio Paulistano*.

¹⁰ Recorte de Jornal s/ identificação. “Ligeiro Histórico da Casa do Bandeirante”. Pasta Casa do Bandeirante, Biblioteca do DPH, São Paulo.

Essa moradia – soubemos na oportunidade – pertencera a Companhia City de Terrenos e Melhoramentos que, percebendo a sua importância como documento arquitetônico do passado, cuidara de preservá-la no centro de uma das áreas livres, obrigatórias, do loteamento denominado Jardim Butantã, quando ali promovera obras de terraplanagem e arruamento.

Findo esses serviços, os seus diretores resolveram doar à Prefeitura de São Paulo, não só a área livre circundante (praça Monteiro Lobato) de 1.800 metros quadrados, que conservava ainda velhíssimas jaboticabeiras, pinheiros e outras belas árvores de porte, mas também, a casa nela situada.

A Prefeitura de São Paulo, porém, após a oferta, nada promoveu em prol da conservação do imóvel; burocraticamente, apenas tomou vago conhecimento da doação. Por isso, durante alguns anos, o seu estado de franco abandono persistiu e, certamente estaria fadada a desaparecer se não fosse acudida tão logo quanto possível. (FLORENÇANO, 1962: 3-4, grifo nosso)

Florençano segue sua descrição

Certos de que a Casa Velha do Butantã se apresentava como autêntico documento plástico e social dêsse tempo heroico [das expedições bandeiristas]– esplendidamente localizado em promissor bairro residencial paulistano, próximo de importantes centros de pesquisas e estudos (Instituto Butantã e Cidade Universitária) (...) tão logo ao primeiro contato, nos ocorreu a idéia de pugnar pela sua restauração e, se possível, pelo seu aproveitamento para a instalação de um museu. Empolgados por essas perspectivas, tratamos imediatamente de melhor pesquisar as características da construção, as suas origens, etc., para em seguida, elaborar plano de utilização do imóvel e, finalmente, como etapa mais difícil, obter das autoridades administrativas de São Paulo, sua atenção e os meios necessários para levar avante a obra a qual nos propúnhamos. (FLORENÇANO, 1962: 5, grifo da autora)

É possível perceber que em dois momentos distintos – com o Prefeito Fábio Prado juntamente com Nuto Sant’anna (1947) e, depois, com Paulo Florençano (1953) –, o imóvel foi valorizado para a implantação de um equipamento cultural. Um “documento arquitetônico do passado”, como citado por Florençano, com a possibilidade de ter sido a residência do Padre Belchior de Pontes, surgia como o espaço ideal para a configuração de um museu histórico. Não se pode, no entanto, deixar de observar que esse imóvel fora preservado, por um tempo que não foi possível determinar por esta pesquisa, pela ação de alguns populares que nele residiram e que foram qualificados de forma pejorativa por Florençano, ao se referir aos mesmos como “representantes dos mais condignos de todos aqueles tipos marginais das periferias dos grandes centros urbanos” ou como um tipo de “pseudo zelador”.

Em março de 1954, Guilherme de Almeida assumiu a presidência da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, substituindo Francisco Matarazzo Sobrinho¹¹. Almeida, de perfil muito mais conservador do que o de Matarazzo – que durante sua gestão estivera mais interessado em frisar o progresso industrial e material da cidade do que celebrar seus resíduos coloniais – foi o responsável pelo início do processo de conversão da casa em museu. Ainda nesse ano, Guilherme de Almeida recebeu Paulo Florençano, que expos o plano de aproveitamento da “Casa Velha do Butantã” apresentado “sob forma de memorial documentado com gráficos e fotografias”¹². E, como Almeida tinha interesse em dar um cunho mais regional “[...] às comemorações assinaladoras daquela efeméride, com algo mais diretamente ligado ao passado de Piratininga, resolveu acolher as ideias [...]”. (FLORENÇANO, 1962: 08).

Assim, a administração municipal julgou ser necessário tomar as providências cabíveis para sua manutenção sendo que, a mais urgente de todas, foi transferir a administração do imóvel à Comissão do IV Centenário¹³.

Mas antes dessa transferência, ocorrida em agosto, o jornal *Folha da Noite*, de 01 de julho de 1954, publicara uma longa matéria sob o título “Descoberta no Butantã uma velha casa construída no tempo dos bandeirantes [...] Uma entrevista do sr. Guilherme de Almeida sobre a preciosa relíquia [...]”, em que o Presidente da Comissão forneceu dados sobre o início de seu projeto para a casa e comunicava a intenção de montar *não um museu, apenas a criação de um cenário*. Guilherme destacou que o grande personagem da história de São Paulo não poderia deixar de ser o bandeirante e que a descoberta da casa por Paulo Florençano veio ao encontro de sua ideia de dar um cunho “realmente histórico aos festejos da grande efeméride paulista”:

¹¹ “Os preparativos para os festejos do IV centenário da cidade tiveram início já em 1948 quando o Prefeito Paulo Lauro nomeou Fabio Prado e mais doze membros para constituírem a “Comissão de Festejos Comemorativos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, segundo Portaria nº 20, de 29-7-1948. Em 29 de dezembro de 1951 o então prefeito Armando de Arruda Pereira criou a entidade autárquica denominada “Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo”, através da Lei nº 416, de 29-12-1951. Coube, a essa autarquia, planejar e executar todos os eventos relativos ao IV Centenário da fundação da cidade. A escolha do presidente da Comissão coube ao Governador e Prefeito e o escolhido foi Cicillo Matarazo (Francisco Matarazzo Sobrinho), que permaneceu no cargo até início de março de 1954, quando conflitos com o prefeito eleito em 1953, Jânio Quadros, o levou a pedir exoneração. A escolha do novo Presidente da Comissão coube ao Governador Lucas Nogueira Garcez e ao próprio Jânio Quadros. Em 16 de março de 1954 o poeta Guilherme de Almeida aceitou a nomeação, pela causa de São Paulo, tornando-se o presidente da Comissão.” (MAYUMI, 2005: 81-82)

¹² Até o presente momento, no levantamento documental realizado para a elaboração desta dissertação, não foi possível encontrar o memorial citado. FLORENÇANO, Paulo C. Op. cit, p. 08.

¹³ “Em 29 de dezembro de 1951 o então prefeito Armando de Arruda Pereira criou a entidade autárquica denominada “Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Lei nº 416, de 29/12/1951” Ver mais em: MAYUMI, Lia. Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2006, p81

[...] **E o grande personagem da historia de São Paulo é, sem dúvida alguma, o bandeirante.** Um fato veio ao encontro da minha ideia. O sr, Paulo Florençano denunciara a existência dentro do perímetro urbano de São Paulo de uma casa do tempo das bandeiras, do século XVII, que ainda não tinha sido “tombada”.

[...]O sr Gomes Cardim ficou encarregado de fazer a filiação e através de comparações deduz-se que a Casa tenha pertencido a **Afonso Sardinha**. [...]Essa relíquia, situa-se, no Butantã, nas proximidades da Avenida Vital Brasil, numa colina às margens do Rio Pinheiros cujo leito foi retificado, existindo, ainda, vestígios de um trapiche, tendo sido encontrado também antigos cunhos de ouro, o que leva a crer que o seu dono se dedicava à mineração aurífera, cujas minas se localizavam no Jaraguá e que foram descobertas por Afonso Sardinha.”

[...]O sr. Luis Saia, do SPHAN, está encarregado da restauração e esse trabalho seguirá toda as regras ditadas pela técnica o que aliás foi obedecido na restauração do convento do Embu e da Casa Grande do Padre Inacio.”

[...]A obras de destelhamento foram iniciadas na última quarta-feira e operários especializados, usando ferramentas da época e os mesmos processos, empreenderão esse difícil trabalho. Taipeiros de Taubaté reconstituirão parte das paredes e os muros que cercarão a “Casa do Bandeirante”. Um jardim da época será reconstruído e todos os instrumentos do quadro agrícola do tempo das bandeiras serão montados. Inumeras ofertas de colecionadores de objetos usados no Seculo XVII têm sido feitas e somente serão aceito os de **autenticidade comprovada**. [...]

“A “Casa do Bandeirante” não será um museu. É apenas a criação de um cenário. Será uma “casa viva” com peças de época, moveis e utensílios.

“Teremos na velha casa grande da Fazenda Butantã uma autentica relíquia do tempo das bandeiras e que mostrará às gerações presentes a simplicidade e a pobreza daqueles homens que enriqueceram com seus atos heróicos o Brasil. [...]Trata-se, pois, de uma homenagem que os paulistanos prestam aos seus antepassados bandeirantes no ano do quarto centenário de São Paulo. E, ninguém mais merecedor dessa homenagem que aqueles austeros paulistas que escreveram a mais bela pagina da história de São Paulo,” concluiu o sr. Guilherme de Almeida. (grifo nosso)¹⁴

¹⁴ Pasta “Casa do Bandeirante”. Acervo da Biblioteca do DPH, São Paulo.

Figura 4- Notícia do Correio Paulistano, de 17/08/1954. S/autoria. Acervo da Biblioteca do DPH, São Paulo

O jornal *Correio Paulistano*, de 17 de agosto de 1954, apresenta registro fotográfico do momento da assinatura de transferência da administração do imóvel da Prefeitura para a Comissão do IV Centenário, de acordo com o Processo 115/144-50 (Figura 4). Apesar da "Casa Velha do Butantã" já ser do conhecimento de algumas autoridades, desde 1947, e de ter havido algumas ideias para sua utilização anteriores à criação da Casa do Bandeirante, apenas com a Comissão do IV Centenário houve a junção de uma ideia com a possibilidade de uso de verba comissionada para a restauração do imóvel. E o empenho de Guilherme de Almeida em todo o processo, não só para a obtenção da verba, mas também para as autorizações necessárias quando solicitado, deu ao projeto a segurança de seguir adiante:

"CASA DO BANDEIRANTE" – Flagrante da assinatura do termo de cessão do imóvel pertencente a Prefeitura Municipal, conhecido como "Casa do Padre Belchior de Pontes", situada no Butantã, na praça Monteiro Lobato, à Comissão do IV Centenário que instalará naquela velha vivenda, depois de restaurada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, um pequeno museu relativo às Bandeiras, que se denominará "Casa do Bandeirante" – A cerimônia realizou-se no gabinete do presidente da Autarquia, sr. Guilherme de Almeida, estando presentes os srs Elmano de Almeida e Waldomiro Saraiva, da Secção de Patrimônio da Municipalidade; eng. Charles Ponchon, da Cia. City, que doou o imóvel à Prefeitura; Benedito Pacheco, encarregado da restauração pelo SPHAN; Manuel Pestigo, assistente jurídico da Comissão do IV Centenário; Paulo Florençano, da "Casa do Bandeirante" e Raul Dias de Toledo, diretor do Serviço e Relações Públicas da Autarquia.¹⁵

Não ficou claro na reportagem se apenas o Diretor de Urbanismo, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, ficou encarregado de fazer a filiação, como afirmou Guilherme de Almeida, ou se havia mais pessoas ocupadas em fazer o levantamento necessário para documentar a posse mais remota do imóvel. Mas era fundamental, naquele momento, clivar a "velha mansão" com um personagem histórico do período das bandeiras, de

¹⁵ Pasta "Casa do Bandeirante", Acervo da Biblioteca do DPH, São Paulo.

preferência um bandeirante. Isso legitimaria as pretensões de uso da casa e justificaria os gastos com o restauro.

Uma pista desse esforço associativo pode ser encontrada nas informações da tese de Katinsky, que afirma que a casa:

Levada à consideração da Comissão do IV Centenário de São Paulo pelo Sr. Paulo Florenzano [sic] como sendo a “casa de Afonso Sardinha”, recebeu amparo de verbas para sua restauração, levada a cabo pelos técnicos do IPHAN. Talvez o Sr. Paulo Florenzano [sic] tenha se louvado, para essa atribuição, no artigo do Sr. Paulo Duarte “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, publicado em 1937 no jornal “O estado de São Paulo”, onde há a referência à “casa de Afonso Sardinha” junto a Tietê no Emboaçava. (KATINSKY, 1976: 15)

A região acabou sendo identificada como a antiga sesmaria de Afonso Sardinha, como explicara Florenzano no trabalho apresentado no III Congresso do ICOM, ocorrido em abril de 1962:

Segundo pesquisas realizadas, a Casa Velha do Butantã deverá ter sido construída em terras da primitiva Sesmaria de Ybitatã (mais tarde, Butantã) que pertenceu a Afonso Sardinha, vasta gleba que até há bem poucos decênios, era considerada zona rural de São Paulo, pois ficava para as bandas do Embuaçava, onde houvera nos primeiros anos da colonização do planalto célebre reduto que defendera a Vila de São Paulo de Piratininga, do gentio revoltado.

Na escritura de doação, feita em 1515, Afonso Sardinha, o primeiro descobridor das minas de ouro, ferro e aço em todo o Brasil (17), ele e sua mulher Maria Gonçalves, legaram aquelas terras e também as de Carapicuíba, à Igreja do Colégio de São Paulo. E o documento apreendido em 1759, que se encontrava com os Jesuítas, quando de sua expulsão, entre tantas dizia: algumas terras mais pertecem a esta Doação como hé huma cismaria de terras em Ybitatã, até o Embuaçava, como consta dos títulos dela, porém são de nenhum rendimento (18). E, Azevedo Marques assevera: foi Afonso Sardinha o primeiro que teve em São Paulo trapiches de açúcar, de que pagava grandes direitos ao Rei, na sua fazenda de cultura do SÍTIO DE UBUTATÃ junto ao rio Jurubatuba (que agora se diz dos Pinheiros) em 1607...(19). Por sua vez, Washington Luís, pesquisando preciosos documentos, originais do século XVII, confirma, dizendo: a moradia e a fazenda de Afonso Sardinha, o Velho, estavam situadas em terras que partiam de Amboaçava, abrangiam a aldeia de Carapicuíba, ao longo do rio Jurubatuba em ambos os lados, e o Ibatã, onde ELE MORAVA (20).

Reportando-nos à propriamente dita Casa Velha do Butantã, cujos restos nos chegaram até o presente, - não terá sido ela a moradia original de Afonso Sardinha, o Velho: certamente ocupa o mesmo local e as terras em derredor, são as mesmas da sua Fazenda de Ibitatã, onde se fabricou o primeiro açúcar do planalto piratiningano (21), devendo datar do início da segunda metade do século XVIII. Mais precisamente, de logo após a aplicação da lei de expulsão dos Jesuítas (1759), quando os seus bens foram confiscados pela Real fazenda, e daí, passando para as mãos de terceiros. É, portanto, construção levantada em pleno decorrer do Ciclo do Ouro, legítima, seguramente, como documento e como expressão plástica (22). Tornando essa

fazenda propriedade dos Vieira de Medeiros, **gente paulista de velha cepa**, [grifo nosso] recebeu então, a denominação de Fazenda de Santa Cruz, até ser, por seus descendentes, vendida à Companhia City de Terrenos e Melhoramentos. [Notas 17,19 e 21: AZEVEDO MARQUES, 1954: 32; nota 18: *Documentos Interessantes*, vol. 44, p.367; nota 20: SOUZA, Washigton Luís Pereira de, 1857:147] (FLORENÇANO, 1962: 07, grifo do autor)

O imóvel adquire o *status* de relíquia histórica, ecoando aquilo que Mário de Andrade já dizia na sua função de representante técnico do SPHAN, em São Paulo, quando buscava bens arquitetônicos paulistas que pudessem ser tombados pelo órgão federal: “Recensear e futuramente tombar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde passaram grandes fatos históricos” (ANDRADE, 1981: 69, apud GONÇALVES, 2007: 52). O fato de a construção ter sido valorizada por diversas autoridades municipais não garantiu, entretanto, seu tombamento pelo DPHAN.

É importante destacar que Florençano descreve os últimos moradores – os Vieira de Medeiros – de “gente paulista de velha cepa”, traçando o arco invisível que une Afonso Sardinha, o Velho, que morrera na primeira metade do século XVII, à essa geração de paulistas que também tinha o seu lastro no passado. Sob essa visada temporal, que costurava passado e presente, estava confirmado o destino da casa como espaço de enaltecimento e glorificação do sertanismo paulista.

As obras de restauração foram fartamente documentadas pela imprensa paulista, algo estimulado pelo convite realizado a alguns veículos para que fossem até o local das obras e cobrissem o trabalho. A Assessoria de Imprensa da Comissão do IV Centenário também atuava nesse sentido, pois enviara aos periódicos um *press release* com os dados históricos da região do Butantã (onde vivera Sardinha), da residência e da futura destinação de museu atribuída ao imóvel.

Em todos os jornais pesquisados e nos recortes encontrados em diversas instituições, como DIM, DPH e Casa Guilherme de Almeida, é possível encontrar, com unanimidade, históricos que mencionam o vínculo da região a Afonso Sardinha, o Velho. A imprensa, nesse sentido, teve um papel preponderante na construção desse imaginário que vinculava a casa ao tempo das bandeiras seiscentistas, pois corroborava a versão oficial de que o lugar em que ela se situava teria pertencido a Sardinha e que a casa, posterior, se relacionava com o período áureo do sertanismo¹⁶.

¹⁶Podemos citar como exemplo dessa corroboração as reportagens: Preservada na zona urbana da cidade a casa do bandeirante, *O Estado de S. Paulo*, 01/07/1954,; Descoberta no Butantã uma velha casa construída no tempo dos bandeirantes, *Folha da Noite*, 01/07/1954; Testemunha arquitetônica dum

Esta interpretação quanto a Sardinha ter sido vinculado às terras em que se situava a velha casa de taipa permaneceu corrente até 1980, quando Márua Roseny Pacce, historiógrafa do DPH, publicou um artigo intitulado *A propósito da Casa do Bandeirante*. Após debruçar-se sobre os maços documentais do Arquivo do Estado de São Paulo e outras fontes complementares, Pacce conseguiu desfazer as antigas afirmações: nem a região nem a casa foram habitadas por Afonso Sardinha. O artigo explica que as obras de retificação do canal do Rio Pinheiros, realizadas pelo Estado, em 1927, com o objetivo de facilitar a urbanização da área pela empresa Companhia City e a regularização de envio de água até a represa Billings, alteraram profundamente a geografia do Butantã. A retificação corrigiu meandros do rio e deslocou o novo curso do rio para leste, fazendo com que a casa acabasse por localizar-se na margem oposta à que originalmente ocupava (PACCE, 1980: 125-126).

Pela pesquisa realizada na documentação legada da época, Pacce destacou que Afonso Sardinha, antigo povoador e morador de Santos, estabeleceu-se na povoação de Piratininga em data desconhecida e que, em 6 de setembro de 1584, “recebeu por carta de sesmária as terras localizadas além do rio Pinheiros entre os ribeirões Pirajussara e Jaguaré ou Jaguarahé” (PACCE, 1980:130). E, mais tarde, ocupou, no ano de 1607, “as terras que estavam perto do rio Jerobotiba (atual rio Pinheiros) [...] onde havia um trapiche de açúcar. [...]”. No auto de posse da data de terra, temos a 1ª referência ao nome da fazenda [...]”. Apesar da leitura dificultada pelo estado de conservação do documento “permite o estabelecimento da origem das terras da conhecida “Fazenda Butantã” em mão de Affonso Sardinha [...]” (PACCE, 1980, p130).

Estas passagens nos ajudam a esclarecer que a região do Butantã, também conhecida nos documentos antigos como Uvutantan, Ubutantan Uvutatá ou Ybitatá, não era a mesma ocupada pelo imóvel que é o objeto desta pesquisa, tendo sido confundida por aqueles que procuravam encontrar a origem da ocupação da casa em 1954. Um dos livros citados como fonte por Paulo Florençano, e que faz referência a Affonso Sardinha e sua sesmária, é o intitulado *Apontamentos históricos da Província de São Paulo*, de Azevedo Marques, publicado pela Editora Martins como parte das efemérides do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954. Mayumi resume a pesquisa de

passado grandioso – em plena zona residencial de São Paulo uma relíquia do tempo dos bandeirantes, *A Gazeta*, 01/07/1954; A Casa do Bandeirante, *O Estado de S. Paulo*, 04/08/1954;; A restauração da Casa do Bandeirante, *QUAL VEÍCULO*, 13/08/1954; O IV Centenário da Cidade de São Paulo - A Casa do Bandeirante, *A Voz* (Lisboa), 16/08/1954; Casa do Bandeirante, *Correio Paulistano*, 17/08/1954; Reconstituição de uma velha casa da era das bandeiras, periódico não identificado, 01/12/1954; Inaugura-se no dia 25 a Casa do Bandeirante no bairro do Butantã, *O Estado de S. Paulo*, 15/01/1955; Serão encerradas hoje as comemorações do IV Centenário da fundação de São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, 25/01/1955,.

Pacce a qual afirma que a casa tem seu registro documental mais antigo datando de princípios do século XIX, o que, até o presente, torna impossível qualquer conjectura quanto aos seus proprietários mais antigos:

A mais antiga e conhecida referência documental sobre o sítio que deu origem ao atual loteamento City Butantã, onde se localiza a casa, data de 1822. O proprietário do sítio era Antônio Corrêa de Moraes, que o doou naquele ano aos seus afilhados Generoso e Francisco, filhos de Joaquim Aranha. Em 1843 os dois afilhados vendem a área a Joaquim José Mariano de Medeiros, casado com Albina da Luz. Com a morte de Joaquim de Medeiros, a viúva Albina e seu filho Marcelino herdaram a propriedade. Em 1853 ambos, juntamente com a esposa de Marcelino, Anna Francisca, vendem a propriedade a Vicente Xavier de Medeiros, que a vende em 1864 ao Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, casado Felicíssima de Campos Barros. Nessa escritura de venda e compra o sítio aparece pela primeira vez com a denominação de “Rio Abaixo de Pinheiros”, e pela primeira vez se faz referência a “casas”, quando são descritas benfeitorias existentes na propriedade tais como casas, moenda para cana e pastagens. Um ano depois, em 1865, o Comendador e sua esposa Felicíssima vendem o Sítio do Rio Abaixo de Pinheiros a Eugênio Vieira de Medeiros. Com o falecimento deste, sua esposa Rita Maria de Medeiros e seus herdeiros vendem a propriedade em 1911 à Companhia Edificadora de Villa América. Na ocasião consta ter a propriedade a extensão de cento e vinte e dois alqueires. No mesmo ano Edouard Fontaine de Laveleye adquire a propriedade, e no ano seguinte, 1912, vende-a à Companhia City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited que, ao lotear a gleba, doa à Prefeitura em 1944 o lote onde se situa atualmente a casa do Butantã. (PACCE, 1980 apud MAIUMY: 77)

Procurando compreender o imóvel onde foi instalado o museu “Casa do Bandeirante” do ponto de vista de sua descrição formal, como residência rural paulista, ficou evidente na documentação pesquisada e nas publicações que buscaram sua legitimação, como exemplar típico de residência rural do ciclo das bandeiras, que ela esteve inserida dentro de um programa maior de construção ideológica.

Luís Saia, líder da representação do DPHAN/SPHAN em São Paulo, entre as décadas de 1940 e 1970, procurou estabelecer um padrão comum a todas as casas que foram construídas nas cercanias de São Paulo, nos primeiros séculos de ocupação por parte dos portugueses e que foram por ele caracterizadas como “casas bandeiristas”. O termo, dos mais clássicos na historiografia da arquitetura em São Paulo, apareceu pela primeira vez na publicação de sua autoria denominada “A casa Bandeirista – uma interpretação”, editada em 1955. Indicadas já por Mário de Andrade nos primeiros anos da década de 1930 e depois pelo próprio Luís Saia, no artigo “Notas sobre a arquitetura

rural paulista do segundo século”, de 1944¹⁷, tais casas seguiriam uma certa regularidade formal e de técnica construtiva, sempre em taipa de pilão. São elas: Mirim, Tatuapé, Morrinhos (Chácara São Bento), Santo Amaro (hoje desaparecida), Jabaquara (Ressaca), Caxingui, Mandu, Calu, Padre Inácio, Santo Antônio, Querubim, São Romão, Santana do Parnaíba e Chácara do Quinzinho, em Sorocaba¹⁸. A Casa Velha do Butantã não fora relacionada porque ainda não havia sido localizada nessa época.

Procurando sistematizar e atualizar os seus estudos preliminares sobre as características específicas das casas construídas pela classe dominante, Saia afirmou, referindo-se à construção do Butantã em que seria instalada a Casa do Bandeirante, que:

A residência do potentado paulista instala-se num retângulo, com paredes de taipa de pilão, telhado de quatro águas e cobertura com telhas de canal. Prefere sempre uma plataforma natural ou artificial, a meia encosta, nas proximidades de um riacho. A planta se desenvolve segundo um esquema bem preciso: uma faixa social, fronteira, contém a capela e o quarto de hóspedes e, no meio, o alpendre; atrás dessa faixa e em correspondência com as divisões dela, em torno de uma sala central, os quartos se dispõem lateralmente. Às vezes, no fundo, comparece um agenciamento de serviço, dando acesso ao pavimento superior. Nos exemplares mais tardios, este compartimento se transforma em alpendre (SAIA, 1955: 10)

Essa descrição irá reger os trabalhos de montagem do cenário da Casa do Bandeirante e da distribuição dos cômodos dessa residência, tendo sido repercutido, a exaustão, em todas as reportagens e publicações relativas a esse museu. Essas características serão analisadas mais à frente, confrontadas com estudos mais recentes.

Saia também descreveu detalhes decorativos, em busca de legitimar a casa, embora não concordasse com seu vínculo com Sardinha:

Ainda que a premência de tempo não haja permitido identificar o primitivo morador, tudo leva a crêr tenha sido construída em meados do século XVIII: o desenho dos cachorros dos cunhais e a solução sumária dos restantes, as vergas curvas, o alpendre posterior de serviço, algumas divisões internas de pau-a-pique, o galho das colunas e a banqueta da fachada principal, o desenho dos espelhos, o uso de dobradiças e mais um sem número de detalhes de construção que somente o trato íntimo e especializado com este gênero de construção revela e que seria fastidioso enumerar. Não teria sido obra, portanto, de Afonso Sardinha, que aí obteve sesmaria no fim do primeiro século. Pode não ser, portanto, uma residência da grande obra bandeirista do século XVII. Porém é uma peça típica de uma fase do bandeirismo paulista. Legítima seguramente. (SAIA 1955: 14-15)

¹⁷Publicada na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1944, nº8

¹⁸Posteriormente esse número se alterou (Gonçalves, 2007), (Lemos, 1999), (Zanettini, 2011).

Segundo a cronologia que Saia estabeleceu em seus livros, quanto mais apurada a técnica, mais antigos seriam os exemplares residenciais e para isso acontecer a casa deveria apresentar “taipa de melhor qualidade de execução; a presença de canela preta na carpintaria; as paredes de taipa de pilão mais delgadas; e a presença de paus roliços travando internamente as paredes” (SAIA apud MAYUMI, 2005: 33).

Embora houvesse a ressalva de Saia, no período da montagem do museu, e nos anos subsequentes, aceitava-se sem questionamento que, se a casa não fora construída por Affonso Sardinha, com certeza fora construída na sua sesmaria. E, Paulo Florençano em sua comunicação apresentada no III Congresso do ICOM, em Salvador, em 1962, assim a descreve:

A planta da Casa Velha do Butantã se desenvolve dentro de formato quase quadrado, medindo de frente 17,70mts x 20,20mts lateralmente. O seu telhado, de quatro águas, coberto de telhas de canal, projeta-se por cima das paredes externas, em forma de largo beiral, suportados por cachorros de simples feitura; apenas os quatro cachorros de cunhal se apresentam entalhados artisticamente. A **observação da planta** dessa casa, a sua comparação com as plantas de outras e, paralelamente, **o estudo dos costumes e dos hábitos domésticos da sua época**, e outros fatores, oferecem meios que facilitam de imediato e **oferecendo poucas possibilidades de erros, a interpretação da utilização dos seus doze cômodos**. (FLORENÇANO: 05, grifo do autor) (grifo nosso, em negrito)

Figura 5: Estudo realizado por Júlio Katinsky em sua tese de doutorado. Notar o desenho da planta da Casa do Bandeirante

A descrição realizada por Florençano baseava-se nos estudos de Saia que, naquela época, determinava de modo absoluto os primeiros critérios para a identificação e caracterização da casa bandeirista, dentro de uma elaboração ideológica do passado.

Duas décadas depois, Júlio Katinsky, procurando estabelecer uma abordagem das “casas bandeiristas” em sua tese de doutorado¹⁹, também se debruçou sobre a “Casa do Bandeirante”. O autor destaca que a casa foi construída numa das raras elevações da região, em frente o Rio Pinheiros, cerca de 1,5m acima da altitude média da várzea; a planta da casa é simétrica tanto em relação ao eixo paralelo do comprimento, como em relação à largura; a segunda sala termina

em varanda com dimensões idênticas à varanda da frente e a diferença apenas pode ser percebida pela forma da verga da porta, que na frente é arqueada, enquanto que a dos fundos é reta. A taipa das paredes tem 50cm de espessura e sua altura no interior da casa é de 5,50m, enquanto as paredes externas medem 3,80m. Os detalhes decorativos se resumem ao telhado com dupla inclinação, o beiral formado por cachorros entalhados e prolongamento do caibro, os esteios oitavados e a forma das aberturas. Acredita o autor que o piso original provavelmente seria de terra batida (KATINSKY, 1976:73). (Figura 5)

¹⁹ KATINSKY, Júlio Roberto. Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. Instituto de Geografia – USP, Tese de doutorado, 1976, São Paulo

Ainda quanto à datação da casa, é indispensável lembrar que no período que a

Figura 6 – "Casa do Butantã", tal como foi encontrada. A sala central havia perdido uma parede divisória, cuja marca aparece na fotografia. O alpendre principal fôra fechado. Notar as ergas retas da parte correspondente a êste fechamento. O uso desta residência com base em programas diferentes do bandeirismo determinou várias modificações inclusive de novas envasaduras. Como este aproveitamento não deu resultado satisfatório, as aberturas foram novamente fechadas. O cachorro do cunhal é decorado. O fôrro do beiral é de "tabuado". Legenda do autor. Fonte: SAIA, 1955, p.26.

"Casa Velha do Butantã" ainda iria iniciar o processo de restauração para ser posteriormente transformada em museu, residia ali um grupo de moradores que foram desalojados, restando apenas uma família. (Figura 5) Filho do antigo proprietário, o sr. Antonio Vieira de Medeiros foi o único morador autorizado a permanecer no imóvel, na condição de zelador. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou no dia da inauguração do museu, 30 de outubro de 1955, uma reportagem de página inteira sobre a "Casa do Bandeirante". Sob o título "Ligeiro Histórico da Casa do Bandeirante", descreve esse momento:

Um dos últimos proprietários das terras que pertenceram a Afonso Sardinha foi a família Vieira de Medeiros, que as vendeu há alguns anos à Companhia City de Terrenos e Melhoramentos. (...) Durante alguns anos o velho solar setecentista permaneceu esquecido, servindo de abrigo a um guarda municipal e mais algumas famílias sem recursos, sendo já muito precário seu estado de conservação. Paredes rachadas, parte do telhado ruído, portas e janelas estragando-se por falta de reparo. Além disso, algumas de suas principais características arquitetônicas haviam sido alteradas: tanto o amplo alpendre de serviço, existente na parte dos fundos e típico das construções da época, como o majestoso pretório para onde se abrem a capela e o quarto de hóspedes, haviam sido fechados com paredes de taipa, para que a casa pudesse abrigar maior número de pessoas.²⁰

A Comissão do IV Centenário colheu, em 31 de maio de 1954, o depoimento de Antônio Vieira de Medeiros, antigo morador da "Casa do Bandeirante" e que foi transcrito. Pacce o reproduz, sendo interessante verificar o entendimento que o antigo morador tinha em residir numa casa muito antiga:

O informante, atualmente com 82 anos de idade, nasceu na Casa Velha do Butantã sendo filho do antigo proprietário, Eugênio Vieira de Medeiros, pessoa que foi muito

²⁰ Ver mais em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551030-24690-nac-0034-999-34-not/busca/Casa+Bandeirante+CASA+BANDEIRANTE> Acessado em: 10/04/2015.

conhecida em todo o bairro de Pinheiros, onde existe uma rua com o seu nome. Diz o informante que o seu pai adquirira a casa e o sítio, de um seu tio-avô, Vicente de Medeiros. O nome que davam a propriedade era o de “Sítio do Rio Abaixo” ou “Sítio Velho do Butantan” estando sob a invocação da Santa Cruz, em cujo louvor se realizavam anualmente, imponentes festas. Junto à casa, do lado direito de quem entra, havia uma cruz de madeira, antiquíssima, tendo um metro de altura, aproximadamente. [...] Segundo contava o seu pai, a casa “era muito antiga e tinha mais de 300 anos e, pertencera aos jesuítas, que a perderam quando houve a sua expulsão”. Cinco anos antes de ser promulgada a “Lei Áurea” todos os escravos do sítio foram libertados por seu pai, que sempre pugnara em prol do fim do cativeiro.

ALGUNS DADOS SOBRE A CASA: Lembra-se o informante que os quartos de dormir eram todos forrados com tábuas largas, de canela preta. Essas tábuas foram retiradas por pessoas que moravam perto, quando a casa foi desocupada. As janelas do quarto de dormir, somente essas, eram gradeadas com grades de madeira colocadas em quina [...]. Havia dois alpendres: um na frente, outro nos fundos. O da frente possuía uma mureta de um metro de altura, mais ou menos. Mais tarde esse alpendre foi fechado.

EXTERNAMENTE: Diz o sr. Antonio de Medeiros que havia em toda a volta da casa, um muro de taipa, cercando-a. Nesse muro um portão largo, de madeira dava acesso aos visitantes. Contava-se que esses muros cercavam todo o terreno próximo da casa, menos o lado do rio Pinheiros. [...]

PORTO FLUVIAL: Conta o informante que, passando o rio Pinheiros a uns 150 metros da casa, e sendo perfeitamente navegável, o seu pai possuía 3 canoas, todas elas feitas de um só pau. Usavam essas canoas para levar e trazer mercadorias, não só do centro do bairro de Pinheiros, como também de lugares distantes. Lembra-se perfeitamente que na barranca do rio havia umas pedras empilhadas (sobrepostas) parecendo ser obra muito antiga. Davam idéia de ser a cabeceira de **um trapiche**. (PACCE, 1980, 142-145, grifo nosso)

O antigo morador se referia à casa como sendo *muito antiga, de mais de 300 anos, e que teria pertencido aos jesuítas*. Essa informação pode ter sido utilizada para corroborar o que as pesquisas preliminares tinham apontado, que as terras [onde estava a casa] e “grande parte dos bens de Affonso Sardinha e da mulher Maria Gonçalves foram doados, por escritura de 9 de junho de 1615, ao Colégio dos Padres da Companhia de Jesus”²¹

Katinsky lembrou também que, apesar desse passado possivelmente ilustre, a casa chegara aos tempos da restauração em mãos bem mais humildes do que as que a teriam mandado construir:

²¹ “Cartório da Tesouraria de Fazenda de São Paulo, maço 4 de Próprios Nacionais, papéis apreendidos aos jesuítas”, citado na reportagem de inauguração da Casa do Bandeirante em 30/10/1955 do Jornal O Estado de S. Paulo. In: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551030-24690-nac-0034-999-34-not/busca/Casa+Bandeirante+CASA+BANDEIRANTE>. Acessado em: 10/04/2015

Mas, curioso fato que também merece registro: não foi a camada “cult” paulista que mais se empenhou nessa conservação. Afora uns raros exemplos já mencionados, a carga maior para a conservação dessas obras, quem a suportou, parece, foi a própria população caipira. Mesmo “deformando”, adaptando a novos usos, adulterando certos elementos, conservaram a lembrança às vezes fantasiosa de sua importância, mas nunca inteiramente falsas. Foi assim que os arquitetos do IPHAN as encontraram e puderam, até certo ponto, recuperá-las. (KATINSKY, 1976: 20)

1.2. A casa como patrimônio arquitetônico

Meses depois da inauguração da restauração da casa, Washington Luís posou para uma fotografia pisando a soleira do pretório da casa do Butantã, repetindo não de graça o mesmo gesto que ele fizera ao valorizar pioneiramente as velhas casas rurais

Figura 7: Washington Luis pisa a soleira do pretório (alpendre) da Casa do Bandeirante, em maio de 1955. Acervo Casa Guilherme de Almeida

de taipa localizadas nos arredores de São Paulo. (Figura 7) Washington Luís, que foi Presidente da República entre 1926 e 1930, quando ainda era Prefeito da capital paulista, explorara, em 1916, a então pouco conhecida casa sede do Sítio do Padre Inácio, em Cotia.

Essa foto, que representa o início do interesse das autoridades públicas paulistas pelo patrimônio colonial, foi então reatualizada em 1955, unindo os novos “restauradores” àquele político da República Velha, que era também um importante historiador do período colonial paulista.

Washington Luiz Pereira de Souza nasceu em Macaé, no Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 1869. Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891 e iniciou uma bem-sucedida carreira política no Partido Republicano. Exerceu os cargos de deputado estadual (1904-1906), secretário estadual de Justiça (1906-1912), prefeito da capital (1914-1919) e presidente do estado (1920-1924). Sua atuação estava estreitamente ligada às estruturas do poder econômico e político paulista. Foi também senador (1925) e presidente da República (1926-1930), sendo deposto pelas forças armadas. Como

historiador, Washington Luiz publicou os livros *A Capitania de São Paulo* e *Na Capitania de São Vicente*, além de ter sido o responsável pela criação do Arquivo Histórico Municipal e pela promoção da série *Inventários e testamentos* do Arquivo do Estado²².

Segundo Ana Cláudia Brefe, Washington Luiz, quando presidente do estado de São Paulo, aprovou um aumento significativo para o orçamento anual do Museu Paulista, que passou de oitenta contos de réis para trezentos e cinquenta contos de réis, o que permitiu ao diretor Afonso Taunay dar prosseguimento a seu projeto de decoração histórica no Museu, ao trabalho de enriquecimento do acervo e de consolidação de sua atuação como historiador das bandeiras.

A partir de 1923 até 1935 abre-se um novo período no Museu que poderia ser definido como momento de consolidação do trabalho de Taunay como diretor e como historiador que, então, passa a ser reconhecido como o grande especialista da história de São Paulo e um dos maiores conhecedores das tradições regionais. [...]

A consolidação de Taunay como historiador das bandeiras se faz, sobretudo, entre 1922 e 1930, quando através do aparato institucional ele encontra grande apoio do governo estadual, para desenvolver sua obra e enriquecer o acervo do Museu.

Vale lembrar, que este período coincide com o governo de Washington Luís na presidência do Estado de São Paulo e, em seguida, na presidência da República. Washington Luís além de ser um estudioso da história de São Paulo antes de se engajar nas vias da política, patrocinou, desde a época em que foi prefeito de São Paulo, a publicação de documentos relativos à sua história, bem como foi um dos principais doadores do acervo de objetos e documentos históricos do Museu Paulista. (BREFE, 1999: 248-249)

No artigo “Washington Luiz e as ‘casas bandeiristas’”, publicado na *Revista Paulistânia*²³ nº 59, edição de junho–setembro de 1957, Paulo Camilher Florençano, então Conservador da Casa do Bandeirante e Redator-Secretário da revista, escreveu sobre a atuação de Washington Luiz, no “interesse e culto ao nosso passado”. Florençano descreveu como suas ações se dividiram entre a publicação de documentos

²² Para saber mais, consultar: <http://www.historiabrasileira.com/biografias/washington-luiz/>

²³ A Revista Paulistânia era o órgão oficial do Clube Piratininga, fundado em 1934, em São Paulo, com o auxílio de Guilherme de Almeida e outros, muitos membros do IHGSP. Em 1935, criaram um pequeno boletim informativo que daria origem a revista e que teve sua última publicação no início da década de 1980. Segundo MAYUMI, Paulo Florençano dirigia a Redação da Paulistânia quando Guilherme de Almeida foi nomeado presidente do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em março de 1954. Para saber mais ler: MAYUMI, Opcit.p82-88.

antigos, escrever estudos sobre a história de São Paulo, incentivando pesquisadores, “dotando verbas especiais para as reformas e adaptações de instituições culturais” (citando o Museu Paulista), “mandando restaurar antigos monumentos e edifícios ligados aos feitos dos nossos antepassados”, como o Obelisco do Piques, Igreja e Convento de Embu e “Árvore das Lágrimas”, entre outros. (*Revista Paulistânia*, 1957: 32-34) (Figura 8) Segundo o autor, Washington Luiz se interessava pelas casas

Figura 8: Desenho de Major Levy "aludindo as atitudes declaradamente paulistas do dr. Washington Luiz. Postal com a retrato do presidente dentro do mapa do estado de São Paulo. In: FERREIRA, Tito Lívio. Washington Luiz Historiador, Revista Paulistânia, nº 59 1957, p27.

bandeiristas, fazendo constantes excursões pelo município da capital ou pelos municípios vizinhos, para conhecê-las.

Em 1916²⁴, sendo então prefeito de São Paulo veio saber que, nas imediações de Cotia, um dos mais antigos municípios vizinhos da Capital, havia uma velha residência, casa-grande de tradicional fazenda, toda construída de taipa e que, pelo que parecia, datada do século XVII, sendo, pois, exemplar típico de residência de um aristocrata rural do tempo das bandeiras. E, tão logo se lhe apresentou o ensejo, visitou a célebre “Casa do Padre Inácio”, denominação popular dada à sede da sesmaria pertencente a Roque Soares de Medela²⁵, sertanista que, em princípios do século XVIII, foi um dos primeiros a descobrir ouro em Minas Gerais [...]. Dessa visita, foram tiradas, por ordem do dr. Washington Luiz algumas fotografias das quais, uma delas, em que o ilustre brasileiro à entrada do pretório aparece, **constitui verdadeiro documento iconográfico, pois serviu para orientar os trabalhos de reconstituição ali efetuados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** (FLORENÇANO, 1957: 34, grifo nosso)

²⁴ Carlos Lemos, no seu livro *Casa Paulista*, situa essa visita no ano anterior, em 1915. LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p52.

²⁵ Segundo o autor, pesquisas posteriores realizadas em inventários e testamentos publicados e outros inéditos, permitiram organizar com precisão a sucessão de proprietários da Casa do Padre Inácio e afirmar que: “E o próprio Roque Soares de Medela também nunca residiu na referida casa histórica de propriedade do IPHAN.” (LEMOS *Opcit*:53)

As obras de restauro foram realizadas na década de 1950; essa foto tirada em

Figura 9: "Em 1916, quando prefeito da capital, o dr. Washington Luiz visitou a Casa do Padre Inácio, e foi retratado à entrada do alpendre (pretório)". Legenda do autor. FLORENÇANO, Paulo C. Washington Luiz e as casas bandeiristas, Revista Paulistana, nº59, 1957, p32.

momento anterior às obras, pode ter servido para orientar os trabalhos de reconstituição, como afirmou Florençano. Mas o gesto registrado pela fotografia foi interpretado, naquela época, como um "selo legitimador" da antiguidade do imóvel e representatividade como monumento histórico e patrimônio arquitetônico paulista, digno de tombamento pelo SPHAN, o que só ocorreu em 1951. (Figura 9)

Essas primeiras iniciativas de localização e valorização do patrimônio arquitetônico colonial paulista, realizadas ainda na década de 1910, não redundaram em ações efetivas de preservação. Tais ações efetivamente ocorreram a partir do Decreto-lei nº.25, de 30 de novembro

de 1937, criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN²⁶ –, dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Mário de Andrade ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Cultura e chefe da Divisão de Expansão Cultural em São Paulo, quando foi convidado por Rodrigo de Melo Franco para atuar como Assistente Técnico do SPHAN. Assim, em 1937, Rodrigo solicita à Mário que realizasse o levantamento de edificações em todo o estado de São Paulo e na carta datada de 17 de maio descreve o que espera:

...o que eu queria pedir a você era elaborar um plano [...], no sentido de serem inventariadas tão completamente quanto possível as obras de arquitetura com interesse artístico ou histórico existentes em São Paulo. Não se trata ainda do tombamento, [...]. O que lhe peço é apenas um inventário preliminar, com os seguintes dados a respeito de cada edificação a relacionar: descrição sumária, histórico breve, autoria da obra (quando for possível apurá-la), material empregado na

²⁶ "A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente". In: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN> Acessado em: 10/01/2016

construção (cantaria, taipa ou o que for), estado atual de conservação, reforma ou alterações que tiver sofrido, reparos urgentes de que precisar, referências bibliográficas que existirem a seu respeito e, por fim, documentação fotográfica (esta última tão completa quanto possível). (ANDRADE, 1987b: 125, apud GONÇALVES, 2007:50)

A equipe composta por Mário foi bastante reduzida, o que evidencia o esforço inicial: Luis Saia, que já havia trabalhado com Mário na Missão de Pesquisas Folclóricas e chamado por este de “engenheirando dedicado e apaixonado de coisas históricas e coloniais” (GONÇALVES:50), o historiador Nuto Sant’Ana e, em setembro foi incorporado - devido a constatação das dificuldades técnicas de conseguir registros fotográficos condizentes com a importância do serviço - o fotógrafo Hermann Hugo Graeser²⁷ – conhecido como Germano, como preferia ser chamado.

As cidades visitadas e listadas foram as mais antigas e tradicionais e aparecem no *Relatório*:

[...] já foram realizadas viagens para S. Roque, Cotia, Itaquaquecetuba, Mboy, Voturuna, Sto Amaro, S. Miguel, Itú, Porto feliz, Sorocaba, S. Luis do Paraitinga, Ubatuba, Parnaíba, Pirapora, Barueri, Cabreúva, Atibaia, Perdões e Biacica.

[...] Cumpre-me ainda lembrar mais uma vez o que já afirmei a V. Exa. verbalmente. Não é possível esperar-se de S. Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. As condições históricas e econômicas deste meu Estado, a contínua evasão de Paulistas empreendedores para outras partes do Brasil nos sécs. XVII e XVIII, o vertiginoso progresso ocasionado pelo café, são as causas principais da nossa miséria artística tradicional.

Ou ruínas de quanto o progresso rastaquera não cuidou de conservar, ou precariedades duma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava de delícias que aventura. Se é certo que sobram aos Paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade. (GONÇALVES, p.53 apud ANDRADE, 1981:80)

²⁷ “Filho de emigrantes alemães, o pai Hugo era fotógrafo com estúdio na Rua Direita, em São Paulo. Em 1908, transfere-se com a família para a cidade de São Carlos. Em 1921, Germano, junto com Aldonio Faria arrenda a *Photographia* Péres e, mais tarde, funda a firma Graeser e Cia, estúdio e loja de artigos fotográficos, que funcionará até 1945. Em 1937, Mario de Andrade e Luiz Saia estavam criando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no Estado de São Paulo e, por indicação de Luiz Saia, também de São Carlos, Herman Graeser inicia sua colaboração como fotógrafo especializado, integrando a equipe nas viagens pelo Estado de São Paulo, para documentar arquitetura e obras de arte. Desenvolve para este ofício uma fotografia que favoreça o conhecimento e o estudo das obras, situando os monumentos no espaço. Em 1945 é contratado permanentemente pelo SPHAN de São Paulo, onde monta laboratório e cuida também da administração do escritório. Constrói ou adapta seu próprio equipamento fotográfico, lê, traduz, experimenta, adota cadernos de notas, para aprimorar um trabalho que amava e ao qual dedicou a vida. O IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de São Paulo, possui cerca de 3000 negativos de sua autoria.” In: <http://www.colecaopiellimasp.art.br/autores/250> Acessado em: 21/01/2016. Sobre esse fotógrafo, ver também: COSTA (2015).

É possível distinguir nessas linhas que Mário de Andrade estava convicto de que as “riquezas” patrimoniais de São Paulo refletiriam as especificidades históricas, econômicas e sociais existentes no seu estado e que seu olhar deveria ser perpassado por essas questões. Senão, não haveria o que preservar. E fica claro também que, direcionado por essa perspectiva, sua diminuta equipe tinha que compreender a história de São Paulo, entendida naquele momento como uma região que permaneceu afastada das benesses da Metrópole e nesse viés, selecionar bens dignos de tombamento. Daí a escolha de Luís Saia como seu auxiliar direto apresentado à Rodrigo como um “apaixonado de coisas históricas e coloniais”.

E, assim que Mário de Andrade se desligou do SPHAN em 1938, por motivos políticos, Luis Saia tornou-se o sucessor natural dando continuidade ao trabalho no 4º Distrito Regional²⁸.

Em seu livro *Morada Paulista*²⁹, Saia explicou que publicou uma série de artigos versando sobre a arquitetura residencial paulista na *Revista Acrópole*,³⁰ com a proposta de apresentar subsídios que explicassem a evolução dessa arquitetura sob o ponto de vista da sociedade que a ergueu e das características sociais, econômicas e culturais dos fenômenos que ali tiveram lugar. Para isso, Saia discorreu sobre que características seriam essas, que geraram uma sociedade sem paralelo em outras regiões do país e cujos “restos” arquitetônicos – como ele nomeou – puderam ser estudados, restaurados e preservados pelo SPHAN recém-criado.

O caminho de pesquisa estabelecido por Saia dividiu a história regional de São Paulo em períodos pré-determinados, buscando a compreensão de como a arquitetura

²⁸ Primeiramente era chamado de 6ª Região e compreendia os estados de São Paulo e Mato Grosso. Posteriormente, passou a denominar-se 4º Distrito do SPHAN. Para saber mais: (Gonçalves, p.45). Saia acrescenta os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul, além de São Paulo à 6ª Região. (SAIA, 1972: 61)

²⁹ O livro foi editado pela Editora Perspectiva, em 1972.

³⁰ A Revista Acrópole “Foi uma publicação especializada em Arquitetura, editada em São Paulo entre 1938 e 1971. [...] Ao longo de pouco mais de 34 anos de publicação ininterrupta, o periódico contou com vários editores e colaboradores que conferiram à coleção diversas personalidades editoriais”. SAIA, Luís. *Notas sobre a evolução da Morada Paulista*. Jun 1955, Ano 17, nº 201, p393. Nesta edição foi publicado o primeiro artigo.

Em 1956, o último: Jan 1956 -Ano 18 -Nº208: “Este trabalho é o último de uma série de 8 artigos sobre a evolução da residência paulista, escritos pelo arquiteto Luís Saia, Chefe do 4º Distrito da DPHAN. O primeiro – *Nota Prévia*, o segundo – *Casa Bandeirista*, o terceiro –*Arquitetura de Circunstância*, o quarto – *Intermezzo Roceiro*, o quinto – *Economia de Sobremesa*, o sexto – *Ciclo Ferroviário* e o sétimo – *Gran Finale com Rampa e Pilotis*, foram publicados respectivamente nos N.º 201, 202, 203, 204, 205, 206 e 207 desta revista”. Os artigos serão reunidos em um volume a ser lançado brevemente”. O último artigo chamado *Meditação Melancólica* foi publicado na revista Nº208. Para saber mais, acessar: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/201> Acessado em: 28/12/2015

refletiu os momentos de tensão entre o colono português, o gentio e as missões religiosas. No primeiro período, até 1554, a tese é de “uma exploração mercantilista”, por Portugal, com a tentativa da produção de açúcar no litoral paulista e a criação do núcleo populacional de Piratininga no alto do Planalto, escolha baseada em diversos interesses por parte da Metrópole e dos jesuítas que criaram o primeiro Colégio de catequese dos indígenas. O segundo período de 1554 a 1661 segue a “tese da mestiçagem” e, segundo Saia, “Mestiçagem de tudo, de gente, de técnica militar, de dieta alimentar, de linguagem, de estilo de vida” (SAIA, 1972: 27)

Segundo Saia, a presença indígena se destacou não apenas como mão-de-obra escrava utilizada em todas as ações indispensáveis ao crescimento e fortalecimento de uma nova sociedade, mas, e principalmente, na própria formação de um novo tipo social, o mameluco. E essa mestiçagem seria fundamental para dar suporte e gerar uma personalidade paulista e, segundo o autor, “[...] pela permanência pertinaz de traços de temperamento indígena nos paulistas dos séculos posteriores”. (SAIA, 1972: 28).

O terceiro período (1611-1727) se inicia quando “surgem os resultados de dissensões entre colonos e que alguns destes se estabelecem de modo a criar os novos pontos focais da gente paulista”. São criados novos núcleos como Mogi das Cruzes e Parnaíba e o território ocupado pelos paulistas se consolida. Primeiramente ocupavam um território de 50km a partir do núcleo urbano principal, Piratininga, estendendo-se depois para 100km. Saia visualiza que os “restos de habitações”, de homens que exerciam cargos dirigentes na sociedade do século XVIII a início do XVIII, refletem essa dinâmica, já que são encontradas em pontos afastados, na área rural³¹ e não na “cidade”. (SAIA, 1972: 29-32).

Assim, as antigas residências das classes dirigentes que chegaram aos nossos dias, ao serem estudadas por Saia, deram as pistas para que este traçasse identificações com modelos europeus eruditos e, assim, seu olhar seletivo direcionou as primeiras ações do SPHAN, na época, recém-criado:

Sistematizaram um projeto erudito, de procedência paladiana³², tornando-o a temática central de um processo de evolução técnica e funcional capaz de retratar as condições internas desse período. [...] Como planta, além da origem mediterrânea tradicional e do tratamento

³¹ Zanettini defende em sua tese que, “Tendo como ponto articulador a vila de São Paulo – entendida não como área urbana, já que a divisão urbano/rural não pode ser estabelecida para os séculos XVII e XVIII, pela simples razão de que tal divisão não tem relevância para a organização daquela sociedade colonial -, desenvolvia-se na área mais antiga do planalto Paulistano, uma economia mercantilizada, plenamente engajada com a empresa colonial”. (ZANETTINI, 2005: 62)

³² Para ler mais sobre arquitetura palladiana ver: (MAYUMI, 2005: 41-51).

paladiano erudito, deve-se assinalar o seu comparecimento nas diferentes regiões de colonização ibérica. (SAIA, 1972: 32)

Segundo o autor, essa planta está sistematicamente reproduzida nos exemplares paulistas da época bandeirante encontrados³³ e que é possível verificar em regiões de Minas Gerais, onde a influência dos paulistas se fez presente com a descoberta do ouro por volta de 1680.

O período seguinte, de 1727 até a vinda de Morgado de Mateus e a restauração da Capitania, em 1765, não evidencia nenhuma característica marcante na arquitetura, refletindo que “faltou-lhe uma propositura econômica capaz de dar-lhe uma individualidade definida e própria com temática autônoma e diretrizes próprias de desenvolvimento”. (SAIA, 1972: 41). Isso muda com a chegada do Morgado com seus planos desenvolvimentistas que incluíram reformas urbanas, novos projetos econômicos e novas zonas ocupadas. Segundo Zanettini:

Embora alijada das benesses diretas da exploração aurífera das Minas Gerais desde as primeiras décadas de 1700, São Paulo se apresentou como um pólo articulador do comércio para as regiões mineradoras, produzindo e conduzindo mercadorias para essas áreas. [...] é dentro desse contexto geral que se restaura, em 1764, a autonomia da Capitania de São Paulo (retirada em 1751). Para tal tarefa foi escolhido o fidalgo Dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que assumiu o cargo de governador de 1764 até 1775. (ZANETTINI, 2005: 64)

Mas o que Saia buscava afirmar é que a origem das casas bandeiristas poderia remeter ao modelo italiano de Palladio e, ao ser transposto para a América foi adaptado às características culturais, sociais e políticas da sociedade paulista. Essa transposição foi assim transcrita por Mayumi:

A construção, que nos projetos de Paládio recebe uma interpretação plástica do tipo greco-romano, em São Paulo volta as soluções primitivas utilizando a terra socada e a madeira. A cobertura, com telhas de canal de barro cozido é outra marca hereditária. A fixação das portas e janelas, por meio de perfil da própria madeira das folhas, denuncia uma incontrolável renúncia dos materiais mais difíceis, como o ferro, que aparece apenas em raros dispositivos como: fechaduras, trincos e cravos. (SAIA, 1978: 141, apud MAYUMI, 2005: 40)

³³ Zanettini (2005: 74-76) afirma que Saia indica e cataloga 16 Casas Bandeiristas; Katsinsky (1976) acrescenta à lista originalmente produzida por Saia mais 13 novas edificações; e Lemos, acrescenta ainda mais cinco (1990). Esses trabalhos, somados às descobertas recentes, legam à atualidade aproximadamente 40 exemplares de casas de padrão bandeirista, distribuídas junto à bacia do Alto e Médio Tietê e seus tributários.

Saia, analisando o conjunto de 12³⁴ casas que localizou na época (1944), traçou uma constante que definiu como modelo “puro”, seiscentista, bem como as alterações arquitetônicas surgidas no período setecentista, à medida que a sociedade mudava e o modelo era “abastardado”. A construção que viria a abrigar a Casa do Bandeirante, estudada por Saia³⁵ e posteriormente restaurada sob sua supervisão, foi analisada como sendo do período de transição, não sendo passível, portanto, de ser merecedora de tombamento federal:

Na verdade, pois, os doze exemplares que vamos estudar se repartem em duas épocas distintas: uns, mais puros como solução arquitetônica do problema da residência, sem data inscrita, mais ortodoxos do ponto de vista de planejamento e execução técnica, vêm de meados do segundo século; outros, menos seguros no tocante à solução construtiva e funcionamento, datam de fim do século XVII ou do século seguinte. (SAIA, 1972: 66)

O autor percorreu o que seriam as constantes que permeariam essas construções e que poderiam ser encontradas nos exemplares estudados (Figura 10):

Figura 10 – Sede do Sítio do Padre Inácio, Cotia, São Paulo. Segundo Lemos, para convalidar sua tese, Saia elegeu a casa, como exemplar “puro”. Fonte: www.cultura.sp.gov.br

Uma constante verificada em exemplares de ambas as épocas é a maneira de escolher o local onde se assentava a residência, e o próprio modo de agenciá-lo num determinado terreno. Em primeiro lugar, sempre se dava preferência a um ponto situado a **meia altura da paisagem**. [...]. Uma segunda constante é que todos os exemplares estão assentados sobre **plataformas [planas]** [...] A planta é sempre desenvolvida num retângulo, e obedece a um esquema fechado e rígido,

³⁴ “[No] Município de São Paulo: sedes das antigas fazendas localizadas nos bairros de Santana, Tatuapé, Jabaquara e Caxingui, e nas proximidades do distrito de Santo Amaro. Município de Itapeverica da Serra: casa do Sítio do Calu. Município de Cotia: casas dos sítios do Padre Inácio e Mandu. Município de São Roque: casas dos sítios Santo Antonio, Querubim e São Romão. Município de Sorocaba: antiga casa de fazenda, nas imediações da cidade. (SAIA, 1972:63)

³⁵ “Depois de escrito o presente trabalho, outros exemplares deste tipo de habitação foram arrolados. Em São Paulo, “restos” de uma no bairro da Casa Verde e a casa do Butantã, que foi restaurada para a Comissão do IV Centenário e convertida numa discutida e esdrúxula Casa do Bandeirante, cujo recheio é – coisas da política – quase totalmente mineiro”. (SAIA, 1972:62)

tanto do ponto de vista da construção como no que se refere à definição arquitetônica, plástica e funcional, do edifício. [...]

O esquema da planta define claramente uma **faixa fronteira**, tomada pelo alpendre central, tendo aos lados a capela e o quarto dos hóspedes; atrás dessa faixa, e conservando de certo modo as mesmas divisões da fachada, distribuem-se lateralmente, os quartos de dormir e, na parte central, uma sala terminada por um alpendre ou por pequenos compartimentos de uso secundário. [...]

De qualquer modo, porém, e mesmo nos exemplos mais tardios, permanece inalterado o traço dominante do funcionamento da faixa fronteira: é a zona da construção destinada a estabelecer contato com o mundo exterior e separá-lo, por assim dizer, da família. Esta ficaria com o seu espaço reservado na parte que se segue imediatamente à faixa fronteira. **Ai se distribuem a sala e os quartos, os depósitos e, às vezes, um alpendre situado na face posterior da residência.** [...]

Assim como a solução da planta, o esquema construtivo se apresenta de tal modo que as variantes servirão para comprovar a aplicação sistemática de uma ideia preliminar – o agrupamento orgânico de três dados: planta desenvolvida em retângulo, **paredes de taipa e telhado de quatro águas.** [...] Sobre uma plataforma natural ou estabelecida especialmente e montadas em alicerces cuja profundidade média é de 50cm, sobem as paredes de taipa de pilão, com espessura variando entre 40 e 60 cm. (SAIA, 1972:67-83)

Saia distinguiu, nos exemplares mais antigos, uma excelência nas técnicas de construção arquitetônica, que além do cuidado em estabelecer alicerces fundos e paredes de taipa de grande espessura, também apresentava “a excelência do barro escolhido e o seu preparo, “com a utilização de “estrume de gado como elemento de ligação” (p.83), o que conferia extraordinária resistência à passagem do tempo. Nos exemplares mais recentes, do século XVIII, esse cuidado se perdeu. Além disso, destacou o uso de beirais protetores para proteção contra as águas pluviais. E seguindo na explicação do seu modelo “puro”, descreveu:

Outro pormenor da maior importância está no processo de amarração das paredes: nas residências mais antigas, verifica-se que, além da amarração proveniente das peças longitudinais internas das paredes e mesmo das peças externas (freichais, tensores), houve cuidados especiais na disposição das paredes internas, de modo a fazer com que os esforços ficassem efetivamente contrabalançados uns pelos outros. [...]

É, também, notável o acerto da escolha da qualidade de madeira mais empregada nestas construções: **a canela preta** (também chamada em São Paulo lombo-de-porco) foi, de modo absoluto, preferida para a generalidade dos trabalhos em madeira. Em construções mais recentes (séculos XVIII e XIX, num tempo em que já devia escassear a canela preta nessa região, o uso do angico, da peroba, etc. se fez com bastante assiduidade com prejuízo evidente para a resistência e a durabilidade das construções). [...]

Passando em revista as peças de madeira, vale notar os cuidados especiais que recebiam **os cachorros.** [...]. Outro costume generalizado [...] foi o de gradear as envasaduras das janelas com **balaústres de seção quadrada**, colocados diagonalmente.

Também o problema de fixação das portas e janelas apresenta dois tipos de solução: um, por meio de gonzos, e outro, de ferragens. [...] deve-se notar especialmente a riqueza de certos **espelhos de fechadura e de certos fechos**. [...]

Se bem que os fazendeiros da região aceitassem normalmente o teto de telha vã, sempre preferiram os quartos de dormir forrados. **Forro** era sempre constituído por tábuas colocadas sobre vigoteamento, e servia, na sua parte superior, como assoalho de compartimento. Nas capelas e nos quartos de hóspedes, o tipo de forro se mostrava, no entanto, mais cuidado, já porque não fosse aproveitado para assoalho, já porque esses compartimentos merecessem atenção especial pela sua finalidade social. [...]

Enquanto as plataformas fronteiras das residências em estudo apresentam sistematicamente o piso ou mesmo uma sapata de pedra, tanto o **piso do alpendre como os da sala e os de serviço são de terra socada**. Os quartos, porém, são assoalhados, o mesmo se dando com a capela e com o quarto de hóspedes. [...]

O que é lícito estabelecer com bastante segurança é que as paredes, quer internas quer externas, recebiam sempre uma pintura branca, de cal ou tabatinga. (SAIA:.84-96,grifo nosso)

Figura 11: Fortaleza de Santo Amaro, Santos. Mapa do século XVIII, do Arquivo Ultramarino de Lisboa. Detalhe. Fonte: (MAYUMI, 2005; Lemos 1999, Mori, 2003)

Saia também fala dos vestígios encontrados nas pinturas das madeiras – mesmo na arquitetura do começo do século XVII -, tanto em residências como capelas (cita nominalmente São Miguel), e destacou o uso de cores vivas como o azul, o verde Paris, azuis-claros, laranja, verde e amarelo. Credita à vinda dos europeus nos fins do século XIX, o uso de cores mais sóbrias.

A Casa do Bandeirante, no Butantã, apesar de seguir diversas características determinadas pelo modelo “puro”, já apresentava vergas arqueadas nas janelas, sem grades (segundo Saia, o ideal e mais antigo é o modelo de vergas retas) e apresentava alpendre posterior. As características grifadas anteriormente serão explicitadas quando descrever as opções técnicas utilizadas na restauração da “Casa Velha do Butantã”, orientadas por Saia na sua busca por um modelo “puro”.

Esse esquema rígido, de casa unifamiliar – estruturada em torno de um chefe de família, o potentado que ditava as regras sobre a terra, o poder, a justiça, a religião e a posição que cada membro da família (incluindo agregados), escravos e eventuais forasteiros deveriam ocupar – foi questionado por diversos autores que se debruçaram sobre a questão da moradia paulista e teceram algumas hipóteses além da origem palladiana da casa bandeirista (Figura 11), caracterizada pelo corredor central separando os dois cômodos identificados como capela e quarto de hóspedes.

Figura 12: Casa em Las Tolas, Equador, de fachada semelhante à das casas bandeiristas, fotografada e publicada por Aracy Amaral. Fonte: (MAYUMI, 2005, Amaral, 1981)

Figura 13: Casa rural, Murtosa, Portugal. Fonte (MAYUMI, 2005; Galhano, Oliveira, 2003)

A principal, naturalmente, é a origem ibérica, sendo Portugal e Espanha – que entre 1580 e 1640 estiveram sob a mesma coroa: a dos Filipes da Espanha –, os fornecedores do possível modelo original que poderia ter sido transplantado em São Paulo e que foi sendo repetido à exaustão devido a sua compatibilidade com o clima e condições sociais. Outra hipótese é de possíveis

autores eruditos como engenheiros e arquitetos militares portugueses e espanhóis que

construíram fortificações e quartéis no litoral, ou padres jesuítas que estiveram por todas as partes levantando igrejas e mosteiros, como propagadores de técnicas construtivas e modelos ensinados e/ou copiados. (LEMOS, p. 60-71) (Figuras 12 e 13)

Os livros publicados por Julio Katinsky, Aracy Amaral, Carlos Lemos e Victor Hugo Mori³⁶ trazem dados das residências ou ruínas arquitetônicas percebidas e analisadas através de novos vieses, inclusive trazendo outras possibilidades para a versão da origem dos modelos que influenciaram o surgimento da casa dita bandeirista. Esses autores debruçaram-se sobre novas casas encontradas, além das doze estudadas por Saia (atualmente cerca de 40), e, utilizando outras referências conceituais e técnicas, concluíram que Saia se precipitou ao estabelecer a diferenciação entre modelo “puro” e “abastardados”, já que desde o século XVI é possível encontrar exemplos arquitetônicos taxados por ele de modelo tardio. Além disso, a ocupação da casa não se faria dentro do modelo rígido de faixas: social, familiar e de serviço, pois teria seguido mais um modelo de oca indígena com indiferenciação do uso dos cômodos internos.

Zanettini estudou as sedes de fazendas construídas ao redor da vila de Piratininga no decorrer dos séculos XVII e XVIII e realizou pesquisas arqueológicas *in loco* na Casa do Tatuapé, no Sítio Morrinhos e no Sítio do Capão. A partir da análise de componentes construtivos e materiais arqueológicos exumados nessas edificações apresentou “novas funções e significações para a casa, considerada como componente ativo na conformação e consolidação do espaço colonial mercantil ao longo do vale do Tietê.” (ZANETTINI 2005: 01), visto que, com o passar do tempo, as práticas sociais e as funções da casa a ela associadas se alterariam:

A partir do final do século XVII, São Paulo e arredores deixam paulatinamente de gerar expedições desbravadoras e de apresamento para transformar-se num ponto de convergência de tropas, tropeiros e suas mercadorias, conectando-se com o restante da colônia por uma rede extensa de caminhos terrestres e fluviais. Trilhas indígenas e antigos caminhos do gado serviram de base para a implantação de uma malha intrincada de caminhos não pavimentados, convergentes para a zona central, a área da antiga Piratininga (ZANETTINI, 1998; apud MENDES, 1994). Sobre a cidade de São Paulo, mais especificamente, podemos dizer que ela assume cada vez mais funções administrativas e comerciais (MORSE, 1970)

Assim, a Casa Bandeirista, dentro do cenário apresentado, ganha menos o contorno de uma unidade rural unifamiliar e se aproxima mais de uma edificação multicomponencial e multifuncional, que a um só tempo moldou e foi moldado pela sociedade escravista mercantil, atendendo a função de entreposto para onde convergiam diversos tipos de produtos – escravos, cereais e metais preciosos -, estocados

³⁶ (KATINSKY, 1972), (AMARAL, 1981), (LEMOS, 1999), (MORI, 2003)

em segurança e distribuídos de acordo com a nova ordem social. (ZANETTINI: 66)

Os primeiros estudos de Saia, que asseguraram a preservação desses edifícios de taipa de pilão, mostraram-se fundamentais na emblemática construção de uma identidade paulista. Eles permitiram dar uma dimensão material à vida dos bandeirantes, antes imaginados apenas por seus feitos e corpos. Ao se construir a “casa bandeirista” e a consequente Casa do Bandeirante, alcançava-se um elemento simbólico que deveria evidenciar o suposto isolamento econômico e social vivenciado em São Paulo no decorrer dos séculos XVI e XVII, e que teria forjado uma peculiar e característica população, diferenciada do resto do país.

Para Zanettini, o momento que essa peculiar casa paulista teve maior visibilidade foi na época dos festejos comemorativos do IV Centenário de fundação da cidade de São Paulo quando

Tentava-se consolidar uma visão estilizada da formação do povo paulista – da morada, das classes abastadas e de uma pretensa **nobreza bandeirantina** – em oposição à vida na casa roceira mameluca.

A construção dessa visão, propagada pela comissão encarregada das comemorações, responde às necessidades do governo paulista de conferir e reforçar a tradição da burguesia paulistana, que almejava a hegemonia econômica no território nacional. (FUNARI, 1997; QUEIROZ, 1992, apud ZANETTINI, 2005: 70, grifo do autor)

As bandeiras paulistas já não existiam ou estavam em decadência quando a construção que abriga a Casa do Bandeirante foi construída, datada por Saia de meados do XVIII e, pelo CODEPHAAT³⁷, das primeiras décadas do XVIII.

Para Saia, na publicação *A Casa Bandeirista: uma interpretação*, lançada no encerramento dos festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo, em 1955, era preciso distinguir as residências do tipo “puro”, que trazem em si as características mais peculiares encontradas na população de São Paulo, notadamente no grupo social que organizava as Bandeiras, das do tipo “degenerado”, onde situa a casa do Butantã, posteriormente transformada pela mesma Comissão, na Casa do Bandeirante.

A construção que abriga a Casa do Bandeirante conta com cerca de 350 metros quadrados e é dividida em 12 cômodos, com alpendres frontal e posterior. Na descrição feita na publicação do IV Centenário, Saia procurou definir o partido de uso de cada

³⁷ "Tombamento pelo CONDEPHAAT Res.2, 24-1-1983, processo 22262/68; CONPRESP Res.5/1991 ex-officio; SEMPLA Z8-200-127. Titularidade PMSP/DPH desde 1944", (MAYUMI: 60)

cômodo e, com riqueza de detalhes, estabeleceu o perfil psicológico do morador e sua família. (Figura 14)

Figura 14: Planta baixa da Casa do Bandeirante. Fonte: http://blog.hsvab.eng.br/wp-content/uploads/2010/09/planta_casa_bandeirista.png

Figura 15: Casa do Bandeirante. Fachada principal: da esq. para dir. quarto de hospedes, alpendre e capela. Fonte: www.museudacidade.sp.org.br

Os cômodos da fachada separavam a família do proprietário da residência do

mundo exterior e era nessa faixa que se estabeleceria as relações com a sociedade: o alpendre para receber, o quarto de hóspedes e a capela. Segundo Saia “atrás dessa faixa, e segregada da sociedade, viveria a família em torno de uma sala para onde convergia toda a sua atividade”. (SAIA, 1972:112) (Figura 15)

Segundo esse autor, o alpendre manteria seu caráter de “espaço de recepção”: do viajante, da visita esporádica e, também, era o espaço para o senhor se posicionar

Figura 16: Casa do Bandeirante. Vista central do alpendre e entradas do quarto de hóspedes (a esq.) e capela (a dir.) . Ao centro, a sala.
Fonte: www.museudacidade.sp.gor.br

para fiscalizar os trabalhos do terreiro. (Figuras 16, 17 e 18). Também era utilizado para que escravos, viajantes e homens estranhos à família assistissem a missa, com a capela agenciada ao alpendre. O mobiliário desse local seria extremamente sucinto: bancos e cabides fixos. Afirmava Saia:

O funcionamento da faixa fronteira da morada seiscentista de São Paulo, fixa o caráter feudal da sociedade bandeirista e denuncia os elementos fundamentais da organização da família da época, separada do mundo e muçulmanamente enclausurada no interior da habitação de janelas gradeadas. Até a faixa fronteira chegam o hóspede, o agregado, o mameluco e o escravo, sendo-lhes entretanto vedado o acesso à parte

Figura 17: desmontagem da parede de pau a pique que fechava o alpendre. Leste. Em 30-7-1954. Fonte: Caderno de obras – Casa do bandeirante. Acervo PMSP/Pres. Fonte MAYUMI, 2005

mais íntima da residência. O hóspede tem seu dormitório aberto sobre o alpendre, sem ligação com o interior da morada. [...] No alpendre, tradicionalmente chamado de pretório, o senhor distribui, como um

maioral ou pretor, ordens e justiça, com o mesmo espírito militar e autocrático com que dirige as “entradas”, desafia a ordem metropolitana, ou se mete em brigas entre famílias, tão características do feudalismo.

É nele que assiste, quando em contato com a escravaria, com hóspedes e agregados.

É a peça mais característica deste tipo de habitação, no tocante ao problema de separação de classes e ao caráter feudal da sociedade seiscentista de São Paulo. Sobre ele se abre a capela, em cujo recinto só teriam acesso padre e gente da família, o pretório comportando o resto da lotação. (SAIA, 1955:11)

Lemos, que também defende a importância dessa faixa, dita social, assim a descreve:

O fato é que houve em toda casa roceira colonial a presença obrigatória de alojamentos para hóspedes importantes no corpo da moradia, mas isolados das dependências familiares. Isolamento que tornou inevitável a definição de uma área de receber pessoas estranhas, área também utilizada para permanência de agregados e escravos enquanto estivessem assistindo a cerimônias religiosas efetuadas em oratórios ou capelas ali estrategicamente situados,

Na verdade, uma faixa de recepção separando o público do privado, destinada a facilitar a permanência de pessoas de fora e a resguardar a intimidade familiar. [...] O programa de necessidades impedia que o quarto de hóspedes tivesse comunicação interna com a moradia e exigia que a capela possuísse dispositivos que permitissem às mulheres da família assistir às cerimônias religiosas sem que fossem vistas pelos estranhos localizados no alpendre. (LEMOS, 1999: 31)

Na sua construção simbólica, de reprodução do *modus vivendi* de um rico senhor do período bandeirista, a Casa do Bandeirante teve esse agenciamento interno remontado, ainda que, segundo Saia, ela não fosse um testemunho “puro”, do período de maior glória das bandeiras e da própria arquitetura bandeirista.

Saia também frisava que a existência de cômodos mais bem acabados

Figura 18: Alpendre fechado por parede de pau a pique, com porta emparedada, antes da desmontagem da parede. Fachada leste. Acervo DPH/DIM. Fonte: MAYUMI, 2005

indicavam uso social:

Contrastando com a parcimônia decorativa do interior da residência, na capela e no quarto de hóspede se encontra o maior cuidado no acabamento da peça. É aí que aparecem soalhos, e os forros recebem um tratamento de saia e camisa (...) ou plano, com largas tábuas juntas de meia-madeira. [...] Na maior parte dos casos, a capela é apenas caracterizada pela existência de um nicho mais cuidado, ou de altar [...] Às vezes, é de tal modo pobre também a capela, que só é possível identifica-la pela presença do forro e de uma envasadura aberta para o interior, como nas casas do Padre Inácio, do Butantan e do Querubim. (SAIA, 1955: 12)

E, também, afirmou que só conheceu um exemplar (Querubim), onde o forro penetrou na sala interna. O depoente da “Casa Velha do Butantã” faz interessante

Figura 19: Fachada oeste, março de 1954. Fotografia de Germano Graeser. Arquivo DPH/Pres./ STLP. Alpendre posterior. Fonte: MAYUMI, 2005

referência aos forros, ao contar que “[...] os quartos de dormir eram todos forrados com tábuas largas, de **canela preta**. Essas tábuas foram retiradas por pessoas que moravam perto, quando a casa foi desocupada. ” (PACCE: 144). Sobre o sótão, Lemos faz a seguinte observação “Outra providencia programática foi aquela destinada a deixar dentro de casa a produção agrícola já beneficiada. A estocagem de cereais seria nos “sobrados”, isto é, nos sótãos situados sobre as camarinhas e à volta da sala”. (Lemos, 1999:35). Este entendimento também tinha Paulo Florençano que descreve esse recurso da casa colonial em seu Comunicado no Encontro do ICOM, em 1962: “Na ‘Casa Velha do Butantã’ e em muitos exemplares da arquitetura bandeirista, as tábuas do fôrro ficam superpostas sobre as vigas de sustentação, a fim de favorecer a existência de mais um compartimento destinado a guarda de valores”. (FLORENÇANO, 1962: 17)

Saia continua a descrição formal de como era organizado o resto da casa, dentro do entendimento que tinha à época, quando foi realizada a pesquisa

Atrás desta faixa social, organizava-se o espaço estritamente reservado à via doméstica. Uma (ou as vezes duas) sala central de distribuição, e os quartos dispostos lateralmente. Em nenhuma das moradas já incluídas no inventário destas habitações se encontrou compartimento sanitário. Apenas nos exemplares mais tardios (Calú, Mandú, Butantã, Itú, Sorocaba) encontra-se agenciamento interpretável como cozinha: ou em corpos suplementares, como nos casos de Sorocaba e Calú, ou ainda pela abertura de um alpendre posterior, nos sítios Mandú e Butantã. (SAIA, 1955:12-13)

Saia, quanto às áreas de cocção, afirmou que: “A circunstância da cozinha só comparece em meados do século XVIII e ferindo, por vezes, a integridade da aliança da planta em retângulo, paredes de taipa e telhado de quatro águas [...]”. (SAIA, ANO: 13) Para ele, os exemplares mais antigos é que correspondem à fase heroica do estilo bandeirista, em que prevaleceria o costume paulista de “cozinha e rancho dos criados no fundo do quintal”. (SAIA, ANO:13)

Saia também considerava ser possível o uso do alpendre (Figura 19) para ser utilizado para a preparação de alimentos, devido a utilização de mão de obra escrava indígena feminina para essa função, que não só escolheria os alimentos e a forma de prepará-los, mas, também, influenciariam na escolha do local onde estes seriam preparados:

Por outro lado, é comum encontrar em documentos do segundo século referências a tripeças para cozinhar. Parece aceitável a hipótese de que tais alpendres fossem usados para os serviços de cozinha. [...] Sentimo-nos inclinados a formular uma hipótese talvez audaciosa, admitindo uma influência marcada dos costumes indígenas na maneira de cozinhar dos colonos. [...] Entre as mulheres da terra certamente seriam escolhidas cozinheiras, muito mais afeitas a cozinhar fora, em tripeças, do que em fogões fixos casa adentro. (SAIA, 1972: 79)

Lemos traz novas hipóteses quanto aos lugares de cozinhar, baseadas na análise de outros exemplares e, também, na leitura e interpretação das informações fornecidas pelos maços de documentos paulistas antigos³⁸.

³⁸ “Por volta de 1956/57, quando estávamos principiando a redação do *Dicionário da Arquitetura Brasileira*, tratamos de fazer ampla pesquisa no Arquivo do Estado com o fito de ordenar sistematicamente as informações sobre bens de raiz descritos nos inventários ali guardados, tendo em vista captarmos as acepções de vários termos vigentes na época do bandeirismo. Somente conhecendo o significado corrente de certas palavras naquele tempo é que poderíamos entender a arquitetura colonial paulista e dicionarizar vocábulos de maneira precisa, tendo como escopo, também, suprir as naturais desinformações dos vocabulários contemporâneos. Logo verificamos que o “dialeto caipira”, em seus primórdios, criara acepções regionalizadas que nem os mais antigos dicionários registraram por razões óbvias, já que São Paulo não possuía contatos frequentes com o resto do mundo. Todo esse nosso esforço resultou no fichamento de todos os inventários e testamentos publicados na época e de alguns outros

Na programação das atividades culinárias na casa bandeirista, talvez não tenha havido nenhum tipo de fogão semelhante ao ibérico provido de chaminé – duto impossível na taipa de pilão. Só os fogões improvisados, alguns a partir do jirau indígena [...] outros não passavam de três blocos de tucuruva³⁹ formando o triângulo onde se apoiava a panela de cerâmica indígena ou a chaleira vinda do Reino. [...]

As descrições das propriedades bandeiristas, tanto urbanas como rurais, consoantes nos inventários guardados no Arquivo do Estado, como já vimos, desde os do século XVI, falam sistematicamente em cozinhas, não havendo no entanto a possibilidade de vislumbrar ali um critério ou regra que normalizasse a localização dessa dependência em relação às demais acomodações da moradia, mormente na casa rural. Fala-se em cozinhas em telheiros no quintal, em puxados, nos “corredores”, nas varandas. (LEMOS, 1999: 34)

O século XIX viu resistir um hábito antigo de cozinhar, nas fazendas, dentro de casa na grande sala familiar, principalmente nos dias mais frios. A pesquisa arqueológica empreendida pela Profa Marlene Suano⁴⁰ na residência do Sítio da Ressaca, permitiu confirmar essa informação, já que localizou em um dos cômodos ao lado da sala principal,

[...] uma concavidade no chão endurecida pelo calor do fogo, com restos de carvão, comprovando terem sido instaladas ali as pedras do fogão. Essa concavidade indica ter havido um lugar fixo para o cozimento das refeições da família, o que não impedia, no entanto, a existência de outros fogões para cocções demoradas, para o preparo da comida dos escravos, dos agregados, dos hóspedes. (LEMOS: 34)

No ano de 2012, o arqueólogo Astolfo Araújo empreendeu uma escavação na área dos fundos da Casa do Bandeirante e encontrou aproximadamente 2.000 fragmentos de cerâmica, mas estes ainda não foram analisados. Segundo seu depoimento:

ainda inéditos, além da leitura de dezenas de escrituras do cartório do 2º Tabelião, e assim, pudemos ter um panorama documentado da arquitetura bandeirista, como estamos a ver ao longo deste texto. **E foi feita a constatação que a tese de Saia era inconsistente.** Desde o primeiro século, localizamos casas rurais, a maioria de três lanços, com um ou dois corredores na frente ou atrás e até corredores em toda a volta. Vimos descritas casas com cozinhas nas mais diversas posições, inclusive em puxados. **Enfim, não pudemos de modo algum obter uma cronologia envolvendo critérios de organização da planta da casa roqueira bandeirista.**” (LEMOS, 1999: 50, grifo nosso)

³⁹ “Tucuruva era o nome que se dava ao cupim abandonado pelas formigas(...) é um material ótimo para ser cortado e esculpido conforme o gosto de cada um. Havia fogões muito práticos de blocos de cupim, porque altos e aptos a receber sob medida os fundos da grande panela dos cozidos. Esse fogão, a que Aluísio de Almeida, dedicado autor voltado para a nossa vida cotidiana, chama também de trempe, tinha o grande mérito da mobilidade. Assim, passava a se chamar “cozinha” o ambiente onde as três pedras de cupim estivessem instaladas.” (LEMOS, 1999: 34)

⁴⁰ “A professora Marlene Suano, por exemplo, descobrindo o piso original da casa do início do século XVIII, sede do Sítio Ressaca, no Jabaquara, encontrou dezenas de furos, principalmente de secção circular, indicando terem existido equipamentos fincados no chão à antiga moda indígena”. (LEMOS, 1999:33)

A única informação que teria é a presença de uma quantidade enorme de cerâmica, depositada poucos metros além da porta de trás, provavelmente datada entre final do séc XVIII e início do séc XIX. Muitos dos fragmentos remontam, sugerindo deposição primária, ou seja, as pessoas parecem ter se desfeito de uma grande quantidade de vasilhames ao mesmo tempo, em uma superfície (sem escavar uma fossa de lixo) e provavelmente esse material foi recoberto em seguida, ou pelo menos pouco pisoteado até que fosse enterrado por uma camada de aterro. (Informação pessoal)

Figura 20: Vestígios arqueológicos na casa do Tatuapé. Fonte: Zanettini, 2005

Zanettini, ao comentar as pesquisas arqueológicas realizadas pela arqueóloga Margarida Andreatta na Casa do Tatuapé, nos primeiros anos da década de 80, lembra que se confirmou a tese de que se cozinhava dentro da casa. (Figura 20) Essa residência, construída provavelmente entre 1668 e 1669, segundo a pesquisadora, apresentou vestígios, em um dos cômodos internos de “[...] uma enorme depressão com vestígios de queima e carvão, indicando possível fogueira, a qual foi associada a uma área de atividade de cocção de alimentos”.

(ZANETTINI, 2005:, 99)

Sobre a sala (ou salas) principal e os cômodos utilizados como quartos há poucas explicações com relação ao seu uso. Mas para Saia a sala central de distribuição e os quartos dispostos lateralmente, eram “estritamente reservados à vida doméstica” (SAIA, 1955: 12), mobiliados com parcimônia, sem luxos ou enfeites. Para Katinsky “[...] os outros compartimentos das casas não são identificáveis com os nossos espaços familiares europeus. Por exemplo, a uma série de compartimentos laterais foi atribuída a função “quarto”, querendo dizer câmara”. (KATINSKY, 1976: 132)

Esses cômodos, não identificáveis aos nossos olhos atuais, teriam mais inclinação nos seus usos, ao padrão indígena comunal de viver, do que habitações

individuais, mobiliadas de acordo com tradições de além mar. Segundo esse mesmo autor

Para os espaços internos dessas casas, proponho-me a estabelecer uma analogia com os espaços indígenas. De fato, a compartimentação indígena dos espaços obedece sempre a uma ordem que ressalta o significado comunitário dos mesmos. O espaço indígena sempre ressalta um viver coletivo: no “grupo local” (taba?) o terreiro onde se realizam as cerimônias mais importantes e onde os índios se reúnem quotidianamente. Na maloca, a ausência de repartições verticais garantindo a coesão do grupo familiar.

Em nossas casas bandeiristas, transposta a “faixa fronteira”, podemos perceber significados semelhantes: a grande sala adjacente à varanda não pode ser um simples compartimento de distribuição. Suas dimensões indicam utilização mais ampla e coletiva. Igualmente a maior parte dos outros compartimentos. Assim, as outras dependências explicam uma orientação comunitária de viver, um pouco diferenciada da europeia. (KATINSKY, 1976:133)

Ao mesmo tempo, esse autor destaca que a Casa do Bandeirante, conhecida como a do Butantã, já possui características que a colocam na transição para as casas de tradição bandeirista e junto com as demais consideradas de meados do século XVIII, como Padre Inácio, Mandu e Caxingui “apresentam compartimentos mais facilmente identificáveis como câmaras⁴¹.

Importante entender que a família no período colonial remetia a um grande número de indivíduos, que incluía a família nuclear com laços consanguíneos, mas também, herdeiros legítimos e ilegítimos, escravos, agregados, gente livre vivendo a sua órbita, formando uma rede complexa, e não livre de tensões, convivendo sob o mesmo teto e nos seus puxados.

Lemos também considera que a sala era a principal dependência do interior da casa bandeirista e sua importância estava no local que ocupava: o centro da residência. Ela permitia o acesso “as camarinhas dispostas à sua volta, como também a área externa dos fundos, a área de serviço da casa” (LE MOS, 1999: 35). Mas, além de sua função de distribuição para os outros cômodos, essa sala não tem sua utilização perfeitamente clara nos dias de hoje. O registro do seu uso não ficou preservado em documentos ou testemunhos de época, apenas suposições que era utilizado apenas pela família, ou como propõe Lemos, uma local de trabalho, praticamente sem janelas (ou janelas abertas diretamente para o exterior), sempre na semiescuridão. E indaga, defendendo o uso compartilhado dos cômodos pelos moradores, numa clara influência de hábitos de matizes indígenas

⁴¹ “Aos compartimentos que hoje chamamos quarto, os autores clássicos portugueses registram como recâmara, câmara ou alcova, sendo este último termo uma especialização dos anteriores.” (KATINSKY:141)

Todos os cômodos à sua volta seriam mesmo dormitórios? Certa vez até chegamos a perguntar se o mameluco não teria levado para a casa bandeirista a oca de seus parentes índios? Inquiríamos: Dormiam-se em redes, em esteiras? Dormiam todos juntos, em promiscuidade, como nas casas indígenas? Até que ponto não teria sido a casa bandeirista uma oca de taipa de pilão? Com a mesma obscuridade. Sem ventilação. Talvez o mesmo cheiro nos cômodos abafados. (LEMOS, 1999: 35)

E também destacou que, devido às paredes serem de taipa “[...] frustradas eram as tentativas de lhes solidarizar elementos a serem sujeitos a esforços.” (LEMOS:42). Assim as redes de dormir eram presas com tiras de couro a estacas fincadas no chão ou chumbadas nas soleiras de portas, e janelas que eram feitas de madeira, mas nunca nas paredes de taipa.

Figura 21: Janela com verga curva da casa do bandeirante. C. 1958.Fone: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

O depoente que residiu na antiga Casa Velha do Butantã, transformada na Casa do Bandeirante, não relatou nenhum dado sobre os usos dos cômodos internos como quartos, mas é claro que sua ocupação mais recente está relacionada a uma divisão moderna de residência.

Ao se referir às janelas e portas, Saia lamentou que o avançar do século e, conseqüentes mudanças sociais e culturais, levasse as residências da classe dominante a abandonar a solução purista do século XVII, e observa: (Figuras 21 e 22)

Figura 22: Espelho de fechadura da Casa do Bandeirante. Acervo Casa Guilherme de Almeida

*As janelas e portas, que antes eram fixadas por meio de gonzos, passam a ter dobradiças; os espelhos das fechaduras ganham, por seu turno, um desenho mais rebuscado e pretensioso. As janelas, que antes, preferiam o desenho retangular e as grades de balaústres de secção quadrada, dispostos diagonalmente, **passam a aceitar vergas curvas sem grades** e levam as residências a perder aquele sentimento de reclusão, não só sugerido pelo estilo familiar, mais ainda pela lembrança, que evoca, dos conventos, também, cheios de grades nas janelas. Ou da arquitetura árabe e oriental, sempre tão simpática a esta solução. Por outro lado, à medida que avança o século XVIII, multiplicam-se as envasaduras, delatando a perda daquele terror das doenças trazidas pelos “ares”, conceito de tanta aceitação no século XVII. (SAIA, 1955:13, grifo nosso)*

Figura 23: Fachada sul. Base de parede erodida por respingo de chuva. Envasaduras emparedadas. Esquadrias desaparecidas. Lacunas preenchidas com camisas de tijolo de barro. Fotografia de Germano Graeser, março de 1954. Acervo PMSPQ/DIM. Fonte: MAYUMI, 2005)

No seu depoimento, o sr. Antonio lembrava: “As janelas dos quartos de dormir, somente essas, eram gradeadas com grades de madeira colocadas em quina, o que tornavam aqueles cômodos excelentes prisões para as “crianças” da casa, quando essas praticavam peraltices”. (PACCE, p.144) (Figuras 23 e 24)

Figura 24: Fachada lateral sul, com janelas, Casa do Bandeirante. Fonte: www.timeout.com.br

Para finalizar, cabe lembrar que Aracy Amaral na sua publicação *A Hispanidade em São Paulo*, de 1981, também defendeu o uso compartilhado da casa entre diversos ocupantes, família, agregados e escravos, mesclando moradia, espaço de trabalho, guarda de materiais pertinentes ao trabalho, entre outros usos. Para a autora, a noção de privacidade também não era comum antes do século XVII na Europa, não sendo plausível pensar na casa seiscentista paulista nesses termos. Assim,

[...] mais plausível pensar que as atividades fossem executadas em conjunto, por indígenas e brancos, sendo os cômodos da casa ocupados tanto pelos fazendeiros [e família] como pelos escravos, para dormir, trabalhar, rezar e guardar materiais pertinentes ao cotidiano (AMARAL, 1981:48 apud MAYUMI, 2005: 49)

Vê-se, portanto, que as inferências de Saia, que daria base para o programa de ocupação da construção pelo projeto expográfico da Casa do Bandeirante, são bastante discutidas por estudos posteriores, especialmente por aqueles que lançaram mão das escavações arqueológicas como método de estudo. A força da interpretação de Saia, que ecoava com expectativas políticas e intelectuais que celebravam o mito bandeirante, iria ser, contudo, determinante para a legibilidade da casa pelo menos pelas duas décadas que se seguiram à inauguração da Casa do Bandeirante. A restauração da casa, assim como sua interpretação, seria igualmente basilar para estabelecer-se uma doutrina sobre como tais construções deveriam ser conservadas, o que, novamente, resultava numa idealização que mais uma vez dignificava e enobrecia a visão do passado bandeirista, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

RESTAURANDO A CASA PAULISTA

A restauração realizada na Casa Velha do Butantã, conduzida por Luís Saia em 1954, para a instalação da Casa do Bandeirante, foi um passo indispensável para viabilizar um dos principais projetos culturais da Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo durante a gestão de Guilherme de Almeida. Como diversos estudos já apontaram (ANDRADE: 1992; GONÇALVES, 2007, MAYUMI, 2005), Luís Saia procurava, em suas intervenções à frente da DPHAN, restituir uma aparência que julgava ter sido a original nas construções, o que hoje é considerado bastante polêmico. À época, entretanto, as restaurações que conduziu partilhavam de princípios utilizados pelas autoridades do DPHAN desde os primeiros tempos do SPHAN, nas décadas de 1930 e 1940. Buscava-se, a despeito das grandes dificuldades financeiras, de referências de restauro anteriores quase inexistentes no Brasil e da própria disponibilidade de documentação, o máximo de rigor técnico, em que as decisões eram compartilhadas com as demais autoridades, especialmente com Paulo Camilher Florençano, numa tentativa real de minimizar erros.

As ações de Saia para a implantação da Casa do Bandeirante na antiga casa de taipa também foram, como já apontou Mayumi (2005), um referencial fundamental para outras restaurações realizadas em São Paulo nas décadas de 1960, 1970 e 1980, bem como em outras casas bandeiristas situadas fora da capital. A tese dessa arquiteta é um parâmetro indispensável para este capítulo, mas procuraremos ressaltar aqui as intenções simbólicas que sustentaram as escolhas dos materiais e técnicas, e dos profissionais escolhidos, o que pode demonstrar, cabalmente, a intencionalidade de constituir um autêntico patrimônio paulista no modelo paradigmático de uma casa bandeirista, o que escapou à intenção dessa autora.

Este capítulo procura compreender as implicações desse restauro para concepção da Casa do Bandeirante, bem como as ações de Paulo Camilher Florençano para reconstituir – e “restaurar” – o entorno e a ambiência da residência naquilo que teria sido o conjunto e a paisagem humana do local no período sertanista. Tanto os diversos equipamentos para processamento de alimentos quanto uma excêntrica paliçada fizeram parte dessa intenção, de modo a permitir, também por meio do entorno, que se estivesse num “museu vivo”, capaz de dar a ver e a entrar no passado.

2.1 O restauro e a idealização da casa

Essa abordagem pretende entender os principais conceitos utilizados na restauração e explorar, em particular, a documentação guardada no Fundo IV Centenário, que foi gerada pela troca de documentos oficiais, entre as diversas instancias envolvidas, de modo a entender a interação entre os agentes da DPHAN e as autoridades da Comissão na definição dos partidos de restauração adotados na preparação da construção de taipa para abrigar a Casa do Bandeirante.

É comum definir monumentos históricos e artísticos como os bens culturais de uma determinada comunidade e que, no seu conjunto, formam o patrimônio cultural que será legado às gerações futuras. Mas essa construção conceitual modifica-se de acordo com interesses do grupo à qual serve. Citando Riegl, Cerávolo baseia-se na análise desse autor que afirma que:

A definição original de monumento remete as obras realizadas artesanalmente e criadas com a finalidade de glorificar os feitos individuais ou coletivos, mantendo-os vivos e presentes na consciência das gerações futuras. Para o autor, a esse significado inicial, agregam-se dois valores, o artístico e o histórico, que qualificam aqueles que serão objeto da conservação. (ALOÍS RIEGL, 1903:23-30, apud CERÁVOLO, 2010: 48)

Cerávolo (2010: 48) alerta ainda que, “No entanto, o monumento histórico e artístico não é uma categoria estática, ao contrário, seus sentidos rememorativos e estéticos, são dinâmicos e passíveis de constantes reinterpretações, a partir do tempo presente”. A partir de ações de seleção, conservação e restauração evidenciam-se motivações que não são neutras, mas que trazem em si o desejo de perpetuação de diversas memórias em detrimentos de outras. E como afirma Macarrón:

Cada época e cada sociedade selecionam e valorizam os objetos a serem preservados, reparando-os conforme o domínio técnico e as tecnologias disponíveis, ou, modificando-as parcial ou totalmente quando não se adaptam aos novos usos ou ideias. (MACARRÓN, 2008:45-55, apud CERÁVOLO, 2010: 48)

O sentido de rememoração, de uma pretensa volta ao passado por meio de um cuidadoso trabalho de restauração, respeitando os materiais e técnicas construtivas, destruição de obras espúrias ao traçado primevo e esforço de encontrar matéria-prima semelhante ao original, se fez presente em todo o processo de restauração da “Casa velha do Butantã”, que será descrito em seguida. Ele deve ser entendido, frise-se, como uma tomada de posição sobre o passado, em que seus agentes, mais do que simplesmente interferirem na coisa em si, a elaboram para que se permita uma visão sobre a experiência social pretérita.

Em 17 de agosto de 1954, foi firmada a transferência da administração do imóvel “Casa Velha do Butantã”, da Prefeitura para a Comissão do IV Centenário, de acordo com o Processo nº115/144-50. Era o início do esforço em constituir, nessa casa ameaçada de ruína¹ e em diversos pontos desfigurada, o cenário ideal de rememoração de uma memória cuidadosamente escolhida: o *modus vivendi* de um bandeirante, a futura Casa do Bandeirante.

Saia foi convidado a dirigir os trabalhos, o qual fez com o cuidado que a antiguidade e as características da casa exigiam, mesmo que ela não fosse, segundo seu julgamento explicitado em 1955, remanescente do “tipo puro”. O conceito norteador e a escolha dos materiais e das técnicas já tinham sido colocados à prova nas pioneiras restaurações do SPHAN, realizadas na Capela de São Miguel, na igreja jesuítica do Embu (ambas entre 1939 e 1941) e na Capela do Sítio Santo Antônio de São Roque (1940 a 1947); e deram o embasamento teórico e experiência para lidar com este novo projeto. Apesar de, no futuro, Saia não concordar com o estabelecimento de um museu “[...] a casa do Butantã [...] foi restaurada para a Comissão do IV Centenário e convertida numa discutida e esdrúxula Casa do Bandeirante, cujo recheio é – coisas da política – quase totalmente mineiro”, na década de 1950 sua ação concorreu decisivamente para viabilizar essa intenção. (SAIA, 1978: 62).

Pode ser que, anos depois, em 1978, refletindo sobre sua experiência na Casa do Bandeirante, talvez o arquiteto considerasse que a casa vazia, mesmo de um tipo “abastardado”, era mais representativa e eloquente de um passado digno de rememoração, da criação de um nexos de passado-presente, do que a seleção de peças entre equipamentos domésticos – alguns mineiros – dos séculos XVII ao XIX, utilizados para mobiliar a casa e seu entorno, na montagem de um cenário de forma artificial.

Para Luís Saia e Paulo Florençano, que era Assistente do Presidente da Comissão e coordenava o projeto por convite do próprio Guilherme de Almeida, a casa tornava-se um símbolo de uma época que deveria ser motivo de conhecimento e orgulho para todos os paulistas. A restauração era conduzida, então, para procurar restabelecer seus traços originais que a legitimavam como representante de um tipo de arquitetura, que fora forjada por uma população mestiça de brancos europeus, notadamente

¹ A reconstrução da sede da antiga fazenda em museu e espaço simbólico da “Casa do Bandeirante” reveste-se no que Pierre Nora chama de “lugares de memória”: Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz parecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções [...], monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhos de uma outra era, das ilusões da eternidade. [...] sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”. (NORA, Pierre, 1993: 12-13)

portugueses, e de indígenas, e que, ao longo dos séculos XVI ao XVIII, vivenciou experiências que as distinguiam de outras populações do Brasil e que produziu uma residência singular, a casa bandeirista.

Figura 25 - "A Casa do Bandeirante" – expressão plástica e documento arquitetônico (Notas sobre uma tentativa de recomposição de ambiente rural doméstico do passado)". Acervo do Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté/SP

utilizados para a organização da Casa do Bandeirante e os diversos interlocutores com os quais pôde discutir a proposta de recompor o interior de uma casa rural setecentista. Assim, dando voz ao principal personagem desse projeto, serão transcritos alguns trechos desse Comunicado:

Certos de que a Casa Velha do Butantã se apresentava como autêntico documento plástico e social desse tempo heróico – esplendidamente localizado em promissor bairro residencial paulistano, próximo de importantes centros de pesquisas e estudos (Instituto Butantã e Cidade Universitária) oferecendo fácil acesso devido às suas ruas e avenidas de ligação com a **área central** da Capital – tão logo ao primeiro contato, nos ocorreu a ideia de pugnar pela sua restauração e, se possível, pelo aproveitamento para a instalação de museu.

Empolgados por essas perspectivas, tratamos imediatamente de melhor pesquisar as características da construção, as suas origens, etc., para em seguida, **elaborar plano de utilização do imóvel** e, finalmente, como etapa mais difícil, obter das autoridades administrativas de São Paulo, a sua atenção e os meios necessários

² In: Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté/SP – Arquivo Histórico Félix Guisard Filho. Fundo Paulo Camilher Florençano.

para levar avante a obra a qual nos propúnhamos. (FLORENÇANO, 1962:5, grifo do autor)

O memorial apresentado por Florençano, em 1954, à Comissão do IV Centenário de São Paulo, além da notícia a respeito da Casa Velha do Butantã, comportava duas sugestões para a sua futura utilização, tudo sob o título *Surge a “Casa do Bandeirante”*.

A explicação de Florençano foi extensa e minuciosa, descrevendo como foram interpretados cada cômodo da casa, seguindo aquilo que era correto do ponto de vista da interpretação formal de uma residência rural setecentista, conceito criado por Luís Saia, na época, a maior autoridade sobre casas bandeiristas e autor do estudo sobre a Casa do Bandeirante, concluído e publicado em 1955:

Designado pelo presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo para levar avante tal intento, em tempo suficiente para que a inauguração da projetada “Casa do Bandeirante” ocorresse ainda dentro do período dos festejos comemorativos dos quatrocentos anos da fundação da cidade de São Paulo, isto é, até o dia 25 de janeiro de 1955, elaboramos programa de trabalho a ser executado, dividido em quatro partes distintas, sendo que todas deveriam ser atendidas ao mesmo tempo.

Eis esse programa:

Tarefa A: Conseguir da delegacia Regional da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo, a sua imprescindível colaboração no sentido de efetuar o levantamento da **Casa**; o estudo das obras de restauração e orçá-las; assistir tecnicamente à execução dos serviços.

Tarefa B: Instituir uma Comissão Consultiva da “**Casa do Bandeirante**”, composta de técnicos em restaurações, de estudiosos do passado de São Paulo, de antiguidades, a fim de supervisionar os trabalhos gerais.

Tarefa C: Organizar pela leitura de documentos referentes do bandeirismo, relação pormenorizada das peças comuns em mansões rurais paulistas do modo do século XVIII, a fim de, com essa relação, obter nas fontes, as peças necessárias para guarnecer o projeto “**Casa do Bandeirante**”.

Tarefa D: Obter da Prefeitura de São Paulo, através da Divisão de Parques e Jardins, o ajardinamento da área existente em torno da casa. (FLORENÇANO, 1962:10, grifos do autor)

Paulo Florençano descreve os colaboradores que se uniram para dar corpo ao projeto, citando a contribuição de Luís Saia, delegado do atual IPHAN (na época denominado DPHAN), na preparação de todos os detalhes necessários à obra de restauração:

Solicitado ao arquiteto Luis Saia, delegado do DPHAN em São Paulo, a colaboração da sua repartição no sentido de assistir tecnicamente as obras de restauração do imóvel, esse prontamente e demonstrando especial interesse, pessoalmente dirigiu o seu completo levantamento,

inclusive o dos detalhes, resultando desse trabalho, vinte plantas executadas em diferentes escalas. Em seguida, foram feitos: o relatório das obras a serem promovidas; o respectivo orçamento; a relação do material necessário, e até a indicação de nomes de empreiteiros especializados, bem credenciados junto à repartição, pela experiência demonstrada em serviços congêneres. Tudo aprovado pela Comissão do IV Centenário, as obras foram atacadas, **obedecendo ao critério norteador dos trabalhos do DPHAN**, isto é, o de **respeitar o “resto” encontrado, como documento e como unidade plástica**. (FLORENÇANO, 1962:10, grifos do autor)

Como se poderia supor, um trabalho dessa envergadura não poderia acontecer pelo esforço de um ou dois especialistas, por mais dedicados que pudessem estar no desempenho de suas funções e, assim, uma equipe de consultores foi criada, contribuindo com suas expertises para a criação do museu:

A fim de orientar os trabalhos em casos de necessidade ou de oferecer sugestões, solicitamos à Comissão do IV Centenário, a constituição de **Comissão Consultiva da “Casa do Bandeirante”**, que deveria ser composta de elementos conhecedores dos diversos assuntos relacionados com o museu que se pretendia instalar. Constituíram-na, Guilherme de Almeida (presidente), Afonso de E. Taunay, José Wasth Rodrigues, João Fernando de Almeida Prado, Mario Neme, Luis Saia e Ernani da Silva Bruno (membros consultores). Esses elementos, com a maior boa vontade e mesmo peculiar entusiasmo, emprestaram as luzes de seus conhecimentos especializados, quando, em várias oportunidades, deles solicitando informações (FLORENÇANO, 1962: 10-11, grifos do autor).

Para Mayumi, a busca pelo modelo “puro”, tese criada por Saia, orientou as escolhas durante as intervenções nas casas bandeiristas e, assim,

Na prática arquitetônica, a tese do tipo arquitetônico “puro” legitimou aquelas restaurações das casas bandeiristas orientadas para a recuperação da imagem “pura”, autorizando a destruição de elementos arquitetônicos desconformes com o cânone arquitetônico. Essa recuperação foi orientada também, como veremos depois, pelo modelo modernista de exaltar as raízes da cultura paulista e de remover dos exemplares, sempre que possível, os traços de “decadência” social, cultural e estilística. (MAYUMI, 2005: 36)

Na prática, a intervenção de Saia na Casa Velha do Butantã seguiu a mesma orientação das obras anteriores do SPHAN, com o emprego do cimento armado na restauração da taipa, conforme o livro de obras, que continha os registros fotográficos e descrições sumárias das etapas da obra. Segundo Mayumi, que na sua tese se debruçou nos conceitos técnicos e práticas empreendidos pelo IPHAN em São Paulo, e que estudou especificamente o restauro da Casa do Bandeirante, o Livro de Obras é importantíssimo para compreender a metodologia da restauração. Como era recorrente

à época, não havia um projeto arquitetônico ou memoriais descritivos que antecedessem à obra³.

Figura 26: Folha do Caderno de Obras da Casa do Bandeirante. Fonte: Mayumi, 2005

A Comissão do IV Centenário contratou para dirigir as obras o técnico Benedicto Pacheco que também foi o responsável por organizar o Livro de Obras sob supervisão de Luís Saia, com as fotografias de Germano Graeser, também contratado pela Comissão (por meio de Paulo Florençano). O corpo técnico do IPHAN esteve, portanto, a serviço da restauração de um imóvel que foi considerado indigno de tombamento, pelo mesmo órgão. Essa é a mais óbvia das muitas incoerências possíveis de serem encontradas nessa obra de restauração.

O Livro de Obras da Casa do Bandeirante⁴, utilizado pelo IPHAN de São Paulo, continha desenhos e fotografias (Figura 26). Segundo Mayumi, as ampliações fotográficas em geral eram de 6x6cm e 6x9cm e eram coladas no caderno ao fim de cada etapa da obra, seguindo um critério cronológico. Benedicto Pacheco assinou a primeira folha do caderno sob o título:

³ Esse assunto foi estudado em detalhes por Lia Mayumi e não será abordado neste trabalho. Para saber mais (MAYUMI, 2005)

⁴ A autora deste trabalho teve contato apenas com a reprodução fotográfica do Livro de Obras da Casa do Bandeirante, quando realizou as pesquisas na documentação da Casa do Bandeirante sob a guarda do Museu da Cidade de São Paulo/Solar da Marquesa de Santos. Devido à má qualidade da reprodução fotográfica, para este trabalho, as imagens serão reproduzidas da tese de Mayumi, com os devidos créditos.

CASA DO BANDEIRANTE: Livro de Obras de Restauração – Documentação Fotográfica – Casa Grande do Butantã.

Junho de 1954 - A Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo autoriza a execução dos trabalhos de restauração, que são orientados por Luiz Saia chefe do 4º Distrito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dirigidos por Benedicto Pacheco. São Paulo, 29 de setembro de 1955. (MAYUMI, 2005: 88-89)

Por se tratar aqui da construção física, conceitual e simbólica do primeiro museu municipal de São Paulo, é necessário tecer algumas considerações a respeito da documentação encontrada sobre tal obra. Neste tópico serão descritos os procedimentos empreendidos para dar corpo ao projeto que teve duas datas oficiais de inauguração: em 25 de janeiro de 1955, no encerramento da efeméride comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, a casa é apresentada como a Casa do Bandeirante; e em 30 de outubro de 1955, a inauguração da Casa, agora mobiliada com os equipamentos domésticos e rurais, quando o projeto se dá por encerrado. Pela importância dos interlocutores que agiram nas diversas circunstâncias necessárias para concretizar o projeto, alguns documentos serão transcritos tal qual foram produzidos e posteriormente arquivados. Entende-se que deixar vir à tona a voz dos personagens principais constitui-se como importante contribuição para dar visibilidade aos protagonistas.

Figura 27: Assinatura de Guilherme de Almeida

Arquivados como Fundo IV Centenário da Cidade de São Paulo, no Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo, estão os processos administrativos municipais gerados durante as obras de restauração, a preparação paisagística do entorno, a aquisição de equipamentos rurais e do cotidiano de uma residência, contratação dos funcionários, entre outros. Tais processos foram gerados por Paulo Florençano, por Benedicto Pacheco e demais responsáveis, passando pelo crivo e autorização do Presidente da Comissão, Guilherme de Almeida. Nesses documentos, é possível perceber que nenhum gasto era iniciado sem o seu *De acordo ou Autorizado por*, que fosse para aquisição de matéria-prima, para contratação de mão-de-obra ou serviços de terceiros, quando incorriam num grande valor e/ou gastos utilizados nas viagens empreendidas por Paulo Florençano, ou para avaliar possíveis doações ou aquisições. (Figura 27)

Uma das primeiras ações documentadas nos processos relativos às obras de restauração da casa foi a contratação de serviços referentes ao levantamento completo

de todas as medidas da edificação. Foram encomendados desenhos das peças gráficas correspondentes a plantas, cortes, fachadas, detalhes das esquadrias, detalhes das colunas, situação do imóvel, folhas de dimensionamento, num total de 18 pranchas desenhadas a nanquim, num valor de dez mil cruzeiros (Cr\$10.000,00), em 08 de junho de 1954⁵.

Para avaliar a mão-de-obra empregada e também o tipo de serviço contratado, foi analisada a documentação intitulada “Medição Parcial dos Serviços de Mão-de - Obra”. Assim, verificou-se que foi necessário a contratação de um empreiteiro, Emidio Caetano da Silva, a quem ficou o encargo do fornecimento de mão-de-obra (mestre de obras, pintores, carpinteiros, pedreiros e serventes), pessoal esse que variava mês a mês (no geral, chegavam a 20 empregados) e nas diversas fases da obra, o que foi aceito em 18 de agosto de 1954. Cabia a ele designar o nome e a função de cada trabalhador, bem como calcular as horas trabalhadas, apresentados em relatórios mensais.

Mayumi explica que a restauração da casa se deu em cinco etapas que compreendia ações diversas buscando, principalmente, seguir o conceito técnico da intervenção, criado por Luís Saia, e que já era tradicional nas obras do SPHAN:

[...] primeiramente providenciar a consolidação estrutural do edifício; depois restaurá-lo. [...] estabilização (e a conservação) - destinada à consolidação e à preservação da materialidade existente – e a outra, a restauração no seu sentido estrito, significando esta segunda a recuperação da configuração original”. (MAYUMI, 2005: 93)

O partido adotado foi alicerçado nas bases teóricas estabelecidas por Saia na recuperação da feição mais primitiva do imóvel e, para isso, era necessário iniciar com a prospecção do telhado e das paredes de taipa, permitindo examinar o estado de estabilidade estrutural e confirmar a presença (ou não) das constantes típicas das residências de partido bandeirista. Buscava-se também janelas ou portas tapadas por detrás de obras recentes e marcas de antigas paredes. A ordem era eliminar as intervenções realizadas posteriormente à construção da casa, que desvirtuavam a planta original, e descobrir vestígios que pudessem recompor estruturas primitivas. (Figuras 28 e 29)

⁵ No decorrer da pesquisa foram consultados diversos técnicos do DPH que disseram não conhecer as referidas plantas e, por isso, não foram localizadas. Processo 3708/54, Cx 213. Fundo IV Centenário. Acervo do Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/DPH, São Paulo.

Figura 28 - Alpendre fechado por parede de pau-a-pique, com porta emparedada, antes da desmontagem da parede. Fachada Leste. Acervo DPH/DIM. Fonte: Mayumi, 2005

Figura 29: Desmontagem da parede de pau-a-pique que fechava o alpendre Leste. Em 30-7-1954. Fonte: Caderno de Obras - Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/Pres, Fonte: Mayumi, 2005.

A inscrição que acompanha a foto acima, copiada do Livro de Obras, corrobora o entendimento da necessidade de retirada de qualquer elemento que contradisse a possível planta original que, segundo a teoria de Saia, seria: quarto de hóspedes – alpendre – capela, “Parede de pau-a-pique que fechava o alpendre principal – **serviço de limpeza**” (grifo meu).

Abaixo, já com a casa restaurada e com o ajardinamento pronto, é possível entender qual era a feição da fachada que era buscada na restauração. (Figura 30)

Figura 30 – Foto da fachada Leste, principal, após a restauração. Acervo fotográfico do Arquivo Municipal de São Paulo

As fotografias foram todas realizadas por Germano Graeser, a pedido da Comissão, na pessoa de Paulo Florençano. A primeira nota de pagamento é emitida em

Figura 31: Pátio formado no centro da construção, onde a cobertura fora removida. (Desabamento?). Note-se sinal de parede que existiu encostada no maciço esquerdo. Fotografia G. Greser, março de 1954. Acervo PMSP/DIM. Fonte: Mayumi, 2005.

02 de junho de 1954, provavelmente referente às primeiras fotografias do estado de conservação da casa, feitas quase sempre pelo lado externo. A única fotografia da parte interna era da área central, talvez antiga sala, que se encontrava sem o teto e era utilizada pelos últimos moradores, como galinheiro. (Figura 31)

A 1ª etapa da obra, realizada entre a primeira e terceira semana de julho de 1954, compreendeu, então, a prospecção das paredes e piso (buscando abaixo do piso de terra batida, lugares onde haveria alicerces de taipa, que ao serem encontrados, chegou-se a reconstituição da parede a partir do uso de tijolos), através de demolições de revestimentos, divisórias e paredes mais recentes e, portanto, não “originais”.

Apesar de haver pontos de fissura na taipa e até de partes faltantes, a casa não apresentava risco de desabamento. (Figuras 32 a 34)

Figura 32: Visita às obras de restauração. Guilherme de Almeida e demais membros da Comissão. 1954. Fot. Germano Graeser. Acervo da casa Guilherme de Almeida

Figura 33: Visita às obras de restauração. Guilherme de Almeida e demais membros da Comissão. 1954. Fot. Germano Graeser. Acervo da casa Guilherme de Almeida

Figura 34: Visita às obras de restauração. Guilherme de Almeida e demais membros da Comissão. 1954. Fot. Germano Graeser. Acervo da casa Guilherme de Almeida

Na 2ª etapa da restauração, entre final de julho e final de agosto de 1954, foi desmontado o madeiramento leve do telhado (ripas, retrancas, cachorros e forro de beiral), para a remoção de peças não originais como caibros roliços e para verificação do estado de conservação de cada peça. (Figuras 35 a 36)

Nesse momento houve uma intensa troca de ofícios procurando estabelecer os procedimentos para a compra, sendo que foi especificado que seria Canela Preta. Esse esforço legitimava o reconhecimento da “qualidade” da casa como

representante de um período afastado do “modelo puro”, mas ainda assim legítimo nas suas características de transição do XVIII e merecedor, portanto, dos mesmos esforços na aplicação das técnicas e matérias-primas “originais”.

O primeiro movimento partiu de Luís Saia que escreveu uma carta⁶ endereçada a Paulo Florençano para que tomasse as providências cabíveis.

São Paulo, 31 de agosto de 1954

Sr. Paulo Florençano,

Em relação as possibilidades de aquisição de madeira necessária para as obras de restauração da casa antiga de Butantan, ora em execução, cabe-me informar que:

1) nos trabalhos de restauração procedidas neste Estado, pelo DPHAN, sob a minha direção, as madeiras necessárias foram sempre adquiridas na fonte de produção.

A experiência demonstrou que as ressarias (sic) serrarias de S. Paulo não tem interesse algum na mudança de uma rotina de trabalho, necessária ao atendimento de receitas estranhas às bitolas correntes. Nem mesmo o oferecimento de um ágio razoável se revelou capaz de contornar essa recusa.

2) a natureza especial das obras de restauração nos permite o levantamento preliminar da receita total, o que obriga uma certa rapidez nos fornecimentos.

3) a única saída que me parece operante, neste caso, reside na pesquisa direta juntos aos fornecedores ligados aos cortadores da madeira. Isso só é possível na própria região fornecedora da madeira. No estado de S. Paulo, a região que ainda extrai canela (madeira indicada para as obras em questão) é a de capão Bonito e Itapeva.

4) nessas circunstancias aconselho que se procure uma saída que supere os naturais entraves da rotina de compra e que se vá a citada região obter diretamente com os madeireiros, a receita já levantada.

Atenciosamente, Luiz Saia⁷

Em 1º de setembro de 1954, Paulo Florençano escreveu ao Presidente da Comissão, Guilherme de Almeida, sobre a necessidade de aquisição de madeira apropriada para a restauração da casa, trazendo à tona a questão que mereceu a intervenção por escrito de Saia. No ofício⁸, Florençano faz referência a dificuldade de obtenção da madeira nas especificações exigidas e solicita dispensa de concorrência:

⁶ A carta assinada por Luiz Saia trazia sua assinatura onde constava seu nome com Z - LUIZ. E nos documentos de época, que fazem referência ao arquiteto, também seu nome é grafado com Z. Mas, em consonância com o entendimento comum do seu nome ser reproduzido com S, este trabalho manteve a grafia com S - LUIS.

⁷ Processo 4292/54, caixa 283. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

⁸ Processo 4292/54, caixa 283. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Senhor Presidente

Para os trabalhos de restauração da “Casa do Bandeirante”, atualmente em fase adiantada, existe necessidade premente de que seja adquirida madeira apropriada (canela preta) e cortada de acordo com bitolas especiais.

As serrarias da Capital não dispõem da madeira exigida (conforme informação prestada pela Seção de Compras dessa Comissão), e nem as mesmas se interessam em corta-la nas medidas, tal como exige uma restauração criteriosa.

Consultado a respeito, o membro da Comissão Consultiva da “Casa do Bandeirante”, dr. Luis Saia, que já, à lista da IV Delegacia do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, executou restaurações congêneres, informou que, a única maneira de resolver essa dificuldade, seria procurar a madeira diretamente na sua origem, isto é, nas próprias fontes de extração, localizadas em cidades da zona sul do Estado (Itapeva, Capão Bonito, etc).

Em se tratando de material específico e indispensável a restauração que esta Comissão está procedendo e para que os trabalhos já iniciados não se prolonguem por tempo demasiadamente longo, não será possível ser ele obtido aqui, em tempo útil.

Assim, necessário se torna que seja contornada, no caso, a rotina comum das compras feitas por esta Comissão, dispensando-se as formalidades de concorrências.

Nessas condições, solicito, dado a urgência de ser obtida a madeira em apreço, a necessária autorização dessa Presidência para que a mesma seja encomendada diretamente onde for encontrada e paga mediante a sua entrega, em São Paulo.

Aguardando suas providências nesse sentido, subscrevo-me

Atenciosamente, Paulo Florençano⁹

A Comissão Executiva aprovou o pedido, mas a solução encontrada foi a de encomendar à única serraria que se dispôs a produzir ripas de tamanho próximo ao encomendado, e realizar uma emenda. Assim, Paulo Florençano explicou em 18/ de setembro que:

[...] foi encontrada uma serraria da Capital a madeira necessária aos serviços de restauração da Casa do Bandeirante. Ainda que as peças não sejam tão compridas quanto necessárias – porém, graças a emendas que o técnico da obra sr. Benedicto Pacheco se propõe mandar proceder, sou de opinião que o presente processo deva ser arquivado¹⁰.

A solicitação feita à empresa Serraria Paulista era de um

total de 261 peças a custo de Cr\$2.600,00 o metro cúbico, de cada tora a ser desdobrada. Mas afirmavam não ser possível fornecer peças de comprimento superior a 4,00 metros por ser dificilmente encontradas toras de canela com esses comprimentos, assim não poderiam

⁹ Processo 4292/54, caixa 283. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

¹⁰ Processo 4292/54, caixa 283. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

fornecer 43 dúzias de ripas na medida de 2,00 x 8,00 x 4,00, por não possuírem maquinário apropriado para essa serragem.¹¹

Em setembro de 1954, o chefe do Setor de Compras da Comissão cita no mesmo processo¹² que, entre outras, consultou as firmas do ramo “[...] Serraria Santa Sofia, Serraria Americana, Serraria Manifesto S.A., Serraria Cruzeiro Ltda, Madeireira Verdasca Ltda, Vicente Quilt & Cia Ltda e Serraria Paulista [...]”, e que só a última aceitou as condições e que 8 metros cúbicos de canela preta custariam Cr\$ 20.800,00

Foram diversas solicitações de ripas de madeira, não só de canela preta mas

também de peroba “[...]12 dzs de ripas de peroba 5x1, 30 mts de rodapés e 23 mts tacos de peroba [...]”¹³, em 16 de maio de 1955. Somente uma empresa aceitou a encomenda de “toras de canela preta” e, em 20/10/954 no processo, o responsável

Figura 35: Madeiramento sobre o lanço Sul restaurado, em 16-11-1954. Fonte: Caderno de Obras - Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/Pres. In: Mayumi, 2005

pelas compras de material necessário para execução da obra esclareceu que “[...] procedemos concorrência administrativa entre firmas especializadas no ramo, e obtivemos proposta unicamente da Serraria Paulista S.A.[...] Queremos esclarecer que a Serraria Paulista S.A. é a única firma especialista que trabalha com toras serradas em peças e repicadas.”¹⁴ (Figuras 33 e 34)

¹¹ Processo 4231/54, caixa 217. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

¹² Idem. Processo 4231/54, caixa 217

¹³ Processo 6074/55, caixa 217. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

¹⁴ Processo 4364/54, caixa 216. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Figura 36: Telhado sobre o vão central já pronto, assim como parede reconstruída em tijolos, em 3-11-1954. Fonte: Caderno de Obras -Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/Pres. In: Mayumi, 2005

A empresa Serraria Paulista S.A. escreve à Comissão no dia 1º de setembro esclarecendo onde iriam buscar a canela preta e o prazo de entrega:

Prezados Senhores

De acordo com a solicitação de Vv. Ss., vímos informar, que salvo circunstâncias imprevistas ou de força maior, poderemos fornecer tóras de canela a saber:

4 ou 5 tóras - no comprimento de 7,40 a 7.60 mts

4 ou 5 tóras – no comprimento de 8,00 a 8,20 mts

à serem serradas nas bitolas indicadas por Vv. Ss.. Preço: Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) por metro cúbico para a medida de tóras em bruto.

Prazo de Entrega – 60 (sessenta dias), mais ou menos, da data de confirmação – que deverá ser feito através PEDIDO POR ESCRITO – por Vv. Ss. – **de vez que as toras acham-se ainda no mato no Paraná** e a chegada da madeira em São Paulo fica sujeito à inúmeros imprevistos.

Atenciosas saudações – Serraria Paulista S/A¹⁵

¹⁵ Idem. Processo 4364/54, caixa 216.

Figura 37: Saia apresentando o cachorro a Guilherme de Almeida. À sua esq., Florençano. 25/1/1955. Acervo da casa Guilherme de Almeida

O trabalho de carpintaria era necessário pela larga utilização de madeira na reconstrução do telhado e refazimento de partes faltantes e, para isso, foram diversos pedidos de aquisição de canela preta, de agosto a

dezembro de 1954.

Numa reportagem publicada provavelmente na véspera da inauguração – traz a explicação de como será a solenidade de abertura do museu – consta a explicação da obra realizada, ressaltando que o delegado do IPHAN, “[...] cuidou, antes de mais nada, de preservar as características originais do prédio. (Figura 37)

O madeirame irremediavelmente estragado foi substituído por peças de igual formato, feitas com madeiras da mesma qualidade. O telhado de quatro águas foi reconstruído por inteiro, aproveitando sempre as mesmas telhas de canal, armando-se as vigas e caibros de acordo com a técnica setecentista e ao mesmo tempo conservando o formato curioso dos “beirais de cachorro”.¹⁶

Mas, além disso, era necessário refazer folhas de janelas, portas e cachorros que dariam o caráter “documento” da casa e foi feito um pedido especial de madeira: “Tem 4,0563 m³ limpos, são precisos 8 metros³ em toras serradas + 10 mts³ para portas e janelas em toras serradas cujos comprimentos são todos inferiores a 4 metros.”¹⁷

¹⁶ Ver mais em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19551030-24690-nac-0034-999-34-not/busca/Casa+Bandeirante+CASA+BANDEIRANTE> Acessado em: 10/04/2015

¹⁷ Informação manuscrita no processo 4231/54

Para a execução, solicitaram em 16 de novembro de 1954, ao Sr. Joaquim Pinto de Jesus, carpinteiro, um “orçamento para os serviços de mão de obra da reforma que está sendo executada no Butantan na casa dos bandeirantes (sic)”¹⁸, a saber:

4 portas tipo calha com a parte superior redonda
 5 portas tipo calhas retangulares
 2 jogos de 2 folhas para janela com a parte superior redonda
 4 jogos de folhas retangulares
 4 suportes **cachorros** para cantos de 1,60 x 15 x 10, **entalhados, conforme modelo acompanhando os originais**; aparelhar e fazer – meios fios, nas taboas para os ferros, igualmente os originais
 O preço deste orçamento importa em Cr\$ 26.000,00 (vinte e seis mil cruzeiros)
NOTA: Estas portas e janelas acompanharão exatamente os originais. (grifo nosso)

Joaquim Pinto de Jesus¹⁹

Para deixar claro a importância da contratação desse profissional especializado, Paulo Florençano encaminha a Guilherme de Almeida um pedido de autorização para a contratação do carpinteiro e explicou que não foi possível encontrar mais ninguém habilitado ou que se interessasse em executar o trabalho. Segundo Katinsky, nos primeiros séculos, além do mestre taapeiro, o carpinteiro era o profissional mais importante na construção das casas, pois estava sob sua responsabilidade as formas do taipal, esquadrias e folhas das portas e janelas e armadura do telhado. Assim, com o passar dos séculos, a consequente mudança nas técnicas construtivas e o surgimento de novos materiais, houve um afastamento natural das técnicas tradicionais. (Figura 38)

¹⁸ Processo 4735/54, caixa 221. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

¹⁹ Idem. Processo 4735/54, caixa 221.

Figura 38: Casa do Bandeirante - janela visto da área interna. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

Senhor Presidente

Para que as obras de restauração da “Casa do Bandeirante”, ora em sua fase final, não sejam prejudicadas em seu ritmo, venho solicitar de V. S. a autorização especial em mandar confeccionar pelo mestre de carpintaria, snr Joaquim Pinto de Jesus, as diversas portas de calha, janelas e “cachorros” entalhados para cantos, constantes do orçamento anexo.

Trata-se exclusivamente de serviço de mão de obra e motiva essa solicitação, **o fato de não dispormos de carpinteiros que possam ser desviados de suas tarefas atuais (construção de estrutura do telhado) e também, por se tratar de um trabalho especializado e que somente poderá ser executado com êxito, por pessoa experimentada, como o é, no caso, o snr Joaquim Pinto de Jesus.**

Mister se torna esclarecer que o snr Benedicto Pacheco, contratado por essa Comissão para dirigir as obras de

restauração da “Casa do Bandeirante”, **se empenhou em conseguir outros carpinteiros que pudessem executar a tarefa pleiteada mas, como se trata de trabalho fora dos moldes comuns, não encontrou outro que se interessasse, a não ser o indicado.**

Assim, solicito de V. S., não só a autorização para mandar executar os serviços de carpintaria, como também, as medidas necessárias para efetuar o pagamento, na importância de Cr\$26.000,00. (grifo nosso)

Atenciosas saudações Paulo C. Florençano²⁰

O trabalho foi autorizado e durou três meses, dando-se por encerrado em fevereiro de 1955.

Na 3ª etapa da obra, entre setembro e outubro, foram executados os serviços de consolidação estrutural. O telhado foi projetado originalmente para não transmitir nenhum esforço lateral às paredes e estas, estavam perfeitamente aprumadas. Como não havia nenhum problema estrutural foi adotado apenas uma única medida de

²⁰ Idem. Processo 4735/54, caixa 221.

consolidação “a introdução de uma cinta de amarração de concreto armado sobre o respaldo das paredes concêntricas. “ (MAYUMI: 98-99). Houve o cuidado de abrir uma vala no respaldo das paredes de forma a ficar invisível e não alterar a altura do edifício. E para a sua execução, os caibros, cachorros e demais peças foram removidos e depois recolocados. As lacunas formadas pela erosão da parte inferior das paredes foram preenchidas pelo método tradicional do IPHAN, com placas de concreto moldadas no local e as pequenas lacunas, com argamassa cimentícia. (Mayumi, 2005: 98-99) (Figura 39)

Figura 39: Placas protetoras de concreto prontas, nas bases das paredes, em 21-10-1954. Fonte: Caderno de Obras - Casa do Bandeirante. Acervo PMSP/Pres. Fonte Mayumi, 2005

A 4ª etapa da obra compreendeu a restauração de esquadrias das envasaduras, a reconstrução da parede do vão central e revestimentos da parede. O telhado foi completado no seu vão central e segundo Saia, “A sala central foi encontrada descoberta. A sua restauração pode ser feita com bastante precisão com base nas peças encontradas em uso noutras partes do ‘resto’”. (SAIA, 1955: 24)

A 5ª etapa foi reservada ao revestimento das paredes, com argamassa e pintura à base de cal. Segundo Mayumi, “As madeiras²¹, tanto do telhado como das esquadrias

²¹ Mayumi traz uma informação tirada de uma aula ministrada por Saia em 6/11/1974, no Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos. São Paulo: Convênio MEC e Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo, que contradiz o que o próprio Saia afirmou em 1972, acerca das cores das madeiras: “Nem aqui (Sítio Santo Antonio) nem no Padre Inácio, em elemento algum foi encontrado vestígio de pintura. Em ambos os casos levei as peças para análise na Politécnica. Levei pedaços que não tinham pegado sol, ou chuva. Em análise de laboratório, por mais que se tenha limpado ou gastado a pintura, se ela existiu restará vestígio entranhado. Por isso não pinte as madeiras.” (MAYUMI: 101)

das envasaduras, não receberam cor, também conforme os procedimentos tradicionais do IPHAN”. (MAYUMI: 100)

Paulo Florençano tinha perfeito entendimento de que o material empregado e a técnica construtiva eram fatores importantes para legitimação da ruína como original de uma casa bandeirista, o que permitira, após a restauração, a instalação de um espaço ideal de construção simbólica e museu evocativo de memórias que desejavam consagrar. Assim, faz um breve relato das características principais, na já comentada comunicação ao ICOM:

Com referência ao material e à técnica de seu emprego nesse tipo de residência, também são insignificantes as variações encontradas nos vários exemplares estudados; nos alicerces e nas paredes é empregada a terra umedecida ligeiramente, que é socada entre duas táboas (taipais) colocadas perpendicularmente no terço; daí resulta a taipa de pilão, cujo uso foi difundido especialmente em São paulo. Essa técnica, originária do Velho Mundo, aqui transportada desde os primeiros tempos da colonização²², chamou a atenção de quase todos os viajantes ilustres que percorreram a capital paulista nos primeiros decênios do século XIX, tais como Mawe, SaintHilaire, Kidder, Fletcher, Martius e outros, sendo que o primeiro, impressionado com a sua durabilidade, assim se expressou: essa espécie de estrutura é durável: vi casas assim construídas que resistiram duzentos anos e a maioria tem várias histórias.²³

Quanto ao madeiramento, a preferência para uso de determinada espécie é evidente, pois há notável predominância da canela preta, que surge toscamente lavrada a enxó, nas vigas, frechais, cumieiras, etc. ou melhor aparelhada, nos batentes, colunas de alpendre, cachorros de beiral, folhas de janelas, portas etc.

Sobre o piso, este geralmente é constituído de terra batida ou de tijolos cozidos, no formato quadrado; em alguns exemplares, a capela e o quarto de hóspedes aparecem assoalhados de tábuas largas.

Na maioria dessas construções, o telhado é de quatro águas e os seus panos, cobertos de telha de canal, caem descrevendo ligeira curva (corda bamba) e terminam projetando-se fora das paredes formando os beirais cuja principal função é a de proteger a taipa das chuvas. As telhas de canal são de porte e peso avantajados, talvez ainda obedientes aquelas posturas da Câmara da Vila de São Paulo, datadas de 1557, em que se determinava ao oleiro Cristovan Gonçalves, fabricar peças de bom tamanho e boa forma, que ficassem de dois palmos e meio depois de cozidas.²⁴ (FLORENÇANO: 2-3, ‘7, grifos do autor)

Saia também estudou a taipa e descreveu sua importância para São Paulo no seu livro *Morada Paulista*, que publicou quase vinte anos depois das obras: “Mas a taipa

²² CARLOS Borges Schmidt – “Construções de Taipa” (edição da Secretaria da Agricultura de São Paulo)

²³ John Mawe – “Viagem pelo Interior do Brasil” (Rio, 1944)

²⁴ “Atas da Câmara da Vila de São Paulo” - (Volume I, pag.47)

de pilão sempre foi, por incrível que pareça, um processo aristocrático de construção e, embora em certo sentido degradado pela má organização do trabalho profissional, manteve-se na área de São Paulo até a completa substituição dos processos tradicionais”. (SAIA, 1972)

Uma característica destacada por Saia na mudança do modelo “puro” do XVII, para o “abastardado” do XVIII, era o uso de fechaduras mais rebuscadas: “As janelas e portas, que antes eram fixadas por meio de gonzos, passam a ter dobradiças; os espelhos das fechaduras ganham, por seu turno, um desenho mais rebuscado e pretensioso”. (SAIA: 13). No minucioso trabalho de restauro da casa esse detalhe não passou despercebido e gastos expressivos foram destinados à reprodução de espelhos de fechaduras, o que pode ser compreendido pelo interesse de compor todos os detalhes arquitetônicos da residência, mas também por uma função legitimadora dentro do perfil criado para o museu, como um documento vivo de uma época.

Foram solicitados orçamentos para a confecção de diversos componentes: “9 espelhos de chapa com 4 pregos; 8 fechaduras de chapa e ferro com 4 pregos; 21 dobradiças de chapa de 3 pregos; 24 dobradiças de ferro e chapa com 7 pregos e 8 trincos de ferro completo”.²⁵ Apesar de uma metalúrgica chamada São Nicolau colocar no seu orçamento que as peças cotadas seriam fornecidas de acordo com as amostras apresentadas “sendo confeccionadas a mão pelos nossos técnicos ferramenteiros, fora de hora do serviço normal [...]” o valor deve ter sido considerado muito alto, Cr\$ 42.440,00, sendo aprovado o orçamento da metalúrgica Iguatemi, com o valor mais comedido de Cr\$ 11.055,20. Num recorte de jornal guardado por Guilherme de Almeida, que traz uma longa reportagem sobre a inauguração da Casa do Bandeirante, guardado no seu arquivo pessoal, esse assunto foi trazido à baila pelo repórter que afirmou: “As fechaduras foram refeitas por um velho ferreiro português que trabalha em Jacareí para o SPHAN. Não usa solda elétrica. Emprega o velho processo de forja. As que pode aproveitar, conserta. As que estão por demais estragadas são substituídas por outras iguais.”²⁶

Em outro jornal encontra-se esta descrição:

Fechaduras e dobradiças não existiam mais ou restavam pedaços enferrujados. Mas como existia um velho ferreiro português, em Jacareí, que era capaz de refazer na bigorna qualquer peça, as antigas fechaduras e dobradiças foram refeitas. Iguais às que tinham existido.

²⁵ Processo 4545/54, caixa 321. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

²⁶ Miran de Barros Latif: Casa do Bandeirante. Diário de São Paulo, 4 de novembro de 1955. Fundo Guilherme de Almeida. Museu Guilherme de Almeida.

Chaves, fechaduras e espelhos em ferro trabalhado na forja. Pelo mesmo processo do século XVI.²⁷

Essa informação recobre-se de importância visto que a fechadura foi reproduzida no Guia Oficial da Casa do Bandeirante e em inúmeras reportagens jornalísticas, o que pode levar a entender que este objeto, um semióforo, revestiu-se, segundo o grupo organizador do restauro do imóvel e da elaboração conceitual da Casa do Bandeirante, de uma áurea de antiguidade e identidade, como se ela própria carregasse todos os símbolos cultivados de um hipotético herói paulista. (Figuras 40 e 41)

Figura 40: Guia da Casa do Bandeirante. Fonte: Biblioteca do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo

Figura 41: Foto do espelho da fechadura. Guia da Casa do Bandeirante

²⁷ FERREIRA, Barros. "A mansão do homem muito rico sem botas para calçar". Diário Popular, 25/06/1972

2.2 O retorno do entorno: a ambiência da casa

Mas as responsabilidades de Florençano não se restringiam à restauração da casa. Seu plano era mais ambicioso, pois além de transformar a antiga sede da fazenda Butantã na Casa do Bandeirante, era necessário organizar o entorno da casa, de modo a formar um quadro mais próximo e realista possível das áreas que comumente circulavam as casas principais e que abrigavam os espaços de serviço, edículas, pomares etc. Assim, concomitante às obras realizadas por Saia, Florençano dava seguimento ao seu planejamento de restituir um entorno plausível às casas rurais paulistas de outrora.

A *Revista Paulistana* nº52, de abril de 1955, traz um artigo dedicado a “Casa do Bandeirante” e cita como sendo de Artur Etzel o ajardinamento da Casa do Bandeirante, recurso utilizado “[...] com intensão modernizante das operações de ambientação [...]” (MAYUMI, 2005: 140). Ou seja, o intuito de valorizar o monumento levava a necessidade de compor a paisagem, sem deixar de lado a função eminentemente didática de apresentar equipamentos de produção rural, adquiridos em cidades próximas de São Paulo, numa tentativa de recuperação da possível vida rural do século XVIII.

Segundo argumentação de Mayumi, o traçado do jardim poderia ser atribuído a Luís Saia já que a geometrização aparente em estilo modernista sugere a autoria de um arquiteto, que poderia ser o próprio, já que dirigiu a restauração da casa. A comunicação apresentada por Paulo Florençano no Encontro do ICOM, em 1962, traz a confirmação dessa versão aventada por Lia Mayumi: “A planta, elaborada por aquele órgão técnico municipal [Divisão de Parques e Jardins], após sofrer algumas modificações sugeridas pelo delegado regional do D.P.H.A.N. e a necessária aprovação da Comissão Consultiva foi, tão logo, posta em execução”.

Na documentação arquivada no Fundo do IV Centenário encontra-se também um ofício solicitando o pagamento ao desenhista sr. H. Funduklian, que fez horas extraordinárias para realizar a planta de ajardinamento de um trecho do Parque, em 27 de setembro de 1954¹. (Figura 42)

¹ Processo 4514/54, caixa 64. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Figura 42: Casa do Bandeirante. Ajardinamento de Arthur Etzel sobre projeto possivelmente de Luis Saia. Os telhados menores são os abrigos construídos por Paulo Florençano. Fotografia de 1960. Vão VASP. Acervo DPH/Pres/STLP In: Mayumi, 2005

O depoente e último morador da casa, Sr. Antonio Vieira de Medeiros, contou em seu depoimento a Paulo Florençano que recordava os jardins e as plantações na época em que vivia na antiga residência:

Segundo o informante havia dois jardins junto a casa: um maior, com árvores de grande porte, entre as quais, paineiras e que ficava na parte da frente, isto é, aquela voltada para o rio Pinheiros (antigo leito), sendo o seu acesso franqueado por uma porteira ladeada por duas palmeiras imperiais; o outro jardim era menor e ficava à esquerda de quem entrava, sendo um jardim de uso privativo das pessoas da casa e ali somente eram cultivadas flores, trepadeiras e begônias. Lembra-se o informante que também havia um canteiro com plantas medicinais de uso doméstico: bálsamo, malva de remédio, hortelã, camomila, arruda, erva-doce e toda a sorte de ervas usadas na farmacopeia doméstica.

Diz o Sr. Antonio de Medeiros que no tempo que ele morou na “Casa Velha do Butantã”, a área da propriedade era de 120 alqueires. As culturas principais eram da cana-de-açúcar e a da mandioca. Também se cultivava uvas para a fabricação de vinho, sendo de 8.000 o número de videiras. (PACCE: 145)

Atendendo a função eminentemente didática que tinha em mente para a casa, Paulo Florençano pensou em construir abrigos com equipamentos rurais trazidos do interior, que pudessem ser usados para explicações *in loco* da autossuficiência dos bandeirantes de tempos passados. Para isso, empenhou-se em localizá-los e conseguir autorização para adquiri-los visando à sua implantação na área externa da residência.

Era necessário também construir abrigos condignos que reproduzissem com fidelidade as suas características para criar a ambiência rural necessária para a finalização de seu projeto. Segundo relatou na sua comunicação apresentada no ICOM, foram bastante completos os equipamentos que procurou localizar e transladar para a casa:

Aproveitamento da área externa:

À Divisão de Parques e Jardins, da Prefeitura Municipal de São Paulo, repartição dirigida por **Arthur Etzel**, especialista em ajardinamentos, de reconhecida competência, coube a tarefa de transformar, **de acordo com as indicações e croquis fornecidos**, a área externa (praça Monteiro Lobato), até então, uma feia capoeira, em aprazível logradouro.

A planta, elaborada por aquele órgão técnico municipal, após sofrer algumas modificações sugeridas pelo delegado regional do D.P.H.A.N. e a necessária aprovação da Comissão Consultiva, foi, tão logo, posta em execução. A formação de grandes canteiros gramados, cortados por ruas revestidas de pedrisco solto, nos quais sobressaíam as velhas árvores ali encontradas (muitas possivelmente contemporâneas à moradia) e outras, inteligentemente plantadas durante a execução dos serviços, deu como resultado, um parque de serena beleza, despretensioso, de modo que, **sem intenções pre-estabelecidas de formação de cenário, tornou-se excelente complemento de realce da Casa.**

Em pontos escolhidos, bastante afastados, a fim de não funcionarem como elementos perturbadores do edifício, foram construídos, obedecendo as técnicas tradicionais ainda usadas em certas zonas rurais do Estado de São Paulo, mais afastadas dos grandes centros, os diversos pavilhões projetados para abrigar algumas das principais máquinas agrícolas comuns no século XVIII – máquinas essas que, desde há muito tempo, fabricando certos produtos básicos da alimentação colonial, já vinham eficazmente contribuindo para a quase auto-suficiência que nesse sentido, caracterizavam as fazendas paulistas.

Assim, por ordem, foram construídos os seguintes abrigos:

Casa de Farinha – paredes de pau a pique (taipa de mão ou taipa de sopapo) – comportando monjolo de pé, para socar milho; roda de ralar mandioca; prensa para espremer a massa da mandioca; forno para torrar a massa e transformá-la em farinha; pilão e diversos acessórios ligados à fabricação da farinha. Na parte externa da casa da farinha, sob um puxado, foi construído de barro, um forno de assar.

Casa da Moenda – coberta de sapê – comportando grande moenda de cana, de madeira, com três cilindros; ao lado, em fase de conclusão, a Casa do Açúcar, abrigando três caldeiras de cobre, mesa com fôrmas de rapadura, estaleiro com fôrmas de barro, de confecção indígena, para “pães de açúcar”.

Casa dos Pilões d’Água – ou do monjolo de martelos (primitiva máquina acionada a roda d’água, utilizada para secar milho, arroz e outros produtos.

Casa do Moinho – comportando réplica do primitivo moinho paulista de moer trigo (depois, usado para triturar o milho e transforma-lo em fubá e quirera, acionado por roda d’água horizontal, colocada abaixo do piso.

Casa do Monjolo d'Água – com uma das mais tradicionais máquinas utilizadas na zona rural para socar o milho, o arroz, etc

Rancho dos carros de Boi – com alguns exemplares completos desse útil veículo que desde os mais remotos tempos vem sendo utilizado para o transporte de carga, nos sítios e fazendas brasileiras. (FLORENÇANO, 1962: 13, grifos do autor e grifo em negritos nosso)

Em maio de 1954, antes mesmo do início da restauração da casa, Paulo Florençano escreveu ao Guilherme de Almeida solicitando permissão para se ausentar, a fim de visitar o interior do estado, onde visitaria sítios procurando máquinas rurais agrícolas:

São Paulo, 31 de maio de 1954

Ao exmo Snr Doutor Guilherme de Almeida

D.D. presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo

Prezado Senhor

No desempenho de minhas funções ligadas à “Casa do Bandeirante”, venho solicitar de V. S. a necessária permissão para me ausentar de 3 a 7 de junho próximo, a fim de vistoriar várias máquinas rurais antigas e que, por doação ou compra por preço módico, poderão figurar na parte externa daquela casa-museu.

Essas máquinas (monjolos, aviamentos de farinha, prensas, pilões, etc), se encontram em alguns sítios e fazendas, situados nos municípios de Taubaté, São Luiz do Paraitinga, Ubatuba, Paraibuna e Santa Branca, estando a pessoa que fez as indicações, disposta a me acompanhar nessa viagem.

Atenciosas saudações – Paulo Florençano²

Guilherme de Almeida aprovou o pedido, arbitrando diária de Cr\$ 400,00. Na volta, Florençano escreveu um minucioso relatório indicando todas as cidades que visitara e máquinas que vistoriara, deixando à Comissão formada para auxiliar nas decisões curatoriais do futuro museu, a decisão da escolha. A longa listagem permite entrever o afincamento com que se empenhou a cumprir a tarefa, num esforço que ultrapassa qualquer expectativa:

São Paulo, 23 de junho de 1954

Ao exmo Snr Doutor Guilherme de Almeida

D.D. presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo

Prezado Senhor

Tendo, a serviço da “Casa do Bandeirante” realizado de 3 a 7 do corrente mês uma viagem aos municípios de São José dos Campos,

² Processo 3572/54, caixa 72. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Paraibuna, Caraguatatuba, Ubatuba, São Luiz do Paraitinga e Taubaté, tive oportunidade de vistoriar várias máquinas agrícolas antigas, cuja relação anexo ao presente relatório.

Essas Máquinas nos são oferecidas por preços muito módicos e algumas poderão figurar na parte externa da “Casa do Bandeirante”, dependendo, no entanto, que seja ouvida em futura reunião, a Comissão designada por essa Presidência, para orientar os trabalhos de sua instalação.

Outrossim, tendo feito a referida viagem em automóvel de minha propriedade, solicito de V. S, ordem para o pagamento dos gastos que efetuei com a compra de gasolina e óleo necessários, num total de Cr\$ 1.411,50, conforme demonstração em nota anexa.

Atenciosas saudações – Paulo Florençano³

RELAÇÃO DAS MÁQUINAS RURAIS ANTIGAS, DE MADEIRA, ARROLADAS NOS MUNICÍPIOS DE PARAIBUNA, UBATUBA, SÃO LUIZ DO PARAITINGA, TAUBATÉ E SALESÓPOLIS:

MUNICÍPIO DE PARAIBUNA:

- carro de bois, antigo, com eixo móvel e rodas de madeira, completo

Bairro do Varador, km 128 da estrada de rodagem São José dos Campos, Paraibuna

São João Francês, sitiante

- Moenda de cana, antiga, toda de madeira, inclusive as engrenagens, com 5 cilindros

Monjolo de martelo, comum

O administrador da Granja Santa Lúcia, km 137 da estrada de rodagem São José dos campos – Caraguatauba

- Carro de bois, antigo, tipo grande, com eixo móvel e rodas de madeira, completo, com canga

Idem, idem, tipo pequeno

Sítio no km 139 da mesma estrada, junto à bifurcação para Salesópolis (vide fotografia)

MUNICÍPIO DE SALESÓPOLIS:

-Engenho de cana (moenda), com 3 cilindros, de madeira, tipo grande, completo

Sítio na Estrada Municipal para Paraibuna, km 12 (vide fotografia)

MUNICÍPIO DE UBATUBA

Aviamento de farinha, com as seguintes peças:

- roda de ralar montada em cavalete, acionada a mão, com gaiola, banco e manivela

- forno de cobre, grande, restaurado (estado bom)

- prensa de madeira, com parafuso, virgem, concha e mesa

- dois cochos, sendo um grande e um pequeno

- um “queijo” para apertar o tipití

Bairro de Ubatumirim, com o sr. Sebastião Teixeira – Preço: Cr\$ 3.500,00

³ Idem. Processo 3572/54, caixa 72.

Aviamento de farinha, de bolandeira, com as seguintes peças:

- roda grande, acionada à mão
- rolo com polia
- prensa de parafuso (sem as “virgens”)
- cocho de madeira
- forno de cobre, grande
- dois queijos
- mesa (vide fotografia)

MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA

- moinho de milho, antigo, tipo tradicional, tamanho médio, com mó de pedra, trabalhando horizontal, acionado por roda d’água

Bairro do Chapéu, km 134 da estrada de São Luiz do Paraitinga

- Taubaté, snr Manuel Artur, sitiante
- monjolo comum, tocado a água, completo, em bom estado

Bairro do Chapéu, km 134,5 da mesma estrada

Snr Manoel Duda, sitiante preço: _ .250,00

MUNICÍPIO DE TAUBATÉ

- pilão de martelo – com 3 martelos, acionados por eixo móvel, com roda tocada a água, com os respectivos pilões. Fazenda do Rio Comprido – snr Nicolino de Angelis. Possível doação, dependendo de consentimento do seu pai, proprietário da fazenda.⁴

Dando seguimento a esses trabalhos, em 19 de junho de 1954, Paulo solicitou ao presidente da Comissão, Guilherme de Almeida, nova autorização para viajar:⁵

Tendo o Sr. Elmano de Almeida, chefe da Divisão do Patrimônio da Prefeitura Municipal nos informado possuir em sua propriedade agrícola situada no município de Salesópolis, um MONJOLO DE PÉ, máquina rural antiga, muito rara, julgo ser de grande interesse, que seja feita uma vistoria no referido aparelho, pois vamos necessitar um para figurar na “Casa do Bandeirante”.

Assim, solicito de V. S. a necessária autorização para ir até Salesópolis examinar o monjolo em apreço e verificar as possibilidades de obtê-lo para a “Casa do Bandeirante”.

Outrossim, solicito ordem para pagamento de diária necessária para as despesas dessa viagem⁶.

⁴ Não foram localizadas nenhuma das fotografias referenciadas por Paulo Florençano, apesar das pesquisas feitas no Fundo do IV Centenário e na Divisão de Iconografia e Museus (DIM), ambos da responsabilidade do DPH e nem no Fundo Paulo Camilher Florençano, no Arquivo Histórico Félix Guisard Filho, em Taubaté.

⁵ Processo nº 3689/54, caixa 311. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

⁶ Idem. Processo nº 3689/54, caixa 311.

Paulo Florençano foi até a cidade e se encantou com a possibilidade de receber em doação alguns equipamentos. No seu retorno à São Paulo, comunica a doação ao presidente da Comissão, Guilherme de Almeida, e solicita autorização para os gastos com montagem dos equipamentos rurais, com a construção dos ranchos e contratação de mão de obra vinda da região, independente dos trabalhadores envolvidos com a restauração da casa:

Exmo Senhor.

No desempenho das atividades de instalação da “Casa do Bandeirante”, estive ontem, dia 20, no município de Salesópolis, afim de vistoriar algumas máquinas rurais antigas, das quais tive notícia ali existirem.

Tenho a satisfação de comunicar a V. S. que essa viagem foi bastante proveitosa, pois, consegui localizar um MONJOLO DE PÉ, aparelho raríssimo, um AVIAMENTO DE FARINHA, completo, com as seguintes peças: prensa de parafuso, grande, forno de cobre, roda de ralar mandioca, gamelão e cocho; uma MOENDA DE CANA (ENGENHO), toda em madeira, inclusive engrenagens, com três cilindros; todas essas máquinas – exemplares típicos da técnica rural de outrora e assaz necessários para figurarem na parte externa da “Casa do Bandeirante”

O proprietário dessas máquinas, sr. Elmano de Almeida, compreendendo perfeitamente o interesse desta Comissão em obtê-las, está disposto a nos fazer doação de todas elas.

Como esses aparelhos necessitam ser desmontados e, em seguida, remontados aqui em São Paulo, por pessoas entendidas, mister se faz contratar duas ou três. No próprio local onde se acham, (município de Salesópolis), existem essas pessoas e que, mediante o pagamento das diárias comuns dos trabalhadores rurais e mais uma gratificação para transporte e pensão, estão dispostas a se deslocar até aqui, não só para o remonte das máquinas, como também, de construção dos abrigos necessários **usando a técnica e o material primitivos**.

Submeto à apreciação de V. S. o assunto e, uma vez aprovado, solicito que seja colocado à disposição deste Serviço, uma importância destinada a cobrir as primeiras despesas: pagamento das diárias no local, transporte das máquinas e dos trabalhadores até São Paulo, etc.

Atenciosas saudações – Paulo Florençano

Autorizo um adiantamento de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) em 21 de junho de 1954. Guilherme de Almeida.(grifo nosso)⁷

Em seguida, Florençano tratou de conseguir trabalhadores e materiais para fazer a desmontagem do equipamento e também para a construção dos ranchos na área externa da Casa do Bandeirante. Isso ficou a cargo do próprio Elmano de Almeida, que contratou trabalhadores da região. Assim escreveu este para Paulo Florençano dando

⁷ Idem. Processo nº 3689/54, caixa 311.

conta de despesas para a transferência do monjolo de pé, aviamento de farinha e engenho de açúcar e materiais de construção:

Elmano de Almeida

Bairro do Sertãozinho

Biritiba Mirim – Mogi das Cruzes

Despesa, até o momento, para desmontagem de máquinas antigas de madeira, corte de madeira para os ranchos e diversos:

10 dúzias de taquara a 6,00 ----- 60,00

18 dúzias de barrete a 18,00 -----324,00

5 ½ dúzias de caibros a 48,00 -----264,00

8 dúzias de ripas a 12,00 ----- 96,00

7 freixais e cumieira a 20,00 -----140,00

100 freixiais de sapé a 5,00 -----500,00

Cipó -----grátis

26 dias de camarada a 45,00 -----1.170,00

Soma -----2.554,00

Nota: os 26 dias de serviço foram destinados a tiragem de madeiras, sapé e desmonte das máquinas

São Paulo, 20 de julho de 1954 Elmano de Almeida⁸

Figura 43: Casa de Farinha - área externa da Casa do Bandeirante. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

O recibo do pagamento feito a Elmano de Almeida em 24 de julho de 1954, no valor de Cr\$2.554,00, referia-se unicamente ao pagamento dos serviços de desmonte das máquinas antigas de madeira e fornecimento de

madeiramento rústico e sapé para a construção de abrigos. Como Florençano havia escrito a Guilherme de Almeida, as máquinas foram doadas para o projeto de

⁸ Idem processo 3689/54. Caixa 311. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

construção do museu, sem custo à Comissão. Apenas foram cobrados alguns acessórios e a aquisição de um carro de bois como relata Elmano de Almeida em carta de 17 de agosto de 1954:

Elmano de Almeida – Bairro do Sertãozinho

Biritiba Mirim – Mogi das Cruzes

Relação de despesa para o final da desmontagem de máquinas antigas de madeira, compra de um carro de bois eixo inteiriço, pá de farinha (peneira, machos, juntas) e um queijo para prensa de farinha:

10 dias de serviço a Cr\$ 45,00 _____	450,00
1 carro de bois _____	800,00
1 pá grande para farinha _____	100,00
1 queijo para prensa _____	80,00
Transporte do carro _____	50,00
Total: _____	1.480,00

Ass: Elmano de Almeida – Visto Paulo Florençano⁹

As despesas eram aprovadas pelo Chefe da Contabilidade da Comissão do IV Centenário, entendendo-se que a Casa do Bandeirante era uma manifestação cultural, de caráter histórico; logo, as despesas deveriam correr por conta da Cultura, e Florençano solicitou mais um adiantamento para atender as despesas com abrigo das máquinas (Figura 43):

Sr. Presidente

Tendo este Serviço urgente necessidade de efetuar pequenos pagamentos relacionados com a construção das “casa de farinha” e do abrigo para moenda de cana, na parte externa da “Casa do Bandeirante”, tais como: encomenda de material rústico (cipós, bambus, madeiras apropriadas, etc), transporte, por meio de caminhão daquele material do município de Mogi das Cruzes até o local das obras, pensão dos trabalhadores especializados, etc, venho solicitar de V.S. o adiantamento de uma verba de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) para os fins expostos, devendo, oportunamente fazer a necessária prestação de contas.

Atenciosas saudações

Paulo Florençano

Ao Exmo Snr Doutor Guilherme de Almeida, D.D. Presidente da Comissão do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo.¹⁰

⁹ Idem processo 3689/54.

¹⁰ Processo 4214/54. Caixa 308. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Assim, ao longo dos dias 27 de agosto a 2 de outubro de 1954, os trabalhadores Francisco José da Silva e José Ramos Cardoso construíram os ranchos, recebendo diária de Cr\$ 60,00 cada, além das três refeições (café da manhã, almoço e jantar), como consta nos ofícios encaminhados por Florençano:

São Paulo, 3 de setembro de 1954

Ao Senhor Presidente

Para a construção da “Casa da Farinha” e do abrigo da moenda de cana na parte externa da “Casa do Bandeirante”, em moldes comuns às usadas nas velhas fazendas paulistas, este Serviço fez vir do interior do Estado (Município de Mogi das Cruzes) dois trabalhadores especializados, ganhando cada um Cr\$ 60,00 por dia. São eles: Francisco José da Silva e João Ramos Cardoso.

Assim, para legalizar a situação desses homens, venho solicitar de Vossa Senhoria a necessária autorização para pagá-los, assim como também a pensão à que têm direito (de acordo com o que foi com eles combinado), com importância tirada do adiantamento de Cr\$ 10.000,00, autorizado no processo nº 4214.

Atenciosamente – Paulo Florençano

Em tempo: A pensão acima referida, corresponde ao fornecimento de refeições e alojamento dos trabalhadores.

As construções em torno da casa foram fotografadas em 1958 e permitem que se consiga fazer uma descrição desse conjunto de assessorios à casa e indispensáveis à missão museal da Casa do Bandeirante. O termo abrigo foi utilizado por Florençano:

Abrigo I – a Casa de Farinha – apresentava paredes de pau a pique (taipa de mão ou

Figura 44: Casa de Farinha - área externa com forno de barro. c..1958. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

taipa de sopapo) –
(Figuras 44 a 48)
comportando
monjolo de pé, para
socar milho; roda
de ralar mandioca;
prensa para
espremer a massa
da mandioca; forno
para torrar a massa
e transformá-la em
farinha; pilão e
diversos acessórios
ligados à
fabricação da

farinha. Na parte externa da casa da farinha, sob um puxado, foi construído de barro, um forno de assar.

Figura 45: Prensa de parafuso grande - Casa de Farinha. C.1958. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo.

Figura 46: Forno de assar massa da mandioca na Casa da Farinha. c1958. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

Figura 47: Monjolo de pé - Casa de Farinha. Notar as paredes de pau-a-pique. c.1958. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

Figura 48: Roda de ralar mandioca com gamelão - Casa de Farinha. c.1958. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

Abrigo II – a Casa da Moenda – era coberta de sapê, comportando grande moenda de cana, de madeira, com três cilindros; ao lado, a Casa do Açúcar, abrigando três caldeiras de cobre, mesa com fôrmas de rapadura, estaleiro com formas de barro, de confecção indígena, para “pães de açúcar” (Figuras 49 a 51).

Figura 49: Casa da Moenda com moinho de cana com três cilindros. c.1958. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

O antigo morador Sr. Antonio Vieira de Medeiros,

Figura 50: Moinho de três cilindros-detelhe. c.1958. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

Figura 51: Pães de açúcar de barro transformados em vasos de planta. s/data. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

com seu depoimento, legitimou todo o esforço de Paulo Florençano. Ou melhor, pode-se talvez imaginar que, com a coleta de seu depoimento e suas explicações no início do projeto, ajudou a direcionar o norte **do quê** procurar. Quanto mais próximo da explicação do último morador, mais a casa se configuraria numa reconstrução fiel:

É do tempo do informante o funcionamento de uma **moenda de cana com 3 cilindros**, toda feita de madeira e puxada a boi. Essa moenda era muito antiga e situava-se perto da casa. Mais tarde, em vista de não estar sendo utilizada, foi vendida para um fazendeiro de Carapicuíba.

Também funcionava uma **fábrica de farinha de mandioca, com o ralo, prensa de parafuso**, etc... Tudo isso parecendo muito antigo e funcionando bem. Havia também, um estábulo, onde se ordenhavam vacas. Na casa, para uso dos moradores, fabricavam-se velas de cera. (PACCE: 144, grifo nosso)

Abrigo III - a Casa do Moinho – comportava réplica do primitivo moinho paulista de moer trigo (depois, usado para triturar o milho e transformá-lo em fubá e quirera, acionado por roda d'água horizontal, colocada abaixo do piso (Figura 52).

Figura 52: Casa do Moinho. Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

Abrigo IV - o Rancho dos Carros de Boi – abrigava alguns exemplares completos desse veículo que desde os mais remotos tempos vem sendo utilizado para o

Figura 53: Modelos de carros de boi - área externa da Casa do Bandeirante. C.1954. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

Figura 54: Casa do Bandeirante - carro de tração animal, ao fundo vista parcial da Casa da Moenda.c.1954. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

transporte de carga, nos sítios e fazendas brasileiras (Figuras 53 e 54).

Abrigo V – a Casa do Monjolo D'água – abrigava um dos mais tradicionais, e rústicos, artefatos utilizados na zona rural para socar o milho, o arroz, etc. (Figura 55)

Figura 55: Monjolo d'água - Casa do bandeirante. c.1954.
Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo

Com relação à casa onde residia o zelador, Florençano escreveu a Guilherme de Almeida solicitando uma nova construção, já que a mesma, onde residia com a família, fora construída de forma precária e como tal, devia ser provisória. Assim, em 15 de dezembro de 1954, solicita:

Senhor Presidente

Como V. S. está a par na área ajardinada em torno da “Casa do Bandeirante”, existem várias edificações para abrigar as máquinas agrícolas tradicionais das velhas fazendas paulistas: moenda de cana, monjolo de pé, prensa de farinha, forno de torrar, ralo, etc

Estando as obras da restauração da casa em apreço em sua fase final, o barracão que abriga o seu atual zelador, snr Sebastião Ribeiro de Moraes e sua família e também, o material nelas empregado e as ferramentas de trabalho – dado ao caráter provisório de sua construção e situação próxima demais daquele imóvel – precisa ser demolido tão logo.

Considerando também que, toda aquela área – um logradouro público – assim como a própria “Casa do Bandeirante”, precisam ter um zelador permanente, para a sua vigilância externa, diurna e noturna, e que resida próximo, venho solicitar, em caráter de urgência, a necessária autorização de V. S. para a construção, em ponto já determinado na planta geral, de uma pequena casa, de acordo com o croquis anexo, de autoria do arquiteto Luis Saia, membro da Comissão da “Casa do Bandeirante” e orientador de sua restauração.

Outrossim, lembro a V. S. da necessidade de também serem construídas as instalações sanitárias para uso do público, as quais poderão ser atacadas na mesma ocasião.

Atenciosas saudações – Paulo Florençano

Ao Exmo Snr Doutor Guilherme de Almeida, D.D. Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo¹

Na sequência, em 27 de dezembro de 1954, foi enviado um ofício para o Diretor do Serviço de Engenharia com a seguinte solicitação:

Em reunião da Comissão executiva, realizada em 15 do corrente, o plenário apreciou o assunto e decidiu mandar o serviço competente averiguar da possibilidade de ser ali colocada uma casa pré-fabricada; caso isso não seja viável, então dever-se-á fazer uma construção o mais econômica possível, numa área máxima de 50 metros quadrados².

Em 30 de janeiro de 1955, o engenheiro Ernesto de Faria solicitou ao engenheiro Luizello para “Orçar construção comum, após projeto, dado que a meu ver casa pré-fabricada não se coaduna com o ambiente antigo do local, além de ser de preço mais elevado”. Florençano, em novo ofício, solicitou mais uma vez a autorização ressaltando a importância e urgência das obras requeridas.

Guilherme de Almeida acatou as sugestões e solicitou o orçamento para a construção de instalações sanitárias para uso do público anexas à morada do zelador. Segundo Florençano, seriam no lado do oitão voltado para a entrada de automóveis. O orçamento foi feito e assim discriminado em 17 de fevereiro de 1955: “área 370 x 450 = 16.65 m². Valor: 16.65 x Cr\$ 1.800,00 = Cr\$ 29.970,00 = Cr\$30.000,00. Tal demanda foi aprovada apenas em 17 de fevereiro de 1955, sendo que a Casa do Bandeirante fora inaugurada em 25 de janeiro do mesmo ano. Para cumprir o estabelecido, o engenheiro Henrique A. Martollo, como Diretor Substituto do Serviço de Engenharia da Comissão do IV Centenário, escreve para o empreiteiro:

Ilmo Sr. Emidio Caetano da Silva

Prezado Senhor

Vimos pela presente comunicar a V. S. que, de acordo com autorização do Sr. Presidente, serão executadas, anexas à casa do zelador da “Casa do Bandeirante”, instalações sanitárias para uso do público, conforme planta anexo.

Comunicamos ainda que, conforme autorização do Sr. Presidente, foi confiada a V. S. a execução, mediante o fornecimento

¹ Processo 4965/54. Caixa 216. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

² Idem. Processo 4965/54. Caixa 216.

de mão de obra, nos mesmos termos dos serviços contratados para a “Casa do Bandeirante” e a casa do zelador.

Sem mais, subscrevemos-nos³

Em maio, Florençano ainda necessitava de suplementação de verba para acabar as obras. No dia 20, Heraldo Pontes de Lima escreveu ao Contador Chefe que “Conforme resumo de fls 11 do processo 6090/55, relativo ao orçamento da casa do Bandeirante, conforme constante no item I – Despesas Gerais, diz o seguinte: ‘Importância prevista para a conclusão das obras em fase final; casa grande, casa do zelador e sanitários públicos’”⁴. Os custos se sucediam e ainda havia o agravante de que determinadas obras não atraíam propostas, como ocorreu na situação em que o engenheiro Ernesto de Faria Alves informava ao presidente Guilherme de Almeida, em primeiro de junho de 1955:

Informa ao presidente que 3 firmas não quiseram participar e só 1 mandou proposta considerada alta. (...). Para que possa executar o serviço de canalização de água, já referido será necessário requisitar os materiais do Setor de Compras e utilizar a mão de obra do SEIC, embora com essas providências a conclusão dos serviços demandará maior prazo.⁵

Para o cercamento da área externa onde se situava a Casa do Bandeirante e a instalação de luz elétrica, também houve inúmeros problemas de ordem financeira e prática, que acabaram gerando atrasos na inauguração da Casa, prevista para maio de 1955. Mas o importante era levantar o que chamavam na documentação de “paliçada”.

O primeiro orçamento das despesas com o cercamento do terreno onde se situava a Casa do Bandeirante contou com os seguintes dados, em 20 de julho de 1955:

Mourões de eucaliptos de Ø22 cm, cravados cerca de 0,86 mt no solo e dispostos uns juntos aos outros de modo a formar uma **paliçada**.

Comprimento da paliçada 515,00 ml

Nº de mourões por m¹ = $\frac{1,00}{0,22} = 4,545$

0,22

Total de mourões = $515 \times 4,545 = 2.341,00$

³ Processo 4965/54. Caixa 216. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

⁴ Idem processo 4965/54

⁵ Ibidem

Comprimento de cada mourão 2,66 mt sendo 1,80 m por fora e 0,86 enterrado. Devem ser utilizados peças de 8,00 mt de comprimento, cortados em 3 partes para evitar sobras.

Comprimento total dos mourões $2.341 \times 2,66 = 6.227,06$ ml

Preço do metro linear do mourão = 20,00

Preço total dos mourões = $6.227,06 \times 20,00 = 124.541,20$ Cr\$

Abertura de valas $0,80 \times 0,40 = 515,00 \times 20,00 = 10.300,00$ Cr\$

Preparo dos mourões e confecção das pontas = $2.341 \times \text{Cr\$ } 5,00 = \text{Cr\$ } 11.705,00$

Assentamento dos mourões, reposição e socamento da terra = $515,00 \times \text{Cr\$ } 10,00 = \text{Cr\$ } 5.150,00$

Su-total: 151.696,20 eventuais 10 % + ou - = 15.303,80

Total: 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil cruzeiros)

Ass: Ernesto de Faria Alves – Engenheiro Assistente⁶ (grifo nosso)

Mas qual era a importância de construir uma paliçada cujo orçamento adquiria contornos quase que impossíveis de atingir, ainda mais que já haviam sido encerrados os festejos do IV Centenário em janeiro de 1955 e a verba já escasseava. Mais uma vez seria importante entender qual era a compreensão que havia na época, dentro do grupo de intelectuais preocupados em garantir a autenticidade histórica daquela ruína, apoiados em pesquisas realizadas em maços de documentos antigos tais como testamentos, atas da Câmara de São Paulo, etc. O *press release* elaborado por Paulo Florençano e divulgado pelo Serviço de Informação da Comissão IV Centenário, ajudou a difundir junto aos meios de imprensa a versão oficial. Pode-se ler no artigo extenso publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* dois meses após a inauguração, realizada em outubro, o que o periódico considerava sobre a região onde estava a casa e o que ela representava na história mais antiga de São Paulo:

A FORTALEZA DO EMBUAÇAVA COMO RECORDAÇÃO
DE UMA ÉPOCA DE ESPLENDOR, PRECEDIDA DE MOMENTOS
DE ANGÚSTIA, RESTOU A CASA DO BANDEIRANTE

Barros Ferreira

A inauguração da Casa do Bandeirante, numa chuvosa manhã dominical de outubro, veio demonstrar o tépido interesse paulista pelas coisas do passado. Ali estava expresso em solida taipa um capítulo glorioso que merecia a faustosa restauração levada a cabo. E com uma fidelidade tal que a mesma qualidade de madeiras foi empregada nas peças substituídas e que os séculos haviam carcomido. Algumas delas foi preciso adquiri-las em Mato Grosso e Paraná, por não haver mais tais qualidades em S. Paulo, o que demonstra a necessidade de um reflorestamento tradicional,

⁶ Processo 6661/55, caixa 109. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

admitindo espécies outrora existentes e que vandálica exploração extorquiu.

Atualmente, a Casa do Bandeirante exprime fielmente o tipo de moradia de um abastado paulista do século XVIII e com tal amor levada a cabo que, dos seus cantos, parece despender-se uma poesia sutil como fumo que se solta de uma fogueira. Há em cada cômodo uma narrativa que escuta quem tem no coração suficiente amor para a ouvir.

EMBUAÇAVA – Ali ficava a EMBUAÇABA ou EMBUAÇAVA que evoca um período de grandes perigos para S. Paulo. Foi no crepúsculo do século XVII que as crônicas do tempo revelam o grande alvoroço. O gentio está inquieto e agressivo. E os homens mais prudentes preconizavam uma guerra preventiva, que vá ao sertão impedir que as batalhas se venham travar defronte da vila de S. Paulo, então ameaçada.

De dia para dia crescia a ameaça de ataque dos silvícolas e aumentava a inquietação. Entre os jesuítas e os leigos crescia a divergência nos métodos a seguir, pois a roupeta preconizava a catequese lenta e os moradores ameaçados queriam a defesa imediata e o cativo. Crescia a incompatibilidade entre os habitantes do planalto e os padres. “Era difícil resolver este caso. Os indígenas atacavam com violência as povoações e fazia-se mister reagir ou morrer. A reação só defensiva não bastava. Era preciso capturá-los para impedir novas agressões.” Na reunião conjunta da Câmara o povo foi alertado que o gentio do sertão novamente estava de caminho para a guerra. **E resolveram fazer a ponte do rio Geribatiba, onde havia a fortaleza de Embuaçaba. O Geribatiba passou a ser conhecido como Pinheiros, e a fortaleza ficava na confluência com o Anhembi.**

Era por aqueles lados da Casa do Bandeirante. Fora iniciado por ordem da câmara e sob a direção de Jerônimo Leitão. “**O forte tinha três taipais de altura.** Se os inimigos tomassem conta dele, seria a perdição da vila. Não tendo força para expulsá-los, sofreriam os moradores as consequências de um cerco organizado?”

Era preciso também manter livres os caminhos reais, conhecidos por Pinheiros, Embuaçaba, Ibirapuera, Samambaitiva, Ipiranga, Ururai e Borda do Campo. Por aqueles lados ficavam postos de atalaia, exigindo guarda assídua. E no forte de Embuaçaba índios e escravos prestavam vigilância a cargo de quinze homens da vila que se via ameaçada. (...) (grifos nosso)⁷

O jornalista continua sua descrição trazendo à construção que passara a abrigar a Casa do Bandeirante, a dignidade de ter sido testemunho do período destacado, ainda mais que o personagem principal dessa odisseia do primeiro século de ocupação era Afonso Sardinha, identificado como hipotético morador se não da casa, mas pelo menos da região onde posteriormente construíram a casa. Mas a fortaleza de Embuaçava não era mera invenção, pois foi construída em 1590 para

⁷ FERREIRA, Bastos. “A Fortaleza do Embuaçava”. *O Estado de S. Paulo*, 18/12/1955, p.27.

defesa da vila de São Paulo.⁸ O artigo segue destacando a importância do morador mais antigo e da casa em si:

FÉ E REALIDADE – Afonso Sardinha contra o parecer dos jesuítas e mesmo em oposição a eles, elevado a condição de chefe da defesa, regula acauteladamente seus bens na terra e suas esperanças no céu. Está na eminência de ter que partir para o sertão. Aos jesuítas deixa a sua fazenda na Embuaçaba, após o usufruto de sua esposa Maria Gonçalves. Tinha ali grandes plantações de cana para o seu trapiche de açúcar. É nessa mesma ocasião que aparecem com insistência citações referentes à fortaleza de Embuaçava, onde os índios fiéis encarregados de sua guarda se cansam numa espera inútil. No entanto tudo fala em guerra. É ainda nesse testamento do Sardinha, feito em novembro de 1592 e escrito por Belchior da Costa, que aparece nomeado capitão da gente da guerra prestes a eclodir contra os índios. A aumentar os terrores gerais, corsários ingleses rondam a costa e a inquietação provocada pelo gentio da selva que ameaça com um ataque de grandes proporções há a necessidade de repelir os hereges que corream pelo litoral. Cresciam os receios. A vida tornava-se uma incerteza. Falavam em pedidos de socorro ao Rio. Os mais inquietos insistiam num ataque preventivo aproveitando a ajuda dos índios fieis, como os moronis.

Embuaçava continuava firme na sua guarda. A Camara reunia-se e deliberava e tomava providencias diversas, entre os quais a de conferir a Antonio Ruiz, tabelião e barbeiro, poderes amplos para examinar concorrentes. Porque sendo homem experimentado e examinado, salientavam, era bom fazê-lo juiz do officio e que, sem sua ordem e sem ser visto tudo, o que assim curar não possa fazer nem usar de dita cura e sangrias, sem sua licença e carta de examinação. Assim foi decretado pela edilidade, por volta de 1597, quando começavam a esmorecer os temores de um grande assalto do gentio.

A Casa do Bandeirante, tão límpida, envolta em serenidade, evoca um período de suprema angustia nos primeiros tempos da vila de Piratininga que sobreviveu graças a fé e a energia da sua gente. A paz e a prosperidade que hoje se desfrutam custaram toda essa imensa inquietação há menos de trezentos anos, uma imensidade em relação à mentalidade dos nossos dias, um pingão de tempo apenas em relação à história. (grifo nosso)⁹

Mas chega a ser espantoso, num período que a história oficial recém escrita ainda não circulava com tanta facilidade entre as camadas mais simples da população, que o depoente, homem idoso e de pouca instrução, tivesse tanta clareza da história antiga que cercava a região. Haveria algum fundo de verdade? Seria essa tradição passada, por meio da oralidade, de geração em geração? De qualquer maneira, o seu

⁸ De acordo com Brás Ciro Gallotta (2004) a “Revolta indígena da aldeia de Pinheiros para expulsar os colonizadores de São Paulo, com o apoio dos índios do sertão, resulta em muitas mortes e a destruição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pinheiros. A Câmara de São Paulo decide construir um forte no local conhecido por Emboaçava. Abril de 1590.”.

⁹ Idem. Jornal O Estado de S. Paulo, .

depoimento reveste-se mais uma vez de importância, por detalhar características e contribuir para o fortalecimento do selo legitimador que, com muito trabalho, a comissão organizadora, procurava imprimir na Casa. Segue seu depoimento:

Externamente: que havia em toda a volta da casa, um muro de tipa, cercando-a. Nesse muro, um portão largo, de madeira dava acesso aos visitantes. **Contava-se que esses muros eram muito antigos tanto quanto a casa e tinham sido erguidos para defende-la dos índios que infestavam a redondeza.** Esses muros cercavam todo o terreno próximo da casa, menos o lado do rio Pinheiros. (Pacce: 144, grifo nosso)

A resposta ao ofício de 20 de julho de 1955 não se fez tardar e em 18 de agosto do mesmo ano, o engenheiro assistente Ernesto de Farias Alves solicita verificar a possibilidade de se conseguir no Parque Ibirapuera “1.171 mourões de eucaliptos de 20 cm de diâmetro e com comprimento de aproximadamente 3.00 metros (mínimo 2.60) que seriam divididos ao longo, pelo meio, a fim de serem aplicados na paliçada que o Senhor Presidente pretende construir para cercar a ‘Casa do Bandeirante’”.¹⁰

A resposta, infelizmente, não foi a esperada. Não só não haveria possibilidade de conseguir a matéria prima, como também não para a mão de obra necessária para a construção da paliçada. Assim responde o engenheiro encarregado, em 19 de agosto:

Sr. Diretor

Não nos é possível de imediato, garantir que consiga o nº de mourões aqui especificado visto que, além do Parque Ibirapuera, há outros lugares onde consegui-los: No entanto, uma boa porção podemos garantir.

Embora aqui não esteja especificado, por entendimentos verbais com o Sr. Ernesto de Faria Alves, sabemos que devemos nós preparar a paliçada. Isso nos é impossível, como bem o sabe V. S.. Depois dos cortes de pessoal que tivemos que fazer, não nos resta ninguém que possamos afastar da manutenção do patrimônio do parque.

Acreditamos, porém, que vamos, para isso, obter a colaboração da Divisão de Parques e Jardins, com o qual já entramos em atendimento. Assim, salvaguardando a hipótese da Prefeitura não nos ajudar, poderá V. S. responder ao Dr. Ernesto de Faria Alves que faremos a paliçada.

Ass: Engenheiro José Rodrigues Pereira¹¹

¹⁰ Processo 6661/55, caixa 109. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

¹¹ Idem Processo 6661/55, caixa 109

Com essa resposta, Paulo Florençano esclareceu ao Diretor do SEIC-8 (Serviço de Engenharia da Comissão IV Centenário) que a responsabilidade da construção da paliçada e cercamento do terreno, em que se acha a Casa do Bandeirante ficariam sob a responsabilidade da Divisão de Parques e Jardins, em virtude “de entendimentos verbais, entabulados pelo sr. Presidente desta Autarquia com o sr. Arthur Etzel, Diretor da Divisão de Parques e Jardins”¹². Na documentação ficou registrado que o início dos trabalhos se deu em 3 de novembro de 1955, ou seja, durante a inauguração oficial de 30 de outubro, com a Casa do Bandeirante, já mobiliada como residência de um potentado paulista do século XVIII, o terreno ainda estava aberto. Em 11 de janeiro de 1956, o engenheiro Ernesto de Farias sugeriu encaminhar ofício à Divisão de Parques e Jardins solicitando dar prosseguimento ao orçamento do parque que circunda a Casa do Bandeirante. No dia 17 de janeiro, João Pacheco Fernandes escreveu ao Diretor da Divisão de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal, Arthur Etzel, solicitando que deem seguimento a obra:

Em virtude de entendimentos entre o Presidente da extinta Comissão do IV Centenário e Vossa Senhoria, a Divisão de Parques e Jardins, sob sua esclarecida direção, deu início ao cercamento de terreno em que está situada a “Casa do Bandeirante”.

Tendo sido interrompidos os trabalhos por motivos que não são do nosso conhecimento, vimos apelar para Vossa Senhoria no sentido de reinício e conclusão da obra, cuja necessidade desnecessário se torna encarecer, e que muito contribuirá para o embelezamento do local. (...) ¹³

Em 20 de janeiro de 1956 a obra foi reiniciada e a explicação veio por meio da secretaria da Casa do Bandeirante, Maria Aparecida Paiva Alves “ [...] o motivo porque o mesmo foi interrompido, soube por informação verbal do Sr. Arthur Etzel em 16 de janeiro p.p., foi por falta de material”. ¹⁴ Estimasse que tenha sido nesse ano a conclusão da obra da referida paliçada.

Paulo Florençano também considerava a região como local do período mais intenso de lutas contra o gentio¹⁵ pela posse das terras, e assim a descreve em sua comunicação ao ICOM:

¹² Ibidem.

¹³ Processo 6661/55, caixa 109. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

¹⁴ Idem. Processo 6661/55, caixa 109

¹⁵ Zanettini cita em sua tese as evidências encontradas dessa muralha, citando Reis: “Sabe-se que São Paulo teve uma muralha de taipa de pilão iniciada por volta de 1560 e que ela provou sua eficácia no ataque de Piquerobi dois anos depois. Mais tarde essa muralha foi ampliada e existem registros da sua existência até os últimos anos do século XVI, por volta de 1594-1595” (ZANETTINI, 2005: 54 apud REIS FILHO, 2004) E citando Monteiro: “É importante ressaltar que a tensão e o conflito estavam dados havia

Segundo pesquisas realizadas, a Casa Velha do Butantã deverá ter sido construída em terras da primitiva Sesmaria de Ybitatã (mais tarde, Butantã) que pertenceu a Afonso Sardinha, vasta gleba que até há bem poucos decênios, era considerada zona rural de São Paulo, pois ficava para as bandas do Embuaçava, onde houvera nos primeiros anos da colonização do planalto célebre reduto que defendera a Vila de São Paulo de Piratininga, do gentio revoltado. (FLORENÇANO, 1962:07, grifo do autor)

Assim, a construção da paliçada fecharia com perfeição o cenário planejado e a construção simbólica desejada para o espaço (Figura 56). A identidade paulista teria o seu ponto de referência, para onde iriam convergir, nos primeiros anos, os olhares de 10 mil visitantes, segundo seu relato, transformando as ruínas de uma casa setecentista no "(...) verdadeiro documento arquitetônico e de expressão plástica da época, que, pelas suas características mais ou menos constantes, retratam fielmente a maneira de viver de seus primitivos donos". (FLORENÇANO, 1962: 19)

Figura 56: Casa do Bandeirante: paliçada cercando todo o terreno, construída em 1954 "no estilo autêntico usado pelos nossos colonizadores" (Cf. processo municipal 630.032/71). Foi demolida em 1977 pelo DPH. S/d Acervo DPH/Pres/STLP. Fonte: MAYUMI, 2005.

O rio aparece também como um importante e estratégico fator de legitimação dentro da especificidade identitária buscada pelos organizadores da Casa do

muito tempo, mas os confrontos ainda tinham características pontuais. Entretanto, a partir de 1590, com a revolta dos índios da aldeia de Pinheiros, e até 1595, são levadas a cabo expedições punitivas que aniquilaram ou escravizaram todos os índios num raio de 60 quilômetros a partir da vila de São Paulo." ((ZANETTINI, 2005: 54 apud MONTEIRO, 1994:55)

Bandeirante, já que desde os primeiros séculos de ocupação portuguesa, serviu de meio de penetração para os sertões, transporte de mercadorias e meio de comunicação. Paulo Florençano destacou em sua comunicação no Congresso do ICOM, a proximidade da casa com o rio Pinheiros: “Estrategicamente situada numa ondulação de terreno da várzea do rio Pinheiros¹⁶ (o antigo Juribatyba dos roteiros de penetração bastante próxima da confluência do riacho Pirajuçara) [...]”. (FLORENÇANO, 1962: 03)

E ciente da importância do rio, dentro do entendimento de que a história paulista se distinguia das experiências dos demais brasileiros, destacava-o como mediador de uma vivência específica e peculiar, trazendo mais uma vez à baila a memória do último morador da casa, no que concernia ao uso do rio:

Conta o informante que, passando o rio Pinheiros a uns 150 metros da casa, e sendo perfeitamente navegável, o seu pai possuía 3 canoas todas elas feitas de um só pau. Usavam essas canoas para levar e trazer mercadorias, não só do cento do bairro de Pinheiros, como também de lugares distantes. Lembra-se perfeitamente que na barranca do rio havia umas pedras empilhadas (sobrepostas) parecendo ser obra muito antiga. **Davam a ideia de ser a cabeceira de um trapiche.** (Pacce, 1980:144-145, grifo nosso)

Com relação ao trapiche, nas diversas reportagens escritas na época, no *press release* distribuído pela Comissão do IV Centenário, e demais informativos aparecia a informação atribuída às pesquisas de Azevedo Marques. No jornal *Folha da Manhã* temos a seguinte descrição “Azevedo Marques garante-nos que “foi Afonso Sardinha o primeiro que teve em São Paulo trapiches de açúcar, de que pagava grandes direitos ao Rei, na sua fazenda de cultura do sítio Ubutatá, junto ao rio Jurubatuba (que agora se diz dos Pinheiros) em 1607...”¹⁷ A mesma colocação faz Paulo Florençano ao ICOM em 1962, reproduzindo trecho de pesquisa feita por esse historiador. “[...] E, Azevedo Marques assevera: foi Afonso Sardinha o primeiro que teve em São Paulo trapiches de açúcar, de que pagava grandes direitos ao Rei, na sua fazenda de cultura do SÍTIO DE UBUTATÁ junto ao rio Jurubatuba (que agora se diz dos Pinheiros) em 1607... (MARQUES, Azevedo, 1954, apud FLORENÇANO, 1962: 07) (grifos do autor).

A proximidade das ruínas de um trapiche próximo a Casa do Bandeirante, conforme relatou o antigo morador, pessoa de idade avançada que, com tantos anos

¹⁶ Florençano faz uma nota nessa descrição onde traz mais detalhes sobre o rio “O rio Juribatyba (rio Pinheiros) era curso d’água navegável e sua confluência com o Tietê (em Embuaçava) estabelecia comunicação fluvial com o resto do estado de São Paulo banhado por aquela importante via utilizada pelos bandeirantes, inclusive outros territórios banhados pelo rio Paraná, etc.” (FLORENÇANO: 17)

¹⁷ MENESES, Raimundo. Casa do Bandeirante: evocação de São Paulo dos séculos XVII e XVIII - “Ensaio de recomposição de um cenário doméstico bandeirista” Jornal Folha da Manhã, s/data

de vida, poderia ter sido testemunha de uma São Paulo que ainda trazia resquícios de seu passado colonial, formava mais um selo legitimador que selava a veracidade tão almejada por Paulo Florençano e Guilherme de Almeida. O pai do Sr. Antonio Vieira de Medeiros foi o último proprietário da Casa Velha do Butantã antes dela ter sido vendida para a empresa City e, como consideravam que esta localizava-se em terras da primitiva Sesmaria de Ybitatá (antigo nome de Butantã), este morador, portanto, pode ter sido contemporâneo das histórias que circulavam sobre esse personagem histórico. As explicações dadas a Paulo Florençano, dentro da lógica de transmissão de memórias ancestrais por meio da oralidade e sendo este o responsável pela transformação da casa, localizada em adiantado estado de degradação, em um “museu vivo” - a Casa do Bandeirante, pode tê-la alçado, no entendimento da época, na mais legítima, segura em sua legitimidade, e espaço inimitável de representação e forjamento de uma identidade paulista.

Num artigo publicado em 1964, no jornal *Diário Popular*, um jornalista descreveu um fato ocorrido na Casa do Bandeirante. O achado de um documento que citava o nome de Afonso Sardinha, constituiria uma forte e inegável evidência que relacionaria, definitivamente a Casa, como residência dos Sardinhas:

[...] Fez a City doação à Prefeitura da nobre residência, conhecida como “a casa velha do Butantã”. Ali tinha morado o sr. Antonio Vieira de Medeiros, com mais de oitenta anos, e que iria depois comparecer à inauguração da antiga residência do ciclo do ouro como museu. [...]). Havia, no entanto, naquela casa uma preciosidade que se perdera para sempre. Campos Aguirre, que foi membro do Instituto Histórico, informou singular achado. Há muitos anos, tendo um pedreiro subido ao forro da casa para consertar o telhado, ali encontrara um baú muito velho. Supusera conter ouro. Chamou o dono da casa. E dentro acharam papeis antigos, entre os quais uma escritura, pela qual **Afonso Sardinha** trocava uma sesmaria por uma espingarda. O valioso documento havia sido oferecido a Eduardo Prado e depois sumira também. Haviam-lhe contado ter sido vendido para a Argentina.

O sr. Campos Aguirre assim tem registrado no seu arquivo da rua Libero Badaró.¹⁸ (grifo nosso)

Interessante perceber a importância dada à necessidade de legitimação da casa como sendo de propriedade de Afonso Sardinha, mesmo passado 10 anos de sua inauguração como Casa do Bandeirante e, sobretudo, por meio de uma narrativa mirabolante, envolvendo uma hipotética venda de documento para a Argentina. Era

¹⁸ A Casa do Bandeirante está ali, como era há três séculos. *Diário Popular*, 15/09/1964. Trata-se de João Baptista de Campos Aguirre, proprietário da empresa *Informação Aguirre. Informações sobre títulos de propriedades imobiliárias*, que prestava assessoria a questões legais de caráter fundiário. Seu arquivo encontra-se, desde 1962, no Museu Paulista. A esse respeito ver PIRES, 2003.

necessário contar não apenas com evidências históricas ou depoimentos de antigo morador, mas era prudente localizar um documento palpável, redigido na época, que garantisse a filiação da casa com esse importante personagem histórico de São Paulo. Este documento, segundo o jornalista, foi encontrado guardado no espaço da casa destinado à proteção de produtos de valor - para o morador no período colonial - como o sal, utilizado para trocas monetárias, etc. Bastante apropriado e simbólico esse “achado”. Sem possibilidade de confirmação dos dados, sem o nome de que proprietário ao qual o jornalista se referia, e levando em consideração que a casa, em 1953 estava há anos em mau estado de conservação, como citou nos ofícios o historiador Nuto Sant’Anna e Paulo Florençano, parece ser bem inverossímil essa possibilidade e a história ganha contornos lendários.

Mas os preparativos finais para transformar a Casa Velha do Butantã numa instituição cultural e espaço museológico não se encerravam com a paliçada. Guilherme de Almeida preocupou-se em trazer a luz elétrica para a praça Monteiro Lobato¹⁹ e a casa, tão necessária ao funcionamento da mesma como espaço público. Obviamente, a energia elétrica, que dependia de fiação e postes para chegar até a casa, e a questão da mesma ser ou não exposta (o que afetaria a ambiência pretensamente colonial da mesma), tornou-se uma questão delicada.

Almeida escreveu para o Diretor de Relações Públicas de São Paulo Light & Power, em 12 de janeiro de 1955, portanto, 13 dias antes da inauguração que encerraria as festividades do IV Centenário da Cidade de São Paulo:

Senhor Diretor

Integrando o programa das festividades comemorativas do IV centenário da cidade de São Paulo, esta comissão incluiu a restauração da “Casa do Bandeirante”, relíquia arquitetônica do século XVIII, na qual será instalado um museu vivo da época do ciclo do bandeirismo e que será aberto à visita pública, em caráter permanente.

Esta casa, construída em próprio municipal e cedida a esta Autarquia para o fim em referência, será uma instituição cultural, portanto, de interesse público.

Tendo em vista esse aspecto de que se acha revestido o ato da sua restauração, na qual estão empenhados o Município e o Estado, será a “Casa do Bandeirante” ponto de grande atração para os estudiosos da história de São Paulo e de todos os que cultuam o passado bandeirante.

Nessas condições, há real necessidade de nela ser instalado, por essa empresa concessionária, luz elétrica, para o que esta Presidência solicita, com grande empenho, as necessárias

¹⁹ Segundo o Livro de Visitas da Casa do Bandeirante a área cercada recebeu o nome de Praça Monteiro Lobato no dia 14 de março de 1958, após inauguração de uma placa com essa denominação, oferta da Comissão da Semana Monteiro Lobato, de Taubaté. Acervo: Museu da Cidade de São Paulo.

providências de Vossa Senhoria no sentido de ser efetivado esse imprescindível melhoramento.

Para tanto, tenho o prazer de encaminhar a Vossa Senhoria a inclusa planta onde se encontra localizada a “Casa do Bandeirante” no bairro do Butantã e também a indicação até 6692q55 domiciliar fornecida por essa empresa.

Encarecendo a necessidade da efetivação da medida ora pleiteada, agradeço-lhe antecipadamente a atenção que dispensar ao assunto, prevalecendo-me do ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os protestos de minha mais alta estima e consideração.

Ass; Guilherme de Almeida – Presidente

Ao Ilustríssimo Senhor Doutor Ubirajara Martins -

D.D.Diretor de Relações Públicas da São Paulo Light & Power Company, Limited²⁰

A resposta veio poucos dias depois, mas não foi positiva. O Diretor de Relações Públicas de São Paulo Light & Power, Ubirajara Martins, respondeu a Guilherme de Almeida em 21 de janeiro, que:

Com referência ao ofício nº 19.828, datado de 12 do corrente, cabe-me informar a V. S. que a ligação de luz da “Casa do Bandeirante”, no Butantã, exigirá extensão de linhas – com instalação de postes – serviço esse cuja execução, presentemente, dependerá, em face das disposições do racionamento de energia elétrica, cujo prazo de vigência foi prorrogado pelo Ato nº 51 do Departamento de Águas e Energia Elétrica de 13 de janeiro de 1955, de prévia autorização daquele Departamento.

Assim, a pedido de V. S. foi devidamente anotado por esta Companhia, para fins oportunos.²¹

Em 14 de novembro de 1955, o engenheiro assistente Ernesto de Faria Alves, encarregado por Guilherme de Almeida de proceder os estudos para iluminação da Casa do Bandeirante e das dependências do zelador da mesma, sugere que “as linhas de alimentação, por todos os títulos devem ser subterrâneas²²”. E como dispõem apenas de pequena parte dos materiais necessários à execução dos trabalhos, o engenheiro solicitava ao Presidente que recorresse ao Secretário de Obras da Prefeitura para que a Divisão de Construção, daquela Secretaria, com recursos próprios, colaborasse com a Autarquia. E informa que “sugerimos seja solicitado a Light a colocação de mais um poste defronte à ‘Casa do Bandeirante’, em prolongamento à linha atual, além do último, cujo número é 12/72031, de modo que

²⁰ Processo 6578/55 anexado ao 6692/55, caixa 109, Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

²¹ Processo 6578/55 anexado ao 6692/55, caixa 109, Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

²² Idem. Processo 6578/55 anexado ao 6692/55, caixa 109

dele se possa partir com a ligação subterrânea”. Além disso, informava que estavam “ultimando, dentro das possibilidades disponíveis, as instalações da casa do zelador”²³.

Guilherme de Almeida escreve para Ubirajara Martins, em 17 de novembro, comunicando a instalação do poste requerido anteriormente (no final da rua Engenheiro Uchoa Cintra), no lado oposto à Casa do Bandeirante e pede que os serviços de extensão dos fios elétricos devam ser feitos subterraneamente “a fim de não ser perturbado o quadro setecentista que oferecem a velha mansão e obras anexas [...]”.²⁴

Antes de mais nada, era necessário levar adiante todos os esforços empreendidos no intuito de montar o cenário mais perfeito possível, dentro do conhecimento que tinham na época, seja por meio das fontes históricas coligidas, seja mediante a consulta de especialistas que se debruçaram sobre o entendimento do cotidiano rural paulista setecentista. Daí a preocupação para que um recurso indispensável no século XX, mas obviamente, inexistente no XVIII, não interferisse na ambientação histórica. E assim, finalmente, no dia 17 de novembro de 1955, a instalação elétrica foi finalizada de acordo com o solicitado, 10 meses depois do pedido inicial.

Este capítulo procura compreender as implicações desse restauro para concepção da Casa do Bandeirante, bem como as ações de Paulo Camilher Florençano para reconstituir – e “restaurar” – o entorno e a ambiência da residência naquilo que teria sido o conjunto e a paisagem humana do local no período sertanista. Tanto os diversos equipamentos para processamento de alimentos quanto uma excêntrica paliçada fizeram parte dessa intenção, de modo a permitir, também por meio do entorno, que se estivesse num “museu vivo”, capaz de dar a ver e a entrar no passado. E para tanto, a publicação da monografia de Luís Saia era um fecho conceitual do processo de leitura da casa, que, para além da própria obra de restauração, atrelava mais uma vez, ainda que indiretamente, a própria política federal de patrimônio ao IV Centenário de São Paulo.

E assim, finalmente, no dia 17 de novembro de 1955, a instalação elétrica foi finalizada de acordo com o solicitado, 10 meses depois do pedido inicial. A energia finalmente chegava, mas sem ferir a evocação do tempo pretérito. Visitar a casa deveria ser como estar no passado e, para isso, mais uma vez a Comissão do IV

²³ Ibidem

²⁴ Ibidem

Centenário e Paulo Florençano recorreriam a Luís Saia. Autor do projeto de restauração que almejava o retorno no tempo, era ele quem deveria certificar, também por escrito, o percurso ao tempo dos sertanistas

2.3 A imprescindibilidade de Luís Saia

No processo nº 5554/55, datado de 03 de janeiro de 1955²⁵, Paulo Florençano escreve ao presidente da Comissão do IV Centenário, Guilherme de Almeida, solicitando a autorização para encomendar ao Luís Saia um trabalho sobre as construções rurais paulistas do ciclo bandeirista. Nesse documento, ele salienta a importância da publicação para fins de divulgação e estudo e também destaca o conhecimento do autor convidado sobre o assunto. Também solicita um valor pró-labore, a título de recompensa. Guilherme de Almeida aprova o projeto no dia 07 do mesmo mês e fixa o valor de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), como retribuição:

Senhor Presidente

Estando em sua fase final as obras da “Casa do Bandeirante”, que esta Comissão, em boa hora, houve por bem restaurar, salvaguardando-a assim de possível desaparecimento e, considerando o que ela representa como documento arquitetônico de uma época tão expressiva da história de São Paulo. Venho lembrar V. S. da necessidade de editarmos um trabalho que possa elucidar o público e também despertar o interesse dos estudiosos sobre as construções rurais paulistas do ciclo bandeirista, visando, de maneira especial, a casa em apreço.

O arquiteto Luiz (sic) Saia, um dos mais dedicados estudiosos do assunto e que foi o técnico que orientou e acompanhou a restauração da “Casa do Bandeirante”, está perfeitamente habilitado para se desincumbir da tarefa, pois também é o autor de um trabalho sobre arquitetura rural paulista do segundo século, publicado na revista do S.P.H.A.N.

Assim, solicito de V. S. a autorização para encomendar àquele estudioso, a elaboração do trabalho em apreço e também para que seja fixada uma importância que, a título de “pró-labore”, o possa recompensar da incumbência. (grifo nosso)

Atenciosas saudações

Paulo Florençano

Assistente da Presidência junto a “Casa do Bandeirante”²⁶

²⁵ Processo nº 5554/55, fl02, anexado ao processo nº6054/55, em 01/08/1956, caixa 217. Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

²⁶ Processo nº 5554/55, fl02, anexado ao processo nº6054/55, em 01/08/1956, caixa 217. Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Em 19 de janeiro de 1955, Paulo Florençano pede que se efetue o pagamento, “Já que o Sr. Luiz Saia já apresentou o trabalho proposto na inicial, como é do conhecimento dessa Digna Presidência”. Mas o trabalho teve que esperar para sua publicação e correu sério risco de ser cancelado.

A partir de fevereiro de 1955, uma série de despesas foram relacionadas e houve intensa troca de ofícios entre autoridades responsáveis no intuito de entender a necessidade de cada gasto e autorizar suplementação necessária. A inauguração já havia ocorrido com estrondoso sucesso, em 25 de janeiro de 1955, no encerramento da efeméride da comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo, com a presença de diversas autoridades civis e religiosas, e repercussão positiva da mídia e público. A Casa do Bandeirante fora inaugurada, recém-restaurada, mas ainda vazia e sem ajardinamento. Era necessário, então, dar seguimento ao projeto e fazer frente às dificuldades surgidas, enfrentando o desafio de conseguir mobiliar a residência e promover, em nova data, a inauguração oficial do museu propriamente dito. A pedido de Guilherme de Almeida, Paulo Florençano considerava que no início de maio seria possível inaugurar a Casa do Bandeirante com o mobiliário instalado, o Guia da Casa impresso e a Monografia publicada, o que se tornou realidade apenas em 30 de outubro de 1955.

Como idealizador e principal responsável por conduzir as ações necessárias para sua concretização, e como Assistente do Presidente da Comissão IV Centenário, Paulo Florençano se destacou na defesa intransigente daquilo que considerava importante e absolutamente necessário na configuração do projeto: tornar a Casa do Bandeirante o cenário ideal para cultivar a memória do bandeirante. Tal intenção só poderia ser alcançada por meio de se expor didaticamente para o visitante o cotidiano de uma residência rural setecentista de um potentado paulista e, com isso, reforçar o imaginário no qual se estabelecia a ligação simbólica, cultural e quase mítica entre os bandeirantes do passado e os paulistas de então.²⁷ Sua atuação se aproxima do que

27 Marins verifica que nas festividades do IV Centenário e consequente construção de monumentos comemorativos e simbólicos como o *Monumento às Bandeiras*, houve um distanciamento do pensamento dos primeiros genealogistas que desde fins do XIX e primeiras décadas do XX haviam se dedicado a descrever linhagens que ligavam os bandeirantes às elites cafeicultoras, criando um passado glorioso e memorável para a elite paulistana. Na Revolução de 1932, como apontou Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992), houve um distanciamento desse entendimento ampliado para assegurar que todos os paulistas se orgulhassem do “espírito das bandeiras”; a década de 1950, e as comemorações do IV Centenário, trariam a conexão direta entre o passado glorioso e a pujança industrial e vertical da metrópole, associando passado ao futuro, à modernidade (MARINS, 2003).

Nora (1993: 21-22) afirma ao enfatizar que “É preciso ter vontade de memória” para construir “lugares de memória”:

[Os lugares de memória] são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. [...]. Os três aspectos coexistem sempre. [...]

É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, **a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.** (NORA, 1993: 21-22, grifo nosso)

A construção de um imaginário ganha força por meio da visualização de objetos históricos²⁸, dispostos de maneira a garantir o impacto emocional desejado e, com isso, permitir o entendimento da mensagem embutida. Assim, em São Paulo, durante a década de 1950, era amplamente difundida a ideia de que a construção da coesão nacional passara pelo esforço incomensurável e pelos atos de bravura e estoicidade do bandeirante paulista, que antes de mais nada, garantiu o território que hoje os brasileiros dispunham.

Hipoteticamente, o bandeirante, como um “herói”, no fim de sua jornada, retornava à uma casa. E essa casa tinha um aspecto. E era esse aspecto que era necessário entender, remontar e legitimar por meio do garimpo e da localização de objetos de “época”, numa busca frenética para materializar nos objetos selecionados, um passado que se desejava construir. Rememorar através da matriz sensorial: emocionar para ensinar e ensinar para convencer. Como afirma Meneses, “Os museus, em particular o museu histórico, fora um dos recursos importantes dessa mediação entre o visível e o invisível” (MENESES, 2007: 120).

Paulo Florençano, colocou-se diante desse desafio e, numa hierarquização dos suportes de memória escolhidos, buscou mobiliar “didaticamente” cada cômodo da casa como supunha ser uma residência da época. Convidava especialistas e historiadores para visitarem o espaço e opinarem no andamento da montagem; publicando reportagens sobre a Casa do Bandeirante em jornais diários e revistas como a *Paulistânia*. Parte fundamental dessa estratégia era a edição do *Guia da Casa*

²⁸ Para Pierre Nora “ A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. ” (NORA: 9)

do *Bandeirante* a ser disponibilizado para o visitante, em quatro idiomas, ilustrado com as fotografias dos cômodos e descrição do tipo de mobiliário e utensílios eram de uso particular de cada um. Tal interpretação deveria estar solidamente embasada, seja segundo pesquisas realizadas na documentação histórica a que teve acesso na ocasião, seja por meio de um estudo igualmente publicado de autoria da maior autoridade da época sobre a arquitetura rural paulista do ciclo bandeirista, o arquiteto Luís Saia, que já fora o responsável pela restauração da casa.

Paulo Florençano apelou ora para o Presidente da Comissão, Guilherme de Almeida, ora para os Prefeitos²⁹, construiu argumentos, realizou defesas veementes e escreveu inúmeros ofícios, em que buscava sensibilizar os burocratas, mais preocupados com números, sobre a importância do museu e o alcance que imaginava que teria, nos anos que se seguiriam após a sua inauguração, junto ao público leigo, escolar e turistas. Sua atuação rendeu o resultado desejado e a Casa do Bandeirante finalmente pronta, seria inaugurada em 30 de outubro de 1955, cinco meses após a data prevista, durante a gestão do Prefeito Juvenal Lino de Matos.

Merece destaque que o nome do museu, desde quando se configurou com um projeto, sempre foi escrito entre aspas – “*Casa do Bandeirante*” – o que depois se manteve em todas as publicações oficiais editadas durante a vigência do IV Centenário da Cidade de São Paulo e, posteriormente, como museu próprio municipal consolidado e também pela imprensa. Seus idealizadores talvez procurassem explicitar a sua construção simbólica através de um arranjo formal numa casa colonial e alertassem para seu posicionamento como um mero cenário. Constituído com todas as boas intenções, mas mesmo assim forjado.

Paulo Florençano em ofício de 16 de fevereiro de 1955, solicitava explicitamente a necessidade da publicação da monografia de Saia:

Senhor Presidente

O grande interesse manifestado pela apresentação oficial da “Casa do Bandeirante”, no dia 25 de janeiro último, não só demonstrado pelas autoridades estaduais e municipais, mas também, pelos estudiosos, intelectuais, artistas e pelo público em geral, o noticiário dos jornais e os comentários elogiosos das estações de rádio e televisão, nos animam a prosseguir na conclusão das obras, **a fim de possamos inaugurá-las a 3 de maio próximo, como ficou determinado por Vossa Senhoria.**

²⁹ Foram prefeitos de São Paulo durante a gestão de Florençano na Casa do Bandeirante: Jânio da Silva Quadros (8 de abril de 1953 / 30 de janeiro de 1955); William Salem (31 de janeiro de 1955 / 1 de julho de 1955); Juvenal Lino de Matos (2 de julho de 1955 / 10 de abril de 1956); Wladimir de Toledo Piza (11 de abril de 1956 / 7 de abril de 1957); Adhemar de Barros (8 de abril de 1957 / 7 de abril de 1961) e Prestes Maia (8 de abril de 1961 / 7 de abril de 1965).

Essa conclusão de diversos serviços – as obras de restauração da casa; a ligação da luz elétrica (no prédio, na área ajardinada, em torno e na casa do zelador); a construção de obras anexas (“Casa do Açúcar”, instalações sanitárias para uso do público, abrigo para veículos antigos, etc); a parte de guarnecer a “Casa do Bandeirante” com os móveis e alfaia da época e a sua decoração; as despesas gerais (manutenção do móvel e do jardim, **impressão de monografias** e folhetos elucidativos, a promoção de festas cívicas e outros gastos eventuais) obrigam este Serviço a solicitar de Vossa Senhoria, **a dotação de uma verba especial**, a fim de fazer face àqueles gastos, cujo montante é de **Cr\$ 580.000,00** (quinhentos e oitenta mil cruzeiros).³⁰ (grifo nosso)

Ao presente, anexamos uma relação discriminativa da aplicação dessa importância – que representa o mínimo das necessidades que exige a conclusão das obras da “Casa do Bandeirante”.

Atenciosas saudações – Paulo C. Florençano

Assistente da Presidência junto à “Casa do Bandeirante”

PROJETO DE ORÇAMENTO PARA A CONCLUSÃO E MANUTENÇÃO DA “CASA DO BANDEIRANTE”

- Conclusão das obras atuais -----	CR\$180.000,00
- Extensão e instalação de luz elétrica na “Casa do Bandeirante” e na do zelador (de acordo com orçamento mínimo apresentado pelo SEIC) -----	CR\$120.000,00
- Construção de obras anexas (instalações sanitárias para o público, “Casa do Açúcar”; abrigo de veículos antigos, etc -----	CR\$80.000,00
- Instalação da “Casa do Bandeirante”: móveis, alfaia, decoração, etc -----	CR\$100.000,00
- Despesas Gerais = manutenção do imóvel e do jardim, impressão de monografias , de folhetos, comemorações cívicas, despesas eventuais -----	CR\$100.000,00
Total: -----	CR\$580.000,00

(quinhentos e oitenta mil cruzeiros)

Paulo C. Florençano

Assistente da Presidência junto à “Casa do Bandeirante” (grifo nosso)

Na folha 7 do mesmo processo em que se encontra esse ofício (6090/1955), veio a resposta datada do dia 10 de março de 1955, que deve ter trazido muita angústia a Paulo Florençano, pelo seu conteúdo:

Sr. Diretor da Casa do Bandeirante

Em reunião da Comissão Executiva, realizada em 2 do corrente, o plenário apreciou o assunto e decidiu recomendar a elaboração de um orçamento geral, depois de feita uma revisão completa nos

³⁰ Guilherme de Almeida assina e encaminha ao T.C. (Tribunal de Contas) em 17-11-55. Processo 6090/55, fls5

serviços necessários, que será submetida oportunamente à apreciação do plenário. Outrossim, **decidiu aprovar apenas o item 1 (Conclusão das obras atuais: Cr\$180.000,00)**, constante no documento a fls3 deste processo. (grifo nosso)

De acordo com o solicitado, Paulo Florençano elaborou um orçamento geral atendendo à Comissão Executiva e, em 16 de março de 1955, redige a resposta:

“CASA DO BANDEIRANTE”

ORÇAMENTO GERAL, DESCRIMINATIVO DAS DESPESAS NECESSÁRIAS

ITEM 1 – DESPESAS GERAIS

- Pagamento de despesas empenhadas até 4/3/55 – Cr\$309.664,50

- Importância prevista para a conclusão das obras em fase final: casa grande, casa do zelador e sanitários públicos –

Cr\$ 150.000,00

Total: 539.664,50

ITEM 2 – EXTENSÃO DE LUZ E FORÇA

- Orçamento fornecido pelo SEIC, em anexo Cr\$120.000,00

ITEM 3 – NOVAS CONSTRUÇÕES

- Casa de Açúcar e Abrigo para Veículos antigos Cr\$ 50.000,00

ITEM 4 – INSTALAÇÃO DA “CASA DO BANDEIRANTE”

- Verba destinada a compra de móveis antigos, alfaia e objetos de uso doméstico, oferecidos por antiquários ou particulares, destinados a completar o cenário característico da época, em oportunidades únicas e por preço de ocasião Cr\$ 80.000,00

ITEM 5 – DESPESAS DIVERSAS

- Restauração de móveis e alfaia doados a “Casa do Bandeirante” Cr\$ 25.000,00 (X) (escrito com caneta azul)

- **Impressão de monografia escrita especialmente para a “Casa do Bandeirante” – estudo social e técnico sobre construções rurais do Ciclo Bandeirante** Cr\$ 50.000,00 cancelado (idem)

- Verba para viagem e transporte de material, móveis e objetos doados ou adquiridos no interior Cr\$ 25.000,00) cancelado (idem)

- Verba para festejos inaugurais da “Casa do Bandeirante”, em maio vindouro Cr\$ 25.000,00 cancelado (idem)

- Verba para atender à limpeza e a manutenção da “Casa do Bandeirante” e a despesas eventuais Cr\$ 15.000,00

TOTAL: 140.000,00

TOTAL GERAL: Cr\$ 729.664,50*

Assina: Paulo C. Florençano

Assistente da Presidência junto à “Casa do Bandeirante”³¹ (grifo meu)

Esse valor foi riscado a caneta e outro valor foi escrito: 929.664,50. Em seguida, outro ofício datado de 18 de abril de 1955, relaciona o que foi cancelado do orçamento apresentado por Paulo Florençano:

Sr. Diretor – Substituto de T. C.

Em reunião da Comissão Executiva, realizada em 13 do corrente, o plenário apreciou o assunto e decidiu aprovar a suplementação constante a fls 11 do processo, com as seguintes restrições: a) - **Cancelar no Item 5 (Despesas Diversas), a verba para a Impressão da Monografia da “Casa do Bandeirante”, num total de Cr\$ 50.000,00, visto ter a mesma que ser posta em concorrência pública;** b) – Cancelar no Item 5 (Despesas Diversas), a verba destinada a viagens e transporte de material, num total de Cr\$ 25.000,00; c) – Cancelar no Item 5 (Despesas Diversas), a verba destinada aos festejos inaugurais da “Casa do Bandeirante”, num total de Cr\$ 25.000,00, d) – Na ocasião em que houver necessidade de se efetuar qualquer despesa positiva e certa com referência a qualquer desses setores da “Casa do Bandeirante”, será a mesma submetida à apreciação do plenário que estudará o assunto e decidirá o que couber (grifo meu)

Assina: Pedro Cunha – Secretário Geral³²

A verba necessária para a concretização do Projeto “Casa do Bandeirante” deveria ser conseguida junto à Presidência da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, que tinha direito de dispor de recursos para a organização das diversas atividades relacionadas às festividades planejadas. O novo museu seria o encerramento com chave de ouro, algo desejado não só por Paulo Florençano mas principalmente por Guilherme de Almeida. Nos jornais da época, constantemente sobressaia o comentário que o Presidente “queria dar um cunho mais regional à festa”, daí sobressaia o projeto de um museu que era ligado a uma temática eminentemente paulista.

Nesse sentido, a inauguração de um museu que contasse o cotidiano de uma casa bandeirista era o encerramento de uma efeméride, mas também se constituía com o início de um novo ciclo, em que a divulgação de um imaginário construído tinha seu espaço físico e tornava-se um “lugar de memória” permanente, para além da

³¹ Processo 6090/55, caixa 109, Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

³² O Diretor de Tesouraria e Contabilidade, Raphael Iorio, recomenda em 26/4 ao T. C. 1 (Tribunal de Contas) “Para proceder o D. C. (Destaque de Crédito), onerando verba própria de Pres. (Presidência) Processo 6090/55, caixa 109, Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

efemeridade das comemorações de 1954³³. Tratava-se de um local de transmissão de valores do passado que se tornaria sempre presente, quase um “laboratório das mentalidades do passado”³⁴, onde seria ensinado a todos os visitantes uma ideia pujante: a participação ativa e decisiva dos paulistas em todos os momentos cruciais da história do Brasil, ou seja, que a construção da nação brasileira se fez a partir do empenho e sacrifício dos paulistas, e mais especificamente, dos bandeirantes. A casa dava uma visibilidade para o passado sertanista que nem mesmo o Museu Paulista lograra alcançar.

E Paulo Florençano tratou de avaliar a situação e conseguir soluções para a crise que se anunciava e, assim, escreveu mais uma vez para o presidente Guilherme de Almeida, dirigindo o ofício para a questão que mais o preocupava: a monografia de Luís Saia, que certificava e ampliava o potencial evocativo da casa:

Senhor Presidente

Com relação à publicação da monografia sobre a “Casa do Bandeirante”, a verba necessária para imprimi-la (item 5, fls 11, Processo 6090/550 – foi essa cancelada por deliberação da Comissão executiva em sua sessão de 13/5/55 – “visto ter a mesma que ser posta em concorrência pública”).

Assim, este Serviço, devidamente autorizado por Vossa Senhoria e com a cooperação do Encarregado de Compras junto à T.C., obteve na praça de São Paulo, os seguintes preços teto:

-Impressão, de acordo com o “boneco”: 20x30 – 20 páginas de texto em papel “bufon” 35 quilos, 12 páginas de ilustração em papel, “COUCHÉ” 35 quilos e capa de cartolina 100 quilos, em duas cores -
_____ Cr\$ 40.000,00

Confecção de 48 clichês _____ Cr\$ 6.000,00

Total: _____ Cr\$ 46.000,00

Como já possuímos 1/3 dos clichês necessários (emprestados pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo) o número deles ficou reduzido para 48, o que significa economia para esta Autarquia.

³³ A consciência da efemeridade dos vestígios de uma época (Ciclo Bandeirista) e da necessidade de sua preservação e de tudo o que pudesse agregar na compreensão desse período, levou os organizadores do projeto a considerar inúmeros aspectos, já descritos anteriormente. Mas importante destacar que o medo de não conseguir desenvolver e concretizar a Casa do Bandeirante como planejado, não estava completamente afastado. Nora esclarece que: “O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável. Já não lamentamos o bastante em nossos predecessores a destruição ou o desaparecimento daquilo que nos permitiria saber, para não cair na mesma recriminação por parte de nossos sucessores? **A lembrança é passado completo em sua reconstituição a mais minuciosa.**” (NORA, 1993: 14-15) (grifo meu)

³⁴Op. cit., p12

Esclareço Vossa Senhoria que, esse número de clichês, **dado o caráter documental da obra**, é o mínimo necessário.

Considerando a importância da monografia em apreço, o seu ineditismo, o que representa como estudo social e econômico de um período tão importante da história de São Paulo (Ciclo Bandeirista) **é também, verdadeiro atestado de idoneidade da “Casa do Bandeirante”**, em boa hora restaurada por esta Comissão e que está para ser dentro em breve, inaugurada oficialmente.

Atenciosas saudações

Paulo C. Florençano - Assistente da Presidência junto a “Casa do Bandeirante”

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Guilherme de Almeida DD
Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo
(grifo do autor, grifo em negrito nosso)³⁵

O ofício escrito por Florençano alertando Almeida e a própria administração municipal para a imprescindibilidade dessa monografia ser publicada, com as imagens pré-selecionadas e com as páginas para qual foi concebida, firma-se na certeza da importância que o projeto atingiu, dentro das expectativas de seu idealizador.

Importante é aqui recordar qual era a perspectiva pela qual a Casa do Bandeirante³⁶ era percebida. Primeiramente, a casa teria sido construída na antiga sesmaria de Afonso Sardinha, em terras de Ybitatá, um dos moradores pioneiros da primitiva São Paulo de Piratininga, que no século XVI teve, segundo Azevedo Marques, trapiches de açúcar. Paulo Florençano informou no seu Comunicado, apresentado no encontro do ICOM que:

Segundo pesquisas realizadas, a Casa Velha do Butantã deverá ter sido construída em terras da primitiva Sesmaria de Ibitatá (mais tarde, Butantã) que pertenceu a Afonso Sardinha, vasta gleba que até há

³⁵ Processo 6090/55, caixa 109, Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

³⁶ Florençano descreve as semelhanças da Casa do Bandeirante com as demais casas bandeiristas localizadas em São Paulo e arredores. No Comunicado apresentado no Encontro do ICOM, em 1962, faz um breve relato, sob o título As casas Bandeiristas: “Remanescentes do período em que se processava o Ciclo do Ouro, são encontrados em derredor de São Paulo (bairros periféricos) ou na zona rural de alguns municípios mais próximos, vários exemplares de residências, cujos restos, bem ou mal conservados, chegaram até os dias atuais, retratando a vida da classe dominante paulista por todo um século, durante o qual o bandeirismo atingiu o apogeu. Por isso, receberam mui acertadamente, a denominação de Casas Bandeiristas. Também em Minas Gerais, nos pontos de seu território onde houve penetração bandeirante, são assinalados exemplares interessantíssimos desse tipo de moradia rural, só diferindo das sedes de fazenda paulista do século XVIII, pela alvenaria de pedra com que são construídas. Outras casas de sítio, apresentando, de modo geral, características bastante parecidas, tais como localização, planta, material empregado e técnica de sua utilização, etc –denotando a ação do bandeirante, já na sua fase de fixação (pacífica ou sedentária) são igualmente encontradas em Goiás (zona velha), no Paraguai e, possivelmente, segundo informações de fontes merecedoras de crédito, nos pontos de primitivo povoamento de Mato grosso e nos célebres Currais de Gado do Alto São Francisco, isto é, no Estado da Bahia. (grifos do autor) (FLORENÇANO, 1962: 1)

bem poucos decênios, era considerada zona rural de São Paulo, pois ficava para as bandas do Embuaçava, onde houvera nos primeiros anos da colonização do planalto, célebre reduto que defendera a Vila de São Paulo de Piratininga, do gentio revoltado. (FLORENÇANO, 1962: 7)

Além disso, havia as pesquisas realizadas por Washington Luiz, ex-prefeito, ex-presidente do estado e do país, além de célebre historiador, entusiasta e defensor da história paulista que durante seu governo municipal e estadual na segunda e terceira décadas do século XX, visitou casas rurais coloniais, promoveu a publicação de documentos antigos guardados em arquivos municipais e estaduais e dotou de grandes verbas o Museu Paulista, quando seu diretor Afonso Taunay, desenvolveu uma abrangente campanha de formação de acervo para promover e divulgar os feitos bandeirantes.

Florençano relata uma pesquisa feita por Washington Luiz que, por meio da consulta a documentos originais do século XVII, confirmava a casa como residência de Sardinha:

A moradia e a fazenda de Afonso Sardinha, o Velho, estavam situadas em terras que partiam do Embuaçava, abrangiam a aldeia de Carapicuíba, ao longo do rio Jurubatuba, em ambos os lados, e o Ibatatã, onde ELE MORAVA. (SOUZA, 1857: 147, apud FLORENÇANO, 1962: 07, grifo do autor)

O próprio Washington Luiz visitou a Casa do Bandeirante durante sua montagem, repetindo o gesto de pousar o pé na soleira, como fez na casa do Padre Inácio, em 1915, dando seu aval como “ruína legítima”, conforme visto no capítulo 1.

E somado a isso, ainda havia o depoimento oral realizado pelo último morador da residência Antonio Vieira de Medeiros que, por meio de entrevista conduzida por Paulo Florençano, revelou aspectos da residência, tanto interna como externamente, que corroboravam em muitos aspectos, o que as pesquisas conduzidas em documentos, atas e livros antigos apontavam. As doações de objetos e móveis efetuadas por ele foram a ancoragem precisa e necessária que uniram um passado remoto e de poucos rastros que se desejava eternizar à atualidade. Nesse aspecto Nora discorre que:

[...] a verdadeira percepção do passado consistia em considerar que ele não era verdadeiramente passado. Um esforço de lembrança poderia ressuscitá-lo; o presente tornando-se, ele próprio, a sua maneira, um passado reconduzido, atualizado, conjurado enquanto presente por essa solda e por essa ancoragem. Sem dúvida, para que haja um sentimento de passado, é necessário que ocorra uma

brecha entre o presente e o passado, que apareça um “antes” e um “depois”. (NORA, 1993: 18-19)

A descrição de como eram os paulistas que viveram no que se tornou conhecido como o Ciclo Bandeirista, compreendido entre os séculos XVI e início do XVIII, do histórico ao psicológico e do social ao individual, já vinha sendo apontado em inúmeros estudos e publicações desde o final do século XIX. Mas o estudo de como construíam suas casas e como as habitavam – algo que legitimaria todo o esforço empreendido por Paulo Florençano e Comissão na restauração da casa e recuperação hipotética de uma moradia bandeirista – precisaria vir das mãos do representante do DPHAN, órgão criado havia poucos anos e que era encarregado de apontar qual era o patrimônio arquitetônico paulista merecedor de tombamento e preservação. Daí a publicação da Monografia de Saia ser apontada por Florençano como “verdadeiro atestado de idoneidade da ‘Casa do Bandeirante’”.³⁷

Seguindo com a documentação guardada sob Processo 6090/55, foi possível verificar que o apelo de Paulo Florençano junto ao Presidente da Comissão resultou numa solução que atendia, em parte, o pedido efetuado por aquele:

Sr. Secretário Geral

Em reunião da Comissão Executiva, realizada em 25 do corrente, o plenário apreciou o assunto e decidiu autorizar a publicação da monografia da “Casa do Bandeirante”, condicionando-a ao seguinte: que sejam feitos somente dois mil exemplares, com os textos em papel sulfite de primeira, e a clicheria deverá ser reduzida para seis páginas apenas.

Em 28 de maio de 1955

Ao Sr. Paulo Florençano (Casa do Bandeirante) para conhecimento, e a seguir para T. C. (Encarregado de Compras)³⁸

Florençano escreve uma resposta ao Presidente buscando mais uma vez argumentar a favor da publicação integral da Monografia de Luís Saia, da forma previamente planejada:

Senhor Presidente

Considerando as ponderações do autor da monografia em apreço – de que a mesma é também obra de caráter técnico e assim, reduzir o número de páginas de ilustração, de doze para seis (como foi deliberado pela Comissão Executiva em reunião de 25 de maio pp.),

³⁷ Processo 6090/55, caixa 109. Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

³⁸ Idem. Processo 6090/55, caixa 109

certamente acarretará uma solução de continuidade que prejudicará o trabalho.

No entanto, levando em conta as ponderáveis razões de economia que o momento obriga e que, certamente, nortearam a deliberação da comissão Executiva, foi pelo mesmo estudada uma nova paginação.

Como resultado, **essas páginas de ilustração ficaram reduzidas a dez apenas, o que realmente apresenta o mínimo indispensável.**

Em vista da premência de tempo de que dispomos para a impressão dessa monografia, submeto o exposto a nova deliberação.

Assina: Paulo C. Florençano – Assistente da presidência junto à “Casa do Bandeirante”

Em 2 de junho de 1955. (grifo meu)³⁹

Não se sabe se houve interferência direta de Guilherme de Almeida na liberação dos recursos, mas na decisão tomada, ficou implícito negociações que não ficaram registradas nos documentos. No dia 16 de junho, fls 25, saiu a decisão:

A “Casa do Bandeirante” (Sr. Assistente):

Em reunião da Comissão Executiva, realizada em 8 do corrente, o plenário apreciou o assunto e decidiu aprovar o constante a fls 18 deste processo, autorizando-se a respectiva tomada de preços.

Assina: Pedro Cunha – Secretário Geral

Nas recomendações seguintes, solicitam providenciar o expediente com máxima urgência e abrem concorrência administrativa para a impressão de 2.000 exemplares da “monografia do Dr. Luiz Saia”. A empresa que ganhou foi Rosthilchild Loureiro & Cia Ltda pelo valor de Cr\$ 40.972,00 que incluiu 28 clichês a Cr\$ 109,00 cada.

Apenas em 5 de setembro de 1955 o assunto foi retomado, solicitando pagamento de Cr\$ 1.010,00 ao fotógrafo Germano Graeser, correspondente “aos serviços de fotografia para o livro de obras da restauração da ‘Casa do Bandeirante’”, e para ilustração da monografia *A Casa Bandeirista*:

Relação dos Serviços de Fotografia executados para a “Casa do Bandeirante”, da Comissão do IV Centenário – para o livro de obras da restauração daquele próprio e para ilustração da monografia “A Casa Bandeirista”

1 ampliação 18 x 18 p.f. _____ Cr\$ 20,00

³⁹ Ibidem

26 ampliações 12 x 18 à 12,00 _____ Cr\$ 312,00

28 cópias 6 x 9 b.f. à 3,50 _____ Cr\$ 98,00

27 ampliações 18 x 24 b.f. à 20,00 _____ Cr\$ 540,00

4 ampliações 12 x 18 à 10,00 _____ Cr\$ 40,00

Total: Cr\$ 1.010,00 (hum mil cruzeiros)

São Paulo 31 de agosto de 1955

Ass: Germano Graeser, fotógrafo

Recebi o material acima – Paulo Florençano⁴⁰

Segundo Paulo Florençano, essa publicação era colocada à venda ao público, junto ao *Guia da Casa do Bandeirante*, dispostas na entrada do museu após a inauguração, em 30 de outubro de 1955 (Figuras 57 a 59).

Figura 57: Monografia A Casa Bandeirista (uma interpretação de Luiz Saia, 1955. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo)

Figura 58: Página contendo os clichês referentes a Casa do Bandeirante"

Luis Saia dedica as duas páginas finais de sua trabalho à Casa do Bandeirante propriamente dita, encerrando sua monografia sobre as casas bandeiristas enaltecendo esse tipo de arquitetura. Os trechos iniciais já foram reproduzidos, mas vale a pena entender qual era seu pensamento final no momento que analisa a casa, e

⁴⁰ Processo 6090/55, caixa 109. Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

a configura num momento que o período áureo da história de São Paulo – e que permitiu o desenvolvimento de uma sociedade peculiar – já dava sinais de desaparecimento, sendo a Casa Velha do Butantã, o sinal físico dessa transição:

Figura 59: Página de texto da monografia A Casa Bandeirita de Luis Saia, margens estreitas e linhas continuas para evitar mais gastos com papel.

[...] [A Casa do Bandeirante] pode não ser, portanto, uma residência da grande fase bandeirista do século XVII. Porém é uma peça típica de uma fase do bandeirismo paulista. Legítima seguramente. Como documento e como expressão plástica, do senhor feudal, que como chefe, escravista, político, colonizador, banqueiro, herói e colono, realizou a primeira expressão humana suficientemente diferenciada e organizada como classe dominante de uma comunidade nacional e também realizou, no Brasil, a primeira expressão de arquitetura residencial, não apenas no sentido em que esta habitação o pode retratar através do seu aspecto plástico maciço, funcional, purista, mas também nas suas intenções mais legitimamente artísticas. De fato, se algumas habitações deste ciclo são parcimoniosas na intenção decorativa, como aliás esta do sítio Butantã, onde apenas alguns detalhes revelam discreta preocupação deste tipo, outras peças do mesmo ciclo contêm “as mais antigas e autênticas expressões conhecidas de arte brasileira,

em contraposição a maior parte das obras luso-brasileiras dessa época, que se deveriam melhor dizer – “portuguesas no Brasil”, segundo observação do arquiteto Lucio Costa.

Mas não é apenas naquelas soluções intencionalmente decorativas que a arquitetura é uma obra de arte; a constância de um mesmo tipo de programa durante um largo período de tempo, a preferência por um mesmo partido, a eficiência comprovada de um satisfatório esquema construtivo, a simpatia manifesta por uma série determinada de soluções particulares e, afinal, como resultado, a eleição de uma peculiar proporção, uma particular feição plástica, contribuem para construir – “a posteriore” – a fisionomia arquitetônica – artística – de uma sociedade. Esta fisionomia, inconfundível, porque fruto de um sentimento coletivo acerca das coisas e dos problemas, está na arquitetura, nas alfaias, no vestuário, a maneira de ser e até na alimentação e na fala. Na sua composição, muitas soluções regionais, aparentemente sem importância, são insubstituíveis. Na casa de Amarantina, a ausência de um beiral mais generoso e o guarda-corpo de pedra, tornam esta construção desajeitada para quem se habituou a ver as residências seiscentistas de São Paulo. No Novo México, a solução regional horizontal do telhado de um edifício deste tipo é suficiente para indicar a presença de outra gente, outra sociedade, outro sentimento artístico.

Este tipo de habitação da classe dominante bandeirista, embora provavelmente proceda de uma planta já elaborada, é legítima expressão artística mestiça: mameluca. Quando o colono paulista perde a colaboração do mameluco, base sobre a qual pôde

realizar talvez o único ciclo econômico social inteiramente nacional, no sentido de que não representava a repercussão direta de contingências europeias e de que a sua integral realização não dependeu de acontecimentos estranhos ao âmbito nacional, este tipo de residência também perde a sua funcionalidade específica, a qual é responsável pelo que há de mais verdadeiro e característico na sua expressão arquitetônica. De fato, sem a mestiçagem, que originou o mameluco, não teria havido nem o bandeirismo, nem a mestiçagem arquitetônica representada por este tipo de habitação. (SAIA, 1955:15).

Tanta dedicação ao restauro, à ambiência e à sua certificação por meio de um memorial impresso ecoaria também na seleção dos objetos que comporiam o acervo do novo museu aberto em outubro de 1955. A configuração das salas expositivas foi consoante com a hipótese de ocupação dos cômodos formulada por Saia, e à sua materialização, Paulo Camilher Florençano dedicou-se com afinco, tanto na aquisição de um acervo que considerava fidedigno, quanto na disposição dos objetos em cada um dos cômodos, como será visto nos dois próximos capítulos.

CAPÍTULO 3

A HOMOGENEIDADE DE UM ACERVO HETEROGÊNEO

Nesse capítulo, busco referências conceituais e teóricas na bibliografia que aborda o período em que a casa foi tornada museu. Trata-se da efeméride do IV Centenário da Cidade de São Paulo, estudado em profundidade por Silvio Lofego, cuja comissão organizadora foi responsável pela restauração e organização da Casa do Bandeirante. A análise da definição do partido curatorial da casa e de seu discurso histórico relaciona-se com a atuação do Museu Paulista e com a historiografia das bandeiras, sob a ótica da tese de Ana Cláudia Brefe. A ação do mentor, organizador e primeiro conservador da Casa do Bandeirante, Paulo Camilher Florençano, o programa de trabalho e conceitos teóricos que balizaram as práticas de constituição do acervo e seu perfil, será um dos pontos centrais deste capítulo.

3.1 Objetos históricos, objetos documentados

Nosso sistema não apresenta muitas possibilidades de mitos de origem, mas os objetos históricos lhe dão uma delas. É por isso que ele se apresenta como uma espécie de revelação mítica de nascimento, de origem, de fundação, de princípio e é sabido que todas as legitimações, justificações, validações, não costumam dispensar referências às origens. (Jean Baudrillard, 1968)

A partir do momento que Paulo Florençano foi designado por Guilherme de Almeida para o cargo de Assistente do Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, deu início ao que o próprio chamou de *Programa de Trabalho*. Guilherme de Almeida queria que Florençano levasse a frente o intento “em tempo suficiente para que a inauguração da projetada “Casa do Bandeirante” ocorresse dentro do período de festejos comemorativos dos quatrocentos anos da fundação da cidade de São Paulo, isto é, até o dia 25 de janeiro de 1955.” (FLORENÇANO, 1962: 10). O *Plano de Trabalho* foi dividido em quatro tarefas que deveriam ser conduzidas concomitantemente. As Tarefas já foram discriminadas no capítulo anterior, sendo que as designadas A e B referiam-se, respectivamente, a conseguir do DPHAN a colaboração para conduzir os estudos necessários para a restauração da obra e supervisionar os trabalhos; e a instituição de uma Comissão Consultiva formada por estudiosos do passado de São Paulo e de antiguidades, além de, técnicos em restaurações para supervisionar os trabalhos gerais. A Tarefa D tinha por objetivo

conseguir da Prefeitura de São Paulo, através da Divisão de Parques e Jardins, o ajardinamento da área externa da Casa.

A Tarefa C estava diretamente ligada à formação do acervo de móveis e alfaías que iriam mobiliar a Casa do Bandeirante e que seriam escolhidas, segundo Florençano, após a ação de “Organizar pela leitura de documentos referentes ao bandeirismo, relação pormenorizada das peças comuns as mansões rurais paulistas de meados do século XVIII, a fim de, com essa relação, obter nos Acervos, as peças necessárias para guarnecer o projeto ‘Casa do Bandeirante’.” (FLORENÇANO, 1962: 10)

Pela leitura da correspondência trocada entre Paulo Florençano, Guilherme de Almeida, os possíveis doadores e os demais interlocutores fica evidente que a seleção das peças não ocorreu de forma aleatória. As peças conseguidas por meio de doações e de aquisição onerosa, como as realizadas de um antiquário de Minas Gerais, atendeu a uma expectativa de conseguir não só peças originais do setecentos, mas de alcançar regiões ocupadas por paulistas não só do Ciclo do Bandeirismo como do Ciclo do Ouro,

quando andaram nas Minas Gerais em busca de metais preciosos.

Dentro dessa perspectiva, pode-se compreender que não houve nenhuma discrepância em relação aos planos estabelecidos na formação da coleção, visto que a busca de uma legitimação histórica guiou todos os passos do processo, o que deu a Florençano e Almeida a garantia metodológica necessária para legitimar historicamente a montagem do cenário pretendido.

A busca, na acepção de Baudrillard, desse “mito de origem”, por meio dos objetos, era possível mediante o encontro das peças históricas “certas”, que pudessem ser

Figura 60: Recorte da Revista Paulistância. Acervo Fundo Camilher Florençano, Taubaté

atribuídas à origem, pelo menos, do tempo e dos lugares associados aos bandeirantes. Para isso, era necessário buscar os objetos não só nas cidades mais antigas de São Paulo, onde mesmo a presença de velhas famílias de origem bandeirante ainda era possível de localizar, mas, se possível, ir encontrá-los além das divisas do estado, procurando nos estados da antiga itinerância paulista. A busca era não só por objetos

antigos, mas deveriam ter essa marca que os distinguisse dos demais: deveriam ter sido localizados nas regiões fundadas e percorridas por bandeirantes e, ao serem colocados na Casa do Bandeirante, emanar a aura invisível da memória, evocável por meio de sua presença.

No fundo arquivístico em que estão guardados os documentos pessoais de Paulo Florençano, em Taubaté, encontra-se uma reportagem ilustrada com fotografias suas e texto e desenhos de José Wasth Rodrigues, sob o título *Móveis Antigos de Minas Gerais* (Figura 60). Nesse artigo, Wasth Rodrigues aborda a formação histórica e social do estado de Minas Gerais, sua formação/ocupação por paulistas e traz ainda uma minuciosa e exaustiva explicação de todos os tipos de móveis, alfaia e objetos pessoais que ainda podiam ser encontrados nas cidades mais antigas. O autor assim justificava a riqueza de possibilidades de se encontrar objetos antigos, por aquelas paragens:

Graças à condição de Estado interior, formado no século XVIII e cristalizado no século XIX, forçado a uma auto-suficiência, Minas, como se cumprisse um designo secreto, uma determinação do destino para realizar uma função na história, guardou tudo. Não só por conservar a casa, os móveis e os objetos de família através dos tempos que o fato é singular, mas também, pela continuação de certos usos.³

E segue explicando que não é possível ter essa mesma riqueza em São Paulo, já que ali “[...] nas zonas velhas, tudo que havia realmente de valor desapareceu há muito; foi tudo substituído no século XIX. Apenas uma ou outra peça digna de nota tem aparecido, vinda de Itu, Sorocaba ou dos arredores de Parnaíba.” Assim, dentro dessa perspectiva, pode-se compreender que a ida de Paulo Florençano até Minas Gerais, para localizar e adquirir objetos que pudessem compor a Casa do Bandeirante, investisse da certeza de que era nessa região que iria adquirir peças históricas, antigas, ainda mais sendo algo referendado pelo estudo de seu colega e membro do Conselho Consultivo da Casa do Bandeirante, J. Wasth Rodrigues.

Mas como poderia ser compreendido o bandeirante, cuja designação deu nome à Casa? Segundo Laima Mesgravis, no capítulo dedicado ao estudo desse personagem histórico denominado “*De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica de São Paulo colonial*”⁴, a figura do bandeirante, tal como foi representada no Museu Paulista, foi uma construção simbólica engendrada pelo diretor do museu

³ RODRIGUES, José Wasth. *Móveis Antigos de Minas Gerais*. Segundo Nota da Redação “O presente trabalho do prof. J. Wasth Rodrigues foi publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (nº VII, 1943). Revisto pelo autor e acrescido de várias ilustrações, é agora transcrito, por sua autorização, em “Paulistânia”.

⁴ MESGRAVIS, Laima. *De bandeirante a fazendeiro: aspectos da vida social e econômica de São Paulo colônia. História da Cidade de São Paulo- a cidade colonial de 1554-1822*. V.1, 2004

Afonso Taunay e consolidada pela historiografia paulista produzida entre 1890 e 1930, quando o café e a industrialização exerceram a hegemonia política e econômica no país e a elite, ligada a esse modo de produção, precisava destacar sua superioridade frente aos demais estados brasileiros.

O mito bandeirista fundamentou-se então na imagem do explorador do território nacional, o alargador de limites e o descobridor do ouro e foi largamente explorado pelos historiadores da Primeira República que, apoiados nas palavras do viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, consideravam que as façanhas bandeirantes eram “obra de uma raça de gigantes”⁵. Esse mito construído ao longo da primeira metade do século XX começou a ser contestado em período mais recente demonstrando a face sombria, violenta e trágica dessas expedições de apresamento de tribos, empreendimento lucrativo que visava a venda dos indígenas como escravos para a lavoura, transporte e venda de excedentes, escravos domésticos e até figurando em bandeiras e que dizimou aldeias inteiras no Planalto Paulista⁶. Isso levou aos bandeirantes ampliarem sua área de ação partindo cada vez mais para o sul chegando ao Rio grande do Sul e Sul de Mato Grosso, onde atacaram e massacraram aldeamentos de jesuítas espanhóis,⁷ onde capturaram índios guaranis já sedentarizados e iniciados na agricultura.

A glorificação dos bandeirantes havia tido no Museu Paulista um local importantíssimo de difusão de imagens altivas e que, longe de representa-los como bárbaros, foram figurados como civilizadores dos sertões. A vida doméstica em suas casas urbanas e sobretudo nas fazendas não fora, contudo, objeto desse museu, o que seria justamente o foco da Casa do Bandeirante. O acervo reunido na casa por Paulo Florençano sinalizava para uma morada plena de objetos e itens suntuários, o que também tem sido combatido pela historiografia recente. Nessa perspectiva Mesgravis defende, apoiada no estudo pioneiro de Alcântara Machado – *Vida e morte do Bandeirante* (1929) – que,

⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976

⁶ Ver ABUD, Kátia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH-USP, 1985

⁷ MESGRAVIS, Laima. “Relação feita pelos Padres Justo Marcilla e Simão Massetta, que ao rei, quer ao provincial Francisco Vasques de Trujillo, sobre os estragos causados pela grande bandeira de Raposo Tavares às missões do Guairá nos anos de 1628-1629. Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, 10.10.1629. in: CORTESÃO, Jaime (org.). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. Neste documento e em outros está registrada a espantosa maldade da captura e transporte por mil léguas de mais de 25 mil índios até São Paulo, dos quais parte considerável de velhos, homens, mulheres e crianças morreu no caminho de fome e por maus tratos.” (MESGRAVIS, 2004: 120)

Os bandeirantes que encontraram ouro se sedentarizaram como mineradores, agricultores, criadores de gado e comerciantes, e transformaram-se nos primeiros mineiros, depois mato-grossenses (1718) e goianos (1728). Outros voltaram para São Paulo onde, nas rotas do Vale do Paraíba e da Mantiqueira praticaram uma lucrativa lavoura de produtos de subsistência, como feijão, milho, mandioca, fumo, criação de porcos, gado bovino e cavalos. [...]

Os colonos portugueses e seus descendentes que se instalaram em São Paulo, devido à necessidade de campos de cultivo e pastoreio, de pomares e animais domésticos como bois, vacas, cabras, carneiros, porcos, cavalos e mulas, e o trabalho indígena que precisava ser supervisionado, **não viviam habitualmente concentrados na cidade. Ficavam em seus sítios**, supervisionando o trabalho dos escravos indígenas. No núcleo urbano tinham uma casa para estadias ocasionais, compras, missas, festas ou participação nos negócios públicos na Câmara Municipal. [...] O comércio de pão, sal, vinho, vinagre, aguardente, rolos de algodão fiado, redes e alguns artigos de subsistência, como farinhas e carne, era suprido por poucos indivíduos.

A pobreza material do equipamento doméstico foi profundamente analisada em obra clássica por Alcântara Machado, que explorou a documentação constituída por inventários e testamentos, onde encontra descrições dos bens arrolados depois do falecimento. Ali vemos casas que eram simples, feitas de adobe ou taipa de pilão, com telhados de sapê ou telhas de barro cozido, raramente com dois pisos. **O mobiliário compunha-se de mesas, bancos e tamboretas, baús** para guardar roupas e objetos pessoais, **e um oratório. No quarto, raras camas de madeira**, sendo mais comuns os **estrados de couro, redes e esteiras trançadas**. Para iluminação usavam **lamparinas** de óleo vegetal ou de baleia, e **velas de cera** em ocasiões especiais.

A **louça** era de barro e **as gamelas** de madeira: **colheres, facas e panelas**, de ferro. As **canecas** eram de barro ou de estanho. Os poucos bandeirantes mais ricos possuíam **copos e canecas** de prata. [...] (MESGRAVIS: 125-126, grifo nosso)

Para Paulo Florençano e a Comissão Consultiva da Casa do Bandeirante, a casa que iriam mobiliar apesar de ter características que a situavam na primeira metade do século XVIII, tinha origem no período mais antigo da formação de São Paulo - localizada na antiga Sesmaria de Afonso Sardinha -, no qual o isolamento do burgo mameluco, devido as dificuldades de acesso e características da sociedade paulista, justificariam as limitações do patrimônio de bens. Essa limitação material dos tempos da colônia, sobretudo o da época bandeirista, era a principal referência que pretendiam reproduzir.

Esses bens da cultura material, legados pelos moradores de São Paulo dos tempos mais longínquos e que tinham chegado até o setecentos, praticamente sem alteração, precisavam ser estudados para posterior trabalho de localização e seleção. Florençano citou como Acervo original para o estabelecimento dos critérios que o nortearam os *Documentos Interessantes* publicados pelo Arquivo do Estado, Atas da Câmara e os Inventários e Testamentos pesquisados por diversos autores como Afonso Taunay, Alcântara Machado e Ernani da Silva Bruno

Na perspectiva de que haviam poucas certezas e muitas dúvidas a serem sanadas, o trabalho de pesquisa conduzido por Paulo Florençano buscou, em todas as suas instâncias, apoiar-se em evidências históricas, orientação de especialistas e historiadores, além do estudo minucioso da documentação, como os inventários e testamentos, numa tentativa que aqui se acredita sincera de minimizar erros e conduzir o processo de forma a adquirir objetos realmente antigos e, principalmente “paulistas”. Uma das questões centrais nesta abordagem é procurar entender de qual perspectiva Florençano interrogou os documentos, identificou e analisou as peças conseguidas e procurou comprovações que legitimasse uma determinada peça para compor o cenário de uma casa rural setecentista paulista.

A primeira providência foi dar início ao levantamento dos Acervos possíveis que pudessem trazer informações sobre a vida e o cotidiano dos paulistas no XVIII. Paulo Florençano descreveu assim o processo em um documento, sob o título “O arrolamento das peças destinadas a guarnecer a casa”:

A fim de nos desincumbirmos de modo mais satisfatório possível da responsabilidade com que arcávamos, quanto à execução do item “C” do programa de trabalhos necessários a transformar a Casa Velha do Butantã em “Casa do Bandeirante”, isto é, o levantamento de todas as peças comuns às casas paulistas originais do século XVIII, dedicamo-nos a minuciosos estudos e estafantes pesquisas e, Acervos que poderiam fornecer as indicações necessárias.

Sabendo de antemão, da quase inexistência de material iconográfico referente ao bandeirismo, nos socorremos então dos recursos oferecidos pelos grandes mananciais de informações que constituem depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas na sociedade colonial¹⁵: os Inventários e Testamentos, as Atas da Câmara da Vila de São Paulo e os Documentos Interessantes, publicados pelo Arquivo do Estado¹⁶. Também, a leitura de obras de autores que trataram do bandeirismo paulista (Capistrano de Abreu, Afonso de E. Taunay, Virgílio Corrêa Filho, Alfredo Ellis Jr., Alcântara Machado, Belmonte, Carvalho Franco, Otoniel Mota, Sérgio Buarque de Holanda e outros) nos proporcionou farta relação das peças de uso doméstico pertencentes às residências rurais de São Paulo no setecentismo. Nesse penoso, mas empolgante trabalho de pesquisa, fomos eficazmente auxiliados por dona Wanda Sarmento Florençano, que também pesquisava e anotava aquilo que era encontrado nas Acervos a que recorremos.¹⁷ (FLORENÇANO, 1962: 10-12)

¹⁵ MACHADO, Alcântara, Op.Cit. p.16.

¹⁶ “Deve-se ao presidente Washington Luís a iniciativa da publicação dessas coleções de documentos históricos do passado de São Paulo, principiada em 1914, quando o grande brasileiro exerceu o cargo de prefeito da Capital Bandeirante.” (Notas: Florençano: 18)

¹⁷ À luz que se irradia dessas laudas amarelecidas pelos anos e rendadas pelas traças, vemo-las surgirem vagarosamente do fundo indeciso do passado e fixarem-se nas encostas vermelhas da colina fundamental, as casas primitivas de taipa de pilão. **Recompõe-se por encanto o mobiliário que os guarnece**” (MACHADO, Alcântara: 23 apud FLORENÇANO, Paulo: 18, grifo nosso)

Com a pesquisa concluída, Paulo Florençano elaborou um descritivo que orientasse o olhar na busca dos equipamentos necessários para mobiliar a casa. Esse documento chamou-se “Relação dos Móveis, Objetos, Máquinas Antigas, Armas e Arreios necessários para o equipamento da “Casa do Bandeirante” (De acordo com o relatório na documentação dos séculos XVII e XVIII)”. Esse documento traz uma minuciosa relação de objetos que provavelmente seriam utilizados no interior de uma residência, dividido por cômodos, e também no seu exterior.

Relação dos Móveis, Objetos, Máquinas Antigas, Armas e Arreios necessários para o equipamento da “Casa do Bandeirante” (De acordo com o relatório na documentação dos séculos XVII e XVIII)

INTERIOR DA CASA

CAPELA:

Oratório ou altar com retábulo de madeira; genuflexórios e confessionário; crucifixo, santos de madeira, barro, marfim, prata, pedra; estampas (lâminas) de santos; vasos, lâmpadas, castiçais, turíbulos, navetas, ostensórios, galhetas, lavandas e gomis; toalhas antigas de altar e paramentos.

QUARTO DE HÓSPEDES:

Catre de bilros ou de cabeceira esculpida, com postes (ou fustes torneados); arca ou canastra de madeira ou forrada de couro liso ou lavrado ou tauxiado; cabides, etc.

QUARTO DE CASAL:

Cama de bilros ou de cabeceira esculpida, com postes (ou fuste) torneados, curtos ou altos, com ou sem sobreceú (docel ou dossel) (ou baldaquino), com pavimentação de sola lisa ou lavrada, ou sem pavimentação; cabides, arcas ou canastras de madeira ou forradas de couro liso, lavrado ou tauxiado, com ou sem forragens, simples ou de gavetas inferiores, esculpida ou singela; oratório, imagens de santos esculpidas em materiais diversos; candeeiros, castiçais, etc, espiriteira com sua bandeja; jarro, bacia, espelho, estojo de joias (arquinho, cofre, caixa) de madeira, tartaruga prata, incrustada de marfim, madrepérola etc, com ou sem aplicações de metal precioso ou comum; colchas de damasco, brocado, etc, cortinado para a cama (sobreceú, docel ou dossel ou baldaquim).

QUARTO DE SOLTEIRO:

As mesmas peças anteriores, salvo a cama que será estreita.

SALA GRANDE DE ESTAR E JANTAR:

Mesa cavalete (dormente); bufete ou mesa de bolachas esculpida, com aplicações de metal (ou lisa); escrivaninha (implemento composto com os acessórios de escrever); armário; cadeiras simples e de braços, pernas torneadas, assentos e encostos de couro liso ou tauxiado ou lavrado, com pregaria e remates de metal, tamboretas de metal; tamboretas (mochos), escabelos e banco; cantoneira (para objetos ou servindo de Cantareira ou ainda armário); frásqueira (estojo com frascos para bebidas); frascos para bebidas (sem estojo); tamboladeira (vasilha para beber vinho, desprovida de pés) com ou sem sua bandeja; copos, pratos, travessas, vasilhame, talheres de estanho ou de prata; louça do Reino ou da Índia; tijelas, alguidades, púcaros, jarras, botijas, picheis, pichorras; toalhas com barafunda (panos com crivos, imitando renda); toalhas da Bretanha.

COZINHA:

Trípodes para cozinhar; vasilhas de cobre, estanho, ferro, latão; tachos, caldeirões, panelas, cuias, botijas, bilheiras, cântaros, objetos de iluminação, púcaros, peroleiros de barro ou de louça, bacia de metal ou de louça, gamela e pilão de pau, amassadeira, etc.

DESPENSA OU HUCHARIA:

(hucharia): hucha ou ucha, armário, frascos de vidro, louça ou cerâmica para azeite, gordura, etc.

QUARTO DE TRABALHO:

Roca, tear, carda, ferro de passar.

CASA DA FARINHA:

Ralo de mandioca, prensa, cocho, forno de torrar, tipiti.

ARMAS:

Trabucos ou garruchas, de boca de sino e pederneira.

ARREIOS:

Selins, freios, estribos (focinho de porco, caçamba, etc) de madeira, metais, etc.

EXTERIOR DA CASATENDA DE CARPINTEIRO:

(ou ucheiro): Banco de carpinteiro; verrumas, goivas, enxós, formões, serras de mão, serra braçal, martelos de orelha, escopros, plainas, junteiras, garlopes, cepilhos.

FÁBRICA DE FARINHA DE MILHO:

Monjolo de pé ou água, cocho de fermentação do milho; forno de torrar.

FÁBRICA DE AÇÚCAR E AGUARDENTE:

Engenho de madeira, de três cilindros, tocado a água ou a força animal; tachos de açúcar; formas de rapadura; alambique antigo, cochos de fermentação, dornas e quartolas.

FÁBRICA DE FARINHA DE MILHO:

Monjolo de pé ou a água, cocho de fermentação do milho; forno de torrar.¹⁸

Com essa relação nas mãos, Florençano pôde dar início ao envio das cartas solicitando as doações necessárias. Concomitante ao envio das cartas, Paulo Florençano começou a realizar as viagens para verificar *in loco* as peças oferecidas do ponto de vista da pertinência, estado de conservação e antiguidade desejada:

Feita a seleção das peças na vasta relação conseguida, restava, então, a realização da segunda parte da tarefa: **localizá-las**. Antes, porém de nos pormos em campo, partindo do conhecimento próprio de que, em muitas fazendas e sítios do interior do Estado de São Paulo, principalmente nas chamadas Zonas Velhas (municípios do Vale do Paraíba, Taubaté, São Luis do Paraitinga, Cunha, Lagoinha,

¹⁸ Documentação avulsa, caixa 109. S/data. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Guaratinguetá, Areias, Bananal, Barreiro e outros); (nos municípios do Médio Tietê: Itu, Salto, Porto Feliz, Tietê) ou naquelas onde, mais tarde, em iniciativas pioneiras de desbravamento, se deslocaram, levando os seus trastes, descendentes daqueles primitivos fazendeiros (municípios da zona limítrofe com Minas Gerais: Pinhal, São João da Boa Vista e outros) e até em municípios desse Estado em que houve influência do bandeirante – são encontradas, esquecidas em sótãos, porões, tulhas, depósitos, peças importantes de mobiliário antigo, utensílios domésticos, etc., **resolvemos, por carta, apelar aos proprietários para que doassem esses bens de família**, à Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, **a fim de que fossem aproveitados para guarnecer a “Casa do Bandeirante”**. (Florençano, 1962: 12, grifo nosso)

A carta a seguir demonstra bem a preparação conscienciosa que foi estabelecida para que se desse início ao processo de seleção das peças para a Casa do Bandeirante. A preocupação maior era direcionar as doações para os objetos desejados e não criar um simples programa de recebimento de doações aleatórias, que seriam analisadas e posteriormente aproveitadas ou descartadas, segundo os critérios estabelecidos. Desta perspectiva, pode-se dizer que foi desenvolvido para o museu “Casa do Bandeirante”, um plano museológico que direcionou, mediante uma missão determinada, uma política de acervo. Segundo consta na comunicação ao ICOM, em 1962, Florençano explicou que enviou a seguinte carta aos municípios de São Paulo:

Não sendo encontrada nenhuma das peças enumeradas abaixo, neste município, devolva-se ao destinatário para que o mesmo fique cientificado.

Ao Snr. Doutor Guilherme de Almeida

DD. Presidente da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo

Prezado Senhor

Atendendo ao apelo de V.S. , comunico-lhe que encontram à disposição dessa Comissão, as seguintes peças antigas, que por doação (ou empréstimo), desejo que figurem com o meu nome , na “Casa do Bandeirante”, colaborando, assim, para maior realce das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo:

ALTAR; ARCA; ARQUINHA; ALGUIDAR; ARMÁRIO; AMASSADEIRA; BANDEIJA; BACIA; BUFETE; BANCO; BULE; BANQUETA; BANCO DE COSINHA; BACAMARTE; CONFESSIONÁRIO; CRUCIFIXO; CASTIÇAL; CATRE; CANDEEIRO; CAMA; CADEIRA; COPO; CALDEIRÃO; CANDEEIRO DE MESA; CÂNTARO; CADEIRINHA; COLHER; COLHER; CAÇAMBA; ESTAMPA RELIGIOSA; ESPEVITADEIRA; ESCRÍNIO; ESPELHO; PUCHADORES; ESCABELO; ESPADA; ESPINGARDA; ESCRITÓRIO; FRASQUEIRA; FRASCO; FECHO; FERRO DE ENGOMAR; GALHETA; GOMIL; FACA; FACÃO; IMAGENS; JÓIA; JARRO; LÂMPADA; LANTERNA NAVETA; LAMPARINA; MESA; ORATÓRIO; OSTENSÓRIO; PRATO; TRAVESSA; SOPEIRA; PEROLEIRA; PICHORRA; PICHEL; PANEIA; PISTOLA; POLVARINHO; TIGELA; RODA DE FIAR; TOAR; TRÍPODE; TAMBOLADEIRA; TOUCADOR; TAMBORETE; LOUÇA CHINESA;

RELÓGIO DE MESA; E MUITAS OUTRAS QUE NÃO CONSTAM NO CATÁLOGO.

As peças que disponho (assinaladas com um X), estão à disposição de V.S., podendo ser vistas no seguinte endereço:

.....

(escrever à máquina, se possível, ou então a lápis)

- assinatura -

(ÊSTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER REMETIDO, DEPOIS DE PREENCHIDO, À COMISSÃO DE IV CENTENÁRIO SERVIÇO DA “CASA DO BANDEIRANTE” – RUA 24 DE MAIO, Nº 250, 8º ANDAR, SALA 6 – SÃO PAULO)

A leitura dessa carta permite avaliar alguns pontos: houve o cuidado de elaborar uma listagem didática, em ordem alfabética, nomeando os objetos desejados e estabelecendo um procedimento simples, qual seja, se o remetente da carta tivesse algum dos objetos da listagem, bastava marcar com um X e, depois, escrever o endereço onde essa peça estava, para que a mesma pudesse ser avaliada numa visita futura; além disso, a carta foi programada para ser devolvida, sem custo, ao remetente, no caso à Comissão do IV Centenário, mesmo sem ser preenchida, de modo a dar baixa na listagem de possíveis doadores.

Essa carta reunia todas as condições propícias para oferecer um mecanismo eficiente e rápido para, em pouco tempo, fornecer subsídios para a Comissão e o próprio Florençano estabelecer uma linha de pesquisa, visitando as cidades assinaladas pelas cartas devolvidas. Mas, aparentemente, foram poucas as cartas devolvidas. Na pesquisa efetuada nos diversos Fundos¹⁹, foram encontradas apenas duas cartas devolvidas, conforme a solicitação. Uma assinalava que não possuía nenhum dos objetos da listagem. A outra cumpriu todos os procedimentos solicitados e foi enviada da própria capital pelo Sr. Herminio Lunardelli informando a Guilherme de Almeida as peças que estavam a disposição:

Prezado Senhor

Atendendo ao apelo de V. S., comunico-lhe que se encontram à disposição dessa Comissão, as seguintes peças antigas que por doação (ou empréstimo), desejo que figurem com o meu nome, na

¹⁹ Fundo IV Centenário/ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo; Fundo Paulo Camilher Florençano/ Arquivo Histórico Félix Guisard Filho de Taubaté; Documentação da Casa do Bandeirante/ DIM/DPH

“Casa do Bandeirante”. Colaborando, assim, para maior realce das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo: ALTAR – ARCA – ARQUINHA – ALGUIDAR – ARMÁRIO – AMASSADEIRA – BUFETE – CADEIRA – SINO (e acrescentou de próprio punho, prendedores de cortina).

Herminio Lunardelli – R. Eugênio de Lima, 79 - Capital

Outra carta, enviada em 12 de dezembro de 1954 por Antonio Bittar, comunicava que, devido ao apelo feito pela Comissão, por doação ou empréstimo de itens: “[...] possuo um cofre de ferro antiquíssimo, que encontra-se à disposição desta Comissão, por empréstimo, que desejo que fique na Casa do Bandeirante, com o meu nome.” E coloca à disposição para ser visto no seu endereço, em Sorocaba.

Não foi encontrada nenhuma listagem elaborada a partir das cartas devolvidas, das peças aceitas ou recusadas e nem a quantidade. O que leva a possibilidade desses objetos antigos estarem fora de circulação, sem uso e que, portanto, sua nomenclatura deixou de ser conhecida ou reconhecida. Mesmo assim, Florençano fez referência que viajava a partir de informações dadas por um possível doador ou de uma pessoa que indicasse um sítio, fazenda ou mesmo residência onde fosse possível conseguir objetos antigos.

Provavelmente na busca de resultados mais efetivos, Paulo Florençano junto à Comissão, resolveu elaborar uma segunda carta que iria acompanhada de um guia ilustrado de modo a direcionar mais efetivamente as possíveis doações. Não era qualquer lamparina ou mesa, e sim aquela que estava desenhada no Guia; o guia foi feito para orientar os proprietários, possíveis doadores, de modo a não melindrá-los após uma recusa e nem dispendar gastos desnecessários numa visita que iria constatar a inadequação de uma peça, para o cenário a ser construído. Para colaborar nesse guia, Florençano convidou José Wasth Rodrigues, pesquisador mais dedicado à época ao estudo das características do passado colonial de São Paulo. Wasth Rodrigues colaborador com suas ilustrações e artigos da *Revista do Arquivo Municipal* e da *Revista Paulistânia* e membro convidado do Conselho Consultivo da Casa do Bandeirante. O guia foi denominado “Catálogo dos Móveis & Alfaias Comuns às Casas Paulistas (séculos XVII e XVIII)”²⁰ e contava com desenhos daquele artista. Florençano, ainda na sua comunicação ao ICOM, descreve como elaborou junto com Wasth Rodrigues, um catálogo desenhado com as peças desejadas (Figuras 61 a 68):

²⁰ No processo nº4214/54, caixa 308, consta o recibo de pagamento de Cr\$1.200,00 pelos serviços de impressão e através dele pode-se verificar que foram impressos “(...) 500 folhetos [do] - Catálogo de Móveis e Alfaias comuns às Casas Paulistas, séculos XVII e XVIII - de acordo com os originais e “boneco” fornecido por aquele Serviço”, em 21 de setembro de 1954.

Para facilitar essa tarefa, ocorreu-nos organizar o Catálogo dos Móveis e Alfaias Comuns às Casas Paulista, opúsculo ilustrado por José Wasth Rodrigues, destinado a orientar graficamente as pessoas possuidoras de antiguidades sobre algumas das peças mais características, de que necessitávamos. No desempenho desse mister, muitas vezes, quando convocados por algum fazendeiro ou sitiante que recebera o Catálogo e a carta de apelo, tínhamos agradáveis surpresas quando **subíamos a um sótão, devassávamos um porão, ou penetrávamos numa alcova fechada de há muitos anos.**

Nessas ocasiões, muitas vezes, deparávamos, envolvidas por têias de aranha, ou cobertas por densas camadas de poeira acumulada durante o perpassar de muitos anos, **peças da mais alta importância como documento ou como expressão do artesanato colonial**, que ali jaziam esquecidas²¹. (FLORENÇANO, 1962: 12)

Assim Florençano deu início a burocracia necessária para a contratação de Wasth Rodrigues:

Senhor Presidente

Solicito a necessária autorização dessa presidência para encomendar ao artista especializado, senhor J. Wasth Rodrigues, a execução de 6 pranchas com desenhos, à pena, de móveis, alfaias e objetos de uso doméstico, comum às fazendas paulistas do século XVII e XVIII. Essas pranchas se destinam à confecção de um catálogo que vai ser profusamente distribuído, a fim de esclarecer as pessoas, a quem vamos solicitar doações de peças para a “Casa do Bandeirante”.

Esclareço, outrossim, que o preço de cada prancha, com vários desenhos, é de Cr\$ 1.000,00, sendo necessárias 6 pranchas.

Atenciosamente – Paulo Florençano²²

Autorizado por Guilherme de Almeida em 29 de julho de 1954

²¹ “Entre várias peças encontradas, destacam-se um corno d’água (espécie de cantil bandeirista), que era levado a tiracolo; diversas formas de “pão de açúcar”; uma sela e um silhão, ambos de 1755; uma cadeira de estado tachonada; uma cama de sobrecoço rusticamente entalhada; arca de cedro; cofre para valores; vasilhas de cobre e de estanho; mesa de cavalete para cozinha; um frasco para bebida, etc.” (Op. cit)

²² Processo nº 3981/54, caixa 213. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Figura 61: Capa do Catálogo enviado a possíveis possuidores de móveis e alfaia antigas.
Acervo: Biblioteca do DPH

Figura 62: Contracapa do Catálogo enviado a possíveis possuidores de móveis e alfaia antigas.
Acervo: Biblioteca do DPH

A carta enviada e mais o Catálogo em anexo dariam mais condições para o possível doador perceber entre os objetos não mais utilizados e guardados num sótão ou porão, aqueles aos quais eram incessantemente buscados por Florençano, nas cidades que visitou. Eis o texto da carta:

Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo

Prezado Senhor

Como já tem sido divulgado pela imprensa, rádio e televisão, a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo está procedendo a restauração da antiga sede da Fazenda Butantã, mansão típica do começo do século XVIII, toda de taipa-de-pilão, dispondo de doze cômodos – esplêndido exemplar da arquitetura rural paulista da época mais expressiva do Ciclo Bandeirista.

É nosso pensamento fazer dessa casa, que se acha localizada em ponto acessível da Capital, no centro de uma quadra do “Jardim Butantã”, se ao lado da Avenida Vital Brasil, pertencente à Prefeitura Municipal e por ela cedida à esta Comissão, - UMA CASA VIVA, MOBILIADA E GUARNECIDA POR OBJETOS DE USO DOMÉSTICO, TAL QUAL COMO ERA UMA CASA DE BANDEIRANTE.

Com isso, São Paulo será dotada de mais uma instituição cultural permanente, onde as gerações atuais e futuras, poderão estudar o ambiente social e funcional de uma casa de fazenda do grande período da expansão territorial do Brasil.

Para completar os trabalhos iniciados, temos necessidade de guarnecer a “CASA DO BANDEIRANTE” com características móveis e objetos de uso, a fim de dar ao cenário o indispensável cunho de autenticidade.

Ocorrendo-nos que muitas pessoas, principalmente os proprietários de fazendas das zonas tradicionais do Estado, possuem, às vezes, velhos móveis e objetos - esquecidos em porões e depósitos, sujeitos a estragos e até perdas totais - a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo apela a todos aqueles que, porventura os possuam, que, por doação ou empréstimo, no - los cedam, a fim de figurar na "CASA DO BANDEIRANTE".

Para necessária orientação, juntamos à presente, um catálogo com desenhos e nomes das peças. Acompanha-o, também, um formulário, para que V.S.no caso de poder atender a este apelo, assinale o de que dispuser, endereçando-o, em seguida, à Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo - (Rua 24 de Maio, 250 - 7º andar).

Outrossim, lembramos a V.S. que tudo que nos for cedido, figurará na "CASA DO BANDEIRANTE" com o nome do proprietário doador, em lugar visível, esclarecendo a sua origem.

Agradecemos, antecipadamente, a sua atenção, subscrevemo-nos,
de Almeida - Presidente

Figura 63: Catálogo enviado a possíveis possuidores de móveis e alfaia antigas. Acervo: Biblioteca do DPH

Figura 64: Catálogo enviado a possíveis possuidores de móveis e alfaia antigas. Acervo: Biblioteca do DPH

J L M N O P

JOIA

JARRO

LANTERNAS

LAMPADA

LAMPARINA

NAVETA

MESA

MESA

ORATORIO

MESA

OSTENSORIO

PRATOS

SOPLEIRA

PEROLEIRA

P Q R S T U V

PICHORRA
PICHILHA
PUCHADO
PANELAS
FICHOIRIA
PISTOLA
TRABUCCO
POLVORINHO
TIJELA
RODA de FIAL
TACHO
TRIPODE
TAMBOREIRA
TABOURETES
LOUCA CHINESA
RELOGIO
TOQUEIRO
TOLUADOR

Cadernos 913-2
2 914
812
6 cadernos 915
1

14 cadernos de como pertenciam
velha S.C.

COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO
RUA 24 DE MAIO, 910 - 7ª ANDAR - TEL. 35-0146 - END. TELEGR. "QUARTOCENT" - SÃO PAULO

Figura 68: “Catálogo dos Móveis & Alfaias Comuns às Casas Paulistas (séculos XVII e XVIII)”

3.2 Rastreando peças

Apesar da intensa produção de documentos oficiais pela Comissão do IV Centenário na restauração e organização da Casa do Bandeirante, como ofícios, relações de despesas, listagens diversas, abertura de editais para fornecimento de serviços ou matérias-primas etc, não foi localizado nenhum documento solicitando empréstimos ou qualquer medida que caracterizasse um procedimento oficial de cessão de peças entre as instituições cedentes, seja da Cúria Metropolitana de São Paulo, seja do Museu Paulista. Talvez as solicitações se realizassem por via telefônica ou os ofícios produzidos se perderam.

Pode-se creditar essa falta de formalidade pela ausência, na época, de procedimentos museográficos²³, que atualmente caracterizam as ações dentro e entre instituições museológicas, com protocolos e normas seguidos, nacional e internacionalmente. Pode-se conjecturar que os relacionamentos pessoais e laços de amizade que uniam os gestores dessas instituições, com o presidente e assistente da presidência da Comissão do IV Centenário, respectivamente, Guilherme de Almeida e Paulo Florençano, possam ter contribuído para uma certa informalidade no aceite das solicitações. Importante ressaltar que a seriedade do projeto e o nome dos envolvidos, intelectuais que eram respeitados no cenário cultural paulista, contribuíram para dar o lastro necessário de crédito ao futuro equipamento cultural.

Na carta enviada às instituições e possíveis doadores, é possível notar que em nenhum momento foi utilizado a palavra museu e sim “casa viva” e “instituição cultural permanente”, sendo o mobiliário e alfaia importantes para dar “ao cenário o indispensável cunho de autenticidade”.

O único procedimento de coleta nessas instituições ficou registrado numa prestação de contas no processo de 22 de dezembro de 1955, nº 6786/55: “Pagamento de Cr\$45,00 [para corrida de]Taxi à Cúria Metropolitana para pegar objetos emprestados”.²⁴, bem como a prestação de contas realizada pelo adiantamento de Cr\$5.000,00 a Paulo Florençano, para atender as despesas referentes às solenidades inaugurais da Casa do Bandeirante. Na relação, constam corridas de táxi e em automóvel particular entre 12 de outubro e 10 de dezembro de 1955, onde estão citadas

²³ Para a concepção deste projeto entende-se procedimentos museográficos aqueles processo que integram todas as ações em torno da coleção ou do objeto museológico: aquisição, pesquisa, conservação, documentação, comunicação ou extroversão (exposição e educação).

²⁴ Processo nº6786/55, caixa 317. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

10 viagens “levando objetos cedidos” e duas, “para devolução de objetos emprestados.

”²⁵

Dos ofícios trocados, este transcrito abaixo deixou bastante claro onde Paulo Florençano encontrou o modelo necessário para a organização da Casa do Bandeirante e a importância de seguir para Minas Gerais na busca de objetos antigos que pudessem ser utilizados na constituição do cenário da casa. Pelo entendimento de Florençano, o objeto podia estar fisicamente localizado em Minas, mas sua provável origem paulista, pelo movimento setecentista de descoberta e exploração dos veios auríferos, era incontestável:

São Paulo, 28 de julho de 1954

Exmo Snr Doutor Guilherme de Almeida

D.D. Presidente da Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo
Prezado Senhor

Venho solicitar de V. S. a necessária autorização para viajar até Sabará, estado de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento direto, da organização do Museu do Ouro, modelar instituição existente naquela cidade, **e que muito poderá orientar os trabalhos de instalação da “Casa do Bandeirante”**.

Nessa viagem, pretendo, além do imprescindível conhecimento da organização em geral do “Museu do Ouro” – **a fim de adaptá-la à “Casa do Bandeirante”** – verificar as possibilidades de obtenção, por empréstimo, doação ou compra, de móveis, alfaías e objetos de uso doméstico dos séculos XVII e XVIII, necessários para figurar aqui. **Estou informado de que em Minas Gerais ainda existe muita coisa, de origem paulista e que poderá ser conseguida com relativa facilidade.**

Outrossim, solicito o adiantamento das diárias e também, de uma verba para as despesas de transporte.

Atenciosas saudações – Paulo Florençano²⁶(grifos meus)

Guilherme de Almeida autoriza a viagem para no máximo sete dias, fixando a diária em Cr\$ 700,00, em 29 do mesmo mês. No seu retorno, Florençano elabora a relação de despesas que nos dá a pista por onde circulou na procura de peças que pudesse adquirir, seja por compra ou doação:

Relação de despesas

Dia 1 – Casa do Diretor do Museu do Ouro

Dia 2 – Viagem a Sabará, ida e volta

Dia 3 – Viagem a Sabará, ida e volta

Dia 4 – Viagem a Ouro Preto – ida

Dia 5 – Viagem a Mariana, ida e volta

Dia 6 – Taxi a Ouro Preto

Dia 7 – Taxi a Belo Horizonte.

²⁵ Op cit. Processo nº6786/55

²⁶ Processo nº3984/54, caixa 213. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Total de despesas e mais diárias: Cr\$ 6.360,00²⁷

A ida ao Museu de Ouro de Sabará poderá ter sido uma sugestão de Guilherme de Almeida, já que seu irmão, Antonio Joaquim de Almeida, era Diretor do museu. As peças conseguidas por empréstimo foram:

Mesa de oratório de jacarandá,
Imagem de São Benedito,
Castiçal de barro
Cadeira do século XVII,
Bateia de madeira,
Dois almocrafes,
Um par de estribos de ferro,
Rebenque de couro,
Espada de bandeirante,
Espada flamejante, de chefe bandeirante,
Bateia de cobre, cedida
Trípode de ferro com duas trempes,²⁸

Outras instituições museológicas da capital deixaram peças em exposição na Casa do Bandeirante, em caráter provisório como empréstimo, mas sem nenhuma formalização aparente. O único documento localizado foi uma relação datada de 07 de agosto de 1958, relativa a itens do Museu da Cúria e do Museu Paulista. Aparentemente, esse empréstimo ainda estava vigente nessa data:

CASA DO BANDEIRANTE – CULT 4

RELAÇÃO DOS MÓVEIS E ALFAIAS PERTENCENTE AOS MUSEUS PAULISTA E DA CÚRIA METROPOLITANA CEDIDOS POR EMPRÉSTIMO À “CASA DO BANDEIRANTE”

PERTENCENTES AO MUSEU PAULISTA:

56 – Cadeira tauxiada – séc. XVII
57 – Idem, idem
117 – Idem, idem
559 – Poltrona tauxiada, séc. XVII
608 – Arca de madeira (grande)
3236 – Arca de madeira (pequena)

²⁷ Localização

²⁸ Esta listagem foi produzida pela autora a partir de documento localizado na caixa nº 109, intitulado “RELAÇÃO DOS MÓVEIS, ALFAIAS E OUTROS OBJETOS PERTENCENTES À ‘CASA DO BANDEIRANTE’, DOADOS E CEDIDOS POR EMPRÉSTIMO, POR ENTIDADES CULTURAIS E POR PARTICULARES “

3237 – Idem, idem
 603 – Cama com sobrecéu
 3247 – Canastra
 s/nº - Canastra
 3034 – Ferro de engomar
 3035 – Idem, idem
 3036 – Idem, idem
 3037 – Idem, idem

PERTENCENTES AO MUSEU DA CÚRIA METROPOLITANA

s/nº - Imagem da Imaculada Conceição
 1805 - Quadro a óleo da Virgem de Guadalupe
 244 - Pequena barrica para guardar ouro em pó
 171 – Punhal
 548 – Campa (sineta)
 168 – Oratório de parede
 169 – Oratório de parede
 170 – Oratório de parede
 913 – 1 Cadeira de espaldar alto
 914 – 3 Cadeiras de couro
 915 – 1 Cadeira de fechar
 898 – Oratório de Piracaia
 s/nº - Imagem de São José (século XVI)
 s/nº - Imaculada Conceição
 s/nº - Imagens de Sant'Anna, Nossa Senhora e Menino Jesus (grupo)
 Assinado: Paulo C. [Camilher Florençano]²⁹

Constatou-se que o Museu do Ouro de Sabará não consta dessa relação, provavelmente por ter suas peças cedidas por um período menor de tempo e, na data desse documento, 1958, já teriam sido devolvidas. Essa hipótese pode ser comprovada na carta de 4 de julho de 1956, redigida por Paulo Florençano, ao C.P.I.2 (ao contador chefe da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo), solicitando a devolução de algumas peças. Frise-se que, nesse documento, Florençano assina como Diretor, o que constitui uma evidência da constituição do espaço como entidade cultural oficializada:

Solicito a fineza de autorizar com urgência o despacho das seguintes peças pertencentes ao Museu do Ouro de Sabará: uma bateia de cobre, um oratório, imagem de São Benedito, uma imagem do Menino

²⁹ Documentos avulsos. Pasta Casa do Bandeirante. Acervo do Museu da Cidade de São Paulo/ DPH

Jesus, uma caminha entalhada, uma candeia antropomorfa quadrada. Essas peças deverão ser consignada ao: Dr. Antonio Joaquim de Almeida, Rua Tomé de Souza, nº294, Belo Horizonte-Minas Gerais

Assinado: Paulo C. Florençano – Diretor da “Casa do Bandeirante”

Na caixa nº 109, arquivada no Fundo IV Centenário da Cidade de São Paulo, constam vários documentos avulsos, datilografados e reunidos por fazerem referência à Casa do Bandeirante. Alguns estão assinados por Paulo Florençano e outros, apesar de não estarem assinados, pode-se pensar numa atribuição a ele, por ter sido o idealizador, organizador e, posteriormente, ter assumido o cargo de Conservador do Museu, sendo natural entender que dentro de suas funções, estava o de listar todos os objetos adquiridos por doação ou compra. Assim, no documento que segue, estão relacionadas as peças com seus prováveis doadores, dentro da posição que ocupavam no interior da residência e também nos anexos. O uso da palavra *cedido* não deixa muito claro se foi doação, empréstimo ou até comodato, ou seja, ficava na instituição, em exposição, até que o proprietário ou herdeiro reclamasse sua devolução. As peças adquiridas por compra com verba da própria Comissão, também estão na listagem, sem atribuição de que foi uma aquisição, apenas pura e simplesmente listadas:

RELAÇÃO DOS MÓVEIS, ALFAIAS E OUTROS OBJETOS
PERTENCENTES À 'CASA DO BANDEIRANTE', DOADOS E
CEDIDOS POR EMPRÉSTIMO, POR ENTIDADES CULTURAIS E
POR PARTICULARES

ALPENDRE:

2 bancos de alpendre e 1 cabide pequeno, cedidos pelas famílias MATTOS PACHECO E PACHECO E SILVA, de Itu.

CAPELA:

Oratório grande de Piracaia, três oratórios de parede, uma campã de 1665, imagem de São José, século XVI, imagem de Nossa Senhora da Conceição, e lavanda e gomil de prata, cedidos pelo MUSEU DA CÚRIA METROPOLITANA;

Imagem de Sant'Ana, dois castiçais dourados do século XVII, uma estante para missal da mesma época e um genuflexório, cedidos pelo DR. GUILHERME DE ALMEIDA;

Um par de galhetas de estanho, cedidas pelo DR. A. BERNARDES DE OLIVEIRA;

Um crucifixo de estanho esmaltado, doado por D. JEANNETE MELLO E CASTRO;

Mesa de oratório de jacarandá, cedida pelo MUSEU DO OURO, de Sabará;

Canastra para guardar paramentos, cedida pelo MUSEU PAULISTA.

QUARTO DE HÓSPEDES

Uma cama de sobrecéu, feita na terra, arca de madeira “Gonçalo Alves”, mesa de oratório, “de cavalete”, de jacarandá;

Oratório de cedro e imagem de Santa Helena da Cruz, originais da Casa, doações do SR. ANTONIO VIEIRA DE MEDEIROS;

Imagem de São Benedito, castiçal de barro e cadeira do século XVII, cedidos pelo MUSEU DO OURO, de Sabará;

Imagem de Nossa Senhora, cedida pelo MUSEU DA CÚRIA METROPOLITANA;

Canastra de viagem, doação de D. MARIA INEZ DA SILVA OLIVEIRA;

Colcha de “Crochet”, doação de D. MARIA APARECIDA PAIVA ALVES.

SALA

Mesa de “cavalete” de jacarandá e vinhático, armário de cedro com gavetas de segredo, cabide grande de cedro, “mancebo” de suportar candeia, três candeias de ferro, couro de boi, cabide de parede e rebenque de couro;

Banco recortado, doação de D.JUDITH MESQUITA VIEIRA DE CARVALHO;

Bufete de cedro, cedido pelo DR. HERMÍNIO LUNARDELLI;

Poltrona de “estado” tauxiada, três cadeiras de “estado” tauxiadas, uma arca (cofre) pequena, diversas peças indígenas (Bororó), cedidas pelo MUSEU PAULISTA;

Frasco de bebida, castiça de estanho, porta-areia, cedidos pelo DR. JOSÉ GONSALVES;

Espada de bandeirante, cedida pelo MUSEU DO OURO, de Sabará;

Escopeta antiga, doação de D. CÂNDIDA PINTO PRATES;

Livro impresso no século XVIII, encadernado em pele, cedido pelo DR. GUILHERME DE ALMEIDA;

QUARTO DO DONO DA CASA:

Mesa de oratório de jacarandá e vinhático, cabide de parede, colcha de “COCHONILHA”, duas candeias de ferro, cofre de leva valores em viagem;

Imagem de Sant’Ana, idem, do Pe Belchior de Pontes, idem de N. S. da Penha, originais da Casa, doados pelo SR. ANTONIO VIEIRA DE MEDEIROS;

Duas cadeiras de “estado”, de couro tauxiado, pequena barrica de guardar ouro em pó (1720), punhal de cirurgião, lâmina de N. S. de Guadalupe pintada em madeira, cedidos pelo MUSEU DA CÚRIA METROPOLITANA;

Arca, tamanho grande, arca (cofre), cocal de chefe Bororó, cedidos pelo MUSEU PAULISTA;

Couro de bezerro, doação do SR. HUGO DUARTE CASTRO ANDRADE;

Castiçal de estanho, cedido pelo DR. JOSÉ GONSALVES;

Trabuco de pederneira, cedido pelo SR. PAULO C. FLORENÇANO;

Espada flamejante, de chefe bandeirante, cedida pelo MUSEU DO OURO, de Sabará;

Oratório, século XVII, doação do DR. OLAVO BAPTISTA FILHO;

QUARTO DE REDES:

Duas redes tecidas em Sorocaba (técnica do século XVII), cedidas pela EXPOSIÇÃO DE ARTE E TÉCNICA POPULARES DO IBIRAPUERA;

Arca de vinhático, cabide original da Casa Velha do Caxinguí (século XVIII), esteira de tábua;

SALA DE JANTAR:

Mesa de “cavalete”, de jacarandá e vinhático, arca de vinhático, cabide de parede, bufete de “cavalete”, com duas gavetas, bancos rústicos, canapé rústico, castiçal de ferro jesuítico, doação do DR RAUL ROMEU LOUREIRO;

Dois pratos de estanho e um pichel de vinho (século XVIII) cedidos pelo DR BERNARDES DE OLIVEIRA;

Copo de prata com bandeia, duas cadeiras de “estado”, tauxiadas, cedidas pelo MUSEU DA CÚRIA METROPOLITANA;

Corno de água, doação dos SRA ANTONIO E PORFÍRIO CHRISTE;

Sete vasilhas de cobre cedidas pelo SR. PAULO C. FLORENÇANO;

Gamela de madeira, doação de D. JOAQUINA PIRES A. DE OLIVEIRA;

Tacho de cobre, doação de D.DORA RODRIGUES ALVES LEITÃO, de Guaratinguetá;

Tacho de cobre, sem alça, cedido pelo DR. JOSÉ GOLSALVES;

Armário grande, bilha d'água de barro, cedidos pelas famílias MATTOS PACHECO e PACHECO E SILVA, de Itu;

Côco de prata, cedido pelo DR. GUILHERME DE ALMEIDA;

Bateia de cobre, cedida pelo MUSEU DO OURO, de Sabará

QUARTO DE MOÇA SOLTEIRA:

Cama de sobrecéu, de jacarandá preto, mesa de oratório, oratório pintado, esteira de pirí;

Colcha de “crochet”, cabide pequeno e bastidor de quadro, doação da SRTA MARIA HELENA RODRIGUES ALVES;

Imagem de Santo Antonio, original da Casa, doação do SR ANTONIO VIEIRA DE MEDEIROS;

Bastidor “francês”, espelho oval pequeno (século XVIII), castiçal de estanho, cedidos por D.WANDA SARMENTO FLORENÇANO;

Vaso antigo, lâmina de Santo Antonio, cedidos pelo DR. GUILHERME DE ALMEIDA;

Duas banquetas forradas de couro, cedidas pelo DR. GUY S. BARROSO DE ALMEIDA;

Pequena pia de água benta, toalhinha de ponto de “marca”, pequeno cesto e costura, cedidos pelo DR. JOSÉ GONSALVES;

Roda de fiar, candeia de ferro, doações de D.SILVÉRIA DE OLIVEIRA ROMÃO, de Jaú;

Esteira trançada, doação de SRTA LINA PIA ELEONORA LAMANA;

QUARTO DE TRABALHOS DOMÉSTICOS:

Armário de cedro maciço, banco tamanho grande;

Tear de pano completo, roda de fiar, dobradoura, cardas, doações de D. MARIA INEZ DA SILVA OLIVEIRA;

Roda de fiar, cedida pela EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA, do Ibirapuera;

Côvado antigo, doação do DR. OLAVO BAPTISTA FILHO;

Tear de tecer rede sorocabana, quatro ferros de engomar, cedidos pelo MUSEU PAULISTA;

Candeia de ferro, doação do DR. JOSÉ ALMEIDA DOS SANTOS;

Enrolador de fio de algodão, cedido pelo SR. PAULO C. FLORENÇANO;

ALPENDRE DE SEVIÇO:

Pilão grande, de Itu, cedido pelas famílias MATTOS PACHECO e PACHECO E SILVA,

Banco original da Casa, tacho de cobre e pilão pequeno doados pelo SR. ANTONIO VIEIRA DE MEDEIROS;

Trípode de ferro com duas trempes, cedidos pelo MUSEU DO OURO, de Sabará;

Caldeirão de cobre, cedido pelo SR. PAULO C. FLORENÇANO;

DISPENSA:

Armário de dispensa, doação de D. ARLINDA DE OLIVEIRA WESTIN, de São João da Boa Vista;

Amassadeira com tampa, doação de D. MARIA INEZ DA SILVA OLIVEIRA, de São João da Boa Vista;

Amassadeira pequena, doação da FAMÍLIA LOYOLLA, de Poços de Calda;

Mesa rústica, bilha d'água de Itu, cedidos pelas famílias MATTOS PACHECO e PACHECO E SILVA,

Dois tachos de cobre, cedido pelo SR. PAULO C. FLORENÇANO;

Um tacho de cobre, cedido pelo DR. JOSÉ GONÇALVES;

Gamela de remédios caseiros, doação de D. JOAQUINA PIRES A. DE OLIVEIRA, de Guaratinguetá;

Vasilhas de barro vidrado, originais da Casa, doação do SR. ANTONIO VIEIRA DE MEDEIROS;

Caldeirão de ferro, doação do SR SEBASTIÃO RIBEIRO DE MORAIS;

QUARTO DE AREIOS E FERRAMENTAS:

Cabide grande, par de caçambas;

Bateia de madeira, dois almocrafes, um par de estribos de ferro, rebenque de couro, cedidos pelo MUSEU DO OURO, de Sabará;

Rolo de couro trançado, doação dos irmãos CHRISTE;

Almofariz de quebrar cascalho aurífero, original da Casa, doação do SR. ANTONIO VIEIRA DE MEDEIROS;

Rede de viagem, de palha, doação da SRTA TAISA B. ALVES;

Estribos de ferro, doação do SR. CESÍDIO AMBROGI, de Taubaté;

Canastra de couro tauxiada, doada por D. MARIA INEZ DA SILVA OLIVEIRA;

Um silhão e uma sela, cedidos pelas famílias MATTOS PACHECO e PACHECO E SILVA;

CASA DA FARINHA:

Prensa, roda de ralar, gamela grande, pilão pequeno, monjolo de pé, forno de cobre, 'SURURUCA', rodo, tipitis, doação do SR. ELMANO DE ALMEIDA;

Mesa rústica, doação do SR. ANTONIO VIEIRA DE MEDEIROS;

Quatro formas de "pães de açúcar", dois trapiches de madeira, cedidos pelas famílias MATTOS PACHECO e PACHECO E SILVA;

Moenda de cana (fora), doação do SR. ELMANO DE ALMEIDA; (grifos meus)³⁰

O antigo morador, também deu seu depoimento com relação alguns móveis e objetos que existiam na Casa e que poderiam ser doados:

Móveis e objetos que pertenceram a Casa Velha do Butantã: O Sr. Antonio Viera de Medeiros possui ainda, em sua atual residência, um banco antigo, de madeira escura, com encosto. Diz ele que é um dos dois bancos que ficavam no alpendre da casa, um ao lado do outro. Também possui uma velha mesa, de feitura tosca.

Numa capelinha que construiu no quintal de sua residência, existem várias imagens e a velha cruz, orago da casa. Diz que ainda devem existir em seus guardados, uma ou duas formas antigas de madeira, de se fabricar velas. E que está inclinado a doar o velho banco e a mesa para serem colocados na "Casa do Bandeirante", caso haja interesse para isso. Também se comprometeu a doar outros objetos que porventura venha encontrar. (PACCE, 1980:145)

A organização dos móveis, alfaias e objetos no interior da Casa do Bandeirante obedeceu ao princípio de fidedignidade, procurado por Paulo Florençano. Nesse ponto foram auxiliados por Wasth Rodrigues, como explicou Florençano numa carta em que destacou que isso era uma das maiores preocupações de Guilherme de Almeida. A identificação dos cômodos e orientações seguiram o que fora preconizado por Luis Saia.

Mas como Paulo Florençano via esses cômodos e sua ocupação com móveis e objetos do cotidiano? Na sua já conhecida comunicação ao ICOM, descreveu seu

³⁰ Documentação avulsa, caixa 109. S/data. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

entendimento da Casa a partir das descobertas de Saia e de historiadores, sob o título *Principais Características da Construção*:

[...]A fachada (faixa fronteira) apresenta o pretório (alpendre central) o quarto de hóspedes e a capela. O pretório, voltado para o nascente, é sustentado por duas colunas de madeira, esculpidas com certa preocupação artística; entre essas duas colunas e as paredes laterais do pretório há duas balaustradas maciças, de taipa. Do pretório o senhor da casa atendia aos visitantes e forasteiros, dava ordens aos agregados e escravos, aplicava a justiça, e era dependência onde podia observar, dentro do ângulo de visão bastante largo, as terras fronteiriças, onde se processavam lidas agrícolas e pastoris. À esquerda de quem entra no pretório fica o quarto de hóspedes, cômodo sem comunicação com o resto da casa, lembrando que nela se cultivavam antigas tradições de hospitalidade, porém, com estritas observâncias de certos limites o forasteiro, ainda que sempre bem acolhido, jamais deveria participar da vida familiar. No lado oposto, uma porta dá acesso à capela, dependência onde eram celebradas missas, rezados os terços e cantadas as novenas do culto católico, cerimônias essas que escravos e agregados assistiam do pretório, ficando os homens da casa no interior e, no quarto contíguo (quarto do dono da casa) as mulheres, de acordo com as velhas normas de vida semi-reclusa, herança remota dos costumes dos mouros que em outros tempos ocuparam Portugal e Espanha.

Ainda do pretório, que possuía função distribuidora, uma porta central dá acesso direto à uma ante-sala, a sala de jantar social, a qual, se fizesse jús, o hóspede poderia ter entrada. Essa grande dependência se comunica pela direita, com o quarto do dono da casa³¹; pela esquerda, com um dormitório cuja janela abre-se para o Sul (possivelmente, ocupado pelos moços da casa) e, pelos fundos, através de uma porta aberta no meio da parede, com a parte íntima da moradia, comportando cômodos de uso exclusivo da família. Essa porta, praticamente, estabelece verdadeira divisão dos cômodos da casa em dois grupos bem distintos: o primeiro, permitindo contatos com o mundo exterior; o segundo, hermético, só para os íntimos da família, estabelecendo ligação apenas para o quintal.

No grupo das dependências de uso íntimo, estão: a sala de jantar, que oferece distribuição para um dormitório, à direita (possivelmente, de donzela); para o quarto dos trabalhos domésticos (gineceu); à esquerda, que abrigaria teares, rodas de fia, dobadeiras, etc; e, finalmente, por uma porta dos fundos, para o alpendre de serviço, onde se cozinhava sobre o piso de terra batida, em fogões de tucuruva ou em triças³². O alpendre de serviço repete os mesmos moldes do pretório: é sustentado na frente por duas colunas iguais (apenas não oferece as balaustradas de taipa, ligando-as com as paredes). Essa dependência dá acesso a dois cômodos pequenos: um, à direita, o quarto de ferramentas e arreios e o outro, à esquerda, a ucharia, onde eram armazenados os mantimentos. (FLORENÇANO: 5-7) (grifos do autor)

³¹ Nota: “Na “Casa Velha do Butantã”, e em outros exemplares da arquitetura bandeirista, as tábuas do forro ficam superpostas sobre as vigas de sustentação, a fim de favorecer a existência de mais um compartimento destinado a guarda de valores.” (FLORENÇANO: 17)

³² Nota: “Nessas construções, só nos exemplares mais tardios é que aparece dependência utilizada especialmente para cozinhar, comportando o tipo de fogão de poial, comum nas casas de sítio ou fazenda.” (FLORENÇANO: 17)

Baseado nesse entendimento, Paulo Florençano construiu seu plano de trabalho, viajando para as cidades próximas à capital quando sinalizavam a possibilidade de conseguir peças históricas, e também a Minas Gerais, onde um antiquário forneceu a maioria das peças que formaram o cenário, auxiliando e orientando Florençano na aquisição de outras que poderiam completar o quadro desejado.

Houve uma intensa troca de ofícios entre Paulo Florençano e Guilherme de Almeida, que variavam entre solicitação de autorização de viagens e também, de autorização para aquisição de móveis e objetos. Essa documentação está arquivada em dois Fundos já citados: do IV Centenário e do próprio Florençano, em Taubaté. Neste último, também se encontra algumas poucas cópias de cartas trocadas entre Paulo e doadores, onde-se pode perscrutar algumas das dificuldades encontradas nesse processo, como será visto a seguir. No arquivo pessoal de Guilherme de Almeida, no museu que leva seu nome, em São Paulo, não foi localizado nenhuma cópia de carta ou ofício trocado entre os dois maiores responsáveis pelo projeto. Assim, resta entender nessa documentação preservada, como se deu o processo de montagem do cenário.

As primeiras aquisições de objetos e móveis aconteceram no transcorrer das obras de restauração do imóvel. O primeiro ofício - localizado - de Paulo Florençano ao Presidente Guilherme de Almeida foi escrito em 11 de agosto de 1954, informando que

Tendo, a serviço da “Casa do Bandeirante”, feito uma viagem à Minas Gerais, tive oportunidade de verificar que, nas cidades antigas daquele Estado, existem possibilidades excepcionais para aquisição – por preços bem módicos – de muitas **peças autênticas** e em bom estado de preservação do **mobiliário bandeirante** e que poderão servir para a casa que esta Comissão está reconstituindo no Bairro do Butantã, desta Capital.

Como exemplo expressivo, apresento a lista das peças que o snr Isaac Babsky, negociante de antiguidades em Ouro Preto, ora nos oferece:

mesa tipo “cavalete”, em jacarandá preto _____ Cr\$5.000,00

cama recortada, de solteiro, em jacarandá vermelho
_____ Cr\$5.000,00

arca (tipo baú) em madeira “Gonçalo Alves”, com ferragens originais
_____ Cr\$ 1.800,00

Além dessas peças de mobiliário, a mesma pessoa, poderá, oportunamente, nos fornecer quase todas as que necessitamos para a “Casa do Bandeirante”, **de acordo com a relação elaborada por este Serviço.**

Considerando que essas peças nos são oferecidas em ocasiões únicas, qualquer protelação poderá acarretar a perda da oportunidade de comprar.

Assim, sugiro de V.S. a necessidade de ser dotado este Serviço de uma verba especial para aquisição de móveis e alfaías destinadas ao equipamento da “Casa do Bandeirante”³³ (grifos meus)

Atenciosas saudações – Paulo Florençano³⁴

Esse feliz encontro das peças, para Florençano, construía a possibilidade de vir a coroar com sucesso o desejo de mobiliar a casa de acordo com o programa elaborado, onde tinha sido colocado como fulcro, a localização de peças autênticas e de origem bandeirante, como escreveu no ofício. Para dar início a essa empreitada precisava não só da autorização do Presidente Guilherme de Almeida, mas, principalmente, ter garantias de que haveria verbas destinadas à aquisição. Assim, era necessário que todos os envolvidos, nos diversos estágios de aprovação, tivessem ciência da importância dessas peças. Para isso redigiu inúmeras justificativas.

Em 20 de agosto de 1954, o contador Angelo Paulo Ferrari, do T.C.1, escreve ao Contador Chefe sobre as verbas utilizadas na restauração da Casa do Bandeirante explicando que não poderiam ser utilizadas para despesas com aquisição de mobiliário:

Pelo Processo nº3288/5, foi feito na Verba do Serviço de Comemorações Culturais, nº 05.34 (Despesas Diversas), item nº46 (Diversos), um Destaque de Crédito que tomou o nº 26/54, na importância de Cr\$ 500.000,00, destinados a despesas decorrentes da RECONSTRUÇÃO ou melhor RESTAURAÇÃO da Casa do Bandeirante, relativo somente ao prédio em si.

Para ocorrer às despesas tratadas nesse processo, e para atender ao solicitado no final da fl2³⁵, torna-se necessário a emissão de outro D.C., **visto que o já emitido não comporta emissões dessa natureza**. A verba a ser onerada é a acima citada. (grifo meu)³⁶

Nesse momento, crucial para poder atender a mais uma etapa do planejamento inicial, é possível considerar que a Casa do Bandeirante, tal qual como foi inaugurada em 30 de outubro de 1955, foi fruto do esforço e determinação de Paulo Florençano que soube encontrar em Guilherme de Almeida o interlocutor necessário para levar o projeto avante. Seu entendimento da importância de divulgar a história de São Paulo, segundo o véis do bandeirantismo, garantia a obstinação necessária para as negociações, discussões, retrocessos e avanços que, intui-se, formalizou as negociações

³³ Processo nº 4197/54, caixa 321. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

³⁴ Idem. Processo nº 4197/54, caixa 321.

³⁵ Ofício transcrito acima. Processo nº 4197/54

³⁶ Ibidem

necessárias, em todas as instâncias. A documentação preservada deu as pistas de como foram duras as condições para levar adiante o projeto do “museu vivo”.

Oswaldo Zanini, Chefe do Setor de Contabilidade escreveu ao Diretor do T.C., em 9 de setembro de 1954, dando sua opinião:

Para atender a despesa com **aquisição de móveis destinados à Casa do Bandeirante**, é necessário ser onerada a verba própria das Comemorações Culturais, pois, o Destaque de Crédito existente foi destinado somente a reconstrução dessa Casa, conforme informação retro do 6 do corrente.

Seria conveniente saber-se o valor aproximado de aquisição de todos os móveis necessários, afim de se conhecer a possibilidade de abertura de novo Destaque de Crédito, ouvindo-se a Cult, previamente.³⁷

Nesse momento, Paulo Florençano toma para si a responsabilidade de explicar porque não foi possível determinar um valor exato e escreveu a Cult, em 21 de setembro:

Considerando que os móveis e alfaías destinados a completar a restauração da “Casa do Bandeirante”, são objetos oferecidos à Autarquia por particulares, constituindo assim, “compras de oportunidade” – apesar dos seus preços serem muito módicos, se comparados com os preços dos antiquários profissionais, difícil se torna estabelecer um total, ainda que seja aproximado.

Assim, cabe-me sugerir ser dotado este Serviço de uma verba para as primeiras aquisições, sob a forma de adiantamento, podendo a mesma importar em cinquenta mil cruzeiros, devendo oportunamente, ao ser prestada conta da mesma, ser solicitada nova dotação, se necessário.³⁸

A resposta a essa solicitação não poderia ser melhor. O Contador-Chefe escreveu para o presidente Guilherme de Almeida dando seu veredito em 23 de setembro de 1954, o qual foi aprovado, pelo mesmo:

Senhor Presidente

Não há necessidade de ser criada verba destinada a aquisição de móveis e alfaías, a vista das informações ao T.C. no verso, Os pagamentos que se fizerem precisos ocorrerão por conta da dotação orçamentária existente, que, si se revela insuficiente, seja oportunamente suplementada.

Dadas as características especiais dos objetos a serem adquiridos, parece-me cabível a concessão de um adiantamento ao Sr. Paulo Florençano no total de Cr\$20.000,00 sendo que as compras de valor superior a Cr\$10.000,00 ficariam na dependência de autorização

³⁷ Idem. Processo nº 4197/54, caixa 321.

³⁸ Processo nº 4197/54, caixa 321.

especial de V. Excia.. tal adiantamento estará sujeito a regular prestação de contas.³⁹

Em primeiro de outubro de 1954, um recibo assinado e selado de Isaac Babsky, dá conta de ele ter recebido o valor de Cr\$12.661,50 da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, por intermédio de Paulo Florençano, pelo pagamento dos seguintes móveis: **“uma mesa tipo “cavalete”, em jacarandá preto, uma cama recortada, de jacarandá vermelho e uma arca (tipo baú) em madeira “Gonçalo Alves”, peças antigas, do período bandeirante.”**⁴⁰ (grifos meus) Segundo o antiquário, as peças valiam CR\$11.800,00 e o frete de Ouro Preto (Minas Gerais) à São Paulo custou Cr\$ 861,50.

Outro recibo, datado de 19 de dezembro de 1954, do Sr. João de Souza, de Araçariguama, esclarece que recebeu da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, por intermédio de Paulo Florençano, a importância de Cr\$1.000,00, pelo fornecimentos das peças que iriam guarnecer a Casa do Bandeirante: **“uma peneira grande fechada, própria para a fabricação de farinha; uma peneira “sururuca”, para coar a massa; uma pá especial para lidar com a massa; um “rodo” para torrar farinha; um “tipiti” grande; um “tipiti” menor; um pilão grande; um pilão menor e um forno de cobre usado.”**⁴¹ (grifos meus)

O trabalho de localização das peças para futura aquisição foi concomitante com o acompanhamento das obras de restauração da casa. Após a inauguração de 25 de janeiro, vemos de novo Paulo Florençano escrevendo a Guilherme de Almeida, em 9 de março de 1955, solicitando autorização para viajar até São João da Boa Vista, interior de São Paulo, para vistoriar possíveis doações:

Senhor Presidente

A senhora D. Maria Inez da Silva Oliveira [Tita Oliveira], proprietária da “Fazenda da Cachoeira”, em São João da Boa Vista, atendendo ao apelo que lhe fizemos, visto ser colecionadora de antiguidades, houve por bem oferecer a esta Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo, a fim de figurarem na “Casa do Bandeirante”, diversos objetos de uso doméstico e também algumas peças de mobiliário, conforme relação anexa. Como este serviço recebeu daquela senhora um cartão (o qual anexamos também ao presente), solicitando a nossa ida à sua fazenda, a fim de retirarmos as peças da sua doação, até o próximo dia 12 do corrente, venho solicitar de Vossa Senhoria a necessária autorização para viajar até aquela localidade, assim como também, ordem para o adiantamento da importância de Cr\$2.600,00 para pagamento do caminhão que trará os objetos e para pagamento da

³⁹ Ibidem

⁴⁰ Idem. Processo nº 4197/54, caixa 321.

⁴¹ Ibidem

diária (ou melhor seria telefonar) para se combinar certo o que se deve fazer, o dia, se convém o preço do caminhão, etc.

O Sr, nada mandou dizer sobre **o armário antigo do “Consul Westin”** e nem sobre **o altar**, que estou em dúvida de mandar ou não que temos direito e outras despesas que porventura ocorram.

Atenciosas saudações – Paulo C. Florençano⁴²

A proprietária da fazenda Cachoeira doou então: “um tear de pano, duas canastras tauxiadas, uma amassadeira, uma roda de fiar com fuso e fio torcido e um armário antigo.” Segundo consta no recibo de pagamento do transporte das peças, além das peças relacionadas anteriormente, seguiram também: “uma dobadeira e diversas peças menores”.

A mesma colecionadora escreve sobre possíveis peças que poderiam fazer parte do cenário:

[...] [Paulo Florençano] peço-lhe o obsequio de mandar dizer-me,. **Se não for de época**, mandarei dar um concerto, e deixarei na Capelinha, onde já o coloquei, para evitar que se estragasse mais, como nova colocação na sala onde estava algum tempo.

Este cartão será entregue por um sr. que vae ahi, para eu ter certeza que chegará, pois não tenho a menor confiança no correio e nem no telegrafo. [...]

Tita de Oliveira (grifos meus)⁴³

A resposta que obtém do Paulo Florençano, traz algumas informações importantes sobre quem era o responsável, na Comissão Consultiva, a dar o aval de peça histórica autêntica, as peças adquiridas: José Wasth Rodrigues. Ficou registrado também o cuidado com o qual se cercavam de não adquirir réplicas ou peças destoantes, historicamente, do período almejado. A autenticidade das peças marcavam a tônica de todo trabalho e sua localização, um esforço contínuo:

[...] Para a “Casa do Bandeirante” essas peças assumem grande importância, pois, elas traduzem aspectos de como eram a vida e os hábitos dos nossos antepassados, de maneira direta.

Com referência ao altar, mandei uma cópia do desenho que fiz ai ao prof. J. Wasth Rodrigues, que é o **consultor técnico de antiguidades da “Casa do Bandeirante”**, a fim de saber se é uma peça de época. O dr. Guilherme achou-o muito bonito e está muito interessado para que figure na Casa, porém, como lhe disse, **fica dependendo de ouvir um técnico**. Estou absolutamente certo que a senhora compreenderá essa **precaução que tomamos quando há dúvida sobre a época de**

⁴² Cópia em papel de seda de carta de Paulo Florençano a D. Maria Inez da Silva Oliveira [janeiro de 1955]. Fundo Paulo C. Florençano. Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté/SP – Arquivo Histórico Félix Guisard Filho.

⁴³ Idem. Fundo Paulo C. Florençano

um objeto antigo, pois, assim estaremos organizando um ambiente autêntico e isento de críticas.⁴⁴

A colocação da proprietária das peças com relação à dificuldade de comunicação da época se soma a outra questão levantada por Florençano, descrevendo as vindas dessas peças para São Paulo. Solicitando o pagamento de mais uma diária a Guilherme de Almeida, descreveu que tendo viajado até a zona rural de São João da Boa Vista teve que demorar mais para retornar a São Paulo “[...] por força das circunstâncias ligadas ao vulto da doação (dificuldade de acondicionamento e transporte), fomos obrigados a permanecer mais um dia naquela cidade”. Com certeza o transporte dessas peças foi cuidadoso e preparado com atenção, mas na época ainda não havia sido sistematizado procedimentos e protocolos de transporte de peças museológicas e o seu deslocamento foi realizado em pequenos caminhões, acondicionando a carga, da melhor maneira possível.

Em junho de 1955, encontramos Paulo escrevendo para Guilherme de Almeida, preocupado com a aquisição dos objetos que iriam guarnecer a futura Casa do Bandeirante e assinalando que estavam na reta final das obras de restauração da casa. Esse ofício traz algumas informações importantes para entendimento, no que concerne o processo inicial: começava com a localização de um objeto, seu registro fotográfico, apreciação e análise da pertinência e a aprovação final, que estava circunscrita a Guilherme de Almeida. Assim, esse documento revela o que provavelmente foram, as circunstâncias de aquisição do futuro acervo. Paulo também destaca um problema que deveria ser equacionado: a quantidade grande de cômodos (distribuídos numa planta de 350m²⁴⁵):

São Paulo, 17 de junho de 1955

Senhor Presidente,

Encontrando-se os trabalhos de restauração da “Casa do Bandeirante” praticamente terminados, está este Serviço vivamente interessado em obter, com a necessária urgência, os móveis e objetos de uso doméstico antigos, a fim de guarnecer-la.

Como é do seu conhecimento, já dispomos de algumas peças – parte recebida por doação, parte que nos foi cedida por empréstimo e parte por aquisição.

Como porém, a “Casa do Bandeirante” é muito grande, pois é composta de 12 cômodos, o que contamos até agora ainda não é suficiente.

O Snr Isaac Babsky, antiquário de Ouro Preto, que, a preços bastante módicos, nos forneceu algumas peças antigas – **talvez as melhores entre as que guarnecem a casa** – segundo me comunicou

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ www.wikipedia.com.br

por telegrama (em anexo) e também verbalmente, dispõe, por prazo limitado, de várias que, segundo nos informou, se ajustam à “Casa do Bandeirante”, pois a visitou e ficou a par do que nela se coaduna.

Essas peças, no entanto, precisam ser vistoriadas no local, fotografadas e, em seguida, **submetidas a apreciação de Vossa Senhoria e, se aprovadas**, pagas pela verba que para isso nos concedeu a Comissão Executiva, em sua sessão de 13/4/1955 e que consta no processo nº 6090q55.

Venho, pois, solicitar de Vossa Senhoria, a indispensável autorização para viajar até aquela localidade, numa demora de 4 dias e também a ordem para o adiantamento das diárias e despesas de condução, etc.

Atenciosas saudações – Paulo C. Florençano

Assistente da Presidência junto à “Casa do Bandeirante”

Ao Exmo. Doutor Guilherme de Almeida, D.D. Presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo⁴⁶ (grifos meus)

Guilherme de Almeida autoriza em seguida, ressaltando a questão do prazo “De acordo. Autorizo, em conformidade com a importância do prazo. Assinado – Guilherme de Almeida”⁴⁷

Assim, em 18 de junho, Paulo Florençano seguiu para Ouro Preto, onde selecionou algumas peças consideradas importantes para a montagem do cenário interno. Na listagem preparada com as despesas efetuadas durante a viagem consta paradas nas cidades de Ouro Preto, Ribeirão do Carmo (para fotografar móveis) e Congonhas. Apesar de constar gastos com “compra de filme fotográfico”, não foi encontrado nenhum registro fotográfico dessas primeiras pesquisas de prospecção de objetos antigos. O envio das mesmas à São Paulo foi comunicado à Guilherme de Almeida:

São Paulo, 4 de agosto de 1955

Senhor presidente

Comunico a Vossa excelência que, da encomenda de móveis antigos para guarnecer a “Casa do Bandeirante”, feita ao Sr. Isaac Babsky, antiquário de Ouro Preto, foram recebidas as seguintes peças:

Um armário comum, em cedro maciço, no valor de _____ Cr\$5.000,00

Uma arca, tamanho grande _____ Cr\$5.000,00

Uma arca, tamanho pequeno _____ Cr\$ 1.200,00

Dois cabides de parede, tamanho grande _____ Cr\$ 700,00

Dez candeias de ferro, a Cr\$150,00 cada _____ Cr\$1.500,00

Um par de caçambas de madeira e latão _____ Cr\$2.000,00

⁴⁶ Processo nº 6610/55, caixa 316. Fundo IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

⁴⁷ Op Cit. Processo nº 6610/55

Um cabide de parede, tamanho médio _____ Cr\$200,00

Frete dos volumes _____ Cr\$138,60

TOTAL GERAL: _____ Cr\$15.738,60

(quinze mil, setecentos e trinta e oito cruzeiros e sessenta centavos)

Outrossim, solicito de Vossa Excelência a necessária autorização para que seja empenhada aquela importância, por conta da verba que para esse fim dispõe a “Casa do Bandeirante”, autorizada pela Comissão Executiva em sessão de 13 de abril de 1955, processo nº 6090/55.

Atenciosas saudações – Paulo Florençano⁴⁸

Com a autorização dada por Guilherme de Almeida, para o pagamento da primeira remessa de 1955, Florençano comunica em 10 de agosto a chegada da segunda remessa de móveis antigos para guarnecer a casa. Encomenda feita novamente ao antiquário Isaac Babsky, de Ouro Preto e solicitou autorização para que fosse empenhada a importância devida. Essa remessa era composta dos seguintes móveis e objetos:

Um armário grande, de cedro maciço, com almofadas nas portas e gavetas de segredo _____ Cr\$ 9.500,00

Uma mesa de jantar, grande tipo “cavelete” de jacarandá e vinhático _____ Cr\$4.500,00

Uma mesa de jantar, grande tipo “cavelete” de jacarandá e vinhático _____ Cr\$5.000,00

Uma mesa de oratório, tipo “cavelete”, de cariuna maciça _____ Cr\$ 2.500,00

Um “mancebo” para candeia, de jacarandá e vinhático _____ Cr\$ 250,00

Uma colcha antiga de seda, tecida a mão, para cama de solteiro _____ Cr\$700,00

TOTAL: 6 peças _____ Cr\$ 22.450,00 (vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros)

O Presidente Guilherme de Almeida escreveu ao Prefeito Juvenal Lino de Mattos, em 13 de outubro de 1955, relacionando as instituições que foram parceiras no projeto de constituir um cenário bandeirista e cederam por empréstimo, móveis e alfaia para guarnecer a Casa do Bandeirante. Além disso, solicitou uma especial atenção no pagamento das aquisições feitas ao antiquário de Ouro Preto, Isaac Babsky, destacando que o valor das peças correspondeu “talvez a terça parte do seu valor real”. A soma dos valores das duas últimas compras correspondeu ao valor de Cr\$38.188,60.

Para guarnecer a “Casa do Bandeirante” com os móveis e alfaia característicos de sua época, esta Autarquia obteve por empréstimo de

⁴⁸ Idem. processo 6090/55

entidades (Museu do Ipiranga, Museu da Cúria, Museu do Ouro, etc) de particulares, por doação e por compra, as peças necessárias.

Considerando que a “Casa do Bandeirante” é próprio municipal e que esta Autarquia, na sua atual fase de prestação de contas, não mais dispõe de verbas específicas, vimos solicitar de Vossa Excelência a necessária autorização para que essa Prefeitura assumira a responsabilidade de efetuar ao Sr. Isaac Babsky, o pagamento das peças fornecidas, que são exemplares únicos e imprescindíveis para completar o cenário doméstico da época da mansão histórica, importando o mesmo em Cr\$38.188,60.

Na carta, Guilherme de Almeida também justificou o pagamento pela Prefeitura pelo fato de que as peças passariam a fazer parte do patrimônio da Prefeitura com a aquisição das mesmas, sendo então cedidos por empréstimo à Casa do Bandeirante. Os argumentos foram aceitos e as compras feitas ao antiquário foram entregues e formaram a maior aquisição feita a um único comprador.

A terceira compra realizada no antiquário de Isaac Babsky foi em 10 de novembro de 1955, dias depois de inaugurar oficialmente a Casa do Bandeirante, já mobiliada e equipada com peças antigas. A encomenda foi autorizada por Guilherme de Almeida e mais uma vez Paulo Florençano solicita que “[...] seja processado o seu pagamento, por conta do saldo de verba que para isso dispõe este Serviço, autorizada pela Comissão Executiva em sessão de 13 de abril de 1955, Processo nº 6090/55, item “Aquisição de Móveis e Alfaias”. ⁴⁹ Apesar de não ter chegado a tempo da inauguração em 30 de outubro, as peças recebidas serviriam para acrescentar mais itens de mobiliário antigo aos cômodos da Casa:

Uma mesa de oratório, de jacarandá, com gaveta, tipo cavalete	_____Cr\$3.500,00
Uma mesa de jacarandá, com bilros e colunas	_____Cr\$ 5.000,00
Um catre de jacarandá	_____Cr\$ 2.000,00
Uma arca de vinhático	_____Cr\$ 4.000,00
Uma balança antiga, de ferro	_____Cr\$ 1.000,00
Uma mesa de oratório, em jacarandá, com gaveta de losango	_____Cr\$3.000,00
Soma:	Cr\$ 18.500,00 ⁵⁰

Paulo Florençano também pensou em alguns detalhes que trariam aspecto de uma casa em uso como, por exemplo, a aquisição “de um couro de boi fornecido pela

⁴⁹ Processo 6090/55, caixa 109. Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

⁵⁰ Segundo resposta do T.C. 1 ao Contador Chefe “O saldo atual da verba do Serviço do Gabinete da presidência (00.04-Despesas Diversas) é de Cr\$ 185.067,00, em 30 de novembro de 1955.”

Casa Droguetti Ltda, curtido especialmente para servir de tapete na 'Casa do Bandeirante',⁵¹ “ feita em 19 de agosto de 1955 e para qual solicitou autorização para pagar Cr\$ 2.500,00.

Em 10 de novembro de 1955, dias após a inauguração ocorrida em 30 de outubro, Florençano solicitou o pagamento de Cr\$ 2.500,00 ao Sr. Augusto Esteves pelo fornecimento de um “[...] oratório antigo, decorado por pinturas ingênuas e que se acha no “Quarto de Moça Solteira”, daquela mansão [...] ”

O pagamento desse fornecimento bem como o valor de Cr\$ 3.880,50 do “[...] engradamentos, fretes e carretos das diversas remessas [de três remessas de móveis a objetos antigos de Isaac Babsky]” estavam autorizadas “ [...] dentro da verba que sob o item “Aquisição de Móveis e Alfaias”, dispõe a “Casa do Bandeirante”, autorizada pela Comissão Executiva em 13/455, Processo 6090/55. ”

Outras aquisições se fazem conhecer apenas pelo recibo de pagamento, como por exemplo o recibo assinado por Antonio Francisco Gaspar em 6 de dezembro de 1955 de Cr\$ 500,00:

[...] a fim de efetuar em Sorocaba, o pagamento de um tear de rêde, do tipo tradicional, com uma rêde em início da tecelagem e também aos seus respectivos acessórios. Esse tear se destina à “Casa do Bandeirante” e, tão logo fique pronta a parte da rêde ora em fase final de confecção, deverá ser remetido à “Casa do Bandeirante”⁵²

A luta de Paulo Florençano por manter através de justificativas bem fundadas, as verbas destinadas a restauração, aquisição de peças históricas, a publicação do Luis Saia e a contratação dos funcionários para a Casa do Bandeirante reforça o entendimento de que esse projeto, antes de mais nada, tinha um forte cunho autoral e estava firmemente apoiado na convicção dele e de Guilherme de Almeida de que a constituição desse cenário era legítima no aspecto arquitetônico, era viável do ponto de vista documental, era prolixo na sua reconstituição histórica e, principalmente elucidativo e didático na sua possibilidade de divulgação de valores e princípios tidos como eminentemente paulistas. O esforço se justificava e reiterava a convicção de ambos que estavam no caminho certo

⁵¹ Idem Processo 6090/55

⁵² Processo nº 6765/55, caixa 317. Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

3.3 Uma coleção instável

Paulo Florençano buscou criar um corpo estável de funcionários, o mínimo indispensável para dar seguimento as inúmeras tarefas que se avizinhava com a inauguração da “Casa do Bandeirante”, além dos serviços de manutenção do espaço e dos jardins, abertura da Casa à visitação, serviços de secretariado etc. Para os trabalhos gerais, confiou na pessoa que já prestava serviço durante a restauração e solicitou ao Guilherme de Almeida a sua contratação, por tempo determinado, legalizando uma situação existente. O Sr. Sebastião já tinha sido citado como um dos ocupantes da “Casa Velha do Butantã”, quando o imóvel foi transferido para a Comissão do IV Centenário pela Prefeitura de São Paulo. Diversas famílias que residiam no local foram afastadas restando ele com a família, para zelar pelo espaço e evitar novas ocupações: “[...] parte das robustas esquadrias de canela preta estavam carcomidas e, em cada um de seus cômodos, fronteiros e laterais, residiam por obra e graça de pseudo zelador, representantes dos mais condignos de todos aqueles tipos marginais das periferias dos grandes centros urbanos.” (FLORENÇANO:3). Assim, Paulo Florençano reconheceu a qualidade dos serviços prestados recorrendo ao Presidente para efetivar sua contratação e obter a autorização oficial para residir na construção, levantada para abrigar o zelador e sua família:

São Paulo, 26 de janeiro de 1955

Senhor Presidente

O Sr. Sebastião Ribeiro de Moraes, brasileiro, maior e chefe de família, por determinação do Dr. Nuto Santana, Diretor do Arquivo Municipal do Departamento de Cultura da Prefeitura, exercia, sem renumeração, o cargo de zelador do imóvel restaurado pela Comissão e hoje denominado “Casa do Bandeirante”.

Ao iniciarmos os trabalhos de restauração daquele imóvel, o sr. Sebastião Ribeiro de Moraes, em vista de boas informações que obtivemos a seu respeito, continuou a exercer aquele encargo, acumulando também, o de pedreiro da obra. Apenas nessa última função é que recebia, do empreiteiro, as diárias necessárias para a sua subsistência e de sua família.

Como o indicado, durante todo esse tempo demonstrou bastante zelo e capacidade para continuar nas funções de zelador do imóvel em apreço, e como é imprescindível a existência de pessoa idônea que ali resida, a fim de exercer aquela função, venho solicitar os bons ofícios de vossa senhoria no sentido de, por necessidade e equidade ser regularizada a sua situação de zelador da “Casa do Bandeirante”, com a fixação de um ordenado mensal e autorização oficial para habitar a casa que esta Comissão lá está construindo.

Atenciosas saudações – Paulo C. Florençano

Assistente da Presidência junto a “Casa do Bandeirante”

Exmo Senhor Doutor Guilherme de Almeida

D.D. presidente da Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo.⁵³

Interessante descrever em que termos esse serviço foi contratado o que evidencia uma relação trabalhista que ainda não estava legitimada por um regime de CLT, com horário de trabalho fixado e dias de descanso. O Diretor Geral Antonio Rodrigues Alves Neto escreve a Guilherme de Almeida, dando seu parecer: “De acordo. Considerando a natureza especial do trabalho que se desenvolverá diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados, e a todas as horas do dia, parece-me que se poderá fixar seu ordenado em Cr\$4.000,00. Atente-se a que o funcionário residirá na casa da Autarquia.”⁵⁴

Contrato de serviço que, entre si, fazem a “Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo”, entidade autárquica criada pela Lei Municipal nº 4.166, de 29 de dezembro de 1951, neste instrumento denominada simplesmente “Autarquia” devidamente representada pelo seu Presidente, Senhor Guilherme de Almeida e o Sr. Sebastião Ribeiro de Moraes, mediante as seguintes cláusulas e condições: 1ª) O Contratado prestará seus serviços como zelador da “Casa do Bandeirante”, recebendo o salário mensal de Cr\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros), que será pago no vencimento de cada mês. 2ª) Obriga-se o Contratado à prestação dos serviços interruptamente, inclusive sábados, domingos e feriados. 3ª) Para fiel incumbência dos seus encargos, e durante a vigência desse acordo, residirá o “contratado” no local da habitação contígua à “Casa do Bandeirante”, de cuja ocupação - nenhum ônus será decorrente. 4ª) O regime de trabalho, direitos e deveres do Contratado será o determinado no “Regime Interno” e resoluções da “Autarquia”. 5ª) O Contratado (sic) terá duração até 25 de julho de 1955, a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido pela “Autarquia”, a qualquer momento, dentro das conveniências do serviço. E por se acharem justos e contratados, juntamente com as testemunhas, assinam o presente em três (3) vias, ficando a primeira no livro próprio desta “Autarquia”, a segunda em poder do Contratado e a terceira como documento administrativo. São Paulo, 24 de março de 1955

A equipe inicial de organização da Casa do Bandeirante era composta pelo próprio Paulo Florençano, com o auxílio de apenas uma secretária cuja contratação aconteceu em 1954, dentro dos preparativos iniciais da longa jornada de trabalho, necessária para levar a frente o restauro do imóvel e construção dos anexos, constituição do acervo e divulgação dos eventos, etc. Nesse sentido, Paulo escreveu a Guilherme em fins de junho, assim que Autarquia recebeu a posse da “Velha Fazenda do Butantã”:

⁵³ Processo nº5682/55, caixa 54. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

⁵⁴ Idem. Processo nº5682/55

Saindo as atividades relacionadas com a reconstituição da “Casa do Bandeirante”, da fase dos planos para a de franca execução, mister se faz tomar determinadas providências para um melhor desempenho dos trabalhos.

Assim, solicito de V.S. as necessárias providências para que seja posta a disposição deste Serviço, se possível, a partir do dia 1º de julho próximo, uma sala, neste prédio, provida dos móveis e utensílios indispensáveis e um ramal telefônico próprio, pois, o número de pessoas que nos procuram já se torna grande, assim como também, os nossos trabalhos.

Outrossim, lembrei de V.S. da necessidade de ser contratada uma funcionária para exercer as funções de secretária-datilógrafa, o qual deverá, além dos serviços inerentes ao cargo, ter capacidade de atender às pessoas que nos procuram, dar informações e resolver pequenos problemas ligados à “Casa do Bandeirante”

Em tempo: a senhora Maria Aparecida Paiva Alves, professora normalista e conhecendo datilografia, preenche as qualidades necessárias ao cargo. Assim, submeto a sua apreciação o seu nome, a fim de que seja contratada para exercer aquelas funções de acordo com o vencimento de Cr\$ 3.500,00⁵⁵

Essa funcionária aparece em várias cartas e ofícios cuidando de diversas tarefas e conduzindo ações importantes para o projeto. Em 1956, teve papel fundamental na constituição dos primeiros documentos museológicos criados para a Casa do Bandeirante. No ofício abaixo, de 4 de outubro de 1954, Florençano descreveu os procedimentos burocráticos que estavam relacionados a montagem da Casa do Bandeirante, a qual ela se sobressaiu e solicitou a Guilherme de Almeida um aumento de seu salário:

Senhor Presidente

Em ofício datado de 28 de junho de 1954, solicitei a V.S. que fosse contratada para prestar serviços junto à “Casa do Bandeirante”, uma secretária-datilógrafa, tendo indicado para exercer aquelas funções, a senhora Maria Aparecida Paiva Alves.

Acontece que a funcionária em apreço foi contratada, mas com vencimentos muito inferiores aos vários misteres que realmente está desempenhando: atender às pessoas que nos procuram, dar informações, acompanhar o andamento dos processos, resolver pequenos problemas eventuais, fazer toda a correspondência e até me substituir, quando me ausento, em viagens à serviço.

Como se trata de uma excelente funcionária, que, de modo notório tem se interessado pelos trabalhos inerentes à “Casa do Bandeirante” – não só os de rotina comum, mas, por outros de própria iniciativa – além de ser assídua, venho solicitar de V.S. que, por equidade, autorize a elevação dos seus vencimentos para Cr\$ 5.500,00 o que estará de acordo com as suas reais atribuições e também ao merecimento que faz jús.

⁵⁵ Processo nº 3796/54, caixa 93. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

No ano de 1956, a Casa do Bandeirante estava em pleno funcionamento, com visitas guiadas, aulas dadas junto aos equipamentos de produção rural etc. A festa de Santa Cruz teve início em 1959. O “ensaio de recomposição do ambiente rural doméstico paulista de primórdios do século XVIII”, conforme constava no Guia da Casa do Bandeirante se consolidava como o “museu vivo” almejado. Nesse ano, apenas um único documento⁵⁷ faz referência a melhorias do funcionamento da Casa, com a solicitação de reembolso do pagamento de Cr\$480,00, para conserto e reforma de uma bicicleta usada pelo zelador e aquisição de material elétrico para completar a iluminação noturna da área externa da Casa do Bandeirante. Este ofício, datado de 23 de agosto de 1956, foi encaminhado por Florençano ao Presidente da Comissão Municipal do Ibirapuera⁵⁸, Francisco Matarazzo Sobrinho, Comissão criada para encerrar as últimas pendências financeiras e legais da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, criada para organizar as comemorações da efeméride.

Nesse momento, não havia nenhum documento que determinasse a posse das peças doadas para figurar na Casa do Bandeirante. Houve uma certa informalidade no recebimento das mesmas, sendo colocadas, assim que chegaram ou que foram adquiridas, nos cômodos da residência. A única referência à produção de um documento que legitimou a entrada de uma peça na Casa do Bandeirante foi encontrada na resposta de Paulo Florençano a uma doadora, D. Maria Inez da Silva Oliveira (Tita Oliveira), onde explicou que para cada empréstimo realizado por ela para figurar na Casa “[...] receberia um documento assinado pelo dr. Guilherme de Almeida, garantindo o compromisso”.⁵⁹

Talvez pela urgência de inaugurar a casa ainda próximo a data de sua apresentação em 25 de janeiro de 1955. Apenas uma listagem simples foi elaborada na ocasião. Após a inauguração e com o início das atividades diárias de visitação, percebeu-se que as doações deveriam ser legitimadas através de um mecanismo legal

⁵⁶ Idem Processo nº 3796/54. Guilherme de Almeida autorizou o aumento em 5 de dezembro do mesmo ano, próximo à inauguração das obras de restauração da Casa, em 25 de janeiro.

⁵⁷ Processo nº 217/56, caixa 258. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

⁵⁸ Segundo o processo nº 217/56: “O pagamento de CR\$480,00 que se levará a debito da conta “CREDORES DIVERSOS” – Prefeitura Municipal de São Paulo. C/ Comissão constituída pela Portaria nº 221 de 24 de dezembro de [19]55.”

⁵⁹ Cópia em papel de seda de carta de Paulo Florençano a D. Maria Inez da Silva Oliveira [janeiro de 1955]. Fundo Paulo C. Florençano. Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté/SP – Arquivo Histórico Félix Guisard Filho.

que as reconhecesse como peças pertencentes ao acervo da Casa do Bandeirante e, conseqüentemente, bens patrimoniais da Prefeitura de São Paulo.

Em 5 de março de 1956, a secretária da Casa do Bandeirante escreveu a Pedro Cunha, Secretário da Comissão Ibirapuera, dando o primeiro passo no sentido de criar um documento que registrasse as peças e seu doador. Não ficou explícito se foi por orientação do Paulo Florençano ou se agiu por iniciativa própria:

Sr. Secretário Geral

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, a “Casa do Bandeirante” tem recebido por doação, inúmeros objetos, particularmente móveis e utensílios de valor histórico, os quais aliás a guarnecem, sendo certa a inexistência de comprovação escrita formalizando a transação dos mesmos.

Entendendo que essa circunstância poderá dar margem a controvérsias futuras, creio seria de grande interesse, prevenindo-as, a lavratura de termos específicos de cada caso.

Isso sugerindo, permito-me propor estude a Assessoria minuta apropriada, traçando-se, outrossim, acertadas diretrizes a respeito.

De: Maria Aparecida Paiva Alves

Secretária da Casa do do Bandeirante⁶⁰

Em 7 de abril de 1956 a Minuta foi encaminhada à Comissão Ibirapuera

MINUTA – TERMO DE DOAÇÃO

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, na sede da COMISSÃO DO PARQUE IBIRAPUERA, presentes o Senhor Francisco Matarazzo Sobrinho seu Presidente, e as testemunhas abaixo, compareceu o Sr. _____ e pelo mesmo foi dito que sendo senhor e possuidor do _____ mediante o presente termo de doação, cede e transfere desde já à “Comissão”, em caráter irrevogável, toda a posse, direitos e ação que exercia sobre os aludidos móveis (bens ou objetos) para o fim exclusivo de figurarem na “Casa do Bandeirante”, assim com essa finalidade a donatária deles livremente possa usar, gozar e dispor, como seus que ficam sendo de hoje em diante, por força deste instrumento, obrigando-se ele, Declarante, a fazer presente doação – sempre boa, firme e valiosa, sem que disto decorra condição alguma à “Comissão”, inclusive pagamento, indenização, despesas, ou que semelhante título, possa existir. Pelo Senhor Francisco Matarazzo Sobrinho, Presidente da “Comissão” foi dito que estava absolutamente em concordância com o presente instrumento em seus expressos termos, e por isto, em nome da “Comissão”, está de inteiro acordo com a doação aqui consignada. Por estarem de acordo e, para fins e efeitos e direito, firmam juntamente com 2 (duas) testemunhas, o presente termo, em 2 (duas) vias, ficando a primeira registrada no livro próprio, a segunda em poder do Declarante.⁶¹

⁶⁰ Processo nº117/56, caixa 109. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

⁶¹ Idem. Processo 117/56

A Minuta foi aprovada com a seguinte ressalva: no lugar de mediante o presente termo de doação, cede e transfere desde já à “Comissão”, a Comissão do Parque Ibirapuera reunida no dia 16 de maio do mesmo ano decidiu pelos seguintes termos: “mediante o presente termo de doação, cede e transfere desde já à Prefeitura Municipal de São Paulo por intermédio da ‘Comissão’”. Paulo Florençano encaminhou, em 18 de dezembro de 1957, para Maria Aparecida P. Alves (que constava como Conservador (a) Substituto (a) da Casa do Bandeirante) esse ofício aprovado “de acordo com seu pedido”. Não ficou claro porque a demora em retornar a resposta desta solicitação, mas a colocação de Florençano deixa perceber que a iniciativa partiu da ex-secretária da Casa do Bandeirante. Nos inúmeros maços documentais pesquisados, inclusive nas pastas de documentos da Casa do Bandeirante, guardados pela Divisão de Iconografia e Museus do DPH, que tem responsabilidade por gerir esse equipamento cultural, não foi localizado nenhum Termo de Doação preenchido. E nenhuma referência a esse documento ou qualquer outro similar.

Figura 69: Assinatura de Paulo C. Florençano organizador e Conservador da Casa do Bandeirante. Acervo: Fundo Paulo C. Florençano, Taubaté

Em 1957, os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo visitam a “Casa do Bandeirante”. Na saudação proferida por Paulo Florençano, consta a Casa do Bandeirante referenciada como “o primeiro museu

municipal”⁶², já que sob a Lei nº 5.136 de 3 de abril de 1957⁶³, o museu foi colocado na Divisão do Arquivo Histórico, sob a orientação do historiador Nuto Santana e a ela deu dois cargos permanentes de direção: Conservador⁶⁴ e Assistente de Conservador

⁶² Segundo Florençano: “Em 1956 passou a funcionar sobre a égide da Prefeitura do Município de São Paulo [...] foram criados oficialmente, os seus cargos de direção, até então exercidos por nós, a título precário; para as demais funções necessárias ao funcionamento do museu (monitores, vigilantes, restauradores, jardineiros, etc) houve o aproveitamento de servidores pertencentes aos quadros da Prefeitura de São Paulo, que devidamente adestrados, passaram a exercer aquelas atribuições”. (FLORENÇANO, 1962: 14)

⁶³ PACCE, p.140

⁶⁴ O termo Conservador (em francês *conservateur*) pode ter designações diferentes de acordo com o país onde é empregado, assumindo papel de museólogo, curador (pesquisador da coleção) e profissional ligado às práticas de conservação. Nesse momento, é plausível considerar que esse cargo tem a função diretiva: “No *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie* (Paris: Armand Colin), 2011, p. 581, André Desvallées e François Mairesse apresentam o termo “curador” (Curator com o verbete *conservateur*) como o pesquisador de coleção que poderá assumir posição diretiva na instituição.” (DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François, 2013:32)

(Figura 69). Apenas sob a vigência dessa lei que a Casa do Bandeirante tornou-se efetivamente museu.

Mas é possível perceber nas palavras proferidas por Paulo Florençano, em 1957, que o bandeirante como mito criador de uma identidade singular paulista, ainda permanecia latente:

Em nome da Casa do Bandeirante – o primeiro museu municipal da cidade de São Paulo – tenho a honra ensigne de vos receber.

Mas, não vos recebo seguindo normas da antiquíssima e quase universal tradição, que determina bem acolher o forasteiro.

Recebo-vos de maneira diferente: nesta velha mansão, sede da primitiva fazenda Ibitatá, cujo orago é a Santa Cruz, não sois nem forasteiro e nem hóspedes, sois gente da casa, **membros autênticos da família bandeirante**, pois, embora dentre vós existam alguns que não nasceram em São Paulo, esses, pela sua fecunda e eficiente atuação na defesa de nossos anseios, pelo que de nobre vem caracterizando suas atitudes, de há muito fizeram **jus ao título de paulistas verdadeiros**. [...] E hoje, quando diariamente aqui aportam dezenas de visitantes, estudiosos do nosso passado, estrangeiros ilustres de passagem por São Paulo e, principalmente, alunos de nossas escolas, procurando obter conhecimentos do viver dos nossos maiores, recebendo viva lição de história e vivismo, sentimo-nos, na verdade, orgulhosos do nosso trabalho [...] ⁶⁵ (Grifos meus)

A Casa do Bandeirante apesar de seguir com a montagem baseada na construção de um cenário representando uma pretensa residência do século XVIII, através do recurso expositivo do *period room*, aproximava-se mais do modelo de uma instituição museológica com as necessárias providências para oficializar as doações através de mecanismos de registro das peças (Livro de Registro), além da criação do documento Termo de Doação, que regularizava a doação de um munícipe à Prefeitura de São Paulo. Ou seja, as peças doadas ou compradas deveriam formar a coleção⁶⁶ museológica do primeiro museu do município de São Paulo, sob a designação “Casa do Bandeirante” (Figuras 70 e 71).

A primeira iniciativa concreta no sentido de configurar a reunião de peças dispostas na “Casa do Bandeirante”, num acervo museológico propriamente dito, através de um registro oficial nomeando o item, o doador e sua localização na Casa,

⁶⁵ Documentos avulsos, caixa 109. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

⁶⁶ Coleção entendida nesse momento como “[...]um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mantefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc) que um indivíduo ou estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. Para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo [...]” (DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François, 2013:32)

partiu da funcionária Maria Aparecida Paiva Alves que, como Conservadora Substituta da “Casa do Bandeirante”, escreveu ao Paulo Florençano que ocupava o cargo de Chefe Substituto do Arquivo Histórico da Prefeitura, no dia 5 de dezembro de 1957:

Senhor Chefe:

Venho solicitar, os bons ofícios de Vossa Senhoria, no sentido de pedir a Extinta Comissão do IV Centenário (Parque Ibirapuera), para que seja enviado à “Casa do Bandeirante”, por intermédio dessa Divisão, o processo nº 117/56.

Trata-se este processo de termos de doação⁶⁷ relativos a móveis e utensílios, que foram doados à “Casa do Bandeirante”

Outrossim peço a Vossa Senhoria que nos seja enviado um livro de contrato, para o mesmo ser transformado em arquivos de doações.⁶⁸

O primeiro Livro de Registro do acervo da Casa do Bandeirante, datado de 1955, está guardado na Divisão de Iconografia e Museu do DPH e foi possível perceber que houve um esvaziamento progressivo da Casa com sucessivas devoluções, ao longo dos anos. Nessa perspectiva é possível considerar que, se o Termo de Doação não foi utilizado como um instrumento legal de posse daquele bem cultural doado à instituição, isso permitiu que, em 1954/1955, os doadores entusiasmados em participar da construção do cenário da Casa do Bandeirante - projeto que se apropriava da imagem heroica dos bandeirantes como sinônimo de grandeza e singularidade paulista, com um passado reelaborado, uma memória selecionada e idealizada, e insuflados pelas constantes notícias vinculadas nos meios de comunicação da época -, doassem de bom grado as peças.

Depois, quando o clima festivo e contagiante do ufanismo, criado pela Comissão do IV Centenário quando a Casa do Bandeirante foi inaugurada, foi arrefecendo, foram tomados de um “arrependimento”, desejando retomar a posse do objeto doado. Esse esvaziamento aconteceu ao longo de anos (também pode-se considerar a retomada de objetos por herdeiros dos doadores), o que foi desmontando pouco a pouco, o cenário criado quando da inauguração da Casa. Nos jornais de época, mesmo após a inauguração da Casa do Bandeirante, em 30 de outubro de 1955, vemos constantes pedidos de doações de peças históricas. Da mesma forma essa solicitação estava escrita na última página do Guia da Casa do Bandeirante. Não há registro de entrada dessas novas peças na casa, mas pode-se verificar numa leitura cuidadosa do primeiro

⁶⁷ A listagem com os doadores e respectivas doações foi reproduzida na p.201 “RELAÇÃO DOS MÓVEIS, ALFAIAS E OUTROS OBJETOS PERTENCENTES À ‘CASA DO BANDEIRANTE’, DOADOS E CEDIDOS POR EMPRÉSTIMO, POR ENTIDADES CULTURAIS E POR PARTICULARES”.

⁶⁸ Processo nº 42/57, caixa 109. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

livro de registro, que constam na relação muitos mais peças do que as que foram arroladas na listagem preparada por Paulo Florençano apresentada anteriormente.

Figura 70: Guia da Casa do Bandeirante. Acervo Biblioteca do DPH, SP

Figura 71: Guia da Casa do Bandeirante. Acervo Biblioteca do DPH, SP

A visitação na Casa do Bandeirante foi intensa desde sua inauguração, como destacou a reportagem do Jornal A Gazeta,⁶⁹ de 25 de abril de 1959, com números realmente exitosos. O repórter afirmou, ainda, que era o único museu do gênero no país e, talvez por isso e pela importância que atribuiu a esse equipamento cultural, chamou a atenção sobre a devolução das peças que ora figuravam na Casa do Bandeirante. Interessante perceber na reportagem o entendimento de que o museu serviria para lidar com o intangível, “espiritual”:

Já ultrapassou de trinta mil o número das firmas lançadas no livro de visitantes da Casa do Bandeirante. São nomes ilustres, encontrados constantemente no registro dos acontecimentos nacionais, e nomes desconhecidos, de quem nunca se ouviu e dificilmente se ouvirá falar. De gente de toda parte: daqui da capital, de cidades do interior, de outros Estados, e de países diversos, principalmente dos estados Unidos e da Alemanha. [...]

[Casa do Bandeirante] é aquele museu, realmente uma das poucas coisas uteis e proveitosas que ficaram das comemorações dos quatrocentos anos da fundação da Cidade. [...] Felizmente, a Casa do Bandeirante ficou e aí está, para mais evidenciar, aos brasileiros e aos estrangeiros que a percorrem, que São Paulo não é apenas o maior centro industrial da America Latina, mas também um dos grandes centros culturais, onde acima das cogitações de ordem material se colocam as exclusivamente espirituais. [...]

[...] Depois, com o auxílio de varias instituições, como o Museu da Curia Metropolitana e o Museu do Ouro de Sabará, além de particulares colecionadores de antiguidades, a Casa foi montada com moveis, alfaias, ferramentas e maquinas utilizadas na fase bandeirista, transformando-se, assim, **no único museu do gênero hoje existente no pais. (grifos meus)**

⁶⁹ A Gazeta, 25 de abril de 1959, “Casa do Bandeirante: relicário de nossa história”

Na reportagem, o repórter citou o modelo norte americano de museu - do gênero da Casa do Bandeirante –, e criticou a falta de mais apoio governamental e de divulgação junto às agências de turismo. Um modelo norte americano de museu que procurava reproduzir ambientes internos e externos de uma determinada época, também havia sido citado na época da reportagem de Paulo Duarte “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, em 1937, quando um município apresentou o recém-criado museu Williamsburg, como modelo ideal a ser implementado nas ruínas arquitetônicas de São Paulo

Especialmente nos estados Unidos, museus do gênero da Casa do Bandeirante representam grande atração turística. Para sua criação e conservação, concorrem não apenas os governos, mas também os particulares, que lhes doam novos elementos com que sempre se enriquece seu patrimônio. Por outro lado, as empresas de turismo se encarregam de os tornar conhecidos, já levando a visita-los grupos de excursionistas, já fazendo sua propaganda através de prospectos, que espalham no estrangeiro.

Entre nós tal não acontece. Se é certo que o governo municipal não tem deixado de prestigiar e amparar a instituição, e que alguns dos objetos de que ela dispõe representam donativos particulares, também é verdade que o auxílio governamental não vai além do indispensável para conservação do que já existe, e que **dos objetos fornecidos a título de empréstimo** – alguns dos quais recolhidos de porões onde por inúteis haviam sido atirados e estavam a apodrecer – **não poucos foram depois devolvidos por exigência de seus proprietários.**[...]

E por fim, o repórter conclui que a Casa do Bandeirante é na realidade um espaço de evocação do passado e como tal, ideal para o ensino da história. Um “lugar de memória”:

[...] Houvesse maior compreensão do que aquela casa representa como evocação do passado; da utilidade que tem como ambiente mais adequado ao ensino da historia de uma das fases mais importantes de nossa evolução, do muito que pode contribuir para que os turistas avaliem nosso grau de civilização, que não se afere apenas pelo progresso econômico, - e certamente muito maior seria o numero das assinaturas lançadas no livro de visitantes.

Paulo Florençano permaneceu como Conservador da Casa do Bandeirante até dezembro de 1963, segundo Processo PMSP 143.538/58, em 4-12-1963,⁷⁰ e por consequência direta de sua saída pode-se supor que as instituições como Museu Paulista e Museu da Cúria de São Paulo solicitaram a devolução de suas peças próximo a essa data, segundo leitura do livro de registro. Não é possível perscrutar os motivos na documentação e não foi deixada nenhuma informação relativa a essa desistência do empréstimo. Mas na perspectiva de que o museu tinha forte vínculo com seu

⁷⁰ (Mayumi, 2005: 76)

organizador e cujo projeto dedicou-se com empenho e eficiência, possivelmente as instituições não se sentiram confortáveis em deixar peças do seu acervo sob a direção de outro Conservador. E mais surpreendente ainda, apesar do cunho autoral do projeto e da relação pessoal que Florençano tinha com a Casa do Bandeirante, com sua saída, solicitou de volta todas as peças “doadas” por ele e que caracterizariam, na verdade, como empréstimo.

Os campos considerados importantes para figurarem no Livro de Registro foram NOME DA PEÇA – LOCALIZAÇÃO – VALOR ORIGINAL – NOME DO PROPRIETÁRIO, mas não há o registro da data de entrada. Esses dados procuraram garantir o registro do item ligado ao proprietário e sua localização dentro dos cômodos da residência. Em algumas situações, quando o material foi informado, também constava ao lado do item como “porta areia de estanho”, “N. S. da Penha (argila)”. Alguns traziam uma descrição muito simples “cadeira espaldar alto”, “arca oriental”, “banco rústico maior”. Em alguns casos, foram feitas anotações da data da devolução, em outras, consta apenas a palavra “devolvido”. A página inicial com o termo de abertura trazia as seguintes informações (Figura 72):

Termo de Abertura

Figura 72: Termo de abertura do Livro de Registro com assinatura de Paulo Florençano e Guilherme de Almeida

Servirá o presente livro, que contém cem folhas numeradas tipograficamente, e que vão rubricadas pelo Assistente da Presidência desta Autarquia, com a rubrica -P- (ou P.) para nele serem registrados todos os móveis, alfaia, objetos de uso doméstico, ferramentas, máquinas, etc, que guarnecem a “Casa do Bandeirante” – cenário legítimo da vida paulista no heroico Ciclo das Bandeiras, restaurada pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, por proposta do Presidente em sessão de trinta e um de março de hum mil novecentos e cinquenta e quatro, tendo sido apresentada ao público em vinte e cinco de janeiro de hum mil novecentos e cinquenta e cinco e dadas por concluída os trabalhos de sua instalação, em trinta de outubro do corrente ano. Neste livro deverão ser registrados, além das peças que por doação ou compra pertencem à “Casa do Bandeirante”, aqueles que lá estão sob empréstimos feitos por instituições ou particulares, as quais deverão, digo, serão devolvidos tão logo haja solicitação por parte dos seus legítimos possuidores. São Paulo, trinta de outubro de hum mil novecentos e cinquenta e cinco.

Paulo Florençano – Assistente da Presidência junto à “Casa do Bandeirante”

Abreviaturas usadas: Q.H. = Quarto de Hóspedes; Q.N. Quarto Nobre; Huch.=Hucharia; C.F.= Casa da Farinha; S.N.= Sala Nobre; Q.M. = Quarto de Moça; Q.T.D. = Quarto de Trabalhos Domésticos.

As peças de Paulo Florençano foram devolvidas em 1963 e 1964; as do Museu da Cúria em 1965; as do Museu Paulista e do Museu do Ouro de Sabará, não consta a data de devolução, apenas a palavra: *devolvido*. Alguns particulares também requereram a devolução das peças, entre eles Guilherme de Almeida (Figura 73).

48 M. d. da Penha (argila)	"	Doação	Dr. Antonio Vieira de Medeiros
46 Barquinha de g/ouro	"	Emprést.	Devolvido em 29-1-65 Museu da Cúria
47 Casimiro de pedra	"	Doação	devolvido em 14-7-64
48 Trabalho pedreira	"	Emprést.	Paulo C. Florençano Devolvido em 29-1-65 Museu da Cúria
77 Punhal de cirurgia	"	Emprést.	devolvido em 31-5-63 - ofício 11/63
50 Castiçal de estanho	"	Emprést.	Dr. José Gonçalves Devolvido
51 Seta entalhado peg. c/ferro	"	Emprést.	Museu do Ouro-Sabará (Mina de ouro)
61 Tavo mesa de madeira	"	Doação	Dr. Julio Paroti
Impingarda pedreira	"	Emprést.	Dr. Fernando Paschoa e Silva Devolvido
50 Lino encadernado em pele (1740)	"	Emprést.	Dr. Guilherme de Almeida
50 Seta de espada - ferro	"	Emprést.	Dr. Guilherme de Almeida comprado em dezembro de 1964
50 Seta de espada - ferro	"	Emprést.	Dr. José Gonçalves Devolvido
50 Seta de espada - ferro	"	Emprést.	Museu do Ouro-Sabará

Figura 73: detalhe do Livro de Registro da Casa do Bandeirante. Acervo do Museu da Cidade de São Paulo

Importante destaque também deve ser dado a atuação do Museu Paulista como base simbólica e o poder evocativo que emanam não só da sua localização, na colina do Ipiranga mas, principalmente, pela sua atuação no cenário cultural da época. Affonso de Taunay foi seu diretor entre os anos de 1917 a 1945 e pode engendrar um cuidadoso trabalho no sentido de colocar São Paulo como protagonista, ao reproduzir algumas imagens precisamente escolhidas, a musealização e exposição de documentos e objetos com o objetivo de contar a história de São Paulo e, a partir dela, a história da constituição da nação brasileira. Na sua tese, Ana Brefe coloca que

A invenção do passado nacional, com uma origem determinada, marcos históricos precisos, heróis e símbolos memoráveis se apresenta como poderoso instrumento pedagógico capaz de forjar uma identidade nacional intrinsecamente comprometida com os interesses das elites políticas e intelectuais paulistas.(BREFE, 1999:135).

Paulo Florençano citou em inúmeras ocasiões a atuação de Affonso Taunay como amigo pessoal e conselheiro no projeto “Casa do Bandeirante” que, de certa

maneira, “apadrinhou” o projeto junto de outro eminente historiador de São Paulo, Washington Luis. O projeto de aquisição de acervo para a Casa do Bandeirante estava já em fase final em 1955. Compreender qual foi a proposta para a escolha da expografia é o que será visto no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

UMA EXPOSIÇÃO COMO EXPERIÊNCIA

Nesse capítulo procuro abordar a montagem chamada de *period room* do ponto de vista da sua constituição como recurso museográfico, importante para o partido conceitual adotado na Casa do Bandeirante. Também verifico nesse capítulo as cerimônias de apresentação e inauguração do museu, o papel da imprensa como veículo de divulgação e referenciação do conteúdo simbólico da Casa do Bandeirante e o perfil do público visitante do espaço. Além disso, procuro analisar as discussões da área museológica, vigentes na época e problematizar as relações com o projeto de “museu vivo” de Paulo Florençano.

4.1 O “museu vivo” de Paulo Florençano

Figura 74: "Casa do Bandeirante", publicação da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Acervo: Biblioteca do DPH/SP

Uma das questões primordiais a ser entendida na criação da Casa do Bandeirante é a compreensão que sua comissão organizadora tinha do que estava sendo gestado: naquele momento não era um museu tradicional, mas sim uma instituição cultural ou melhor um “museu vivo”¹:

Vem despertando as atenções públicas a descoberta recentemente feita, em São Paulo, de uma relíquia arquitetônica do princípio do século XVIII. Trata-se de uma casa de bandeirante, situada em plena zona residencial da cidade, em loteamento da companhia City, no bairro Butantã. A casa setecentista encontra-se razoavelmente preservada e, dentro de três meses, será restaurada com o objetivo de tornar-se um museu-vivo da época das bandeiras, cuja falta, se faz sentir² (grifo nosso)

¹ Na carta enviada por Guilherme de Almeida para futuros possíveis doadores, em 1954, vemos a explicação dada, sobre a futura instituição: “[...] É nosso pensamento fazer dessa casa, que se acha localizada em ponto acessível da Capital, no centro de uma quadra do “Jardim Butantã”, [...], pertencente à Prefeitura Municipal e por ela cedida à esta Comissão, - UMA CASA VIVA, MOBILIADA E GUARNECIDA POR OBJETOS DE USO DOMÉSTICO, TAL QUAL COMO ERA UMA CASA DE BANDEIRANTE. Com isso, São Paulo será dotada de mais uma instituição cultural permanente, onde as gerações atuais e futuras, poderão estudar o ambiente social e funcional de uma casa fazenda do grande período da expansão territorial do Brasil “. In; Processo nº 3981/54, caixa 213. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

² Serviço de Imprensa da Comissão do IV Centenário, 3/7/1954. “Descoberta em São Paulo uma casa de bandeirante”. Acervo do Fundo Paulo C. Florençano. Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté/SP – Arquivo Histórico Félix Guisard Filho.

Na publicação lançada no dia de sua apresentação, em 25 de janeiro de 1955, na capa, sob o desenho de Paulo Florençano, vê-se a casa sobre o símbolo oficial do IV Centenário da Cidade de São Paulo (Figura 74). As informações abaixo apontam que a Casa do Bandeirante é um “cenário legítimo da vida paulista no heroico ciclo das bandeiras”. A intenção da construção de um cenário estava explicitada:

Esta “Casa do Bandeirante” – cenário legítimo da vida paulista no heroico ciclo das bandeiras -, restaurada pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, por proposta do Presidente em sessão de 31 de março de MCMLIV, foi apresentada ao público em 25 de 1 de MCMLV³

Ser um “cenário” era um aspecto do projeto, mas que não se limitava a isso. Não bastava mostrar, era necessário ensinar. Ensinar como utilizavam a casa, como viviam, como produziam. Isso fica claro na frase que abre o parágrafo *Obras Anexas* da referida publicação “Completando o seu caráter documentário e didático [...]” Assim, após conclamar doações de móveis e alfaia que pudessem figurar na Casa do Bandeirante, encerram explicando o objetivo sob o título INSTITUIÇÃO CULTURAL:

A “Casa do Bandeirante”, uma vez restaurada e guarneida com os móveis e alfaia característicos da época, terá duração permanente, pois o seu fim principal será o de dar uma ideia exata de como era a vida em uma fazenda na época das “bandeiras”. **Será, portanto, mais uma instituição de caráter cultural de São Paulo.** Assim, ao mesmo tempo em que **oferecerá didaticamente**, uma visão do modo de vida do paulista de outrora, a “casa do bandeirante” despertará entre as novas gerações o culto pelo passado heroico de Piratininga.⁴ (grifo do autor)

Mas a ideia da constituição de um espaço cultural que procurasse retratar a história paulista surgiu antes da restauração da Antiga Fazenda de Ibitatá renomeada de Casa do Bandeirante. Antes dessa iniciativa da Comissão do IV Centenário, algumas iniciativas no campo teórico foram lançadas, mas sem a sua efetiva concretização. E todas, buscavam ser um espaço de rememoração do passado paulista do ponto de vista das características culturais e sociais gestadas no estado, consideradas únicas e que as distinguiam das vivenciadas em outros estados brasileiros. Nessa perspectiva, pode-se considerar que a ideia inicial de criação de um museu municipal em São Paulo começou muito antes da inauguração da Casa do Bandeirante. Essa ideia surgiu no

³ Pasta Casa do Bandeirante. Biblioteca do DPH/ SP

⁴ Idem

seio da criação do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo, em 1935, através de sugestão do Mário de Andrade. Segundo Amoroso:

Por meio do Ato 1146 de julho de 1936, para organização das atribuições do Departamento de Cultura, é criado o **Museu Histórico da Cidade de São Paulo**. A Subdivisão Histórica do Departamento de Cultura seria a responsável por instalar e manter o Museu, além de recolher documentos e 'quaisquer objetos de valor histórico que cheguem ao seu poder'. Mas apesar do marco legal, esse primeiro museu, não chegou a existir de fato. Já nos anos 40, as atribuições da antiga Subdivisão Histórica são divididas entre a Divisão de Estatística e Comunicação Social e a Divisão de Arquivo Histórico. (ARRUDA, 2014: 12 apud AMOROSO, 1980, grifo nosso)

A ideia geradora do Departamento de Cultura de São Paulo provavelmente surgiu nas reuniões travadas entre 1926 e 1931 no apartamento de Paulo Duarte⁵. Ali reuniam-se com Mário de Andrade, Randolpho Homem de Melo, Antônio Alcântara Machado, Sérgio Milliet, Tácito de Almeida, entre outros (CHAGAS, 2015:77 apud DUARTE, 1971: 49). O esboço foi elaborado por Paulo Duarte com sugestões e dados coligidos por Mário de Andrade⁶ e submetido à apreciação e crítica de diversos outros interlocutores, incluindo a imprensa e, com o apoio político e administrativo do prefeito

⁵ “Paulo Duarte nasceu em São Paulo no dia 16 de novembro de 1899. [...] Ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tornando-se advogado. Em 1927, passou a fazer parte da redação de *O Estado de São Paulo*. [...] Filiado ao Partido Democrático, aderiu à Revolução de 30 e, vitorioso o movimento, integrou o governo provisório estadual — conhecido como o *governo de 40 dias* — chefiado por Francisco Morato. Desgostoso, [...] com os rumos que Vargas imprimiu ao governo federal, postergando indefinidamente o retorno à plena legalidade e tratando São Paulo como território ocupado, Paulo Duarte participou das articulações político-militares que resultaram na Revolução Constitucionalista de 1932. Preso na célebre *Sala da Capela*, no Rio, com os demais líderes da revolução, Paulo Duarte partiu com eles para o seu primeiro exílio político, em Portugal. [...] No regresso ao país, ingressou no Partido Constitucionalista — sucessor do Partido Democrático — elegendo-se deputado estadual no pleito de 1934. Até 1937, quando se instalou o Estado Novo, Paulo Duarte [...] atuou na criação do Departamento de Cultura da capital paulista [...] seu irrestrito apoio à candidatura de Armando de Salles Oliveira à sucessão de Vargas, frustrada pelo golpe de 37, custou-lhe um segundo exílio, agora de nove anos, na França e nos Estados Unidos. Primeiramente, na França, colaborou nas revistas *Vu* e *Lu* e, depois, ingressou no *Musée de l'Homme*, em Paris, dirigido por Paul Rivet, aperfeiçoando-se em Pré-História, disciplina a que iria se dedicar em São Paulo. Tornou-se grande amigo de Rivet, trazendo-o ao Brasil e traduzindo o seu livro *As origens do homem americano*. Com a ocupação da França na Segunda Guerra Mundial, transferiu-se para Nova Iorque, onde trabalhou no *Museum of Modern Art*. Ao lado dessa militância política e administrativa, Paulo Duarte fez coexistir uma intensa atividade no campo da cultura. Foi um dos incentivadores da Semana de Arte Moderna de 22, autor do projeto de documentos históricos do Arquivo do Estado, [...] e diretor do Museu Paulista.” In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300018 Acessado em: 08/09/2015

⁶ Segundo Mirna B. Pereira “Mário de Andrade e Paulo Duarte, além de cultivarem amizade recíproca, faziam parte do Partido Democrático; o que significava que tinham projetos políticos comuns que, certamente, ajudou que se mantivessem unidos e a se reunir com regularidade durante aqueles anos todos. Assumir responsabilidades municipais na área da cultura, na cidade de São Paulo, pode ter sido uma estratégia, desses e dos demais intelectuais do grupo, dentro de um projeto político mais amplo.” (PEREIRA, 2005: 55)

Fábio Prado e do governador Armando Salles Oliveira, o Departamento foi criado, tendo seu apogeu na gestão de 1936 a 1938.

O Departamento de Cultura foi aprovado e estruturado em cinco divisões: sendo que a *Divisão Expansão Cultural* era dirigida por Mário de Andrade, acumulando o cargo de diretor do Departamento de Cultura e, a *Divisão Documentação histórica e social*, dirigida por Sérgio Milliet e Bruno Rodolfer.

O Departamento de Cultura promovia ainda expedições de coleta folclórica, expedições pedagógicas, exposições coletivas de artes plásticas, concertos grátis no Teatro Municipal e em bairros operários e “entrava em contato com os museus europeus e dos Estados Unidos, sonhando a formação de seus museus”, dentre eles um **Museu Histórico da Cidade de São Paulo** (Duarte, 1971: 96) e um Museu de Reproduções (Duarte, 1971:65) (CHAGAS, 2015:80, grifo nosso)

Com a Ditadura implantada por Getúlio Vargas em novembro de 1937, os que haviam trabalhado na implementação do Departamento foram presos ou exilados a partir de 1938, incluindo Mário de Andrade que se licenciou e mudou-se para o Rio de Janeiro, residindo lá até 1941⁷. Sendo assim, o declínio veio rápido já que os projetos iniciais deixaram de existir.

Com o estado Novo, a candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência da República naufragou. Ele e Paulo Duarte foram presos e exilados. Fábio Prado foi afastado da prefeitura, e a situação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura ficou insustentável. Os planos e projetos culturais do Departamento (teatro, concursos, sala de música, cinema em parques infantis e bairros populosos, pesquisas etnográficas, escola de gravura e museus) foram abandonados. (CHAGAS, 2015:81)

No entendimento que havia um movimento pregresso de valorização do patrimônio histórico e artístico paulista, mostrou-se plausível realizar a leitura dos volumes da *Revista do Arquivo Municipal* a partir da década de 1930, durante a atuação de Mário de Andrade, como diretor do Departamento de Cultura – atual SMC. Nesse sentido, foi possível tomar conhecimento do artigo publicado por Paulo Duarte, em 1937, e que foi publicado na sua íntegra na *Revista do Arquivo Municipal*, nº 37.⁸ Considerando-se aqui que esse artigo criou bases fundamentais para o surgimento do

⁷ Segundo Gonçalves, “Ao voltar para São Paulo, em 1941, permaneceu como colaborador do SPHAN até 1945, ano de seu falecimento.” (2007:48)

⁸ No compêndio publicado pelo DPH em 2002 com o índice dos volumes 1 ao 200, da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (1934 a 1992), publicadas pelo órgão, desde sua criação, não foram relacionados nenhum dos artigos que na época eram agrupados em NOTICIÁRIO. Ou seja, o pesquisador só toma conhecimento que houve essa campanha manuseando e folheando as revistas originais de julho de 1937 a janeiro de 1938.

referido museu, anos depois, alguns tópicos foram reproduzidos e analisados, de acordo com a perspectiva defendida por esta pesquisa.

Em 11 de junho de 1937, Paulo Duarte lançou uma campanha no jornal *O Estado de São Paulo*⁹ intitulada **Contra o vandalismo e o extermínio** que se inicia com a descrição do que o motivou e que foi publicada em sua íntegra na Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII do Departamento de Cultura de São Paulo, Julho de 1937, Ano IV, p. 242:

Mário de Andrade, nomeado pelo Ministério da Educação, seu delegado em São Paulo, para o tombamento de monumentos históricos sobre as quaes, de acordo com legislação recente, a União tem que velar, convidou-me a acompanhá-lo nas excursões que, para esse fim, principiou. O trabalho teve começo sábado ultimo. Dia de desânimo para nós dois e para todos aqueles que amam um pouco as coisas do nosso passado.

Fomos a Mboy e a São Miguel e, nesses velhos lugares, não fizemos outra coisa senão engrossar a nossa desilusão. Iamos mais ou menos magoados, desde Carapicuíba velha, onde, para chegar, nem jeito existe, tal o mau estado do caminho estreito que liga o antigo aldeamento à estrada de Cotia. O quadrado do casario, sempre o mesmo das antigas aldeias que necessitavam defender-se contra o índio, a maior parte em ruína ou devastado...[...]

Depois, vem Cotia. Cotia já não tem mais nada da Acútia de Fernão Dias Paes e Gaspar de Godoy Moreira. Algumas ruínas e uma estrada larga por onde foge atrás dos automóveis, numa nuvem de pó vermelho e cheiro de gasolina, toda a sua tradição de três séculos.

Cotia faz a gente pensar. Carapicuíba entristece. [...]

E Mboy?

Mboy revolta. Revolta profundamente. O velho convento, a velha igreja quasi em ruínas ali permanecem, ainda felizmente, atestando o crime de uma época que não se sabe honrar o seu presente, porque não ama as coisas do seu passado.

A igreja há anos, foi despojada de uma fachada primitiva para, numa reforma desastrosa, vestir-se da que hoje ostenta. E foi só o único infeliz testemunho de algum cuidado daqueles que são responsáveis pelo antigo monumento histórico.

Visitamos demoradamente o interior daquelas taipas. A sacristia ainda ostenta as maravilhas e os milagres de que eram capazes os jesuítas do tempo da formação paulista. Esculturas de madeira, decoração a ouro, pintura, tudo ainda ali está, muita coisa em tempo de ser salva, mas, pelo que se vê, irremediavelmente condenada.

Dentro de cinco anos, o convento de Mboy, a sua igreja, as suas relíquias terão desaparecido como tantas outras preciosidades, se uma providência enérgica dos paulistas não puzer termo a essa indiferença a que está relegado nosso patrimônio histórico.

O convento cae aos pedaços: numa das cellas, cheias de goteiras, como todas as outras dependências, por cima do assoalho carunchado

⁹ Para ler o artigo completo acessar www.estadao.org.br/acervo: O Estado de São Paulo, Caderno Geral, p.05 Acessado em: 08/09/2015 ou a Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII do Departamento de Cultura de São Paulo, Julho de 1937, Ano IV, p. 242

como o dos outros commodos, jazem ainda columnas, pedaços de estatuas, molduras, imagens, restos de andor e de santos, sobras de paramentos e até uma desmantelada matraca setecentista. [...] As taipas desmoronam-se, as escadas estão dependuradas ao tecto pelo apodrecimento dos degraus, e o tecto vae desabando porque as vigas também apodreceram. [...] O cupim e os roedores ajudam o tempo e secundam a indiferença criminosa da nossa gente e o pouco que existe de arte, **de arte antiga, arte paulista**, desaparece porque não é conservado, nem guardado, e porque o bicho come e porque os forasteiros furtam. [...]

Todavia, coisas mais tristes ainda nos reservava aquelle sabbado de começo de inverno. Mboy era o abandono, abandono criminoso, mas sem a agravante do saque, da destruição proposital. São Miguel, onde chegamos duas horas depois, quase foi capaz de àquella tarde fazer-nos esquecer de Mboy! Quem, em São Paulo, não conhece a igreja da antiga aldeia de Ururay? Situada à beira da estrada do Rio de Janeiro, não há quem já não tenha visto a sua fachada sympathica de caipirinha velha. “Nada mais interessante que certas igrejas do interior do brasil com alpendre na frente ou dos lados, como qualquer casa de residência”, exclama o autor desse lindo livro que é “Casa Grande e Senzala”.

Nada mais interessante dentre todas essas igrejas do interior do Brasil, do que a de São Miguel, com seu alpendre na frente, como qualquer casa de residência!

Em 1927, graças ao dr.Ismael Bresser, ao auxilio do prefeito Pires do Rio e à assistência desse abnegado padroeiro da historia paulista que é Affonso de Taunay, executaram-se obras importantes no telhado de São Miguel. As taipas foram contornadas por uma esteira de lages de Itu.

Pois apesar de uma das joias históricas de São Paulo, apesar de constituir **um documento precioso da architectura colonial** [...], o mau espirito destruidor que paira sobre os nossos pobres monumentos históricos não poupou também S. Miguel. Alli, à beira da rodovia mais importante do Brasil, as portas da capital, o vandalismo não respeitou nem a preciosa capellinha colonial dos “piedosos paulistas Fernão Munhoz e padre João Alvares”!

Destas columnas, quero denunciar o atentado! Quero denuncia-lo, com as reservas necessárias, pois é inacreditável a revelação! Ao que parece o golpe partiu de um padre da própria parochia de São Miguel. [...] este ministro religioso a quem foi dada a parochia teve a coragem que não tiveram a dureza dos reinões, a barbárie do silvícola, nem a bruteza do sertanista! E mutilou a velha igreja de São Miguel!

A porta da sacristia, uma pesada porta de coice, toda ella trabalhada a mão, documento da tosca, ingênua, suave, deliciosa esculptura antiga; uma grande commoda em que, em mil seiscentos e poucos se guardavam os paramentos dos jesuítas [...] e mais ainda um precioso sacrário da igreja acabam de ser vendidos – e o que é doloroso e revoltante – parece que pelo próprio prelado de São Miguel! O rápido inquérito a que procedemos no lugar não foi capaz de nos desvendar quem comprou esses objetos que precisam ser imediatamente devolvidos à tradicional capella. Só conseguimos saber que quem mandou retirar esses objetos foi o actual vigário, que é um padre estrangeiro. [...] Há mais ainda! As imagens, velhas imagens que são a maior preciosidade da velha igreja, vimo-las quebradas, amontoadas, cobertas de pó e da sujeira, debaixo de um móvel qualquer a um canto da sacristia!

Ahi esta a denuncia, a terrível denuncia que, como paulista, venho trazer aos paulistas e principalmente à archidiocese paulopolitana. [...] O caso de Mboy é um caso de incúria e de desleixo, o de São Miguel é um caso de policia! Ambos, actos de destruição e de vandalismo que a cultura de São Paulo não pode mais tolerar. (grifo nosso)

Paulo Duarte descreve, ainda, outras localidades que visitou e o preocupou pelo seu estado de conservação: a igreja de Itapecerica reformada de forma pouco cuidadosa pelo padre responsável; São Roque e a capela de Santo Antonio, construída em 1631; a fortaleza de Bertioga, único vestígio quinhentista do estado de São Paulo, a casa de Affonso Sardinha, já em ruínas, à beira do Tietê. Seu desejo era que os “paulistas abastados” assumissem como mecenas as restaurações desses “poucos monumentos, quase únicos que ainda nos restam”:

Já é tempo de os paulistas olharem com mais carinho pelo pouco que ainda resta do seu passado. [...] A lei federal, um pouco tarde embora, promete defender isso tudo. Mas a lei federal sozinha é insuficiente. O Estado tem que auxilia-la.

Alarmado com esses horrores que rápidas excursões me têm revelado, fui a presença do actual governador de S. Paulo que [...] deu o melhor acolhimento à ideia de organizar-se o serviço de defesa do patrimônio histórico e artístico de S. Paulo.

Paulo Duarte seguiu solicitando que a prefeitura e o Departamento de Cultura ajudassem na empreitada que ele chamou de “cruzada de proteção e guarda a um graal que é também sagrado porque é a tradição da terra paulista”. Conclamou também “O Instituto Histórico, o Museu do Ipiranga, a Academia Paulista de Letras, as sociedades de Geographia, de Sociologia, de Ethnographia, todas as organizações de cultura, todos os intelectuais paulistas, não deverão, de modo algum, permanecer silenciosos”. E, depois de citar a nova constituição de 1934 que, na sua avaliação, estaria moldada segundo princípios modernos e obrigava a União, os Estados e Municípios zelarem por seus patrimônios, encerrava seu artigo: “Chegou o momento de S. Paulo levantar-se novamente, mas desta vez contra o vandalismo e o extermínio de suas joias, vencendo definitivamente a barbaria de iconoclastas mercenários ou inconscientes”.

A esse artigo, seguiu-se uma verdadeira avalanche de cartas todas elas publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* sob a mesma epígrafe “**Contra o Vandalismo e o Extermínio**”. Cabe destacar que não foi publicada nenhuma carta de um cidadão comum. Talvez porque esta campanha não tenha atingido todas as camadas da população ou, talvez, não tenha havido interesse em reproduzi-las. As que foram reproduzidas nas *Revistas do Arquivo Municipal* foram escritas por representantes de instituições ou autoridades reconhecidas.

O primeiro foi do Prefeito Fabio Prado que colocou o Gabinete à disposição para auxiliar no bom êxito da campanha, seguido do vereador Antonio Vicente de Azevedo que defendeu a criação de um museu: “De uma feita, “*chemin faisant*’, num discurso na câmara Municipal, sugeri a necessidade de se criar um museu histórico, com verba suficiente para aquisições, afim de guardar para os nossos netos os testemunhos do nosso passado”¹⁰ O caricaturista Belmonte também escreveu solidarizando-se com a campanha e denunciando a aquisição inescrupulosa de objetos religiosos e acusa “A pirataria, nesse setor, é onimoda e incansável”.¹¹

Afonso de E. Taunay foi um dos primeiros a apoiar a campanha e saiu em defesa do patrimônio paulista notadamente religioso católico colonial,

Guardemos pois e com o maior cuidado, o pouco que nos resta, como as duas igrejas franciscanas, a dos Terceiros Carmelitanos, Nossa Senhora dos Remedios, Santo Antonio da rua Direita, a Igreja dos Aflitos, tudo o que nos resta. Muitos destes edifícios serão pobres, feios, mas são ambientes e ambientes insubstituíveis.¹²

E, segue referindo-se a São Miguel e Mboy:

É tosco, pobre, singelíssimo, mas é intrinsecamente nosso! E que poderia fazer mais do que aquilo que ali está um punhado de civilizados, pouco milhares de indivíduos rudes esparramados em tamanha vastidão de terras, a miriametros mais miriametros e mais miriametros, do berço de sua civilização a que os ligava a precariedade gravíssima das intermináveis viagens oceânicas? É espantoso que hajam deixado aquilo. E muito mais deixaram que se perdeu.

Seguiu enumerando uma série de intervenções de preservação já realizadas em São Miguel (1927) e Mboy - sendo esta por empenho de Washington Luis -, e demais igrejas que, considerava, deveriam ser restauradas. Mas cuidou de alertar aos administradores públicos que os gastos não seriam excessivos “para reformar tudo o que subsiste” porque “trata-se de edifícios pequenos e pouco numerosos”. É digno de nota que em nenhum momento de sua carta resposta ao artigo de Paulo Duarte, Taunay destaca ou referencia um imóvel civil.

Outro que se manifestou foi o escritor modernista Oswald de Andrade¹³ que afirmou que se apressava em “lhe mandar a adesão de uma voz de vanguarda” já que não queria que interpretassem o Movimento Modernista contrário ao passado e depois de explanar sua opinião aos críticos, conclui “[...] as modestas joias de Mboy e de São

¹⁰ Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII do Departamento de Cultura de São Paulo, Julho de 1937, Ano IV, p. 242

¹¹ Idem, 1937, p.243

¹² Ibidem, p245 e 246. Igreja de São Miguel restaurada em 1927 ver p247

¹³ Como o próprio Oswald de Andrade assinou sua carta. Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII, p 248

Miguel são da linhagem rara das maravilhas do Aleijadinho, que fazem da abandonada Minas a Umbria brasileira. Nada há de mais sagrado para nós modernistas”. Pode-se dizer que a preservação do patrimônio cultural brasileiro andou bastante próximo aos movimentos modernistas de vanguarda, sem que se percebesse nisso uma contradição.

Outro importante intelectual a apoiar abertamente a campanha foi o Prof da Universidade, dr. Plinio Airosa, que discorreu longamente sobre o descaso das autoridades com o patrimônio histórico e artístico e como era facilmente adquirido e levado para fora do Brasil, mesmo com a denúncia e opinião contrária de pequeno grupo. Citou diretamente a Missão Iglesias¹⁴ e a denúncia feita pelo Instituto Histórico contra a retirada de peças etnográficas e arqueológicas do Amazonas para serem levadas para Madri, Espanha. Atribuiu a culpa a situação que se encontrava o país, ou seja, “Somos um povo sem museus, sem galerias de arte, sem educação tradicionalista e, portanto, sem amor ao passado e sem tendências conservadoras”.

Mas esses museus deveriam ser, segundo sua opinião, “bem organizados e acessíveis, servidos por cicerones pacientes e cultos [...] [para] ir abrindo e oferecendo novos horizontes e novas tendências à gente que não tem culpa do seu estado precário de educação histórica e artística”. Mais uma vez o museu seria referendado como o espaço ideal de formação de identidade e de criação de uma mentalidade preservacionista.

O vulto assumido pelo movimento levou Paulo Duarte entregar a uma entidade especializada à direção da campanha e, como membro do Instituto Histórico e Geográfico, solicitou que esta, como instituição científica, encampasse as ações de

¹⁴ A Missão Iglesias foi assim explicada na carta do dr. Plinio Airosa: “Há pouco tempo, o Instituto Historico desta capital promoveu seria campanha contra a vinda da celebre Missão Iglesias que, segundo se provou depois, já havia levado para Madrid uma riquíssima coleção de peças etnográficas e arqueológicas do Amazonas. Qual foi o resultado dos ofícios, dos protestos pela imprensa, das entrevistas amáveis do ministro da Agricultura, de todo o grande movimento que envolveu o ministro da Espanha no Rio, o consul do mesmo pais, em São Paulo, o Museu Nacional e dezenas de outras entidades culturais daqui, da Baía, do Pará e até do ‘*Deutsche Presse*’, de Praga? Simplesmente isto: o ficar-se sabendo que o sr. Capitão Iglesias dispunha de alguns milhares de contos de réis concedidos pelo governo espanhol, que dispunha de um navio especialmente construído para saquear a Amazonia, que trazia metralhadoras pesadas para metralhar quem se opusesse à ‘sua fúria de caçador de objetos etnográficos e arqueológicos’, e que dispunha, sobretudo, de autorização plena do governo brasileiro para a sua ‘entrada’ terrivelmente humilhante para nós”. Mais adiante faz referência a nota publicada num jornal europeu “Os museus e as galerias de arte demonstrarão o que afirmou o ‘*Deutsche Press*’, de Praga, a 24 de Outubro de 1935, quando largamente noticiou a campanha do nosso Instituto Historico contra a Missão Iglesias: ‘é sempre um bom sinal e uma prova de educação de um povo quando ele procura reter as suas antiguidades dentro de seus próprios limites”. Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII, p 249-252

proteção ao patrimônio “até que o Congresso Legislativo vote a lei regulando tão importante assunto”.¹⁵

Entre as principais missivas, destacam-se diversas outras personalidades da vida cultural e instituições que escreveram para dar seu apoio a causa. Estas notícias foram reproduzidas sucessivamente em diversas Revistas do Arquivo Municipal, sob direção de Mário de Andrade secretariado por Sergio Milliet. No volume XXXVIII, Agosto de 1937, Ano IV, na seção NOTICIÁRIO:

Está tomando enormes proporções o movimento iniciado nas colunas do ‘O Estado de São Paulo’ pelo vibrante artigo do Dep. Paulo Duarte, a favor dos monumentos históricos do nosso Estado.

A esse movimento aderiram não só os poderes públicos como todas as instituições culturais de São Paulo, além de inúmeros particulares, dentre os quais destacadas figuras nas ciências e nas letras do país. Damos em seguida, algumas manifestações de aplauso a vitoriosa campanha:

Do Touring Club, secção de São Paulo: São Paulo 24 de Junho de 1937 [...] O Touring Club do Brasil [...] interessa-se também – e o faz com verdadeiro orgulho – pela conservação e plena compreensão geral dos monumentos e realizações outras de Arte e Arquitetura, que imortalizam feitos e nomes que a Historia Paulista guarda e venera mui justificadamente.

Outras autoridades escrevem, como Rodrigo Mello Franco de Andrade: “Queira aceitar sinceras felicitações pela notável campanha empreendida em defesa do patrimônio de história e de arte de S. Paulo. Estou certo de que o resultado de seus esforços serão os mais confortadores pelo valioso apoio que encontrarão no espírito público e na cultura das autoridades e do povo paulista”.¹⁶

A Sociedade Genealógica escreve que vem acompanhando a “campanha patriótica” e destaca que “debaixo do patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, temos a absoluta certeza de que terá o mais completo êxito” e que Paulo Duarte “tem sido incansável na sua atividade em prol dos nossos pouquíssimos monumentos históricos, ‘reliquias do passado’.”

Por meio dessas manifestações, pode-se saber que Paulo escrevera outro artigo em 2 de julho, onde afirma que “nunca lhe passara pela ideia que o brado de revolta e de alarme dirigido aos paulistas pudesse alcançar tão prolongado eco”.¹⁷

Mário de Andrade também o cumprimenta em 27 de julho, transmitindo “Os aplausos da Sociedade de Etnografia e Folclore à campanha de proteção aos nossos

¹⁵ Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII, p 253

¹⁶ Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII, p 253

¹⁷ Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII, p254

monumentos arquitetônicos históricos [...]”. Mas, também redige uma resposta “como diretor do departamento de cultura e delegado do patrimônio histórico e artístico nacional” (sic), onde questiona o amigo e sugere medidas que possam definitivamente afastar o “fantasma” do vandalismo e extermínio. Segundo Mário a solução passa por criação de museus. Museus municipais e museus nacionais:

Paulo Duarte

Nesta campanha importantíssima que você iniciou e o Instituto Histórico está agora dirigindo, creio que não será impertinência eu vir dizer uma palavra minha.

Devo lhe confessar inicialmente que o título geral dado à parte de publicidade da campanha pareceu um pouco exagerado. O simples facto de ter existido um padre estrangeiro em São Miguel, que vendeu ou trocou, não sei, alguns elementos da deliciosa igreja, não devia entenebrececer com sua lembrança uma campanha de fins muito mais elevados e largos.

De resto, é certo que teremos a colaboração do clero na defesa do nosso patrimônio histórico e artístico. Esse é o pensamento do nosso cardeal. [...]. Além disso creio que os mais verdadeiramente culpados de descaso serão os leigos. Alguns anos atrás, ninguém ignora a campanha tão convincente que se fez em prol de uma arquitetura brasileira. Disso resultou o bem menos convincente “neo-colonial”.

Mas o espantoso é que ninguém cuidasse então, organizadamente, de preservar o colonial verdadeiro... despargiu-se no corpo das nossas colinas paulistas uma quantidade de...de “chalets” decorados à colonial, desvirtuando profunda, intimamente, o espírito, a expressão, a “necessidade dos tipos coloniais da nossa arquitetura”. O que havia de essencial nesta arquitetura, a sua monumentalidade lógica, nascida diretamente de formas lógicas em que a tradição portuguesa se acomodava e regia por nossa natureza e economia, isso se destruiu. E se destrói ainda. [...]

Não será o caso da campanha agora empreendida, tratar imediatamente de se dar a si mesma uma feição energeticamente prática? Fazer leis, reunir mecenas, iconografar os restos e as ruínas? Sei, pois tenho a felicidade de participar da atividade do Instituto e de você, que isso já se está fazendo. Se aludi ao facto, é que me parece de necessidade imediata, reunir a documentação ajuntada, por engenheiros e artistas diligentes, durante a campanha do neocolonial, defendendo esses documentos da dispersão. E publica-los de maneira racional.

Outra cousa que me parece de enorme e imediata necessidade é a **organização de museus**. Mas, pelo amor de Deus! **Museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo**, que ponham realmente toda a população do estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio.¹⁸

Neste momento Mário começava a discorrer sobre como acreditava deviam ser organizados os museus municipais e é possível perceber alguma semelhança com o modelo proposto à criação da Casa do Bandeirante, anos depois. Não é possível afirmar

¹⁸ Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVIII, P339-341

que Paulo Florençano tenha se servido dessa ideia, porém percebe-se que o grupo de intelectuais que cercava Mário de Andrade, em grande parte, ainda atuava no cenário cultural paulista quando da comemoração do 4º Centenário da Cidade de São Paulo e, também, fizeram parte do grupo que manteve estreita relação com Paulo Florençano. As ideias circulam, foram apresentadas e debatidas. Assim, a partir desses dados, foi possível considerar que a ideia museológica conceitual da criação de um museu municipal não se definiu apenas nas comemorações oficiais no aniversário da cidade em 1954, mas nascera bem antes, no cerne das ideias de preservação do patrimônio paulista de Mário de Andrade e Paulo Duarte.

Mário de Andrade, ainda em sua resposta de julho de 1937, ao artigo do amigo Paulo Duarte, menciona com maior clareza suas ideias sobre a ação museal que desejava:

Os museus municipais me parecem imprescindíveis. Não museus especializados que só competem às grandes cidades e são, devem ser protegidos por fortes verbas dos governos estaduais. Aliás estes museus especializados devem ser moveis, viageiros como começam agora a ser os de França.

Os museus municipais devem ter outra constituição, que será regulamentada pelos governos centrais. Devem conter de tudo. Devem ser museus arqueológicos, folclóricos, históricos, artísticos e também de ar livre e indústria. Se num edifício central do município se guardam um tronco de escravos, umas cestas trançadas, uns desenhos-cópias de petroglifos existentes na região, uma cadeira de jacarandá entalhado, uma bandeira do Paraguai, um quadro de boa pintura e uma cópia de Fídias, haverá também um jardim com papiris ameríndios, taipas caipiras, pinguelas, porteiras, seriação progressiva de cultivo de vegetais da região, etc. E também não esquecer as indústrias do município. [...]

É mesmo espantoso como estas cousas ficam relativamente baratas, **desde que as municipalidades façam a força financeira inicial de fornecer bom edifício e jardim. Um caipira mesmo virá construir sua “taipa”.** [...]. Quanto aos objetos do museu, não haverá município que não ofereça o que possua de arqueológico, de folclórico, e mesmo de histórico ou de artístico, **em benefício e glória do seu município.** [...]

Mas não se esqueça, Paulo Duarte, de legislar que nesses museus municipais, como em quaisquer outros, haverá visitas obrigatórias, **em dia de trabalho (grifo do autor)**, de operários, estudantes, crianças, etc. Visitas vivas, sem conferência de hora, mas acompanhadas de explicador inteligente. Sem isso não haverá museus, mas cemitério. **Sem isso, sem o auxílio do povo, esclarecido, jamais conseguiremos nada de permanentemente eficaz contra vandalismos e extermínios.** [...]

O meu modo de ver é que esta campanha, a lei federal sobre o nosso patrimônio, a lei estadual idêntica que você está preparando, são como a escola primária. [...]. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização. Não disseminados organismos outros que salientem no povo o valor e a glória do que se defendeu, tudo será letra morta, goso sentimental e egoístico de uma elite. E a defesa jamais será

permanente e eficaz. Entre as “profissões” humanas está o ladrão, está o contrabandista, o vendedor de ferros velhos, o antiquário. E não contar também com a universal estrepidez humana é pura e simplesmente, covardia. Sem o policiamento permanente do povo estaremos sempre à mercê dos vandalismos e extermínios”. Mário de Andrade.¹⁹ (grifo nosso)

Mário defendia a função pedagógica dos museus, na medida que estes podiam contribuir ativamente na educação e formação da população. No seu entendimento, considerava que sem a participação popular, efetivamente não haveria um trabalho preservacionista eficaz e abrangente. A preservação se faria pela educação. E, nessa perspectiva, os museus se constituiriam em eficientes espaços educacionais. Paulo Florençano retomou essa ideia na Casa do Bandeirante e a orientação que deu ao museu foi sempre privilegiando a formação educacional do público, notadamente escolar.

Na *Revista do Arquivo Municipal* nº XLI, ano IV, de novembro de 1937, foi publicada uma carta originária de Nova York, do dia 20 de setembro desse mesmo ano, em que o autor - Francisco Silva Junior - destaca um exemplo de museu americano, inaugurado recentemente, a visa de contribuir com a campanha, iniciada meses antes.

Causou forte impacto a carta que foi anunciada sob o título: “Uma interessante carta sobre o movimento a favor do patrimônio histórico”, seguida de uma breve descrição sobre a importância da opinião dada, já que partia de um paulista residente há muitos anos nos Estados Unidos e com uma empresa de turismo *Brazilian Tourist Bureau*, a par de tudo o que os norte-americanos “tem feito a favor dessas lembranças do passado”. Silva Junior já destacara que deseja “participar dessa nova legião que está a despertar a necessidade de **preservarmos os marcos da nossa historia colonial**”. (grifo nosso)

Apesar de viver muitos anos nos Estados Unidos, ficou desagradavelmente surpreendido ao chegar ao Rio de Janeiro e constatar o “espírito de imitação das vulgaridades de Hollywood” e a “indiferença revoltante em tudo que diz respeito às coisas genuinamente brasileiras”. E visitando os arredores de São Paulo deparou-se com o:

[...] eterno abandono das casas coloniais, os escombros da primeira alfândega do Brasil, a igreja e o convento de Itanhaem [...]. E destacou que São Paulo deveria ser pioneiro: “**Nós paulistas, devemos dar um exemplo ao Brasil inteiro**”. (grifo nosso)

¹⁹ Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVIII, p.341

É interessante notar que o autor da carta à Paulo Duarte, dedicou-se a descrever com riqueza de detalhes como se daria essa junção entre turismo e preservação:

Vossa Senhoria, sem dúvida, reconhecerá a necessidade de se aliar a indústria do turismo à garantia de uma preservação permanente dos nossos museus, dos nossos parques históricos, dos nossos casarões coloniais e dos velhos templos jesuítas.²⁰

Acreditava que seria importante criar um roteiro em que valorizaria as ruínas históricas em centros turísticos atraentes e rentáveis, com hotéis confortáveis, mas que remetessem ao período histórico colonial “num ambiente fiel ao nosso passado”, mas sem esquecer os confortos do mundo moderno e com a presença de um quiosque para venda de folhetos, **livretos descritivos**, *souvenirs* etc” , e, à guisa de exemplo, cita o convento de Itanhaém:

Mas imagine-se Itanhaem, ou qualquer outro lugar semelhante, restaurado como atração de turismo à maneira americana, como se faz aqui, na Virginia, na California, etc. A' entrada da vila, teríamos uma taboleta imponente, dando a data de sua fundação, um resumo histórico e uma lista de lugares a serem visitados. Mais adiante, encontraríamos um bom hotel de turismo, a caráter (estilo colonial), no qual tudo traria reminiscências, num ambiente fiel ao nosso passado – desde os candeeiros de 1550 (ainda que elétricos) até a mobília rustica e pitoresca. [...] ²¹

O convento seria reconstruído e “humanizado” – isto é, tornar-se-ia um **vestígio “vivo” do passado, com interessantes coleções de utensílios, mobiliário colonial, imagens, oratórios e miudezas varias, tudo descrito e explicado em “três idiomas”**. Tanto o convento como suas casas-museus seriam franqueadas ao público mediante um pequeno imposto de turismo – para propaganda da localidade. A sua Festa Anual do Divino seria um acontecimento tradicional, divulgado inteligentemente e realizado com vistas à legião de forasteiros. (grifo nosso)

Paulo Florençano foi diretor do Arquivo Municipal e, devido a sua sólida formação intelectual, é quase impossível supor que não tenha lido os números da Revista do Arquivo publicadas nos anos anteriores, quando Mário de Andrade era diretor da publicação e do Departamento. No discurso de abertura da Casa do Bandeirante, como foi visto no início deste capítulo, a expressão “museu vivo” aparece como um selo que o distinguia, talvez, de outros congêneres, fracassados no seu intento de transmitir as tradições passadas. E houve nítida preocupação do Guia ser traduzido em quatro idiomas (português, inglês, francês e alemão), seguindo orientação de um agência de turismo que levava turistas à Casa do Bandeirante. A reunião de objetos observando a

²⁰ Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII, p 259

²¹ Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII, p 260

reconstituição de um período histórico definido – o colonial - aproxima-se bastante do modelo proposto na carta, incluindo a reprodução da festa de Santa Cruz, ora realizada na casa antes de ser reformada para ser a reconstituição fiel de “cenário legítimo da vida paulistana no heroico ciclo das bandeiras”, segundo publicado no *Guia da Casa do Bandeirante*.

Finalmente, o autor da carta-resposta ao artigo de Paulo Duarte, explicou um bem-sucedido exemplo de cidade-museu inaugurado nos Estados Unidos, para que sirva de exemplo do que poderia ser feito em São Paulo (Figuras 75 e 76):

Figuras 75 e 76: Dollhouse, Colonial Williamsburg, Museum IMG_2729. Photographs by Roy Kelley.

Recomendo a vossa senhoria a leitura da revista “Geographic Magazine” (o número de abril de 1937), em que se lê uma interessante descrição da reconstrução de Williamsburg, na Virgínia. Tive ocasião de ir visita-la no outono passado – e voltei convicto de que o Brasil achará a solução desse problema municipal na industrialização do turismo, como se está fazendo na pequena cidade de sir Walter Raleigh. Mas Williamsburg encontrou nos Rockefellers a generosidade patriótica de que nós, brasileiros, carecemos. A restauração de Williamsburg está avaliada em 14.000.000.00! Tudo foi arrazado, para harmonizar com a planta da aldeia colonial. Inumeros edifícios foram completamente reconstruídos e remobiliados. Varias missões foram enviadas à Holanda, à França e à Inglaterra...em busca de moveis autênticos. Hoje, Williamsburg é a principal atração dos turistas no litoral do Atlantico. Paga-se \$1,00 de ingresso na taverna do sir Walter Raleigh, paga-se outro dólar para se visitar a casa do Governo, mais 50 centavos para se espiar a cela da cadeia colonial. Os guias, as cicerones, os inspectores – todos enfim, apresentam-se trajados a caracter, emprestando ao ambiente uma harmonia perfeita. [...] ²²

A campanha *Contra o vandalismo e o extermínio* durou três meses e depois se encerrou com um longo e violento discurso proferido por Paulo Duarte, então deputado estadual, na Assembleia Legislativa, quando apresentou o projeto de lei instituindo o Departamento do Patrimônio Estadual, que não foi levado à diante em função do golpe

²² Revista do Arquivo Municipal, nº XXXVII, p 262

que instituiu o Estado Novo e fechou a Assembleia Estadual²³ Mas acredita-se que as ideias em torno da preservação do patrimônio foram lançadas entre os paulistas, dando seus frutos nos anos sucessivos, como se acredita aqui ser a própria Casa do Bandeirante.

A perspectiva colocada por esta pesquisa, de que Paulo Florençano pudesse ter vindo a conhecer essa campanha e as cartas publicadas em decorrência dela, pode ser balizada nas diversas propostas utilizadas na montagem da Casa do Bandeirante (reprodução de ambientação de época interna e externa, guias em quatro idiomas, visitas guiadas a grupos, etc) já apresentadas em outro tópico e na utilização da expressão **museu vivo**, na explicação dada pelo próprio Florençano, sobre o conceito gerador da Casa do Bandeirante:

A segunda proposição, mais sugestiva, implicaria numa tentativa de recomposição do ambiente rural doméstico daquela mansão, de modo que pudesse oferecer imediata visão de como se processava a vida familiar de um senhor de terras, um potentado da época bandeirista, o que daria em resultado uma casa viva, ou melhor, um **museu vivo**, que receberia a denominação simbólica de “CASA DO BANDEIRANTE”. (FLORENÇANO, 1962:09, grifo nosso)

Esse termo aparece em diversas cartas transcritas anteriormente e representariam, para seus organizadores, a chancela de um museu dinâmico, moderno, atualizado com as propostas de uma nova ação museal. Na hemeroteca de Guilherme de Almeida, consultada para esta pesquisa, foi encontrado um recorte de jornal²⁴ bastante significativo que pode corroborar com a proposta aqui colocada:

Guilherme de Almeida acaba de nos presentear com uma reconstituição severa e poética da casa do bandeirante. Os Fernão Dias e os Raposo Tavares já não ficarão no impreciso das paginas dos livros, para tornarem realmente ao nosso convívio. Poderemos tê-los, de novo, debruçados à janela ou sentados no banco onde melhor serão ouvidos ou mesmo interpelados, em críticas acerbas. [...]

²³ Com o subtítulo “**O passado mostra os enganos do abandono**”, assinado por Paulo Sergio Markun é possível ver o distanciamento temporal entre o artigo de Paulo Duarte e sua ideia de criação de uma legislação que protegesse o patrimônio histórico a nível estadual e a sua concretização: “Mas, embora o deputado e jornalista apresentasse uma detalhada exposição de motivos, que remontava às origens da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil e na Europa, o projeto não teve tempo de ser aprovado: pouco depois, a 10 de novembro, o golpe de estado de 37 fechava as Assembleias e punha no exílio o autos do projeto, o diretor do **Estado** e também Fabio Prado e Armando Salles de Oliveira, respectivamente, prefeito e governador de São Paulo. A ideia só veio a ser retomada muito mais tarde, em 1952, no governo de Lucas Nogueira Garcez. (...) Em 1968, o governador Abreu Sodré acabou com a longa espera, ao sancionar a Lei nº 10.247, de 22 de outubro, que criava o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat.” Ler mais em: “São Paulo, em taipa, tijolo e concreto” in: Jornal O Estado de São Paulo, 23/08/1972, p.18.

²⁴ Miran de Barros Latif: Casa do Bandeirante. *Diário de São Paulo*, 4 de novembro de 1955. Fundo Guilherme de Almeida. Museu Guilherme de Almeida.

Teremos, então, de dispor, para ajudar o teatrólogo da história, de um cenário o mais possível objetivo e realista, de cantaria, de pedra, e cal, de taipa, de pau a pique ou mesmo de barro de sopapo. O tempo, como a distância, nos aparta dos aspectos humanos dos nossos heróis. As linhas mestras, exageradamente estilizadas, nos levam a melhor fixar, mas detroem qualquer calor humano. E os heróis, por formidáveis que sejam, prendem-se a nós por banalidades, por insignificâncias do convívio íntimo na casa.

[...] Arrastados por um progresso tumultuário, não temos tido a devida consideração pelos nossos cenários. [...] Se já não dispúnhamos de um rico cenário humano, este vai-se tornando, de mais em mais escasso. Não podemos, por conseguinte, nos cingir ao critério europeu, que pretende apenas conservar, na abundância do que dispõe, apenas o autêntico, e restaurar, estritamente, o que existe, sem tirar nem por. **Para nós, o critério deverá ser o adotado nos Estados Unidos, onde se reconstrói, em pedra e cal uma cidade inteira, como Wilhemsburg.** [...]

Mestre Guilherme de Almeida, felizmente, nem teve de reconstruir a casa do bandeirante. Encontrou, como por milagre, um casarão do século XVII, escondido das picaretas, que se dizem do progresso, pelas tingueras do Butantã [...] A casa restaurada recebeu móveis, num ensaio de recomposição do cenário doméstico paulista da época das bandeiras, e tudo ali, embora evocando o passado, pode inspirar novos conjuntos rurais, de tanto que o funcional prima, desde a construção até as menores alfaías.²⁵ (grifo nosso)

Paulo Florençano escreveu e ocupou diversos cargos na Revista Paulistânia²⁶ do Clube Piratininga - redator, colaborador, ilustrador e diretor da Revista. Entre os anos 1955 e 1950, publicou diversos artigos ligados a temática da Casa do Bandeirante ou ilustrados com desenhos e fotografias de suas peças ou da ambiência montada. No artigo intitulado “*O que guarnecia as Casas Paulistas nos Primórdios do Século XVIII*”²⁷, de sua autoria, destaca que:

A ‘Casa do Bandeirante’, nome simbólico dado à histórica residência colonial que foi sede da fazenda de Ibitatá, [...] está sendo guarnecida

²⁵ Idem

²⁶ No editorial da revista nº 52 de jan-abril de 1955 foi publicado o histórico da criação do Clube Piratininga que publica a Revista Paulistânia: “O Clube Piratininga – trincheira remanescente dos ideais da Revolução Constitucionalista [foi] fundada em 1939. A revista-documentário Paulistânia era então apresentada em formato 16x23 e tinha 16 páginas de texto. Em 1940, em função da enorme quantidade de solicitações e percebendo sua importância entre as publicações resolveram publicá-la em grande formato, com maior número de páginas, usando papel de alta qualidade e enriquecendo-a com farta ilustração, a fim de torná-la uma grande revista. Assim começou a ser publicada em formato 23x30 com 48 páginas em papel couché. No seu úmero 7, entra para o corpo de redatores, com função de ilustrador, Paulo camilher Florençano que, mais tarde, exerceu os cargos de redator, secretário, incumbido da organização geral da revista. Diversas solicitações partiam de bibliotecas nacionais e internacionais como a Biblioteca do Congresso, de Washington, para o envio de suas publicações. Entre seus diversos colaboradores encontram-se Aroldo de Azevedo, Aziz Ab’Saber, Carlos Drummonde de Andrade, Alfredo Ellis Junior, Tácito de Almeida, Sérgio Buarque de Holanda, Ernani da Silva Bruno, entre outros ” In: Biblioteca do Departamento do Patrimônio Histórico/DPH. Pasra saber mais ver MAYUMI: 2005

²⁷ Revista Paulistânia, nº53, Maio-Setembro, 1955, p.41. Biblioteca do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo/DPH

com os móveis e alfaia de uso comum, num criterioso ensaio de recomposição do ambiente doméstico característico da época, isto é, dos primeiros decênios do século XVIII.

Florençano, nessa publicação, afirmou que seguia seu intento usando critérios rigorosos na seleção e decisão do que iria guarnecer cada cômodo da casa, sem perder de vista seu propósito. A busca por uma autenticidade legitimadora se fez evidente nesse artigo, quando explicou que a publicação dos “Inventários e Testamentos”, pelo Arquivo do Estado, foram de grande utilidade no projeto da Casa do Bandeirante, e que dentre os documentos publicados na série, os referentes ao século XVIII são muito escassos: “Isso explica, em parte, a razão porque quase nada foi até hoje publicado de realmente esclarecedor referente à “vida e morte” do paulista da primeira metade do século XVIII e grande parte da segunda”. E segue com sua explicação “Pela leitura de alguns desses inventários do setecentos pode-se ter, no entanto, uma ideia dos móveis e alfaia que guarneciam as residências paulistas dessa fase do ‘Ciclo do Ouro’.” Esclareceu também que um dos principais elementos que serviram para orientar os trabalhos, “foi o minucioso estudo das peças arroladas nos inventários e testamentos contemporâneos à mansão”.

A carência de iconografia era quase absoluta tendo que utilizar essas referências documentais, na seleção do que colocar na Casa do Bandeirante. Em seguida, arrolou os principais testamentos consultados com as respectivas listas de peças que “costumam ser guardadas sob o teto” - os móveis, as alfaia, as roupas, as ferramentas e os instrumentos de trabalho, ficando de fora outros bens (terras, peças de serviço (escravos), animais, etc. Em seguida, arrolou sete testamentos de 1700 a 1729, ilustrando com fotografias tiradas dos cômodos da Casa do Bandeirante. A transformação da casa em museu constitui-se numa estratégia de objetivação da memória, isto é, do lugar simbólico onde “morou” um personagem histórico, Afonso Sardinha, e esse elemento significativo poderia legitimar historicamente a hegemonia de um determinado grupo social. Nessa perspectiva, Poulot (2003:34) analisa que:

Os objetos “patrimoniais”, documentos e monumentos, testemunhos de uma época, de pessoas e de eventos passados, separados de seu meio de origem, quer porque perderam sua função e sua utilidade, [...], manifestam um vínculo físico entre nós e o outro desaparecido: eles têm um potencial de evocação.

O objetivo desta montagem privilegiando o *period room* de uma casa bandeirista, onde a figura do bandeirante foi apresentada com o decoro necessário, visava consolidar a identidade paulista, através da reafirmação de sua força simbólica aos visitantes. A narrativa dessa montagem remete-nos ao que Meneses aponta como

“teatro da memória”, “ [...] Já que a matriz sensorial facilita a rememoração. A partir da seleção mental, ordenamento, registro, interpretação e síntese cognitiva na apresentação visual, ganha-se notável impacto pedagógico. ” (MENESES, 1994: 10)

Nessa perspectiva, importante análise pode ser feita acerca de como a questão das identidades são percebidas e equacionadas nos museus. Apesar de, no momento de sua apresentação, a Casa do Bandeirante ser referenciada como instituição cultural, sua formação inicial partiu de uma Missão que originou uma Política de Ação para formação de um acervo e a disposição das peças na casa, seguiu um criterioso roteiro curatorial. Sendo assim, não seria inadequado considerar que a questão da identidade paulista permeava cada uma das ações. Pode-se supor que a identidade com algo ou alguém pressupõe uma identificação ou semelhança de ordem psíquica e social. A afirmação da identidade está ligada a ideia de solidificar e garantir a reprodução de uma estrutura social que legitime e garanta que práticas sociais sejam aceitas pela sociedade. Nesse caso, é imprescindível a construção de imagens, “campo fértil para a mobilização ideológica e as funções de legitimação em que determinadas práticas obtêm aceitação social” (MENESES, 1993: 209). E isso se justifica principalmente no caso de identidades nacionais, já que a produção das imagens funciona no sentido de “[...] escamotear a diversidade e, sobretudo, as contradições, os conflitos, as hierarquias, tudo mascarado pela homogeneização a posteriori e por uma harmonia cosmética”. (MENESES, 1993: 209).

Segundo Meneses, a construção da identidade tem como objetivo a semelhança que gera, em consequência direta, a diferença. O diferente gera risco porque não se reconhece ou se legitima a sua existência, daí que:

[...] a diferença está na base de todas as classificações, discriminações, hierarquizações sociais. Em outras palavras, não se precisam as diferenças apenas para fins de conhecimento, mas para fundamentar defesas e privilégios. [...] Em suma, identidade e poder não de dissociam. (MENESES, 1993: 209)

A construção do cenário da Casa do Bandeirante tinha como um dos objetivos, traduzido no discurso de inauguração de Guilherme de Almeida – “Aí é, agora, torre-de-menagem, o último reduto da família paulista.” – ser o espaço de reconhecimento da nobreza heroica, sem paralelo no país, na formação do verdadeiro paulista. Nesse sentido, era fundamental a formação do cenário com peças históricas e verdadeiramente antigas, se possível de origem paulista, para serem a ponte do “visível” com o “invisível”. Esse entendimento da importância do acervo é, como afirma Poulot, um procedimento usual em museus, visto que “Na maioria das vezes, o acervo contribui para a legitimidade do poder, para a mitologia das origens e para o ato de transmitir. ”

(POULOT, 2003: 36) Portanto, a figura do bandeirante apresentava-se com uma plasticidade decorosa que tinha o propósito de consolidar uma dada identidade paulista, mediante a reafirmação de sua força simbólica aos visitantes.

Figura 77: Affonso E. Taunay. Museu Paulista. Acervo: memória-museu-
ipiranga.Fotos

Affonso d'Escragnolle Taunay²⁸ foi um dos primeiros intelectuais a ser consultado acerca da ideia de montar um museu/cenário na Casa do Bandeirante. Sua intensa vida profissional marcou a historiografia brasileira na primeira metade do século XX, principalmente por sua atuação como diretor do Museu Paulista entre

1917 a 1945. Sua produção científica foi extensa e centrada em elementos, atores e fatos históricos, que pudessem contribuir para o fortalecimento da ideia de unidade nacional – por exemplo, as bandeiras e seus bandeirantes. Taunay deu protagonismo aos paulistas, apresentando-os como personagens privilegiados na construção da identidade nacional da primeira metade do século XX. Desde seus primeiros estudos, percebe-se sua preocupação com a descrição da vida cotidiana e política paulista. Esses estudos contribuíram para criar a ideia de que São Paulo já possuía uma forte influência política, o que teria levado o grito de independência a acontecer nessa cidade.

Segundo Ana Claudia Brefe (1999:06), foi ideia de Taunay (Figura 77) a montagem de um *period room* na inauguração do Museu Republicano Convenção de Itú, “[...] optando por um trabalho museográfico então pouco conhecido no Brasil”. O modelo de montagem chamado de *period room* (os espaços por período) atingiu sucesso de público nos Estados Unidos e Europa, desde o final do XIX, pela maneira

²⁸ Affonso Taunay nasceu em 11/07/1876 e, apesar de ter se formado em engenharia pela Politécnica de São Paulo, encontrou na História sua verdadeira vocação. Teve destaque atuando como lexicógrafo, biógrafo, historiador, ensaísta, romancista, heráldico e professor. Atuou ativamente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na Academia Paulista de Letras e na Academia Portuguesa de História. Faleceu em 20/03/1955. Para saber mais ver: DIAS, Kelly Keiko Koti Dias *Affonso d'Escragnolle Taunay e a História como construtora da identidade nacional*. In: www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br Acessado em: 10 de junho de 2016

de exibir objetos de arte e históricos, reunindo mesas, cadeiras, porcelanas etc, com a intenção nítida de apresentar um breve relato do dia a dia dos antepassados. (CUNHA, 2015: 53)

O projeto da Casa do Bandeirante, como já foi dito, visava a montagem de um cenário numa residência rural do século XVIII, que mostrasse as gerações presentes e futuras, o modo de vida de um abastado fazendeiro paulista na vivência do Ciclo do Ouro. Como veículo mais eficiente e didático para alcançar o fim expresso de manter viva a memória dos feitos bandeirantes e transmitir o sentido desejado – “o da casa em que morou o genuíno criador de nossa atual magnificência [...] o cenário de honrada simplicidade da casa do bandeirante”, segundo palavras de Guilherme de Almeida na inauguração da restauração da Casa do Bandeirante²⁹ –, optou-se pelo *period room*.

A atmosfera criada deveria dar sentido a experiência do visitante, que ao circular pela Casa, poderia entender a mensagem desejada: “A imaginação dos que a virem – se forem este gente afinada com nossa sensibilidade e intuição - saberá povoá-la das coisas singelamente nobres, entre as quais viveram nossos maiores.”³⁰ Então, não bastava circular pelos ambientes e apreciar os objetos por eles mesmos, era necessário atribuir-lhes um sentido. Segundo Meneses “Os artefatos, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais’ e que a escolha de bens materiais para uma exposição tem um significado além de sua função quando em uso no cotidiano. Pela fala de Taborsky “o museu só se interessa pelos objetos materiais por causa do sentido” (MENESES, 1994,: 12 apud TABORSKY, 1990: 74)

Guilherme completa sua fala colocando a intenção que embasou todo o trabalho que ali se inaugurava ainda parcialmente: “[...] Para aqui virá o modesto acervo dos móveis, alfaia e utensílios que serviram ao bandeirante. E então será apresentado a quem puder interessar [...] um ambiente vivo.”. Para os organizadores, a apresentação das peças selecionadas em suportes físicos como bases e vitrines, como uma exposição tradicional, não serviria a seus propósitos e por isso, a montagem expográfica através do recurso de *period room*, se coadunava perfeitamente, ainda que este termo anglofóno jamais tenha sido encontrado em nenhum documento. Recorrendo mais uma vez a Meneses, pode-se concordar com a percepção de que “[os museus] encapsulam o tempo, usando suas categorias analíticas para segmentá-lo e representa-lo exibindo periodizações e estabelecendo hierarquias pela alocação diferencial e mobilização do

²⁹ Fragmento do discurso de Guilherme de Almeida na Apresentação oficial da Casa do Bandeirante, em 25/01/1955

³⁰ Idem.

espaço. ” (MENESES, 1994: 14 apud CRANG, 1994: 32) Segundo Florençano, idealizador e gestor do projeto:

A “Casa do Bandeirante”, uma vez restaurada e guarneçada com os móveis e alfaías características da época, **terá duração permanente**, pois o seu fim principal será o de dar uma ideia exata de como era a vida em uma fazenda na época das “bandeiras”. [...] Ao mesmo tempo que oferecerá, didaticamente, uma visão do modo de vida do paulista de outrora, a “Casa do Bandeirante” **despertará entre as novas gerações o culto pelo passado heroico de Piratininga**³¹

A formação do acervo necessário para compor o cenário da Casa do Bandeirante, foi realizado, como visto no capítulo 3, através de compras, solicitação de doações e através de convites direcionados a antigos proprietários de fazendas do interior de São Paulo. Assim, “Por meio do museu e na forma do objeto museológico (testemunho, vestígio), as elites paulistanas puderam garantir seu ingresso nas representações históricas da sociedade”. (CARVALHO, 2011: 456).

As peças selecionadas procuravam demonstrar a vida de um rico proprietário de terras e o cotidiano de sua residência com os compartimentos remontados a partir de estudos efetuados na época, não deixando espaço para a demonstração ou explicação de como viveriam os outros grupos sociais que conviviam com o proprietário das terras. A exposição inaugural da Casa do Bandeirante - e que vigorou até 1978 -, de caráter celebratório, buscou enaltecer e fixar valores através de sistemas de representações que excluía conflitos e tensões e não deixavam espaços para reflexão e críticas. As questões relacionadas à construção das culturas de memória e as legitimações imbricadas nessas práticas, na criação de um imaginário comum, são extremamente complexas. Há de se concordar com Choay quando esta afirma que: “Da restauração à reutilização, passando pela mise en scène e animação cultural, a valorização do patrimônio histórico apresenta múltiplas formas, de contornos imprecisos, que quase sempre se confundem ou se associam”. (CHOAY, 2001: 213)

A apresentação da Casa do Bandeirante a convidados foi na data oficial do encerramento das comemorações organizadas para o IV Centenário da Cidade de São Paulo. A comissão organizadora teve que se esforçar para encerrar as obras principais a tempo de contemplar essa previsão de data.

Como se poderia supor, um trabalho dessa monta não poderia acontecer pelo esforço de um ou dois especialistas, por mais empenhados que pudessem estar do

³¹ FLORENÇANO, Paulo C. Serviço de Imprensa. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. 25 de janeiro de 1955. Documentos avulsos. Cx 109. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

desempenho de suas funções. Assim, uma equipe de consultores foi criada, contribuindo com suas expertises para a criação do museu, como frisou Florençano:

A fim de orientar os trabalhos em casos de necessidade ou de oferecer sugestões, solicitamos à Comissão do IV Centenário, a constituição de Comissão Consultiva da “Casa do Bandeirante”, que deveria ser composta de elementos conhecedores dos diversos assuntos relacionados com o museu que se pretendia instalar. Constituíram-na, Guilherme de Almeida (presidente), Afonso de E. Taunay, José Wasth Rodrigues, João Fernando de Almeida Prado, Mario Neme, Luis Saia e Ernani da Silva Bruno (membros consultores).

Esses elementos, com a maior boa vontade e mesmo peculiar entusiasmo, emprestaram as luzes de seus conhecimentos especializados, quando, em várias oportunidades, deles solicitando informações. (FLORENÇANO, 1962: 11)

O ofício de Paulo, encaminhado para Guilherme de Almeida em 30 de abril de 1955, explicita a visita realizada por alguns dos especialistas que acompanharam de perto as obras de restauração e o início da montagem do “cenário” da Casa do Bandeirante. A solicitação refere-se ao pagamento das despesas efetuadas com viagens de automóvel particular e corridas de taxi:

Solicito os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de autorizar o reembolso da importância de Cr\$ 1.830,00, por mim dispendida durante o período de 1º de janeiro a 30 de abril do corrente ano, em diversas viagens de automóvel até a “Casa do Bandeirante”, em cumprimento dos encargos inerentes àquelas obras e também levando em visita, **pessoas ilustres e técnicos cujas atividades estão ligadas aos trabalhos que lá se desenvolvem**, entre os quais, o dr. Afonso Scragnoille Taunay, dr. Sérgio Buarque de Holanda³², dr. Luis Saia, sr. Leonardo Arroyo, dr. Frederico Lane, dr. Ernesto de Faria Alves. [...] ³³ (grifo nosso)

Foram vários os artigos publicados na Revista Paulistânia que faziam referências, direta ou indiretamente a Casa do Bandeirante, seja sobre sua restauração ou constituição, ou utilizando seu acervo para referenciar o artigo (Figura 78).

³² PRADO, Antonio Arnoni. Segundo este autor, “Sérgio Buarque de Holanda ao lado de Sérgio Milliet (...) e de Mário de Andrade, foi dos críticos mais influentes do modernismo paulista [...] com Gilberto Freyre e Caio Prado J. forma a tríade decisiva na formação intelectual de toda uma geração de escritores, poetas, estudiosos e homens de imprensa que marcariam a passagem dos anos 30 e 40 [...]” A Literatura em São Paulo, p.519 in: *História da Cidade de São Paulo*, v. 1: a cidade colonial/ organização Paula Porta. – São Paulo: paz e Terra, 2004.

³³ Processo 6351/55, caixa 221. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Figura 78: revista Paulistânia nº66 de 1961, com desenho da Casa do Bandeirante executada por Paulo C. Florençano

setembro de 1955: Fiação doméstica em São Paulo, autoria de Sérgio Buarque de Holanda com fotografia de acervo da Casa do Bandeirante; O que quarnecia as casas paulistas no século XVIII, autoria de Paulo Florençano e ilustrado com fotografias do

Figura 79: Museu do Ouro de Sabará: Fotos de Paulo C. Florençano

Bandeirante - autoria de Paulo Florençano.

Assim, ao longo de quatro anos, foram os seguintes artigos publicados: Revista Paulistânia nº 52, jan-abril de 1955: A “Casa do Bandeirante”, autoria de Paulo Florençano; Revista Paulistânia nº 56, maio-junho de 1956: Aspectos da vida rural paulista de outrora, autoria de Rubens Rodrigues dos Santos, com desenho de Paulo Florençano e ilustrado com fotografias do interior da Casa do Bandeirante; A “Casa do Bandeirante” em relação às vias de comunicação de sua época, autoria e desenho de Paulo Florençano; Revista Paulistânia nº 53, maio-

interior da Casa do Bandeirante; Revista Paulistânia nº 58, jan-maio de 1957: Os Affonso Sardinha, autoria de Rubens Rodrigues dos Santos; Revista Paulistânia nº 59, jun-set de 1957: Washington Luis e as casas bandeiristas, autoria e fotografias de Paulo Florençano; Revista Paulistânia nº 61, junho-abril de 1958/59: A iluminação no Brasil, autoria de Sylvio de Vasconcellos, com desenhos de peças da Casa do

Figura 80: Museu do Ouro de Sabará: Fotos de Paulo C. Florençano

Figura 81: Museu do Ouro de Sabará: Fotos de Paulo C. Florençano

A opção museográfica adotada, parece, ter sido derivada da opinião desses intelectuais com os quais Florençano travava contato, mas principalmente do próprio Presidente da Comissão, Guilherme de Almeida. Em 28 de julho de 1954, Paulo Florençano dirigiu-se ao Museu do Ouro de Sabará³⁴ com o intuito buscar um referencial metodológico próximo e que pudesse ser adaptado à organização da Casa do Bandeirante:

Venho solicitar de V. S. a necessária autorização para viajar até Sabará, estado de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento direto, da organização do Museu do Ouro, modelar instituição existente naquela cidade, **e que muito poderá orientar os trabalhos de instalação da “Casa do Bandeirante”**. Nessa viagem, pretendo, além do imprescindível conhecimento da organização em geral do “Museu do Ouro” – **fim de adaptá-la à “Casa do Bandeirante”**³⁵

O Museu de Ouro de Sabará, fundado em 1945, era dirigido pelo irmão de Guilherme de Almeida e, pelas fotos publicadas na Revista Paulistânia, ilustrando o artigo de Wasth Rodrigues, *Móveis Antigos de Minas Gerais* (Figuras 79 a 81), é possível considerar que Paulo utilizou-o como um referencial para a

34

O Museu do Ouro está localizado na antiga Casa da Real Intendência e Fundação do Ouro de Sabará. Na década de 40 do século XX, o prédio foi adquirido pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e doado ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico – SPHAN, que o restaurou para transformá-lo em Museu. Idealizado dentro das ideias e propostas de intelectuais e artistas modernistas, no final dos anos 30, seu acervo começou a ser constituído em meados da década de 40 e é constituído por instrumentos da antiga Casa de Intendência e Fundação, mobiliário, prataria, armaria, peças de arte sacra e objetos ligados a prática da mineração (séculos XVIII e XIX). Criado pelo Decreto-lei nº 7483, de 23 de abril de 1945, o Museu do Ouro foi inaugurado em 16 de maio de 1946, sendo atualmente uma unidade museológica do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, órgão do Ministério da Cultura. Para ver mais acessar: <https://museudoouro.wordpress.com> Acessado em: 11 de junho de 2016

³⁵ Processo nº3984/54, caixa 213. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

montagem do seu cenário. As fotos são do próprio Paulo Florençano e é indiscutível a aproximação entre os móveis adquiridos em Minas Gerais utilizados na Casa do Bandeirante e os móveis que compõe o acervo do museu mineiro. Não havia nisso nenhuma discrepância histórica e nem estilística, conforme visto no capítulo anterior.

A preocupação em receber os móveis e organizar de forma correta na Casa não era apenas de Florençano. Guilherme de Almeida³⁶ atuou na Casa do Bandeirante não apenas como o presidente da Comissão que autorizava os pagamentos, mas também zelava pela correta concepção dos cômodos e montagem do *period room* de uma casa bandeirista. Na comunicação apresentada no Seminário do ICOM em 1962, Florençano explicou:

Quanto a distribuição das peças obtidas, obedeceu-se ao maior critério possível, levando-se em conta, principalmente, **a utilização que poderiam ter tido nas diversas dependências da Casa**, isto é, o seu uso pelas pessoas que outrora nelas residiam. Nesse trabalho, emprestaram especial colaboração, José Wasth Rodrigues e Guilherme de Almeida, ambos da Comissão Consultiva da “Casa do Bandeirante”. (FLORENÇANO, 1962: 12, grifo nosso)

Na carta escrita em 18 de outubro de 1955 à Isaac Babsky, Paulo deixa transparecer o empenho de Guilherme de Almeida e também o seu próprio em conseguir junto à Prefeitura o pagamento das aquisições:

Acuso o recebimento do seguinte material: uma mesa de oratório no valor de Cr\$ 3.500,00, uma cama de solteiro em jacarandá, no valor de Cr\$5.000,00 e um catre no valor de Cr\$ 2.000,00. Ao todo, isso importa em Cr\$10.500,00. Peço ao sr., o favor de mandar dizer em quanto ficou o porte de tudo isso e o respectivo engradamento, pois agora vou mandar empenhar tudo para pagamento. [...] chegou muito bem, assim como as peças da “Casa do Bandeirante”

Assim, muito importante: com a cama vieram apenas duas varas do seu docel. Assim, faltam para completa-la, peças torneadas que vão encaixadas nos suportes da cama e mais duas varas pequenas, que ficam na frente e atrás do docel, iguais às que vieram, porém, menores.

³⁶ Guilherme de Andrade e Almeida nasceu em Campinas, SP, a 24 de julho de 1890. Em 1912, concluiu o curso da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tendo, após a formatura, atuado como promotor público em Apiaí e em Mogi-Mirim. De volta à Capital em 1914, passou a se dedicar prioritariamente à atividade de escritor. Em 1922, atuou decisivamente na realização da Semana de Arte Moderna, ao lado de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti e Menotti del Picchia, entre outros.

Em 1932, Guilherme participou ativamente da Revolução Constitucionalista. Ao final desse Movimento, foi preso e exilado em Portugal, onde permaneceu até o ano seguinte. Eleito em 1928 para a Academia Paulista de Letras e, em 1930, para a Academia Brasileira de Letras, Guilherme de Almeida foi, durante décadas, o mais popular poeta paulista. Sua obra compreende mais de 70 publicações, entre poesia, prosa, ensaio, tradução, além do extenso trabalho jornalístico, ainda esparso. Em 1959, foi eleito “Príncipe dos Poetas Brasileiros” em concurso patrocinado pelo jornal Correio da Manhã, por meio da seção “Escritores e livros” – escolhido por um “colégio eleitoral” de cerca de mil componentes, concorreu com os poetas Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, etc. Faleceu em 11 de julho de 1969. Para saber mais ver:

<http://www.casaguilhermedealmeida.org.br/casa-guilherme-de-almeida> Acessado em:12/06/2016

Sem isso a cama fica incompleta e o dr. Guilherme de Almeida faz questão em te-la em perfeita ordem, pois ela vai compor o “quarto de moça solteira” da nossa casa. Junto lhe envio um desenho que, melhor que as palavras, esclarecerão o que está faltando. [...] (grifos meus)

Quanto aos seus pagamentos, estou em véspera de lhe telegrafar, avisando-o que já existe o dinheiro. **Trabalhei muito nesse sentido** e, para evitar possível demora, quem vai lhe pagar é a Prefeitura Municipal. Devido amizade com o atual secretário de finanças, contei-lhe o caso das dificuldades e ele concordou em pagar essas duas primeiras remessas pela verba municipal. Já está tudo muito bem encaminhado e dentro em breves dias, eu lhe avisarei. [...] ³⁷ (grifo nosso)

Florençano se mostrava confiante pois que a Prefeitura se disponibilizara a participar do projeto de forma a garantir o recebimento das peças principais que iriam compor o decór desejado. Assim, solicitou tudo o mais que o comerciante pudesse adquirir para dar a Casa a ideia de que o morador [fazendeiro setecentista] a estava ocupando efetivamente, com pequenos objetos que ilustrariam seu cotidiano. A montagem de um perfeito *period room*, não prescindia desses detalhes, desejados pelos organizadores, e que dariam a correta percepção de uma residência em uso:

O sr. me falou em mais cabides, dizendo que tinha mais alguns. Isso nos interessa e, se os preços forem na mesma base dos já fornecidos, poderá mandar uns três, de preferência grandes e médios.

O sr. me falou em uma chaleira de cobre e ficou de trazê-la quando para cá vier. Peço não esquecer.

Se houver fotografias de outras peças que possam nos interessar, não deixe de trazê-las, **pois, agora com o apadrinhamento da Prefeitura, estamos com grandes possibilidades.**

Pequenos objetos: espelhos antigos, p peças de estanho (pratos, bules, pichorras, etc), banquetas forradas de couro, tudo isso nos interessa.

Não se esqueça do descaroçador de algodão. O que precisamos parece um desses moedores de cana pequeno. [...] Aguardo notícias por carta. ³⁸ (grifo nosso)

As fotos a seguir, registram a disposição dos móveis na Casa do Bandeirante, por cômodo:

³⁷ Carta de Paulo Florençano a Isaac Babsky em 18/10/55. Fundo Paulo Camilher Florençano. Arquivo Histórico Félix Guisard Filho, Taubaté, SP

³⁸ Carta de Paulo Florençano a Isaac Babsky em 18/10/55. Fundo Paulo Camilher Florençano. Arquivo Histórico Félix Guisard Filho, Taubaté, SP

PLANTA DA CASA E RELAÇÃO DOS CÔMODOS:

1. Pretório
2. Quarto de hospedes
3. Capela
4. Quarto do dono da casa
5. Sala social
6. Quarto das redes
7. Quarto de donzela
8. Sala íntima
9. Quarto de trabalho
10. Alpendre de serviço
11. Quarto de arreios e ferramentas
12. Hucharia

Figura 82: Relação de cômodos Casa do Bandeirante. Acervo do Museu da Cidade de São Paulo

Relação de peças por cômodos (Figuras 82 a 104):

1 – Pretório: bancos de madeira (dois);

2 - Quarto de Hóspedes: cama de cedro, cadeira taxonada, canastra de couro com suporte, canastra de couro tachonada, cruz tosca de parede, mesa oratório de jacarandá e vinhático, oratório original da “casa”, imagem de Santa Helena, crucifixo, castiçal rústico de barro, candeia de ferro;

Figura 83: Quarto de Hóspedes. Fotografia desconhecida, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo.

3 - Capela: oratório, arca oriental, confessionário, urna, imagem de São Sebastião, crucifixo de estanho e madeira, turíbulo, galheta de estanho, salva de estanho, estola litúrgica, banco rústico, missal, galheta de estanho, vasos de madeira, cômoda, cofre de igreja, toalha de altar, tecido da frente do altar, candeia de parede;

Figura 84: Capela. Fotografia desconhecida, c.1955. Acervo Fotográfico do Arquivo Municipal de São Paulo.

4 - Quarto do dono da casa: cama de jaracandá com sobrecéu, mesa oratório, oratório pintado, cofre para guardar valores (no forro), imagem da Imaculada Conceição, imagem de Sant'Ana, Padre Belchior de Pontes (São Bento, depois de avaliação), corda com nó, cabide grande, cabide menor, cachimbo de pedra, baú pequeno, candeia pequena, candeia média, caçamba de latão (duas), quadro N. S. da Piedade, pedra de machado, binga, gamela grande, arca de madeira, arca de jacarandá e vinhático, cadeira tachonada, punhal do século XVII, tapete de pele, colcha cochinilha, barriquinha para guardar ouro em pó de 1720;

Figura 85: Quarto do dono da casa. Acervo Fotográfico do Arquivo Municipal de São Paulo.

Figura 86: Quarto do dono da casa. Fotografia desconhecida, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo.

5 – Sala social: mesa de cavalete de jacarandá e vinhático, comportando candeeiro de três bicos, cadeiras e poltronas tachonadas, bufete, castiçal jesuítico de ferro, frascos para bebidas, porta-areia, polvorinho e espanta-moscas indígena, jarra de estanho, armário, canastra, banco recortado, mancebo de candeia, cabide de pé;

Figura 87: Sala social. Fotografia desconhecida, c.1955. Acervo Fotográfico do Arquivo Municipal de São Paulo.

6 – Quarto das redes: redes tecidas em Sorocaba (processo comum desde século XVII, arca de madeira “Gonçalo Alves”, cabide de parede, cadeira de estado, trabuco de pederneira e polvorinho, catre rústico de Embú com colcha de tear caseiro, coberta de cochoilha da Índia, mesa de cabeceira;

Figura 88: Quarto das redes. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo.

Figura 89: Quarto das redes. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

7 – Quarto de donzela: cama de bilros, colcha de crochet, cadeira de estado tachonada, mesa com oratório, espelho de toucador, castiçal de estanho, bastidor francês, roda de fiar, bacia de cobre e toalha de barafunda, arca de jacarandá e cedro, pequena arca de madeira “Gonçalo Alves”, cabide com bastidor, pia d’agua benta;

Figura 90: Quarto da donzela. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Arquivo Municipal de São Paulo.

Figura 91: Quarto das redes. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo.

8 - Sala íntima: tacho de cobre, copo de estanho, prato grande de estanho, pichel para vinho (estanho), prato pequeno de estanho, colheres de estanho, banco rústico, banco rústico, prato pequeno de estanho, tacho de cobre, cabide de parede, pichorra de cobre, chocolateira de cobre, pote grande de barro, suporte para o pote, candeia de ferro (duas), banco rústico pequeno, tacho de cobre com uma alça, púcaro de coco, arca de madeira, candeia (duas), banquetta de couro (duas), chocolateira de cobre (seis), chocolateira de ferro, panela de cobre, bilha de barro, peneira de taquara, caneca de cobre, tacho de cobre, almofariz, arca guarnecida com ferro, armário grande, púcaro de cobre, bufete com duas gavetas, gamela grande, mesa de jacarandá e vinhático, arca de madeira, tampa de cobre (quatro);

Figura 92: Sala íntima. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Arquivo Municipal de São Paulo.

Figura 93: Sala íntima. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 94: Sala íntima. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

9 - Quarto de serviço ou gineceu: cabide de parede, armário de cedro, enrolador de fios, banco rústico pequeno (dois), roda de fiar, dobadeira, cesto de fios, cesto de fios com tampa, tear de pano completo, cardas, côvado, banco de tear, mesa rústica, ferro de engomar, candeia de ferro, banco grande de trabalho, banco rústico, ferro de engomar, arca de cedro, banqueta de couro, cesto de taquaras com pés, descaroçador de algodão;

Figura 95: Gineceu. Fotografia desconhecido, c.1955. Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo.

Figura 96: Gineceu. Fotografia desconhecida, c.1955. Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo.

Figura 97: Gineceu. Fotografia desconhecida, c.1955. Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo.

Figura 98: Gineceu. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

10 - Alpendre de serviço: banco de alpendre, pilão (três), armação de ferro para cozinhar, caldeirão com alça de ferro, caldeirão de ferro com alças de barro, tacho de cobre, pilão rústico, tripode para cozinhar;

Figura 99: Alpendre de Serviço.
Fotógrafo desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 100: Alpendre de Serviço.
Fotógrafo desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

11 - Quarto de arreios e ferramentas; banco rústico, par de estribos de ferro, par de estribos de latão, almocrafe com cabo (dois), sete dobradiças usadas, almofariz de ferro, cabide grande com prateleira, silhão, rolo de cipó, corda de couro trançado, bateia de madeira, rede de viagem, par de caçambas, par de coldres, canastra de viagem, balança de ferro, armário pequeno, couro de sucuri, mesa rústica de cozinha, par de esporas, par de esporas crista de galo, sino de tropa, peso de latão, peso de chumbo, cortador de pelo de animal, furador de focinho, puchavante (dois), enxó-goiva, cochonilha de algodão, sela para homem, baú revestido de couro, balança de ferro, uma espora, furador de metal, fiska de ferro, gargalheira de escravos, unidade de peso antiga, medida de peso antiga, fragmento de pedra de machado, ferro para marcar gado (nove), banco (escabelo);

Figura 101: Quarto de arreios e ferramentas. Fotografia desconhecida, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

12 - Hucharia: pote grande de barro, banqueta de pote, amassadeira com tampa, armário rústico de cedro, candeia de ferro, gamela para mantimentos, vasilha de barro vidrado (dois), amassadeira de madeira, batedor de bolo, cabide com prateleira, giráu de mantimentos, cuscuzeiro de barro, pilão para alho, mesa com gaveta, chapa, espeto, cuia, gamela de madeira, pilão, pote de barro, tacho de cobre, banco,

Figura 102: Hucharia. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 103: Hucharia. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Figura 104: Hucharia. Fotografia desconhecido, c.1955. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Pode-se perceber que houve variações na disposição dos móveis em alguns cômodos, mas não é possível determinar a data dessa mudança ou o que motivou a reorganização das peças. As imagens acima foram datadas de 1955, provavelmente do período em que todas as peças estavam à disposição da Casa do Bandeirante.

Figura 105: capa do primeiro Guia da Casa do Bandeirante publicado em outubro de 1955.

Figura 106: Contracapa do Guia da Casa do Bandeirante.

Por volta de 1956 foi publicado o *Guia do Museu 'Casa do Bandeirante' – ensaio da recomposição de ambiente rural doméstico paulista do meados do século XVIII*³⁹, produzido pela Divisão do Arquivo Histórico do Departamento Municipal de Cultura. Este Guia seria constantemente publicado e a última edição localizada foi a de 1968.

Neste guia (Figura 105 a 107), encontramos uma descrição detalhada de cada cômodo com os respectivos objetos históricos que compuseram o cenário idealizado. Os cômodos se sucediam entre Alpendre ou Pretório, Capela, Quarto de

Hóspedes, Quarto do dono da casa, Sala social, Quarto das redes, Quarto de donzela, Sala íntima, Quarto de trabalho (geniceu), Alpendre dos fundos, Quarto de ferramentas e dos arreios, Hucharia ou dispensa. E, na área externa: a Casa de Farinha, Casa da Moenda, Casa de Açúcar, Pilões de Água, Moinho, Monjolo D'água, Rancho dos Carros de Boi, Canteiro de Ervas Medicinais e de Condimentos. Foi publicado em quatro idiomas: português,

inglês, francês e alemão procurando atender aos turistas que eram encaminhados à Casa do Bandeirante, nos primeiros anos de seu funcionamento.

39 Guia da Casa do Bandeirante. Divisão do Arquivo Histórico do Departamento Municipal de Cultura. São Paulo, 19

Figura 107: detalhe da legenda da foto em 4 idiomas. Guia da Casa do Bandeirante

Paulo Florençano escreveu uma síntese da palestra que proferiu, intitulada *Sobre o Velho e o Novo Conceito de Museu*, em 16 de setembro de 1977, quando Diretor da Divisão de Museu e Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Taubaté. Apesar de ser escrita vários anos após a inauguração da Casa do Bandeirante e de sua atuação como Conservador, esse texto traz uma importante reflexão de como deveria ser organizado um museu moderno e a função da exposição, a partir da criação da Unesco e dos novos paradigmas museológicos estabelecidos com a criação do ICOM. Além de refletir sua opinião, este artigo pode trazer alguma luz sobre seu pensamento acerca de sua atuação no âmbito da museologia, o que explicaria suas decisões e onde foram baseadas. Num primeiro momento Florençano explica o que seria o velho conceito de museu, ainda calcado em conceitos superados, de modelos europeus:

Instalados muitas vezes em esplêndidos edifícios outrora de uso oficial, ou mais comumente, em residências que pertenceram a vultos importantes da nobreza rural – gente de prol dos tempos do fastígio da cana de açúcar e de café – a grande maioria dos museus brasileiros espalhados pelas nossas cidades, salvo é certo, louváveis exceções, ainda é organizado sob rotineiro conceito originário da Europa e lá, de há muitos anos superado⁴⁰

⁴⁰ Documento avulso. Fundo Paulo Camilher Florençano. Arquivo Histórico Félix Guisard Filho, Taubaté, SP

Paulo explicou que, apesar de muitos museus possuírem acervos importantes, pela falta de uma exposição contextualizada, com peças selecionadas de acordo com um tema, acabam tornando-se meros depósitos de peças, sem contribuir para a formação do público visitante, como os “gabinetes de curiosidades” ao gosto do colecionismo dos séculos anteriores. Essa preocupação com função educacional dos museus está fortemente calcada na carta de 1958, do Rio de Janeiro, no encontro do ICOM. Assim, ele segue:

Dispondo, muitas vezes de importantes acervos, muitos desses museus apresentam-se como depósitos bem ou mal organizados de antiguidades, artísticas (ou não), de documentos iconográficos regionais, de veículos e máquinas primitivas, de achados arqueológicos locais, de belas artes, de instrumentos musicais, de indumentária, de mobiliário, de raridades numismáticas e filatélicas, etc,etc – tudo isso exposto, as vezes, num mesmo edifício e, constantemente, em umas poucas salas ou um só salão, através de vitrines, armários, prateleiras, surgindo, conforme o caso, afixado em paredes ou disposto pelos recintos, sob intenções artísticas, o que embora impressionando o visitante, nele acaba estabelecendo evidente confusão.

Essa confusão, criada geralmente pela quantidade e diversidade de peças expostas, mesmo que essas estejam identificadas por dísticos elucidativos de suas origens, praticamente não resulta em nenhum proveito cultural de importância real aos frequentadores de tais estabelecimentos assim instalados...

[...] Mas, ao visitante comum, salvo os instantes de distração, de matar a curiosidade, de impressionar-lhe sem grandes consequências a mente, muito pouco, na verdade, resulta-lhe de verdadeiro aprimoramento cultural.

Além disso, tais estabelecimentos assim constituídos, e certamente instalados sob relevantes propósitos de difundir ciência ou arte, lamentavelmente cingem-se tão somente à estáticas apresentações de seus acervos – **sem mais nenhuma outra atividade promocional atuante, de fundo dinâmico**, capaz de objetivamente, atingir, pelo menos algumas das metas inerentes aos verdadeiros museus – uma delas, a de funcionar como **eficientes instrumentos de estímulo e difusão cultural**.

Assim, na sua maioria, não são encontradas à venda **catálogos e guias elucidativos das coleções, sobre o edifício que as comporta**, ou mais ambiciosamente, **monografias** relativas a peças pertencentes às coleções e que, pelas suas importâncias faz juz a publicações dessa natureza.⁴¹

Analisando as suas colocações é possível perceber que muito de sua experiência como gestor e Conservador da Casa do Bandeirante pode ser percebida em suas palavras, não só através do Guia da Casa do Bandeirante que produziu através do IV Centenário, onde explicou o histórico da Casa, o partido escolhido para sua

⁴¹ Idem. Documento avulso.

restauração, bem como o propósito de sua criação como instituição cultural, mas também pela monografia que publicou acerca das casas bandeiristas, escrito por Luis Saia, arquiteto encarregado da restauração da Casa do Bandeirante. Além disso, organizou atividades culturais, festas folclóricas e aulas práticas. Somado a isso, quando a Casa do Bandeirante foi inaugurada em 30 de outubro de 1955, foi publicado um Guia da Casa do Bandeirante, em quatro idiomas, com fotos e explicação do acervo que estava em cada cômodo, respectivamente. Apesar de que sua experiência como museólogo o tenha levado a ser convidado a criar diversos outros museus, não foi encontrado em nenhum fundo, nenhum outro guia ou folheto com essas características de outros museus, além dos já citados da Casa do Bandeirante. Sob essa perspectiva, é factível pensar que essas palavras, mesmo registradas tardiamente, podem ser referenciadas à sua experiência mais bem-sucedida e que alcançou maior êxito de público e de crítica: a Casa do Bandeirante.

A referência que faz a *Revista Museum* da Unesco denota que estava atualizado, na época, com as atuais discussões que o campo museológico se propunha e que as publicações que tinha acesso permitiam que estivesse sempre a par das propostas pensadas para montagem de exposições, indiscutível ferramenta de comunicação num espaço museal.

Foi depois da II Guerra Mundial, com a Fundação da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) através de departamento especializado em museologia, é que pelas **publicações** dedicadas a essa importante atividade cultural, - dentre as quais se destaca a esplêndida revista “Museum”, editada em alto nível e contando com verdadeira plêiade de redatores – **pode, finalmente, ser difundido universalmente, o moderno conceito de museu.**

Surge, assim, o museu – não somente como atualizado estabelecimento expositor de fascinante temas, mas também funcionando paralelamente, como instituto científico, capaz de desenvolver importantes estudos através de pesquisas de laboratório e de campo; comportando secções bem organizadas, entre essas, serviço de documentação áudio –visual, fichário, arquivo com recortes de jornais e revistas, e bibliotecas especializadas; criando atividades promocionais (seminários, cursos, etc) e as divulgando através de publicações de rádio e TV. [...]

Preferivelmente, os museus, dentro do moderno conceito, deverão ser temáticos, deixando, assim, de apresentar aquela miscelânea de assuntos; e as exposições permanentes passariam a ser visitadas dentro do roteiro obrigatório, obedecendo ao sentido cronológico da temática que as caracterizam, isto é, o visitante entraria por uma porta e sairia por outra, depois de tudo ver.

Visitantes em grupos seriam atendidos por monitores, preparados para oferecer indicações verbais e, em certos casos, como no da presença

de escolares, ministrar-lhes aulas sucintas, porém objetivas, de modo que a visita resulte sempre proveitosa.⁴² [...]

Paulo finaliza seu texto explicando a importância da iluminação, natural ou artificial das exposições: a possibilidade de utilizar equipamentos de reprodução de música ambiente ou ligada a temática da exposição; segurança com as peças do acervo; e a utilização dos recursos provenientes da venda das publicações como guias e catálogos, em prol da instituição. Com isso, é possível concluir que sua atuação no campo profissional esteve pautada em reflexões pessoais a partir das discussões engendradas no cenário museológico internacional e nacional, possíveis conversas com seus pares e procurando estabelecer novos paradigmas conceituais no momento que configurava esses equipamentos culturais.

⁴² Ibidem

4.2 Entrando no passado paulista

Figura 108: Apresentação da Casa do Bandeirante. Acervo: Casa Guilherme de Almeida

amparado pelo governador e outros, foi o primeiro a penetrar na casa, agora restaurada segundo princípios de recuperação de suas características originais, perpetrada pelo DPHAN. O elo com o passado se confirmava pelo simbolismo do primeiro passo dado pelo antigo morador, de família tradicional, ao entrar no imóvel naquele momento, recém

Figura 109: convidados no Pretório. À esq, de terno branco, Paulo Florençano. Acervo: Casa Guilherme de Almeida

⁴³ Solto, dentro do Livro de Visitantes da Casa do Bandeirante, estava um pequeno recorte de jornal, sem identificação, que trazia essa informação. Acervo: Museu da Cidade de São Paulo, Pasta Casa do Bandeirante.

Figura 110: Apresentação do "cachorro" original da Casa. À esq. Paulo F., ao centro Guilherme de Almeida e à dir. Luis Saia. Acervo: Casa Guilherme de Almeida

Figura 111: convidados contornando a Casa sem o ajardinamento. Acervo: Casa Guilherme de Almeida

restaurado. O ciclo se fechava, completo, e teria mais um selo legitimador, fundamental visto que no ato da inauguração a casa ainda permanecia nua de artefatos domésticos:

À 25 de janeiro deste ano, a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, entre os festejos que assinalaram o encerramento das comemorações oficiais, apresentou às autoridades e ao público, a "Casa do Bandeirante", típico exemplar de residência rural do ciclo bandeirista, em boa hora restaurada por aquela autarquia. Nessa ocasião, o Dr. Guilherme de Almeida, presidente da Comissão do IV Centenário poeta de renome e dedicado cultor dos fastos de São Paulo, proferiu as seguintes palavras:

Faz hoje um ano que o Paulista vem assistindo frente à sua Cidade feita palco, ao espetáculo de sua própria grandeza. À sombra da agressiva escalada dos céus pelas suas Babéis de cimento armado; ao longo de suas avenidas intumescidas de multidões em roldão e explosões de motores; sôbre as lages e sob os vãos de seus viadutos atirados de colina a colina; pela opulenta placidez de seus bairros residenciais, seus parques e seus jardins; contra o pano-de-fundo de seus fuliginosos horizontes espetados de chaminés e enfeitados pelos colares multicores de suas risonhas vilas operárias... – por aí tudo desfilaram quatro séculos de sonho, de vigílias, de lutas, de derrotas, de vitórias, de misérias, de riquezas, de mágoas, de alegrias...

Ora, ao imenso palco-giratório faltou entretanto um cenário: o da casa em que morou o genuíno criador de nossa atual magnificência. Faltou o cenário de honrada simplicidade da casa do bandeirante. E, precisamente, no dia em que encerra suas comemorações oficiais, como num "coup-de-théâtre", numa apoteose final, a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo descerra os olhos da gente paulista a visão cênica dessa veneranda atmosfera.

Figura112: Grupos de convidados na área externa da Casa do Bandeirante. Ao fundo, casa da Farinha. Acervo: Casa Guilherme de Almeida

Figura 113: Grupo de convidados na casa da Farinha. Acervo: casa Guilherme de Almeida

É, por ora, uma simples apresentação de “decor”. Mansão colonial dos fins do Século XVII e metade do Século XVIII – isto é, do pleno Ciclo Bandeirista –, apresenta-se ainda nua esta “Casa do Bandeirante”. A imaginação dos que a virem – se forem êste gente afinada com nossa sensibilidade e intuição – saberá povoá-la das coisas singelamente nobres, entre as quais viveram nossos maiores. Mais tarde, pouco a pouco, para aqui virá o modesto acervo dos móveis, alfaia e utensílios que serviram ao bandeirante. E então será apresentado a quem puder interessar, não um museu (que é coisa que não se improvisa), mas um ambiente vivo. Não será rico, por certo, se quiser ser autêntico. O nosso velho sertanista, tendo que fazer a riqueza do Brasil, não teve tempo de fazer a sua. Foi o mais pobre dos brasileiros. E justamente essa pobreza, êle a considera sua fortuna. Nos velhos testamentos constantes dos arquivos, usava êle, em vez da fórmula sacramental “Deixo meus bens”, “minha fazenda”, “meus haveres”, esta, nobilíssima: “Deixo minha pobreza”... O que levou Alcântara Machado a comentar: “Linda maneira de nomear os bens terrenos. Por muito abundantes que sejam, não é tão mesquinho na realidade o seu valor?...”

Aí está, meus patrícios, a “Casa do Bandeirante”. É patrimônio vosso. Habitai-a com alma e devoção, suprimdo-lhe todas as deficiências com a herança dos muitos e muitos bens morais e espirituais que nos legaram aquêles cuja memória é preciso quinhão, graças a Deus vinculado de inalienabilidade.⁴⁴

⁴⁴ A “Casa do Bandeirante”, autoria de Paulo Florençano, Revista Paulistânia, nº 52, jan-abril de 1955; p.6-10

A reportagem também fazia referência ao fato de que a Casa do Bandeirante seria um “museu vivo, representativo de um solar paulista no período histórico do Ciclo do Ouro”. E que pós findo o discurso proferido pelo presidente da Comissão, Guilherme

Figura 114: Convidados observam o zelador Sebastião R. Moraes mostrar o funcionamento do monjolo. Acervo: casa Guilherme de Almeida

de Almeida, a cerimônia foi encerrada com “o oferecimento do ‘cafezinho’ aos presentes, preparado no alpendre e servido por homens de cor, no mesmo estilo em que era feito à época que o monumento evoca”. Essa citação da reportagem ilustra uma questão que é inescapável, a completa e total ausência de qualquer referência a participação da população afro descendente, na construção política, econômica, social e cultural de São Paulo. Para os organizadores da Casa do Bandeirante isso não foi uma questão a ser levantada e sequer, problematizada. Não foi encontrado em

nenhum documento discussões ou questionamentos sob esse aspecto. Para o grupo organizador da Casa do Bandeirante, apenas a população branca miscigenada com a autóctone, indígena, foi considerada legítima na formação do povo paulista. Ausentes na história narrada, caberia a eles apenas a presença enviesada na cerimônia, de modo a reforçar a memória da condição senhorial a que vários dos presentes devia ser postulante, por meio de sua ascendência. (Figuras 108 a 114)

Paulo escreveu uma carta a doadora Tita, em 25 de fevereiro de 1955 e contou como transcorreu a Apresentação da Casa, sob seu ponto de vista. Nota-se nas palavras de Florençano uma distinção qualitativa do público convidado, autoridades civis e religiosas, membros da elite intelectual e política que foram a apresentação da Casa e saberiam apreciar e avaliar a proposta do projeto. A Casa do Bandeirante foi aberta para o público, apenas à tarde:

Como a senhora deve ter lido pelas notícias nos jornais, a 25 de janeiro foi feita a apresentação (não a inauguração) da “Casa do Bandeirante”. A cerimônia, que foi pela manhã [...] compareceram o governador, o prefeito, altas autoridades, historiadores, literatos, convidados especiais, senhoras, enfim, **gente de melhor estirpe que bem representava a cultura e a “finesse” de São Paulo**. O dr Guilherme de Almeida pronunciou, antes de serem cortadas as fitas simbólicas, um breve, porém, inspirado discurso e que, deveras, emocionou todo o mundo. [...] Assim, estamos tratando, com todo o afinco, de

inaugura-la oficialmente, com todos os seus móveis e alfaia, no dia 3 de maio próximo, dia de Santa Cruz, que é padroeira da velha mansão. [...] ⁴⁵ (grifo nosso)

Figura 115: livro de Visitas da Casa do Bandeirante. Acervo do Museu da Cidade de São Paulo

Desde sua apresentação, inúmeros convidados e visitantes deixaram seu registro no Livro de Visitas da Casa do Bandeirante (Figura 115). As primeiras palavras foram do Governador da época, Jânio Quadros, no dia 25 de janeiro. Outros comentários se sucedem permitindo auferir, hoje, as impressões que a experiência de visitar a Casa deixou em cada um:

É com emoção que visito a “Casa do Bandeirante”, recuando na História até o nascimento da Pátria que os gigantes desbravadores edificaram. Minhas congratulações a todos que, com a Comissão do IV Centenário, possibilitaram esta restauração de inestimável valor didático. São Paulo, 25.1.55 Jânio Quadros

Após a sua Apresentação oficial, a Casa do Bandeirante permaneceu aberta enquanto se processava o encerramento das obras necessárias e a continuidade da montagem do cenário interno. Uma das visitas que foi devidamente divulgada na imprensa⁴⁶ foi a visita do Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Motta que deixou palavras elogiosas ao museu no Livro de Visitas (Figuras 116 e 117). O selo de aprovação da Igreja Católica era necessário, já que estava intimamente ligada a formação do país, com seu trabalho missionário e catequético. As desavenças com os antigos bandeirantes ficariam no passado:

⁴⁵ Carta de Paulo Florençano a Maria Ignez da Silva [Tita] de Oliveira em 25/02/1955. Considerada pelo próprio Paulo a mais importante doadora da Casa do Bandeirante, pela doação de um tear, seus equipamentos e objetos menores. Fundo Paulo Camilher Florençano. Arquivo Histórico Félix Guisard Filho, em Taubaté

⁴⁶ O Serviço de Imprensa da Comissão do IV Centenário divulgou em 3/5/1955 um *press release* intitulado “O Arcebispo de São Paulo visitou a Casa do Bandeirante” de onde se pode extrair interessante informação a respeito das pessoas que doaram acervo (ou de como foram interpretados os doadores, do ponto de vista do interesse da Comissão): “Entre os mais recentes visitantes figura sua Eminência o Arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta [...] permaneceu por longo espaço de tempo observando os trabalhos de restauração, bem como os objetos antigos que guardam o edifício – muitos dos quais doados à Comissão do IV centenário por colecionadores e **famílias paulistas tradicionais** [...]”. (grifo nosso) Acervo do Fundo Paulo C. Florençano. Divisão de Museus e Arquivo Histórico de Taubaté/SP – Arquivo Histórico Félix Guisard Filho.

Figura 116: Visita do Arcebispo de São Paulo à Casa do Bandeirante, ladeado por Guilherme de Almeida e Paulo Florençano. Acervo da Casa Guilherme de Almeida

Cultuar o passado é preparar o futuro da Pátria. Bem hajam, pois, os homens beneméritos que salvaram e restauraram essa preciosa relíquia de Afonso Sardinha; que é, agora, a “Casa do Bandeirante”!

Salvar as tradições, de um povo é salvaguardar as raízes da nacionalidade; das quais brotarão permanentemente novas vitalidades garantidoras da soberania da nação.

Que Deus preserve para sempre a “Casa do Bandeirante” para baluarte de todas as gloriosas “Bandeiras” de São Paulo, no presente e no futuro, à maneira do seu passado heroico e gloriosíssimo.

São Paulo, 3-5-1955 C. Carlos Motta
Arcebispo de São Paulo

Figura 117: Arcebispo de São Paulo ladeado por Guilherme de Almeida, à esquerda da foto, Paulo Florençano e demais convidados no Quarto de Hóspedes da Casa do Bandeirante; Acervo: Casa Guilherme de Almeida.

Figura 118: Observando a Casa do Bandeirante, da esq. para a dir. Antonio Prado Jr, Guilherme de Almeida e Washington Luis. Em 10/5/1955. A cruz determina onde é a capela. Acervo: casa Guilherme de Almeida

Figura 119: Assinatura de Washington Luis registrando sua visita a Casa do Bandeirante. Acervo: Museu da Cidade de São Paulo

Outras autoridades apenas assinaram o Livro de Visitas, mas, através de gestos simbólicos, deixaram de forma contundente sua validação ao projeto, como Washington Luis que pisou na

soleira da Casa do Bandeirante, repetindo o gesto de pisar na soleira do Sítio do Pe Inácio, uma das primeiras casas bandeiristas identificadas ainda na década de 1910, como apresentado no capítulo 1. (Figuras 118 a 120).

Figura 120: Washington Luis no interior da Casa do Bandeirante. Ao lado, o Presidente da Comissão do IV Centenário, Guilherme de Almeida. Acervo: Casa Guilherme de Almeida

Outro visitante que deixou suas impressões no Livro de Visitas foi o ex-diretor do Museu Paulista, Afonso Taunay, que incentivou o projeto e fez parte da Comissão Consultiva durante a montagem da Casa do Bandeirante (Figura 121 a 123):

Figura 121: Ao centro da foto, Afonso Taunay, à direita, Guilherme de Almeida. Em pé, atrás, Paulo Florençano. 30 de outubro de 1955. Acervo: Casa Guilherme de Almeida

1 depoimento de Taunay no Livro de Visitas. Acervo Museu da Cidade de São Paulo

Figura 123: Assinatura de Taunay no Livro de Visitas. Acervo Museu da Cidade de São Paulo

Uma das mais honráveis, felizes e simpáticas iniciativas de Guilherme de Almeida, a presidir a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, veio a ser esta de instituir a Casa do Bandeirante aproveitando a quase em ruínas “Casa Velha do Butantã”, para evocar o tipo de habitação tradicional dos homens que alargaram o Brasil nas jornadas heroicas e espantosas do bandeirantismo. Entregue a direção geral dos trabalhos a Paulo Camilher Florençano que começou depois da indispensável restauração o arcabouço da sede setecentista, orientada pela competência e o zelo de Luis Saia, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a quem devemos ____ Sítio Inácio de São Roque, em Cotia, em Mboy etc, etc. de sua intervenção e colaboração os mais felizes resultados, observadas as práticas tradicionais da arte de nossos velhos tapeiros, carpintaria e menos coube a supervisão do gerenciamento e condução do xxx seguro que é Florençano que, chefe de uma equipe dos melhores conhecedores das artes decorativas da mansão e das particularidades do aparelhamento rural da fazenda xxx assim surgiram os complementos da Casa de Farinha

Há ainda mais ____ e tudo o que existe de natural há ainda muito o que fazer para que a “Casa do Bandeirante” se apresente uma perfeita reconstituição do ambiente ____ e, singelo, em que ele era o paradigma do tipo médio de sítio setecentista de nossa região.

Estou certo de que aparelhada como a uma típica indumentária é possível a ninguém dizer, em matéria de mobiliário, cerâmica, peças do aparelhamento dos mistérios da vida diária, objetos piedosos, relembradores da intensa vida devota de seus primitivos habitantes passará a Casa do Butantã a ser um dos mais curiosos e evocativos museus do nosso país. Merece depois todo o carinho não só dos convidados como do público, em geral, para que, cada vez mais, possa ____ de imprimir aos seus visitantes a impressão de que se acham transportados a um recinto ancestral e assim espontaneamente a sugestão de que estão dentro de um elo dos construtores de nossa pátria

Affonso de E. Taunay, Casa do Bandeirante, 3 de abril de 1955

Além de Washington Luis e Affonso Taunay, dois dos maiores articuladores da memória bandeirista, e da construção da nacionalidade pelo viés da história paulista, outros intelectuais visitaram a Casa do Bandeirante e deixaram suas opiniões. Em todos os que se preocuparam em deixar para a posteridade a sua opinião, verifica-se a enorme aceitação que o projeto alcançou e o entendimento generalizado que era uma justa homenagem a aqueles que, do seu ponto de vista, estenderam as fronteiras do país – os bandeirantes, em ações heroicas. Além disso, é possível aquilatar que a proposta de construir um imaginário através do recurso da visualização e da emoção foi plenamente conseguido. A seguir, são transcritos um pequeno apanhado dos inúmeros depoimentos, mas que podem trazer para o impacto causado pela visita à Casa, ainda sem a exposição, que seria inaugurada apenas em outubro de 1955:

Emoção e Orgulho, é o que sinto visitando esta Casa. Emoção, por me sentir dentro do ambiente e caráter do passado de meu povo. Orgulho, ao constatar que esta obra foi realizada por meu irmão Guilherme de Almeida. Ass. Antonio Joaquim de Almeida. Diretor do Museu do Ouro de Sabará, em 17/7/55;

A Casa do Bandeirante veio concretizar o desejo de todos aqueles que desejavam ver como viveram os construtores da nossa pátria. Os idealizadores e realizadores deste grande museu merecem de todos os brasileiros os mais efusivos agradecimentos. Ass. Oliveira Neto, em 9/7/1955;

Visitando a Casa do Bandeirante evocamos os feitos heroicos dos nossos antepassados e louvamos a ideia de perpetuarem para as gerações vindouras. Mais seis assinaturas, em 19/7/1955;

Ao transpor a porta de entrada para se ter acesso a mansão não se pratica um simples ato, mas sim, deixa-se lá fora o presente para penetrar no passado histórico dos nossos heroicos, arrojados e intrépidos antepassados! E...mais uma vez vibra dentro das minhas veias o sangue quente que herda da histórica família! Ass. Maria Aparecida de Lacerda Montaro, em 14/8/55;

Com os sinceros parabéns e o maior entusiasmo por esta grandiosa obra de preservação destes valores cívicos e estéticos da brasilidade. Ass. Orlandino Seixas Fernandes – Conservador do Museu da Inconfidência, Ouro Preto – M.G. s/data

Na “Casa do Bandeirante”, reencontrei o sentido paulista de minha vida: o vermelho de meu sangue, o branco de minha sensibilidade e o negro do meu luto de 32. Agora, mais do que nunca, penetro no mistério do lema dos meus heroicos antepassados: “Pola Hey y Pola Grey”. Ass. Hélio Carvalho Soares Castro. A Gazeta, em 14-8-1955;

Louvados sejam os brasileiros que reconstituíram esta preciosa relíquia, e exaltado seja sua reverência pelos criadores deste país!. Helon Mendes, em 28/8/1955;

É a Casa do Bandeirante sem dúvida, a mais paulistana, a mais bela das realizações da Comissão do IV Centenário. Nome ilegível, em 6/9/55;

“Nesta data e com grande satisfação deixamos aqui nossa assinatura pois aqui estivemos com Helio Leite e Valderéz Viegas com os alunos do quarto ano primário do Educandário Dom Duarte. Aproveitamos o ensejo para agradecer ao Sr. Sebastião R. de Moraes zelador desta casa, que com tanta gentileza nos soube atender”. 16 assinaturas, em 29/9/1955;

Figura 124: Hasteamento das bandeiras na cerimônia de inauguração. Acervo: casa Guilherme de Almeida

Finalmente no dia 30 de outubro de 1955, a tão planejada, organizada e aguardada cerimônia de Inauguração da Casa do Bandeirante se concretizou. A Cerimônia foi amplamente divulgada na imprensa que já havia acompanhado as obras de restauração e de abertura da Casa em 25 de janeiro de 1955. Mas as reportagens nos jornais se encarregaram de trazer o histórico da velha mansão, as obras de restauração e a divisão interna da Casa, do que descrever a inauguração propriamente dita (Figura 124 a 126).

A cerimônia de inauguração começou às 8:00h e transcorreu com vários simbolismos. Após a recepção aos convidados e autoridades e hasteamento das bandeiras do Brasil e de São Paulo, pelo Governador Vicente de Paula Lima e o Prefeito Lino de Matos (foto)⁴⁷, deram início a

Figura 125: Guilherme de Almeida lendo o discurso, chamado de “Oração” pelos meios de divulgação. Acervo: Casa Guilherme de Almeida

abertura da residência. As portas e janelas da Casa do Bandeirante estavam todas fechadas, os convidados entraram no pretório. Abriu-se, então, a porta e a janela do quarto de hóspedes e, a seguir, convidou a entrar o Cardeal, o Governador, o Prefeito, etc. Em seguida, abriram a porta e janela da capela e deram início a uma

⁴⁷ Recorte de Jornal Folha da Noite de 31/10/1955. Acervo: Arquivo pessoal. Casa Guilherme de Almeida

missa. Os demais convidados permanecerão no pretório e fora de casa, assistindo através das portas e janelas. Depois da missa, abriram todas as portas e janelas e deram continuidade à visita da Casa. No alpendre de serviço, foi servido um café e a visita seguiu para os anexos externos. Após às 14:00hs foi aberto ao público. O discurso proferido por Guilherme de Almeida reafirmou através de analogias ao caráter do paulista numa simbiose reificadora, os interesses das elites dirigentes paulistas em seu processo, na época, de legitimação do poder e na constituição de valores simbólicos que deveriam diferenciar e qualificar as pretensões políticas desse grupo. As qualidades atribuídas aos paulistas emergem da casa numa simbiose taipa x humano como se indissolúveis. Olhar a Casa era olhar o paulista. Sentir o Paulista era sentir a Casa. O recado estava dado, bastava ler nas entrelinhas:

Oração proferida pelo Dr. Guilherme de Almeida na abertura da Casa do Bandeirante:

E já no extremo estremecer de sua vida legal que a Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo “urbi et orbi” se define documentando a legitimidade dos quatro séculos que comemorou. E é tal documentação a nobre morada que aí está.

Eis a Casa de São Paulo.

Habita-a a nossa toda razão-do-ser, feitos como o fomos, a sua imagem e semelhança.

Sua arquitetura é a nossa própria estrutura moral e social.

Suas fortes paredes de terra socada são tutela segura: - entre elas formou-se o caráter de reserva, independência e rebeldia que é o nosso, gente do Planalto que duas cordilheiras isolam e garantem.

Sua planta é o quadrângulo absoluto, a regularidade geométrica, limpa, sem anexos, sem aderências, sem puxados: - e por ela moldou-se a nossa feição de equilíbrio, nitidez, simplicidade e franqueza.

Do seu pretório rasgado a baixo o senhor distribuía justiça e entendimento com a escravaria, os agregados, os marchantes: - como é de nossa maneira o tratar direto e próximo com aqueles aos quais, por deles nos servir, servimos.

À direita, a capela que portas e janelas franqueiam aos de dentro e de fora: - porque é costume nosso a espiritual irmanação pela Fé Cristã.

À esquerda, único cômodo assoalhado, o quarto-de-hóspedes, aberto para o exterior, fechado para o interior: - que é jeito nosso a acolhida melhor, mas atenta à defesa de liberdade do forasteiro e da família.

Depois, casa adentro, o lar sagrado, com suas bem discriminadas funções domésticas e seus móveis e alfaia, talvez não de abundância, mas bastantes: - pois são de nosso feitio o trabalho ordenado e obediente, e a opulência discreta.

Nos sótãos, quando o fôrro se sobrepõe às traves, amontoavam-se os nossos guardados e valores: - e dessa lição de prudência herdamos o nosso princípio de sempre firmar sobre bases sólidas o pouco, ou muito, de nossos haveres.

Nem grades, nem trancas, nem ferrolhos pelas esquadrias grossas: - é índole nossa, que nos confere uma inata honradez, o confiarmos na honradez alheia...

Eis a Casa de São Paulo. Aí, entre pesados paredões de taipa-de-pilão e sob o airoso balanço de corda-bamba do telhado, vive um ciclo heróico da mais pujante História das Américas.

Aí mora a rosa-dos-ventos despetalada num mapa de convenção por uma indomável raça de conquistadores.

Aí é, agora, torre-de-menagem, o último reduto da família paulista.

Aí se inscreve, em termos de substancial rigidez, o infrangível estatuto de nosso direito à legítima defesa.

Olhando, ao redor, no tumulto das paixões insanas, desatando seu vôo de mau sestro, a ave tórna da insídia abater sobre as cabeças suas garras de rapina e seu bico de voragem, venha aí refugiar-se, um instante, o perseguido!

Verá ele que branca presença de cal e paz, de sombra e certeza, de distância e silêncio há de maternalmente envolvê-lo, como as dobras volantes, alvas, leves, diáfanas, aereas de um cortinado de berço.

Eis a casa de São Paulo. Ela é vossa. E vos convida. Entrai! Sentai! Pensai! E acreditareis em vós mesmos.⁴⁸

Figura 126: Frente e verso do convite da inauguração da Casa do Bandeirante. Acervo: Arquivo Histórico de Taubaté

Ao longo dos anos, diversas instituições de ensino deixaram seu registro: alunos do Instituto de Educação de Jundiaí; estudantes da faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro; Comissão Executiva do IV Centenário (24 de agosto de 1955), Universidade de Coimbra, estudantes de Urbanismo e Arquitetura da Universidade

⁴⁸ Fundo Paulo Camilher Florençano. Arquivo Histórico Félix Guisard Filho, em Taubaté

Nacional de Córdoba, Argentina. Diversas autoridades civis e religiosas do Brasil e de vários países como embaixadores, senadores, bispos, além de diretores de diversos museus, também deixaram registrado sua admiração. Na fotografia abaixo, página de abertura da inauguração da casa do Bandeirante (figuras 127 e 128):

Figura 127: Página do Livro de Visitas registrando a inauguração da casa do Bandeirante em 30/10/1955. Acervo: Museu da Cidade de São Paulo

Florençano destacou na sua comunicação ao ICOM, de 1962, o alto número de visitantes que frequentavam a Casa do Bandeirante, atraídos pela

montagem, mas, também, pelas diversas atividades desenvolvidas, o que atraía inúmeros turistas⁴⁹. É possível constatar essa afirmativa pelo interessante comentário deixado por um grupo ligado ao turismo, da Federação do Comércio:

Na Semana do Turismo, no Dia do Turismo Interamericano, 1º de março, os integrantes do Conselho de Turismo e Hospitalidade da Federação do Comércio do Estado de São Paulo visitaram esta Casa do Bandeirante e se orgulharam do que viram e admiraram, louvando os seus criadores. Para o desenvolvimento do turismo, é uma das realizações mais uteis. Anima e enche de esperança os que há muitos anos vêm lutando para o incremento do turismo no Brasil, E deve servir

⁴⁹ "Recebendo grande número de visitantes comuns, conforme comprovam os seus livros de registro, a "Casa do Bandeirante" é também muito procurado por caravanas de estudantes de todos os graus, sendo-lhes, então, nessas ocasiões, ministradas aulas dentro da Casa e demonstrações práticas, de funcionamento das máquinas, na área externa. Também estudiosos do passado brasileiro, personalidades ilustres, congressistas e turistas, fazem do museu, um dos pontos das visitas obrigatórias da cidade de São Paulo, indicadas por consulados, entidades oficiais de turismo e agências de viagem. (FLORENÇANO, 1962: 14)

de exemplo aos descrentes, pois uma obra como esta é a afirmação das nossas inúmeras possibilidades, nesse campo. Em 1/3/1956;

Diversas outras passagens dão a perceber a recepção do museu e de suas opções expográficas:

Figura 128: Assinatura dos familiares de Eugênio Vieira de Medeiros, ex-proprietário da mansão, em 30 de outubro, dia da inauguração. Acervo: Museu da Cidade de São Paulo

Paulo Camiller Florençano e Guilherme de Almeida, dois beneméritos paulistas conservaram gloriosamente, nesta “Casa do Bandeirante”, bela visão do lar de nossos heroicos antepassados. José Carlos Soares, em 9/10/1955;

A reconstituição é perfeita. No interior da Casa do Bandeirante temos, com efeito, uma visão direta da vida paulista no século dos seiscentos. Não falta, sequer, o tear, de que temos menção em vários inventários e testamentos. Victor de Azura, em 9/10/1955;

[...] o mais belo museu do Brasil, aquele que atesta o início da nossa civilização material e o arrojo dos bravos e lendários bandeirantes!. Ass. Francisco Marques, em 6/11/55.

Senti-me ainda mais apegado as tradições paulistas depois de visitar o ambiente em que vivia o bandeirante. Aqui deveriam vir, obrigatoriamente, as crianças de nossa terra [...] Aos organizadores e zeladores deste museu vivo, o meu parabéns e o meu muito obrigado. Ass. Mello Nóbrega, em 26/1/57;

Os membros do Clube Piratininga foram visitar o museu em 1958 e escreveram loas a iniciativa, já que no programa do Clube estava o de render “culto às tradições de nossa terra” e descrevem que:

Ao transpor as ombreiras dessa rústica mansão supérstite da época áurea do bandeirismo – recuamos no tempo e num extase evocativo, sentimos presentes, para a nossa reverência, aqueles homens impávidos, de chapeirão e botas longas, que a nós nos legaram a têmpera rija, apanágio da gente paulista” e se despedem agradecendo “ao dono da casa” [Paulo Florençano] a hospitalidade “igual à de antanho, com que fomos bandeirantemente recebidos, em 27 de abril de 1958;

Diversas outras passagens dão a perceber como foi a experiência museal:

Com muita admiração por tudo o que vi na “Casa do Bandeirante”. Meus parabéns ao Paulo C. Florençano, digno Conservador desta mansão de São Paulo antigo. Túlio Magnaini, diretor da Pinacoteca do Estado (SP), em 28/6/59;

A impressão que me deixa esta visita à Casa do Bandeirante é dessas que tocam ao coração e à inteligência. A obra de encantadora recomposição histórica, mostra-se exata e alcançando os mais ambiciosos objetivos da instituição. A atmosfera sentimental que assim se propicia ao visitante, constitui o mais alto título a que possa ambicionar empresas desta ordem. Parabéns, muito sinceros, aos que organizaram e aos que servem a essa exemplar casa-museu. Nome ilegível, em 31 de janeiro de 1960;

Foi com o coração suspenso e a alma leve que vi a “Casa do Bandeirante”. Ela me fez a impressão, não apenas da rusticidade e da nobreza dos formadores antigos do Brasil, mas da santidade, da austeridade, do elemento feminino que inspirou os heróis da expansão brasileira e do recuo do meridiano. Creio haver aproveitado a lição recebida pelo acrescentamento da minha veneração. Aqui não há cristais, nem bronzes rebuscados, mas há alma e coração!...E foi o que senti. Ass. Davi carneiro e mais 5 assinaturas, em 17/5/1963

O depoimento acima, foi o último deixado no Livro de Visitas da Casa do Bandeirante. Na página seguinte, datada de 1/9/1963, apenas duas pessoas assinaram. Há uma interrupção de tempo e em seguida, em 7 de outubro de 1966, o novo conservador da Casa do Bandeirante, Hélio Avancini di Fermo, se apresenta. Segundo recorte de jornal colado no Livro de Visitantes, ele foi exonerado em 15/12/1968. Não há registro de nenhum depoimento de visitante depois de 1963, talvez coincidindo com a saída do cargo de Conservador, o idealizador Paulo Florençano.

4.3 Só a exposição não basta

Paulo Florençano na sua já citada Monografia para o III Encontro do ICOM, em Salvador, 1962, descreveu como se processou o primeiro ano de existência do equipamento cultural e sua transformação em museu municipal:

Concluídos os trabalhos de instalação, a 25 de janeiro de 1955, exatamente dentro do prazo previsto, isto é, coincidindo com o encerramento dos festejos do IV centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, foi a Casa do Bandeirante” solenemente inaugurada. Desde então, ficou aberta à visitação pública.

Em 1956 passou a funcionar sob égide da Prefeitura do Município de São Paulo (como secção da Divisão do Arquivo Histórico da Secretaria de Educação e Cultura); em abril de 1957, pela Lei Municipal n. 5.136, foram criados oficialmente, os seus cargos de direção, até então exercidos por nós, a título precário; para as demais funções necessárias ao funcionamento do museu (monitores, vigilantes, restauradores, jardineiros, etc) houve o aproveitamento de servidores pertencentes aos quadros da prefeitura de São Paulo, que devidamente adestrados, passaram a exercer aquelas atribuições. (FLORENÇANO, 1962:16)

No seu projeto original, Paulo Florençano tinha como objetivo que os visitantes tivessem a experiência de vivenciar o cotidiano de uma casa setecentista rural pertencente a elite paulistana. Sendo assim, a utilização dos equipamentos de produção rural fazia parte desse entendimento de que uma fazenda do século XVII/ XVIII era autossuficiente na produção dos gêneros alimentícios que necessitasse, comprando apenas o que não poderia produzir como sal. O seu programa contemplava: aulas e conferências objetivadas dentro da Casa, demonstração de técnicas agrícolas tradicionais, nas máquinas situadas na área externa, a revivescência de festas folclóricas, divulgação, através da literatura, das atividades do museu, o Centro de Estudos e a Biblioteca Especializada em Assuntos Bandeiristas⁵⁰:

Segundo suas palavras:

Recebendo grande número de visitantes comuns, conformem comprova os seus livros de registro, a “Casa do Bandeirante” é também muito procurada por caravanas de estudantes de todos os graus, sendo-lhes, então, nessas ocasiões, ministradas aulas dentro da Casa e demonstrações práticas, de funcionamento das máquinas, na área externa. Também estudiosos do passado brasileiro, personalidades ilustres, congressistas e turistas, fazem do museu, um dos pontos de visitas obrigatórias da cidade de São Paulo, indicadas por consulados, entidades oficiais de turismo e agências de viagem. Professores de artes plásticas; de economia e sociologia; de decoração, etc, acompanhados de seus alunos; pintores e desenhistas; artesãos; fotógrafos e cinegrafistas, constantemente procuram a “Casa do

⁵⁰ (Florençano, 1962)

Bandeirante” para Acervo de inspiração ou cenário de suas atividades. (FLORENÇANO: 1962: 14)

Em cumprimento de seu programa, periodicamente, nas máquinas de produção rural, instaladas na área externa da Casa do Bandeirante, de acordo com os métodos antigos, foram feitas demonstrações de fabricação de produtos de alimentação tradicional paulista com o uso de ralador, tipitis, prensa de parafuso, forno de taipa etc, numa aula prática da fabricação da farinha de mandioca, assistidas por professores e alunos de escolas de grau superior (Escola de Sociologia e Política, faculdade de Filosofia, etc) ou por grupos interessados no assunto (Comissão Paulista de Folclore) e público em geral. Nessas oportunidades, distribuíam-se aos presentes, folhas mimeografadas explicando o funcionamento das máquinas, a nomenclatura das suas peças, a utilização do produto, inclusive receitas de quitutes caseiros originários da culinária paulista de outrora.

Paulo Florençano demonstrou numa carta que a intenção de começar as aulas na Casa do Bandeirante era imediatamente após a sua apresentação oficial no dia 25 de janeiro de 1955, e que o propósito inicial era inaugurar a casa numa data não distante de 25 de janeiro, o que, devido a inúmeros atrasos, só ocorreu em fins de outubro do mesmo ano. Sob essa perspectiva, pode-se concluir que a Casa do Bandeirante, tinha como objetivo a apresentação ao público de uma residência rural setecentista tal como foi idealizada, na montagem de um *period room* cuja visita se faz circulando entre os ambientes na contemplação dos ambientes remontados de acordo com a expectativa de seu organizador, mas seus fins educacionais tinha um papel preponderante:

São Paulo, 18 de julho de 1955

Caro amigo sr. Isaac

[...] Estou aguardando a primeira remessa dos móveis e objetos adquiridos para a “Casa do Bandeirante” e como esses não chegaram, eu lhe escrevo, insistindo com todo o empenho para o sr. remete-los. Como o sr. já sabe, estou aguardando apenas a chegada dessa primeira remessa para marcar a inauguração da “Casa do Bandeirante” e o sr, Guilherme de Almeida tem insistido comigo para apressar isso. Assim, como mais da metade deles estava praticamente restaurada, estou estranhando a demora.

Há dias mandei passar um telegrama ao sr. pedindo-lhe enviar, urgentemente, a máquina de descaroçar algodão. Trata-se de uma aula que vai ser dada na “Casa do Bandeirante”, sobre processos antigos de trabalho nas velhas fazendas e temos necessidade de, ao lado do tear, dobadora, roda de fiar, etc, também apresentar a máquina de descaroçar algodão. [...]51

⁵¹ Carta de Paulo Florençano a Isaac Babsky em 18/07/55. Fundo Paulo Camilher Florençano. Arquivo Histórico Félix Guisard Filho, Taubaté, SP

Isso também foi explicitado por Guilherme de Almeida na carta de agradecimento a um munícipe que emprestou duas banquetas de couro do século XVII para figurarem na Casa do Bandeirante “[...] pela obra que esta Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo está realizando e cujo fim é dotar esta Capital de mais uma instituição cultural e educacional permanente, que há de refletir um dos aspectos mais significativos do nosso passado.”⁵²

Além das aulas nos equipamentos rurais, demonstrando seu funcionamento e

Figura 129: Violeiros, festa de Santa Cruz em 1959. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

na própria Casa do Bandeirante, Paulo Florençano retomou a Festa de Santa Cruz⁵³, que outrora se fazia naquela velha fazenda, segundo o depoimento do antigo proprietário Antonio Vieira de Medeiros:

Estando a fazenda sob invocação da Santa Cruz, havia novena preparatórias nas noites que antecedia a 3 de maio. Nessa noite, além das velas, procedia-se ao levantamento do mastro, após a novena oficiada por um capelão, começavam as danças, sendo a principal a Dança de Santa Cruz (igual à que até hoje se dança em Carapicuíba Velha). À meia-noite acendiam-se fogos de artifício. Violeiros afamados prestavam seu concurso. (PACCE, 1980:146)

⁵² Carta de Guilherme de Almeida a Guy Sérgio Barroso de Almeida em 24 de outubro de 1955. In: Pasta Comissão IV Centenário -Casa do Bandeirante/ DIM/DPH

⁵³ Segundo Florençano: Tornando essa fazenda propriedade dos Vieira de Mdeiros, gente paulista de velha cepa, recebeu então, a denominação de Fazenda de Santa Cruz, até ser, por seus descendentes, vendida à Companhia City de Terrenos e Melhoramentos (FLORENÇANO, 1962: 8, grifo do autor)

Figura 130: Público na festa de Santa Cruz em 1959. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

Figura 131: Levantamento do mastro na festa de Santa Cruz. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

Figura 132: Aglomeração de público na Festa de Santa Cruz. Ao fundo, Casa do Bandeirante, 1959. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

Figura 133: festa de Santa Cruz, em 1959, na Casa do Bandeirante. À esq: João Gomes Martins Sec. de Educação e Cultura: Acervo: Arquivo Histórico de São Paulo

Assim Paulo Florençano deu continuidade a uma tradição que já era própria da residência e deu início a retomada da festa (Figuras 129 a 136). No programa elaborado para casa explicitou que:

A “Casa do Bandeirante” – ensaio de recomposição do ambiente rural-doméstico da época bandeirista – **funciona também como um museu vivo** e assim, é de seu programa a promoção de festejos tradicionais e demonstração de caráter folclórico, cujas origens remontam aos primeiros séculos da colonização de São Paulo. Dentre esses festejos, destaca-se, de modo especial, o dedicado à Santa Cruz que é orago da velha mansão, no passado, sede da “Fazenda de Santa cruz de Ibitatá (Butantã)

Na festa de hoje, promovida pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo tendo a colaboração do Conselho Municipal de Turismo e com a participação dos moradores da Aldeia Velha de Carapicuíba e de Osasco [...] que há mais de dois

século lá se realiza a festa [...]as cerimônias religiosas (novenas, cantigos, etc), as figurações cenográficas (dança de Santa Cruz ou Sarabaquê, Chimarrete, etc) e as práticas profanas (mastros decorados, bandeira, cruzeiros em frente das casas, etc), apresentam características que lembram a influência do elemento jesuítico, indígena e europeu.⁵⁴ (grifo nosso)

A festa tinha início às 16hs, com grande afluência de público e convidados. O convite era enviado às autoridades e também na imprensa havia a divulgação. Além da festa propriamente dita eram vendidos em barraquinhas típicas, bebidas e quitutes tradicionais paulistas como: “pau-a-pique”, “cartucho”, “bolinho rosa” e “bolo de fubá”.

Além da festa de Santa Cruz, em maio, eram organizadas também a Folia de Reis, no mês de dezembro, com a colaboração dos moradores da zona rural de Cotia e Santo Amaro e Cururu e Cana Verde com violeiros e cantadores de Piracicaba e de outras localidades.

Figura 134; Convite para a festa de Santa Cruz, maio de 1959. Acervo Arquivo Histórico de Taubaté

Figura 135: Reportagem Jornal O Dia de 22/05/1959. Acervo Biblioteca do DPH

Figura 136: data inaugural da Festa de Santa Cruz, registro no Livro de Visitantes. Acervo: Museu da Cidade de São Paulo

⁵⁴ Programa da Festa de Santa Cruz, caixa 109.

Cumprindo o projeto inicial, também deu início a instalação do *Centro de Estudos*

Figura 137: Solenidade de criação do Centro de Estudos A. de Taunay (CEAT), em 9 de maio de 1958, no Salão Social da Casa do Bandeirante. Ao centro, discursando, Paulo Florençano. Acervo: Museu da Cidade de São Paulo/DPH

e *Biblioteca Especializada em Assuntos Bandeiristas "Affonso de E. Taunay"*, que ocuparia prédio especialmente planejado para essa finalidade (Figura 137 e 134). Segundo Pacce, "Os decretos 3870/58 e 3871/58, de 8 de maio de 1958, durante a gestão de Adhemar de Barros, criaram o Centro de estudos

Affonso de Taunay, que no entanto só foi implementado em 1976 e aberto ao público, em 1977." (PACCE: 142). A função básica era fornecer indicações sobre Acervos de informação do período bandeirista abrangendo do século XVI a meados do XVIII

Figura 138: Ata de abertura do Centro de Estudos Affonso Taunay, (CEAT), em 9 de maio de 1958, com a presença dos familiares de Taunay. Acervo: Museu da Cidade de São Paulo/DPH

Esse caráter múltiplo que definia a ação cultural da Casa do Bandeirante (Figura 135), marcadamente vinculada à educação e ao envolvimento dos visitantes em práticas não apenas contemplativas, chamou a atenção dos membros do ICOM já na

Figura 139: Divulgação da Casa do Bandeirante no Jornal O estado, 13²/1958. Acervo: Jornal O estado

década de 1950. O Conselho Internacional de Museus (ICOM),⁵⁵ organizou no Rio de Janeiro, o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educacional dos Museus, com a participação de diversos museólogos e profissionais de museus, coordenado por Georges Henri Riviére, na época, diretor do ICOM. Os museus representados tiveram a

oportunidade de apresentar suas iniciativas no âmbito da atuação museológica nas áreas de educação, arquitetura, conservação, restauro e museografia. O encontro foi caracterizado por ser a primeira iniciativa, em território nacional, de discutir o papel tradicional reservado aos museus de serem apenas repositórios de objetos antigos.

⁵⁵ Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX é considerado o período em que há a profissionalização e institucionalização da Museologia no mundo, com diversas ações em vários países: primeiro periódico na Alemanha, 1878; ensino de Museologia na França, 1882, primeiro código de ética museológico na Alemanha em 1918; a primeira associação de museus nos EUA, em 1906 (*American Association of Museums*). Com o fim da Primeira Guerra (1914-1918), foi criada a Sociedade das Nações e, em 1926, o governo francês criou o Instituto Internacional de Cooperação Internacional (IICI) *International Institute of Intellectual Cooperation*. Dentro das primeiras reuniões do IICI surgiu o desejo de criar uma entidade que tratasse diretamente dos museus, buscando estabelecer vínculos entre as instituições a nível mundial, organização de intercâmbios e congressos etc. Foi criada a *International Office of Museums* (OIM) em 1926 que se encarregou de criar a revista *Museion*, com o objetivo de publicar artigos relacionados às práticas museológicas. Outra publicação importante chamava-se *Muséographie: architecture et aménagement des musées d'art*, em 1935. Em 1932, foi criado o primeiro curso de Museologia no Brasil, chamado de Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Entre os anos de 1945 e 1946, Gustavo Barroso, diretor do Museu publicou a obra *Introdução à Técnica de Museus*, onde utilizou como referência, além da sua própria experiência profissional, os artigos publicados nas duas revistas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas substituindo a Sociedade das Nações, e no ano seguinte, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Com a interrupção das atividades do Escritório Internacional de Museus alguns países liderados pelo presidente da *American Association of Museum* reuniram-se e, em 1946 decidiram criar um *Conselho Internacional de Museus (ICOM)*. Assim, foram enviadas correspondência a vários países comunicando a proposta de criação do Conselho e convidando a participar e a criar núcleos nacionais de cooperação. No Brasil, o Museu de Belas Artes recebeu essa convocação e foi representado na primeira reunião do ICOM, no Museu do Louvre, Paris, pelo conservador do museu Mário Antônio Barata. Em 1946, foi realizada em Paris a primeira Conferência Geral da UNESCO onde houve reuniões para discutir questões relacionadas a museus e bibliotecas e em 1947, foi assinado um convênio de cooperação mútua entre o ICOM e a UNESCO. No Brasil, o primeiro presidente foi o diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Oswaldo Teixeira e representando o estado de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda, então como diretor do Museu Paulista. Em 1953, foi escolhido para presidente nacional do ICOM Rodrigo Mello Franco de Andrade, presidente da Diretoria do patrimônio Histórico e Artístico Nacional que organizou o Primeiro Congresso Nacional de Museus, em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1956. Para saber mais, ler: CRUZ, Henrique de Vasconcelos. Era uma vez, há 60 anos atrás...o Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus. Monografia, 2008, p.2-15

O encontro iria preparar as bases para o entendimento da função eminentemente educativa dos museus e daria início a preocupação com a comunidade. No documento gerado pelo Encontro houve um destaque ao profissional encarregado de planejar as atividades didáticas. Esse papel seria reservado a um “pedagogo do museu” e caso o museu fosse modesto, o conservador do museu poderia desempenhar essa atividade em consonância com sua experiência e dando atenção as tarefas pedagógicas junto aos visitantes, como visitas guiadas, etc⁵⁶. Após o encontro, os profissionais se dirigiram a São Paulo, visitando alguns museus como o MASP e Museu Paulista. Nessa viagem, também conheceram a Casa do Bandeirante onde assinaram o Livro de Visitas e escreveram um longo comentário registrando a presença do grupo, na instituição (Figuras 137 a 141):

Seminário sobre o papel educativo dos museus⁵⁷. No dia 21 de setembro de 1958, às 9:30hs, os componentes do “Seminário sobre o papel educativo dos museus”, patrocinado pelo IBECC, ONICOM⁵⁸ e pela UNESCO, deram entrada na “Casa do Bandeirante”, após breve, mas completa exposição de seu conservador sobre o plano deste edifício histórico e de quem ele representa no complexo cultural brasileiro na época movimentada de nossa História, quando o estímulo da conquista do sertão brasileiro, que deveria ocultar grandes riquezas, fez escrever epopeia ainda não devidamente celebrada em nossos dias, para que as gerações futuras melhor compreendam o que representou de lutas, de angústias, de sofrimento, das transformações materiais em episódio na vida de nossa pátria.

Fernanda Correa de Sá Benevides

Entre os museólogos que estiveram na Casa do Bandeirante e deixaram seu registro está o primeiro presidente do ICOM, George Henri Riviere que afirmou: “Foi com o mais vivo interesse, que nós visitamos esse exemplar de casa histórica”.

Segundo o Extrato do Documento Final do Evento: Quarta Parte - Conclusões do Seminário, nas definições apresentadas para os tipos de exposição, o *period room* ficou enquadrado em apresentação ecológica: “Os interiores de época (*period room*), expostos nos museus de artes aplicadas, pertencem à apresentação ecológica”, ou seja segundo a definição de exposição ecológica: “Até um certo ponto, os objetos podem ser apresentados no Museu exatamente como estavam em seu meio natural ou cultural de

⁵⁶ Nesse sentido, diversas anotações no Livro de Visitas descrevem a excelência da visita guiada realizada por Paulo Florençano, Conservador da Casa do Bandeirante, e sua preocupação em ser didático e com a qualidade das informações passadas.

⁵⁷ Estágio internacional de estudos sobre o papel educativo dos museus aconteceu no Rio de Janeiro entre os dias 7 e 30 de setembro de 1958, organizado pela Unesco em cooperação com o ICOM p37

⁵⁸ Associação dos Membros do ICOM-Brasil

origem. Isto é o que acontece em um parque zoológico, em um grupo de casas, **em um interior doméstico**, em uma tumba, **reconstituídos no museu.**"⁵⁹ (grifo nosso)

Figura 140: Anotação realizada pela museóloga Fernanda Benevides na visita do ICOM a Casa do Bandeirante, em 1958. Ao centro, comentário de George Henri Riviere

⁵⁹ TORAL, Hernán Crespo. Seminário regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958). Marcelo Mattos Araújo (trad). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.); ARAÚJO, Marcelo Mattos (colab.); COUTINHO, Maria Inês Lopes (colab.). O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados: Pinacoteca do estado, Secretaria do Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. 2v. 2010. p. 28-35.

Figura 141: Anotação realizada pelos museólogos na visita do ICOM a Casa do Bandeirante, em 1958.

Em 1959, após a visita do Seminário, foi publicado na *Revista Museums*⁶⁰, uma referência a Casa do Bandeirante, em inglês e francês, línguas oficiais, com a reprodução da Capa do Guia da Casa do Bandeirante, evidenciando mais uma vez a recepção positiva que o mesmo teve pelos membros do Conselho (Figuras 142 e 143).

Figura 142: Revista *Museum* com comentário sobre a Casa do Bandeirante, 1959

⁶⁰ Revista Museum p 279 <http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000108/010894eo.pdf#10922>
Acessado em: 14 de abril de 2015

Esta típica fazenda de um colono do século 18 da região foi restaurada com gosto, decorado com móveis e utensílios da época; fornecendo, com seu jardim e suas dependências, um documento exemplar da vida de um período particular muito charmoso e interessante. (tradução minha)

Figura 143: Capa da Revista *Museum*, da Unesco, Vol XII, nº4, 1959. Nesta revista, foi publicado um artigo que faz referências elogiosas a Casa do Bandeirante

Com o apoio do Governo de São Paulo, o Comitê brasileiro do ICOM organizou o 2º Congresso Nacional de Museus, em São Paulo, nos dias 15 a 20 de dezembro. Esse congresso tinha como objetivo discutir, em termos nacionais, os temas abordados e apresentados na 5ª Conferência Geral do ICOM (Estocolmo, Suécia, 1-8 julho de 1959, onde discutiram a troca entre museus e exposições internacionais artísticas, pesquisa sobre a profissão ligada ao museu etc. No Congresso brasileiro as discussões ficaram restritas à “valorização dos objetos” (MORO, Icom e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993): 37-38)

Em 1959, membros do ICOM, que foram ao Congresso novamente, visitam a Casa do Bandeirante e deixam sua opinião favorável a iniciativa (Figura 143 a 145):

Em nome da Organização Nacional do ICOM (The International Council of Museums) deixo aqui minhas felicitações ao estado de São Paulo pela preservação do remanescente encantador de arte colonial brasileira tão carinhosamente conservado na Casa do Bandeirante: Ao Sr. Paulo Florençano os nossos cumprimentos pelo sentido vivo que deu a esse conjunto representativo da vida primitiva em São Paulo. Ass. Heloisa Alberto Torres, em 17 de dezembro de 1959

Figura 143: Reportagem publicada no Jornal O estado em 18/12/1959. Acervo: www.estadao.org.br

Em novembro de 1962, o 3º Congresso de Museus foi organizado em Salvador pelo comitê nacional do ICOM. Com o apoio do governo da Bahia, esse encontro reuniu profissionais de museus com objetivo de assegurar melhores e mais sólidas condições de trabalho. Nesse Congresso, Paulo Florençano apresentou seu Comunicado sobre a experiência de montagem da Casa do Bandeirante, intitulado “A Casa do Bandeirante” —expressão plástica e documento arquitetônico. No final, Florençano conclui:

Lembrando que, em quase todas as cidades brasileiras, mesmo as mais modestas, há sempre entre os edifícios que as compõem, um ou outro que se destaca como documento arquitetônico, como expressão

plástica, ou como elemento evocativo de acontecimento histórico – pugnar pela sua preservação e, se possível, sugerir a ideia de sua utilização para museu, é intento dos mais meritórios,

O que foi realizado em São Paulo com a Casa Velha do Butantã, que estava fadada a desaparecer, mas, salva a tempo, fez resultar, com o seu aproveitamento, o vitorioso museu CASA DO BANDEIRANTE, poderá servir de exemplo e incentivo para futuros empreendimentos.

São Paulo, abril de 1962

Paulo Camilher Florençano (FLORENÇANO, 1962: 15-16)

Com isso, é possível concluir que a atuação de Paulo Camilher Florençano no campo profissional esteve pautada em reflexões pessoais a partir das discussões engendradas no cenário museológico nacional e internacional, possíveis conversas com seus pares e, ao procurar estabelecer novos paradigmas conceituais no momento que configurava esses equipamentos culturais, construir museus cada vez mais voltados para o público e à serviço da educação. E a Casa do Bandeirante, no período que ele atuou, é o maior exemplo disso.

Considerações finais

O desejo e a importância dados à meta de enaltecer o passado heroico dos bandeirantes podem ser percebidos ao longo do processo de elaboração conceitual, planejamento e das ações de consolidação da antiga fazenda de Ibitatá, como espaço de memória legitimado sob o nome simbólico de Casa do Bandeirante. A residência do período colonial localizada na área rural de São Paulo, do início ou meados do século XVIII, recebeu diferentes olhares e tratamentos dispensados durante o processo de restauração para posterior uso como instituição cultural.

Segundo Luís Saia, Delegado Regional do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN que conduziu e referenciou técnica e conceitualmente as obras de restauração no imóvel, compreendido como “ruína” de casa bandeirista, a Casa do Bandeirante “é o nome simbólico dado à histórica residência colonial que foi sede da fazenda de Ibitatá”. Já para Comissão do IV Centenário, autarquia que se responsabilizou por viabilizar o processo de restauração e montagem do cenário de casa rural setecentista, o imóvel era “uma autêntica casa do bandeirante”, principalmente por ter sido localizada na primitiva sesmaria de Afonso Sardinha, personagem histórico que viveu em São Paulo no século XVI e que, por meio de testamento, legou seus bens aos jesuítas. Ainda que percebida de maneira diversa, senão conflitiva, a Casa do Bandeirante foi pensada para cumprir com dupla finalidade: no presente, apresentar uma visão do modo de vida do paulista de outrora; e na perspectiva futura, almejava-se que a Casa despertaria, entre as novas gerações, o culto pelo passado heróico de Piratininga.

Na construção dessa narrativa com forte viés de rememoração de fatos históricos na construção de uma memória e identidade paulista, a Casa do Bandeirante foi estabelecida materializando os discursos articulados que privilegiaram, desde a exposição histórica de Taunay para o Museu Paulista, a lógica histórica e econômica da formação do estado nacional por meio da atuação dos paulistas, notadamente dos bandeirantes. Consequentemente, se considerarmos que os museus se tornam espaços institucionalizados de memória coletiva – e que têm um papel importante na trajetória de consolidação desses referenciais –, podemos atribuir ao projeto da Casa do Bandeirante um resultado positivo por ter alcançado seus objetivos de forma contundente.

Seus *period rooms*, funcionaram por cerca de 20 anos até sua desmontagem definitiva em 1978, foram dispositivos potentes na criação de um imaginário comum, em

que os objetos históricos, dispostos numa lógica de recriação de um cenário, alcançam uma atribuição de sentidos muito mais amplo, garantido pelo efeito teatral, que ultrapassa a função original e individual da peça. Obviamente, como aponta Ulpiano Bezerra de Meneses, espaços que teatralizam a memória tendem justamente a esvaziar o potencial documental dos objetos ali mobilizados, reduzindo-os a meros componentes do cenário, esse sim de imensa potência comunicacional. Tal cenarização, como vimos, transcendia do espaço interno da casa, alcançando seu entorno, que deveria ele também se integrar à intenção de retomar-se o passado de modo que se pudesse senti-lo, vivê-lo.

A Casa do Bandeirante foi pensada como “museu vivo”, conceito reafirmado constantemente na documentação oficial gerada a partir de sua concepção. A partir de 1956, após o decreto que a instituiu como o primeiro museu municipal de São Paulo, Paulo Florençano deu continuidade a seu planejamento para que a Casa do Bandeirante se tornasse um espaço de divulgação do passado paulista. As aulas ministradas por especialistas dentro da casa e nos equipamentos de produção rural, bem como a recuperação de festas e receitas tradicionais, atraindo o público geral, evidenciam um claro entendimento de Paulo Florençano que a preservação do patrimônio cultural ultrapassava o que na época era entendido como os suportes de memória dignos de nota: o patrimônio imóvel e os bens móveis. Pode-se dizer que as iniciativas de valorização do patrimônio intangível eram largamente inéditas no país, assim como a ambição de que o entendimento e a vivência do passado por meio da retomada de experiências corpóreas dirigidas a todo o público estava de acordo com as propostas da museologia de então, que começava a questionar a tradicional hipervalorização das peças dos museus em detrimento de sua função educativa.

Podemos concluir que Paulo Florençano estava a par das discussões que a área museológica se propunha em seu tempo, tanto nacional como internacionalmente, tendo em vista os registros das visitas das comitivas do ICOM, em 1958 e 1959 à Casa do Bandeirante e sua própria comunicação, de 1962, no II Encontro do ICOM em Salvador. Segundo as diretrizes do ICOM, no encontro realizado no Rio de Janeiro, em 1958, a função educativa era um objetivo a ser alcançado pelos museus e a citação da Casa do Bandeirante na *Revista Museum*, da Unesco, materializava a divulgação internacional do projeto da Casa do Bandeirante, entendido como a implantação de um modelo de museu sem precedentes no Brasil até aquele momento.

Paulo Florençano atuou como Conservador na Casa do Bandeirante até 1963 e, em 1964, no Livro de Registro do acervo, vê-se a devolução das peças anteriormente

doadas por ele à Casa do Bandeirante, talvez num aceno de que não acreditava no futuro da instituição planejada e dirigida por ele até ali, e cujo envolvimento tivera início em 1954. Era o início do declínio de seu projeto conceitual e expográfico, que iria se acentuar à medida que se aproximava a década de 1970. Além de desfeita, sua exposição foi amplamente condenada como falseadora da história e sem precisão documental, posições que a pesquisa desta dissertação procurou problematizar.

Referências bibliográficas e documentais

- ABUD, Katia Maria. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- AMOROSO, Marta Rosa. **A transformação da Casa do Butantã em cenário “Bandeirista”**. Guia da Casa do Bandeirante, DPH, 1986. P.06.
- ALVES, Ana Maria de Alencar. **O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder, o Museu Paulista entre 1893-1922**. São Paulo: Humanitas/PPGHS/USP, 2001.
- ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: MinC -SPHAN-FNPM, 1987b
- ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. O nariz torcido de Lúcio Costa. **Sinopses**, São Paulo, n.18, p.5-17, dez. 1992
- ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Martins; Brasília: MEC, 1974
- ARRUDA, Beatriz Cavalcanti de. **O Museu da Cidade de São Paulo e seu Acervo Arquitetônico**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. p. 117, 2014, São Paulo.
- BAUDRILLARD, J.. **Le système des objets**. Paris: Gonthier/ Denoël, 1968.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Um lugar de memória para a nação – o Museu Paulista reinventado por Affonso d’Escragnole Taunay (1917-1945)**. Tese (Doutorado) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1999.
- BRUNO, Ernani. **Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo**. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1984. v.3.
- _____. **O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos** São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo / Secretaria Municipal de Cultura / Departamento do Patrimônio Histórico, 1977.
- CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2004
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 46, 2011, p. 443-469.

CERÁVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. Os Museus e a Representação do Conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. Anais do **VIII ENANCIB. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Salvador, BH, 2007.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. (Ed.) **Conceitos-chave da Museologia**/ Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo : Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus : Pinacoteca do estado de São Paulo : Secretaria de estado da Cultura, 2013, 100p

GUERRA, José Wilton Nascimento. **O Projeto de Ernani Silva Bruno: uma discussão sobre as bases de criação, implantação e gestão do Museu da casa Brasileira (1970 -1979)**. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**, 2.ed. ver. E atual. – Chapecó, SC: Argos, 2015. 139p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo – Ed. UNESP, 2001.

CHRISTO, Maraliz. Bandeirantes na contramão da História: um estudo iconográfico. **Projeto História**, São Paulo, n. 24, p. 307-335, 2002

COSTA, Eduardo Augusto. **Arquivo, poder e memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo do IPHAN**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. Era uma vez, há 60 anos atrás: o Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus. Monografia, 2008, p.2-15

CUNHA, Mariana Roriz Rizzo Lousa da. **Estados Unidos x Brasil: uma análise comparativa das biografias de museus brasileiros e americanos**. São Paulo, Unesp. V.11, n...1, p.46-70, janeiro-junho, 2015

DUARTE, Paulo. **Contra o Vandalismo e o extermínio**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938. v.19

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **Raça de gigantes**. São Paulo: Hélios, 1926.

FERREIRA, Antonio Afonso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870- 1940)**. São Paulo: Ed.UNESP, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro. UFRJ/ Minc-IPHAN, 1997

FUNARI, P.P.A. El mito bandeirante: elite brasileña, cultura material e identidade. **Boletín de Antropología Americana**, n.24, p.110-122, dez.1997.

GONÇALVES, Christiane Souza. **Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JANOVITCH, Paula. **Casa do Bandeirante: a cozinha da morada paulista**. Ladeira da Memória / Informativo D.P.H., São Paulo, ano II, p01,2007.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**. Instituto de Geografia – USP- IGEOG/USP, Tese de doutorado,1976, São Paulo

KRZYSZTOF. Pomian, **Enciclopedia Einaudi**, III, Turim, 1978, repris sous le titre. Entre L'invisible et le visible: la collection, Libre -Politique, Anthropologie, Philosophie, 1978, p.3-56.

LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 a Cidade Aniversariante e a Memória Coletiva: o IV Centenário da Cidade de São Paulo. **Projeto História**, São Paulo, n. 20, p. 01.-14, 2000.

_____. **IV Centenário da Cidade de São Paulo: Uma cidade entre o passado e o futuro**. São Paulo: Annablume, 2004 204pp.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. Livraria Martins, São Paulo,1943.

MARINS, Paulo César Garcez. Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia. **Revista do IEB**, São Paulo, n.44. p.77-104, 2006.

_____. “O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista”. **Anais do Museu Paulista**. História e Cultura Material, São Paulo, v. 6-7, p. 9-36, 1998-1999.

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela preta e concreto: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo**. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2006.

_____. **Taipa, canela-preta e concreto**. Estudo sobre o restauro de casas bandeiristas. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2008.

MELO, Luis Correia de. Dicionário de Autores Paulistas. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo/Serviço de Comemorações Culturais, 1954. P.553

MENDES, D. **A calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista**. Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, n. 1, p 207-222, 1993.

_____.Do teatro da Memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo. v.2, p. 9-42, 1994.

_____.Aula no curso “Patrimônio cultural: políticas e perspectivas” organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, 1980: **O Objeto Material como Documento**

MORSE, R. M. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1970.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Projeto História nº10. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**, PUC/SP, 1993

PACCE, Márua Roseny. A propósito da Casa do Bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, CXCIII,p..124-172,1980.

PARDIM, Sonia Leni Chamon. **Imagens de um rio: um olhar sobre a iconografia do rio Tietê**. 2005. Tese (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

PORTA, Paula (Org.) **História da Cidade de São Paulo: a cidade colonial**. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PEARCE, Susan M.. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos (Org.). **Museu: instituição de pesquisa**. Rio de Janeiro: 2005.(MAST Colloquia, 7),

PEREIRA, Mirna Busse. **Cultura e cidade: prática e política cultural na São Paulo do século XX**. Tese (Doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, 2005.

PINHEIROS, Marcos José de Araújo. **Museus, Memória e Esquecimento – Um projeto da modernidade**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais. Coleção Engenho & Arte – vol.7, Coppe/UFRJ, 2004, 262p.

- PIRES, Walter. Arquivo Aguirra. **Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 10-11, p. 61-78,
- POULOT, Dominique. Nação, museu, acervo. In: **História representada - o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário**. Revista da USP, São Paulo v. 13, p. 78-87, 1992.
- REIS filho, N.G. **Evolução urbana do Brasil**, São Paulo: Biblioteca Pioneira de Arte, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), 1968.
- RODRIGUES, Marly. **De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: 1996, n.24, pp.195-203
- RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 1936-1967. Dissertação (Mestrado). Campinas, IFCH, 1991.
- SAIA, Luiz. **A Casa Bandeirista (uma interpretação)**. São Paulo, Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1955.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Os guardiões da nossa história oficial**. São Paulo: IDESP, 1989.
- SODRE, J.C.A. **As casas bandeiristas do DPH: de patrimônio histórico a bem cultural**. São Paulo, 2005. Monografia (trabalho final de graduação em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), 2005.
- SOUZA, Maurício Pereira de. **O caleidoscópio Paulo Camilher Florençano e o seu olhar cultural**. Monografia (Graduação) –Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras, Taubaté, 2013.
- SOUZA, Washington Luis Pereira de Souza. **Na Capitania de São Vicente**. Livraria Martins, 1857
- TORAL, Hernán Crespo. Seminário regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus (Rio de Janeiro, 1958). Marcelo Mattos Araújo (trad). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.); ARAÚJO, Marcelo Mattos (colab.); COUTINHO, Maria Inês Lopes (colab.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos**

selecionados: Pinacoteca do estado, Secretaria do Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. 2v. 2010. p. 28-35.

WALDMAN, Thaís Chang. **O Museu Paulista e os primeiros anos da Administração Taunay: o projeto visual de uma epopeia bandeirante.** Grupo de Trabalho Antropologia e museus, antropologia nos museus: relações antigas, novos caminhos. IV Reunião Equatorial de Antropologia, Fortaleza, 2013.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **A calçada do Lorena: o caminho para o mar.** 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 1998.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista.** 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais do Museu Paulista. Nova Série N/ 1, p 207-222, 1993.

Sites Pesquisados

DI LISCIA, María Silvia; BOHOSLAVSKY, Ernesto; OLEAGA, Marisa González de. “Del Centenário ao bicentenário. Memórias (y desmemorias) em el Museo Histórico Nacional”. **Contra-Corrientes**, v.7, nº 3,- 2010. Disponível em: <http://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/528/824>. Acessado em 05/06/2015.

Museu da Cidade de São Paulo. Website do MCSP. Disponível em: <http://www.museudacidade.sp.gov.br/>. Acesso em: 24/11/2015

PILGRIM, Dianne H. **Inherited from the past: The American Period Room.** *American Art Journal*, Vol 10, nº 1, 1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/page/info/about/policies/terms.jsp>. Acesso em 30/04/2014

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>. Acesso em: 10/01/2016

SALADINO, Alejandra. O patrimônio cultural e sua relação com a criação de um projeto de nação e identidade nacional. Museus Nacionais e os Desafios Contemporâneos, 2011. **Livro dos Seminários Internacionais.** p.97-02 Disponível em www.museuhistoriconacional.com.br/ biblioteca virtual Acesso em: 29/05/2015

Revista. Acrópole Jun 1955 – Ano 17 –Nº 201 Disponível em:
<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/201> Acessado em: 28/12/2015

Williamsburg Museum. Disponível em: Acervo:
<http://activerain.com/blogsvie/4288389/colonial-williamsburg-dollhouse--museum-quality> Acessado em: 22/03/2116

MENDES, Eraldo Garcia. Paulo Duarte. Estudos Avançados On-line version ISSN 1806-9592 Estud. av. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994 Estudos de Mestres/Paulo Duarte. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acessado em 12/3/2016

City of Sao Paulo Improvements and Freehold Land Company Ltd. Disponível em: <http://ciacity.com.br/sobre-a-cia-city>. Acessado em: 10/07/2015

JUNIOR, Antonio Gasparetto . Washington Luis. Disponível em:
<http://www.historiabrasileira.com/biografias/washington-luis/>. Acessado em: 12/01/2016

Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional>. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN> Acessado em: 10/01/2016

Revista Museum p 279. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000108/010894eo.pdf#10922> Acessado em: 14 de abril de 2015

Dias, Kelly Keiko Kot. Affonso d'Escragno Taunay e a História como construtora da identidade nacional. Disponível em: www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br Acessado em: 10 de junho de 2016

Museu do Ouro de Sabará, Minas Gerais. Disponível em:
<https://museudoouro.wordpress.com> Acessado em: 11 de junho de 2016

Bibliografia Guilherme de Almeida. Disponível em:
<http://www.casaquilhermedealmeida.org.br/casa-quilherme-de-almeida> Acessado em:12/06/2016

Locais e fontes de pesquisa

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Prefeitura Municipal de São Paulo. Biblioteca: pastas “A Casa do Bandeirante”.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Prefeitura Municipal de Cultura de São Paulo. Acervo: Fundo 4º Centenário da Cidade de São Paulo.

DIVISÃO DE MUSEUS E ARQUIVO HISTÓRICO DE TAUBATÉ/SP – Arquivo Histórico Félix Guisard Filho. Fundo Paulo Camilher Florençano.

CASA GUILHERME DE ALMEIDA. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Acervo Iconográfico.

Fontes consultadas

Casa do Bandeirante. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. 25 de Janeiro de 1955. “Histórico”. Pasta *Casa do Bandeirante*. Biblioteca do Departamento do Patrimônio Histórico/DPH

Catálogo de Móveis e Alfaias comuns às Casas Paulistas, séculos XVII e XVIII. Pasta *Casa do Bandeirante*. Biblioteca do Departamento do Patrimônio Histórico/DPH

Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Catálogo dos Móveis & Alfaias Comuns às Casas Paulistas (séculos XVII e XVIII), São Paulo. s/d.

Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937 cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN.

CAMARGO, Mônica Junqueira. A Casa do Bandeirante – uma obra de restauro. DPH/SMC, 1986. Folder DIM/ DPH, São Paulo

FLORENÇANO, Paulo Camilher. A “Casa do Bandeirante”. Expressão Plástica e Documento Arquitetônico. Comunicado apresentado do III Congresso Nacional de Museus promovido pelo ICOM, na cidade de Salvador, Bahia, em abril de 1962.

FLORENÇANO, Paulo Camilher. *Washington Luis e as Casas Bandeiristas*, 1955, xerox de publicação. In: Pasta Casa do Bandeirante – Histórico.

GUIA DA CASA DO BANDEIRANTE. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo, 1955.

GUIA DA CASA DO BANDEIRANTE. Divisão do Arquivo Histórico do Departamento Municipal de Cultura. São Paulo, 1968.

JANOVITCH, Paula. Casa do Bandeirante: A cozinha da Morada Paulista. In. “Ladeira da Memória”, Informativo do D.P.H., ano II, 2007.

Pasta “Casa do Bandeirante”. Acervo da Biblioteca do DPH, São Paulo.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo

Volume nº XXXVII, Julho de 1937, Ano IV,

Volume nº XXXVIII, Agosto de 1937, Ano IV, na seção IV

Volume nº XXXIX, setembro de 1937 ano IV;

Volume nº XL, outubro de 1937, ano IV

Volume nº XLI, ano IV de novembro de 1937

Volume nº XLII, dezembro de 1937

Volume nº CXCI, jan.-dez. 1980.

Revista Paulistânia

Revista Paulistânia nº 52, jan-abril de 1955: A “Casa do Bandeirante”, autoria de Paulo Florençano;

Revista Paulistânia nº 53, maio-setembro de 1955: Fiação doméstica em São Paulo, autoria de Sérgio Buarque de Holanda com fotografia de acervo da Casa do Bandeirante; O que guarnece as casas paulistas no século XVIII, autoria de Paulo Florençano e ilustrado com fotografias do interior da Casa do Bandeirante;

Revista Paulistânia nº 56, maio-junho de 1956: Aspectos da vida rural paulista de outrora, autoria de Rubens Rodrigues dos Santos, com desenho de Paulo Florençano e ilustrado com fotografias do interior da Casa do Bandeirante; A “Casa do Bandeirante” em relação às vias de comunicação de sua época, autoria e desenho de Paulo Florençano;

Revista Paulistânia nº 58, jan-maio de 1957: Os Affonso Sardinha, autoria de Rubens Rodrigues dos Santos;

Revista Paulistânia nº 59, jun-set de 1957: Washington Luis e as casas bandeiristas, autoria e fotografias de Paulo Florençano;

Revista Paulistânia nº 61, junho-abril de 1958/59: A iluminação no Brasil, autoria de Sylvio de Vasconcellos, com desenhos de peças da Casa do Bandeirante - autoria de Paulo Florençano.

Imprensa pesquisada

Jornais: O Estado de S.Paulo; Folha de S. Paulo, Correio Paulistano, A Gazeta, Diário da Noite

Preservada na zona urbana da cidade a casa do bandeirante, **O Estado de S. Paulo**, 01/07/1954,;

Descoberta no Butantã uma velha casa construída no tempo dos bandeirantes, **Folha da Noite**, 01/07/1954;

Testemunha arquitetônica dum passado grandioso – em plena zona residencial de São Paulo uma relíquia do tempo dos bandeirantes, **A Gazeta**, 01/07/1954;

A Casa do Bandeirante **O Estado de S. Paulo**, 04/08/1954,;

A restauração da Casa do Bandeirante, **QUAL VEÍCULO**, 13/08/1954;

O IV Centenário da Cidade de São Paulo - A Casa do Bandeirante, **A Voz** (Lisboa), 16/08/1954;

Casa do Bandeirante, **Correio Paulistano**, 17/08/1954;

FERREIRA, Bastos. A Fortaleza do Embuaçava. **O Estado de S. Paulo**, 18/12/1955,

FERREIRA, Barros. A mansão do homem muito rico sem botas para calçar. **Diário Popular**, 25/1/1955

Reconstituição de uma velha casa da era das bandeiras, **periódico não identificado**, 01/12/1954;

Inaugura-se no dia 25 a Casa do Bandeirante no bairro do Butantã, **O Estado de S. Paulo**, 15/01/1955;

Serão encerradas hoje as comemorações do IV Centenário da fundação de São Paulo **O Estado de S. Paulo**, 25/01/1955.

São Paulo, em taipa, tijolo e concreto. **O Estado de São Paulo**, 23/08/1972,

Casa do Bandeirante. Miran de Barros Latif. **Diário de São Paulo**, 4/11/1955.

Ligeiro Histórico da Casa do Bandeirante. **periódico s/ identificação**. s/data

Ensaio de recomposição de um cenário doméstico bandeirista. **Folha da Manhã**, s/data

Casa do Bandeirante: relicário de nossa história. **A Gazeta**, 25 de abril de 1959.

Fundo IV Centenário do Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ DPH

Processo 3572/54, caixa 72. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº 3689/54, caixa 311. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo 3708/54, Cx 213. Fundo IV Centenário. Acervo do Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº 3981/54, caixa 213. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº3984/54, caixa 213. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo 4231/54, caixa 217. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

Processo 4364/54, caixa 216. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Processo 4735/54, caixa 221. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

Processo 4545/54, caixa 321. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

Processo 4514/54, caixa 64. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Processo 4292/54, caixa 283. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

Processo 4214/54. Caixa 308. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº 3796/54, caixa 93. Fundo Comissão do IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº3984/54, caixa 213. Fundo Comissão do IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DP

Processo nº 4197/54, caixa 321. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo 4965/54. Caixa 216. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº 5554/55, fl02, anexado ao processo nº6054/55 em 01/08/1956, caixa 217. Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Processo 6090/55, caixa 109, Fundo IV Centenário In: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Processo 6351/55, caixa 221. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo 6074/55, caixa 217. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico - DPH

Processo 6661/55, caixa 109. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo 6578/55 anexado ao 6692/55, caixa 109, Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº6786/55, caixa 317. Fundo Comissão do IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº5682/55, caixa 54. Fundo Comissão do IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº 6610/55, caixa 316. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo 6090/55, caixa 109. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

Processo nº 6765/55, caixa 317. Fundo IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico – DPH

Processo nº117/56, caixa 109. Fundo Comissão do IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Processo nº 42/57, caixa 109. Fundo Comissão do IV Centenário in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Documentos avulsos, caixa 109. Fundo Comissão do IV Centenário. in: Arquivo Municipal da Cidade de São Paulo/ Departamento do Patrimônio Histórico/ DPH

Anexo

GUIA

DA

"CASA DO BANDEIRANTE"

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

GUIA DA

"CASA DO BANDEIRANTE"

— ENSAIO DE RECOMPOSIÇÃO DO AMBIENTE RURAL
DOMÉSTICO PAULISTA DE PRIMÓDIOS NO SÉCULO XVIII

DEPARTAMENTO DE CULTURA
DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA

Diretor: FRANCISCO PATI

DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

Chefe Int.: PAULO FRADIQUE SANT'ANNA

"CASA DO BANDEIRANTE"

Conservador:

PAULO CAMILLIER FLORENÇANO

Assistente de Conservador:

MARIA APARECIDA PAIVA ALVES

... **E**IS a Casa de São Paulo. Aí, entre pesados paredões de taipa-de-pilão e sob o airoso balanço de corda-bamba do telhado, vive um ciclo heróico da mais pujante História das Américas. Aí mora a rosa-dos-ventos despetalada num mapa de convenção por uma indomável raça de conquistadores. Aí é, agora, a torre-de-menagem, o último reduto da família paulista. Aí se inscreve, em termos de substancial rigidez, o infrangível estatuto do nosso direito de legítima defesa. Quando, ao redor, no tumulto das paixões insanas, desatando seu vôo de mau sestro, a ave tórva da insídia abater sobre as cabeças suas garras de rapina e seu bico de voragem, venha aí refugiar-se, um instante, o perseguido! Verá ele que branca frescura de cal e paz, de sombra e certeza, de distância e silêncio há de maternalmente envolvê-lo, como as dobras volantes, alvas, leves, diáfanas, aéreas de um cortinado de berço...

Eis a Casa de São Paulo. Ela é vossa. E vos convida. Entrai! Sentí! Pensai! E acreditareis em vós mesmos.

(Excerpto da oração proferida pelo Dr. Guilherme de Almeida na cerimônia de abertura da "Casa do Bandeirante").

GUIA DA "CASA DO BANDEIRANTE"

"CASA DO BANDEIRANTE" é nome simbólico dado a esta autêntica relíquia arquitetônica do princípio do século XVIII.

E' exemplar típico de residência rural paulista da época em que se processava o Ciclo do Ouro — importante fase da história do Brasil, de iniciativa dos bandeirantes paulistas e que teve como resultado remoto, o alargamento das fronteiras da pátria.

A "Casa do Bandeirante" foi restaurada em 1954 pela Comissão do IV Centenário de São Paulo, a fim de dar cunho mais regional às comemorações da fundação da cidade de São Paulo.

Após os trabalhos de sua restauração (executada sob direção técnica da D. P. H. A. N.), a casa foi inteiramente guranecida com os móveis, alfaia, utensílios, etc., característicos — num ensaio de recomposição do ambiente rural doméstico de sua época. Serviram para orientar êsse trabalho, consultas feitas nos "Inventários e Testamentos", "Documentos Interessantes" e outras publicações referentes aos séculos XVII e XVIII. Êsses móveis e alfaia foram, em grande parte, obtidos por doação de pessoas que bem compreenderam o alcance da obra que se propunha realizar.

Atualmente, a "Casa Bandeirante" pertence à Prefeitura Municipal de São Paulo (Secretaria de Educação e Cultura — Divisão do Arquivo Histórico) e é o seu primeiro museu aberto à visitação pública.

A "CASA DO BANDEIRANTE"

(Função das suas dependências)

A "Casa do Bandeirante" é toda construída de grossas paredes de taipa (terra socada entre táboas) e, os seus 12 cômodos — cada um com função própria — exprimem fielmente a vida austera de um fazendeiro paulista do primeiro quartel do século XVIII.

DIVISÃO DA CASA

- 1 — ALPENDRE ou PRETÓRIO — Dependência com função distribuidora, onde o senhor aplicava a justiça, recebia os visitantes e atendia aos escravos e agregados. Está mobiliado com dois bancos típicos da época, originais da Fazenda do Rosário, de Itú.
- 2 — QUARTO DE HÓSPEDES — Aberto para o pretório, a fim de sempre bem acolher o forasteiro, porém sem ligação com as demais dependências da casa. Guarnecem-no: cama de jacarandá com sobreceú; mesa e oratório; cadeira de viagem tachonada; arca de madeira chamada "Gonçalo Alves"; canastra de viagem; candeia de parede; imagem a óleo da Virgem de Guadalupe, pintada no século XVIII.
- 3 — CAPELA INTERNA — Aberta para o pretório e com acesso para o quarto do dono da casa. Na capela eram celebradas missas e outras cerimônias da religião católica (novenas e terços). Os escravos assistiam do pretório, os homens, do seu interior e as mulheres, do quarto contíguo (4), através

da porta, pois viviam numa semi-reclusão, na época comum ao sexo feminino. Guarnece a capela: oratório grande, original de Piracaia, trabalho executado possivelmente por índios catequisados; imagens dos séculos XVI, XVII e XVIII, destacando-se a imagem de São Sebastião, de primitiva feitura, missal, galhetas e salva de estanho e campá; nas paredes, oratórios entalhados da época.

4 — QUARTO DE DORMIR DO DONO DA CASA — O quarto do senhor se caracteriza pela sua amplitude e por ter as tábuas do fôrro colocadas sobre as vigas de sustentação. No fôrro, eram guardados os principais valores da casa: prataria, pólvora e o sal, este por ser produto muito escasso e caro naqueles tempos... Guarnece este cômodo, cama de canela preta; mesa de cabeceira de jacarandá, comportando: oratório com imagens religiosas originais da casa; barriquinha de guardar ouro em pó (peça raríssima, datada de 1720), punhal, cachimbo de pedra, trabuco de pederneira, castiçal de estanho. Na parede cabide com toalha de barafunda. Arca com fechadura de ferro trabalhado.

5 — SALA* (sala social da casa) — Guarnece-na: mesa de cavalete de jacarandá e vinhático; cadeiras e poltronas tachonadas; bufete (móvel raríssimo) comportando: castiçal jesuítico de ferro; frascos para bebidas, porta-areia, polvorinho e espantamoscas indígena; outras peças desta sala: armário; canastra; banco recortado, "mancebo de candeia"; cabide de parede. Nas paredes, ao alto, estão as bandeiras portuguesas, ligadas à colonização do Brasil: 1.º, bandeira da Ordem de Cristo; 2.º, bandeira das Quinas; 3.º, bandeira do rei Dom Manuel I; 4.º, bandeira Real; 5.º, bandeira de Dom João III, 6.º, bandeira do Domínio Espanhol; 7.º, bandeira do Principado do Brasil.

6 — QUARTO DE DORMIR (Quarto das rêdes) — Usado pelos moços da casa. Está guarnecido com rêdes tecidas em Sorocaba por processo comum do século XVII e que perdura até hoje; arca de madeira "Gonçalo Alves"; cabide de parede; cadeira de estado; trabuco de pederneira.

7 — QUARTO DE DONZELA — Situado na parte íntima da casa, este quarto está guarnecido com: cama de bilros com sua colcha de crochet; cadeira de estado, tachonada; mesa com oratório; espelho de toucador; castiçal de estanho; bastidor francês; roda de fiar. Nas paredes: cabide com bastidor; pia d'água benta.

- 8 — SALA ÍNTIMA — A porta que lhe dá acesso divide a parte social da casa da parte usada exclusivamente pela família. Está guarnecida com mesa de cavalete, com peças de estanho: pratos e colher, copo, pichel para vinho, castiçal; outras peças: bufete de duas gavetas, comportando, jarra, prato e cinco colheres de estanho; vasilha de cobre e gamela (alguidar); arca com ferragens; canapé; armário de mantimentos, arca de vinhático, pote para água de feitura indígena, cabide de parede comportando vasilhas de cobre, corno d'água (cantil) e "côcos" para água.
- 9 — QUARTO DE TRABALHO (GINECEU) — Câmara onde as mulheres da casa e as escravas passavam as horas do dia cardando lã e algodão, fiando, tecendo e costurando. Comporta: tear de rêde sorocabana, banco, tear de pano; côvado (medida linear antiga), dobadoura, rodas de fiar, enrolador de fios, ferros de engomar e banquetas.
- 10 — ALPENDRE DE SERVIÇO — Local onde se preparava a comida, visto não existir cosinha na casa. Eram usados para êsse fim: fogão de "tucuruva", feito de cupins (casa de formiga), fogão de tripeça e fogão de campanha. Diversos pilões de socar e um banco de madeira, completam o cenário.
- 11 — QUARTO DE FERRAMENTAS E ARREIO — As ferramentas e os arreios, muito preciosos na época, eram guardados dentro de casa. Neste quarto encontram-se nas paredes dois almocrafes (instrumentos de mineração do ouro) e bateia para o mesmo fim; almofariz para quebrar cascalho aurífero; no cabide: arreios, ferramentas, balanças da época e objetos de couro.
- 12 — HUCHARIA ou DISPENSA — Guarnece esta dependência: duas amassadeiras de pão, armário, mesa, gamela com medicamentos caseiros, panela de ferro, tachos de cobre, peneira, cabide com vasilhas de barro, pote de barro, batedor de massa, girão de mantimentos.

PARTE EXTERNA

A auto-suficiência quase total que caracterizava a vida nas antigas fazendas paulistas — de fora, apenas necessitando do sal e da pólvora, obrigava a existência de máquinas destinadas ao preparo de diversos produtos básicos da alimentação, ou para outros usos:

farinha de trigo, farinha de milho, farinha de mandioca, polvilho, açúcar, óleos de mamona e algodão (usados para fins medicinais ou para iluminação).

Casa da Farinha — Construção de pau-a-pique (taipa de mão ou taipa de sopapo), isto é, cujas paredes eram construídas de bambús trançados, ao que se aplicava, com as mãos, o barro amassado.

Na “casa da farinha” existem as seguintes máquinas: monjolo de pé, para socar milho; roda de ralar mandioca, prensa para exprimir a massa da mandioca; fôrno para torrar a massa e transformá-la em farinha; pilão e diversos outros acessórios ligados a fabricação da farinha. Na parte externa da “casa da farinha”, abrigado por um “puchado”, existe um fôrno para assar, construído de barro, sob técnica primitiva.

Casa da Moenda — Onde era espremida a cana de açúcar, a fim de transformá-la em “garapa”, que, depois, era fervida em grandes tachos de cobre, até pegar o “ponto” e ser batida, transformando-se em açúcar. Podem ser vistos aí: moenda de madeira, de três cilindros, acionada a boi ou cavalo; fôrmas de barro, de confecção indígena, para “pães de açúcar” — aspecto com que êsse produto era exportado para Portugal.

Brevemente serão montados: um moinho de mós de pedra, acionado a água, igual aos primitivos moinhos paulistas usados para a moagem do trigo e do milho, um “trapiche de açúcar”, com sua casa de purgar; um abrigo para veículos antigos: carro de bois, bangües, cadeira de telhadinho, etc..

“CASA DO BANDEIRANTE”

Secretaria de Educação e Cultura da
Prefeitura Municipal de São Paulo
— Divisão do Arquivo Histórico —

Praça Monteiro Lobato - Jardim Butantã - Fone 80-5144

Horário: Diariamente, excepto às segundas feiras, das 13 às 17,30 hs.

Aos domingos, das 9 às 12 e das 13 às 18 horas.

Endereço para correspondência: Brig. Tobias, 722 - 6.º - Capital

*
* *

NOTA: A “Casa do Bandeirante” ainda necessita para completar o cenário rural de sua época, de várias peças (móveis, objetos, armas, ferramentas, máquinas agrícolas antigas, etc.). Se Vossa Senhoria possuir algumas dessas peças, doá-la à “Casa do Bandeirante” será gesto de alto patriotismo, pois, assim estará contribuindo para maior divulgação de um dos aspectos mais fascinantes da história de São Paulo.

OS MÓVEIS E ALFAIAS QUE GUARNECEM A "CASA DO BANDEIRANTE"

Além dos móveis e alfaías obtidos por empréstimo (êstes, através de várias entidades e particulares), pessoas que bem compreenderam o grande alcance cívico e cultural da "Casa do Bandeirante", ofertaram peças de inestimável valor, assim contribuindo — patriótica e eficazmente — para o êxito da iniciativa.

Dentre essas, destacamos os seguintes nomes:

Maria Aparecida Paiva Alves, Sebastião Ribeiro de Moraes, Antonio Vieira de Medeiros, Maria Ignês da Silva Oliveira, família Matos Pacheco, Jeanete Mello e Castro, A. Bernardes de Oliveira, Júlio Pinoti, Olavo Baptista Filho, Hugo de Castro Andrade, Hermínio Lunardelli, José Gonçalves, Sérvulo Pacheco e Silva, Judith Mesquita Vieira de Carvalho, Guilherme de Almeida, Pedro Augusto da Silva, conde e condessa Prates, Raul Romeu Loureiro, Dora Rodrigues Alves Leite, Maria Helena Rodrigues Alves, herdeiros de Silvéria de Oliveira Romão, Dulce Izzo, herdeiros de Joaquina Antunes de Oliveira, família Oliveira Christie, Elmano de Almeida, Arlinda Oliveira Westim, família Loyola, Carlos Borges Schmidt, Cesídio Ambrogli, Tayza Alves Favery, Francisco Matarazzo Sobrinho, Alberto Cavalcanti, Antônio Cintra Gordinho, Silvio de Oliveira Andrade, João Acioli, Aurélia Antunes de Oliveira, Rita Corrêa Dias, Maria Helena Brancante, Pedro Oliveira Ribeiro Neto, João Mós, Gentil de Camargo Leite, Wladimir de Toledo Piza, Eldino Brancante, Paulo Camilher Florençano, Fernando Euler Bueno e senhora (em nome do dr. João Pedro Cardoso), Alfredo Antonio e Mariana Fagundes (em nome de João Antonio Mariano Fagundes), Martha Loutsch e outros.

GUIDE TO THE HOUSE OF THE "BANDEIRANTE"

(Pioneer's House)

The House of the "Bandeirante" is the name given an authentic architectural structure of the beginning of the eighteenth century. It is a typical "Paulista" rural house of the "Ciclo do Ouro" (Gold Cycle), an important period in Brazilian history. The "bandeirantes" were pioneers who explored new territories and extended the boundaries of the country.

The House of the "Bandeirante" was restored in 1954 by the "Comissão do IV Centenário de São Paulo", and it belongs to the "Prefeitura Municipal de São Paulo (Secretaria de Educação e Cultura — Divisão do Arquivo Histórico)". This was the first municipal museum opened to the public.

Description of the "Bandeirante's House"

The House of the "Bandeirante" was built of thick "taipa" — rammed earth walls — (wet mud pressed between boards). It is composed of 12 rooms, each having its special use, and it represents the life of the "Paulista" planter in the beginning of the XVIII century.

HOUSE DIVISION

- 1 — ALPENDRE ou PRETÓRIO (Porch) is the place where the master administered justice, welcomed visitors and attended to his slaves and servants.
- 2 — QUARTO DE HÓSPEDE (Guest Room) opens into the porch, so that the guest would be more comfortable. This room is not connected with the other rooms of the house.

Its furniture: "Jacarandá"-canopy bed, orator table, a chair, a trunk, the Our Lady Guadalupe's image painted in the XVIII century, and a wall-candle which illuminated the room.

- 3 — CAPELA INTERNA (Internal Chapel) opens into the porch and to the master's bedroom. In the chapel were celebrated masses and other Catholic services. They also attended the ceremonies from the porch; the men sat inside the room, and the women watched through the door in the master's bedroom.
- 4 — QUARTO DE DORMIR DO DONO DA CASA (Master's bedroom) where the master of the house slept. In the space between the board ceiling and the roof of this room were kept valuables, such as gold, silver, gun powder, and salt which was a very rare product in those times.
- 5 — SALA (Social room of the house), furniture: "jacarandá"-table, studded chairs and armchairs, buffet (a very rare piece of furniture), cupboard, strong box, a bench, a candle, a wall hook, The Colonial Brazilian and Portuguese flags are also on display in this room.
- 6 — QUARTO DE DORMIR (quarto das rédes) (bedroom - hammock room) used only by the boys of the house. The hammocks were made in Sorocaba, using processes of the XVII Century which are still in use today.
- 7 — QUARTO DE DONZELA (Maiden's room) located in the interior of the house.
- 8 — SALA ÍNTIMA (Family room) is separated from the social part of the house and was used only by the family.
- 9 — QUARTO DE TRABALHO (GINECEU) (Work room) where the women of the house and the slaves spent the days combing wool and cotton, spinning, weaving and sewing.
- 10 — ALPENDRE DE SERVIÇO (Back Porch) the place where the food was prepared, since there was no kitchen in the house.
- 11 — QUARTO DE FERRAMENTAS E ARREIOS (Tools and Harness Room) The very precious items such as gold-mining instruments, harness, tools and scales were kept in the house.
- 12 — HUCHARIA ou DISPENSA (Storage Room) where the food was kept.

EXTERNAL BUILDINGS

Casa da farinha (Flour House), a "taipa" building with the following machinery: monjolo-de-pé (foot water-mill) to press the corn; wheel to grate manioc and to process it into flour; a stove to bake the dough; pestle and other flour accessories.

Casa da moenda (Sugar Mill), where the sugar was made by Colonial age processes.

THE HOUSE OF THE "BANDEIRANTE" IS OPEN:

- every days of the week, except Mondays, 1 p.m. to 6 p.m.
- Sundays: 9 a.m. to 12 a.m. - 1 p.m. to 6 p.m.

ADDRESS: "Casa do Bandeirante" — Secretaria da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo. Departamento de Cultura. Divisão do Arquivo Histórico. Praça Monteiro Lobato - Jardim Butantã - Telefone 80-5144.

POSTAL ADDRESS: A/C da Divisão do Arquivo Histórico - Rua Brigadeiro Tobias, 722 - São Paulo - Brasil.

LA MAISON ET SON UTILISATION

La Maison est un bâtiment en taipa, construit en 1700, pour servir de magasin à la poudre. Elle est située dans le quartier de Butantã, à São Paulo. Elle est maintenant utilisée comme musée et est ouverte au public.

La Maison est un bâtiment en taipa, construit en 1700, pour servir de magasin à la poudre. Elle est située dans le quartier de Butantã, à São Paulo. Elle est maintenant utilisée comme musée et est ouverte au public.

La Maison est un bâtiment en taipa, construit en 1700, pour servir de magasin à la poudre. Elle est située dans le quartier de Butantã, à São Paulo. Elle est maintenant utilisée comme musée et est ouverte au public.

GUIDE DE LA "MAISON DU BANDEIRANTE"

La "Maison du Bandeirante", authentique exemple de l'architecture du début du XVIII^{ème} siècle, est le type même d'une résidence rurale de l'époque appelée "Époque de l'Or", phase marquante de l'histoire du Brésil et de l'esprit d'initiative des "bandeirantes" de São Paulo qui a eu comme conséquence ultérieure un élargissement des frontières de la patrie.

La "Maison du Bandeirante" a été restaurée en 1954 par la Commission du IV Centenaire de la Ville de São Paulo et appartient actuellement à la Prefecture Municipale de São Paulo (Secrétariat de l'Éducation et de la Culture - Division des Archives Historiques) et constitue le premier musée municipal ouvert au public.

LA MAISON ET SON UTILISATION

La Maison est entièrement construite en mur épais fait en pisé (sorti de torchis en terre battue entre deux planches). Avec ses 12 pièces, dont chacune a une destination bien définie, elle donne une image fidèle de la vie austère d'un "fazendeiro" demeure du premier quart du XVIII^{ème} siècle.

- 1 — PORCHE ou PRÉTOIRE — Endroit où le maître de la maison rendait la justice, recevait ses visiteurs et administrait ses esclaves et ses employés.
- 2 — CHAMBRE d'HÔTE — Ouverte sur le porche afin de bien recevoir les étrangers, mais sans communication avec les autres dépendances de la maison. Cette chambre est garnie d'un lit à dais en jacaranda (passilandre), d'un autel, d'une chaise et d'une malle de voyage. Au mur, une image de la Vierge de Guadalupe peinte au XVIII^{ème} siècle et une lampe à huile.

- 3 — CHAPELLE INTÉRIEURE — Ouverte sur le porche, elle donne également sur la chambre du maître. Elle servait à célébrer la messe et d'autres cérémonies du culte catholique, auxquelles les esclaves assistaient du porche, tandis que les hommes se tenaient à l'intérieur et les femmes dans la chambre voisine, par suite de la semi-réclusion dans laquelle elles vivaient à cette époque.
- 4 — CHAMBRE À COUCHER DU MAÎTRE DE MAISON — Cette chambre se caractérise par ses dimensions et son plafond reposant sur des poutres apparentes. Dans le grenier étaient gardés les objets de valeur de la maison : l'argenterie, l'or, la poudre et le sel, produits très rares à cette époque.
- 5 — SALLE COMMUNE — Elle est meublée d'une table en jacaranda (palissandre) et vinhatico (bois jaune du Brésil), de chaises et de fauteils garnis de clous, d'un buffet (meuble très rare), d'une armoire, d'un bahut, d'un siège en bois sculpté, d'une lampe à huile à pied, d'un porte-manteau mural. En haut du mur sont fixés des drapeaux portugais dont l'histoire est liée à celle de la colonisation du Brésil.
- 6 — CHAMBRE DES HAMACS — Utilisée par les jeunes gens de la maison. Elle est garnie de hamacs tissés à Sorocaba (ville voisine de São Paulo) suivant un procédé utilisé au XVII^e siècle et que s'est perpétué jusqu'à nos jours.
- 7 — PIÈCE INTIME — La porte d'entrée de cette pièce sépare les pièces de réception de la maison de celles destinées exclusivement à la famille.
- 8 — CHAMBRE DE LA JEUNE FILLE — Située dans la partie privée de la maison.
- 9 — CHAMBRE DE TRAVAIL (GYNECÉE) — Pièce où les femmes et les esclaves passaient de nombreuses heures à carder le coton et la laine, à filer, à tisser et à coudre.
- 10 — AUVENT DE SERVICE — Emplacement destiné à faire la cuisine étant donné qu'il n'existait pas de cuisine proprement dite dans la maison. Des fourneaux de "tucuruva" (termitière) étaient utilisés à cet effet.
- 11 — ATELIER ET SELERIE — Les outils en fer et les harnais, très précieux à l'époque, étaient gardés à l'intérieur de la maison. On y voit aussi des instruments de recherche de l'or et balances.
- 12 — DÉPENSE — Endroit pour garder les provisions.

PARTIES EXTERIEURES DE LA MAISON

L'autonomie quasi complète qui caractérisait la vie dans les anciennes "fazendas" de São Paulo (à l'exception du sel et de la poudre qu'on se procurait en dehors) obligeait à posséder des appareils pour préparer divers aliments de base ou d'autres produits: farine de froment, de maïs, de manioc et de ses dérivés; sucre, huile de ricin et de coton, utilisées comme remède ou pour l'éclairage.

Maison pour la fabrication de la farine — Construction de "pau a pique" (mur en bambous tressés et colmatés à la main par de l'argile pétrié). Ont trouvé les instruments suivants: fleau à pied pour égrener les épis de maïs; roue pour raper le manioc et meule pour presser la pâte ainsi obtenue; four pour torréfier cette pâte destinée à devenir de la farine.

À côté, abrité par un auvent, il y a un four à rotir, confectionné suivant une méthode primitive et construit en argile.

Maison du pressoir — C'est là que la canne à sucre était pressée afin d'en extraire le jus frais (garapa) qui ensuite est bouilli dans des grandes cuves de cuivre. Ce jus est ensuite battu et versé dans des formes où il se cristallise et devient de sucre. Ces formes d'argile sont de fabrication indigène et donnent au sucre la forme de "pain" qui était ensuite exportés au Portugal.

*
* *

Pour obtenir les explications complémentaires, s'adresser au guide de la "Maison du Bandeirante".

*
* *

La "Maison du Bandeirante" est ouverte tous les jours, excepté le lundi, de 13 à 17,30 heure. Le dimanche de 9 à 12 h. et de 13 à 18 heure.

*
* *

ADRESSE: Praça Monteiro Lobato - Jardim Butantã - Tel. 80-5144

ADRESSE POUR LES ÉPÎTRES: Rua Brigadeiro Tobias, 722 - 6.º andar.

CASA DO
BANDEIRANTE

THE HOUSE OF THE
"BANDEIRANTE"

LA MAISON DU
"BANDEIRANTE"

Fachada e ala direita do edificio.
Façade and right wing of building.
Façade et aile droite de l'édifice.

Casa do Bandeirante

Localização da casa, em relação às vilas e vias de comunicação de sua época.

The location of the house in relation to the villages and the means of the communications of that epoch.

Situation de la Maison en rapport aux villages et aux voies de communication de sa époque.

(Desenho de Paulo Camilher Florençano)

Fachada — Vista antes da restauração.
 Façade — wiew before the restauratioin.
 Façade — vue avant la restauration.

Fachada — vista depois da restauração.
 Façade — wiew after the restauration.
 Façade — vue après la restauration.

Alpendre de serviço.
Back porch.
Auvent de service.

Pilão e fogões rústicos.
Hand mill and rustic stoves.
Mortier (pilon) et les fourneaux
rustiques.

Entrada principal
Main entrance
Entrée

Espelho de fechadura
Key plate
Entrée de clé

Quarto de hóspede
Guest Room
Chambre d'Hôte

Imagens religiosas da capela
interna.

Religious images of the internal
chapel.

Images religieux de la chapelle
intérieure.

Quarto do dono da casa.
Master's room.
Chambre du maître de maison.

Sala íntima.
Family room.
Pièce intime.

Quarto de trabalho
(Gineceu)
Work room
Chambre de travail
(Gynecée)

ITINERÁRIO DA "CASA DO BANDEIRANTE"

ITINERARY OF "THE HOUSE OF THE "BANDEIRANTE"

ITINERAIRE DE LA "MAISON DU "BANDEIRANTE"

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
— GRÁFICA MUNICIPAL